



MARGINAL

PENITENCIÁRIA-MODELO

E o impacto das distribuições
espaciais do ambiente carcerário no
bem-estar e reinserção social dos
reeducandos

MARGINAL

MARGINAL.

Penitenciária Modelo e o impacto das distribuições espaciais do ambiente carcerário no bem-estar e reinserção social dos reeducandos

Dossiê apresentado junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo como trabalho de final de graduação.

Natalia Nunes Porcino

Profº Orientador: Luís Pompeo Martins

Curso de Arquitetura e Urbanismo

MARGINAL

marginal

adjetivo de dois gêneros

Localizado à **margem** de; que segue o contorno, a borda de: marginal do Tietê.

[Por Extensão] Que não se adapta aos princípios estabelecidos **nem faz parte** de um grupo, sociedade: escritora marginal.

[Figurado] Que foi **excluído da sociedade** ou prefere viver fora dela.

[Pejorativo] Que não respeita leis; **criminoso**: sujeito marginal.

para Rose, Camila, Jade, Milena e João Paulo.
sempre será por vocês.

Marcos, também é por você.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo final busca elaborar um projeto arquitetônico que represente o modelo ideal de Penitenciária, seguindo os conceitos estabelecidos no documento de “Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal”, desenvolvido pelo Ministério da Justiça em 2011, pautado no bem-estar de todos os usuários envolvidos no espaço e na otimização de recursos que proporcionem o sucesso da reinserção do detento na sociedade, diminuindo suas chances de reincidência. Em contraponto, o projeto também conta com um Museu da Escravidão e dos Direitos Humanos, com o intuito de trazer à tona pautas há muito silenciadas pela sociedade sutilmente escravocrata brasileira. Dessa forma, o projeto fundamenta-se no estudo de relações sociais que estabelecem a criminalidade como consequência direta da desigualdade social causada pelo apartheid sociorracial vivido no Brasil desde o período colonial. Com estas premissas, este TCC busca compreender de que forma a estrutura do sistema carcerário brasileiro influencia nas engrenagens da manutenção deste sistema legal de repressão na sociedade e quais parâmetros arquitetônicos estão diretamente relacionados às ferramentas punitivistas aplicadas nos apenados.

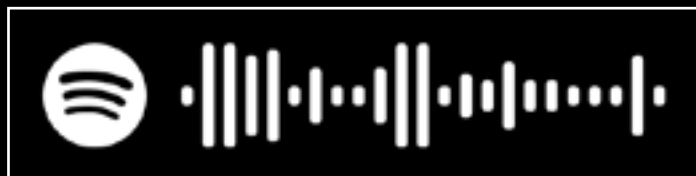
PALAVRAS-CHAVE: prisão – arquitetura penal – reinserção social

ABSTRACT

The final objective of this work is to elaborate a architectural project that represents the ideal model of Penitentiary, following the concepts established in the document “Basic Guidelines for Criminal Architecture”, developed by the Ministry of Justice in 2011, based on the well-being of all users involved in the space and optimization of resources that provide the success of the reinsertion of the detained in society, reducing their chances of recidivism. In On the other hand, the project also has a Museum of Slavery and Human Rights, with the aim of bringing to light agendas that have long silenced by the subtly slave-owning Brazilian society. In this way, the project is based on the study of social relations that establish the crime as a direct consequence of social inequality caused by the socio-racial apartheid experienced in Brazil since the colonial period. With these premises, this TCC seeks to understand how the structure of the Brazilian prison system influences the maintenance gears of this legal system of repression in society and what parameters Architectural problems are directly related to punitive tools applied to inmates.

KEYWORDS: prision – penal archtecture – social reintegration

O objetivo deste trabalho consiste em projetar uma penitenciária-modelo inserida dentro da mancha urbana de São Paulo, na região dos bairros Vila Guilherme e Vila Maria, zona norte da cidade com premissas arquitetônicas capazes de oferecer recursos suficientes para reestabelecer o indivíduo encarcerado e facilitar sua reinserção na sociedade após o cumprimento de sua pena.



Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada a metodologia de pesquisa explicativa, com o intuito de apresentar os fatos existentes e, através de dados quantitativos e qualitativos, traçar paralelos e conexões que justifiquem a ocorrência dos determinados fatos, neste caso, do porquê a população superlotada das prisões brasileiras é composta por execuções penais relacionadas ao tráfico e roubo, e como essa informação está intimamente ligada à população negra e pobre, no recorte dos limites do município de São Paulo.

Para isto, foram levantadas bibliografias pertinentes que apresentam conteúdos que compõem a linha do tempo narrativa desta monografia, começando pelo início do tráfico negreiro no Brasil, a fim de explicar a visão eurocêntrica da figura negra desde os séculos passados e chegando na contextualização após o fim da Lei Áurea, o apartheid social e as políticas de higienização urbana, mostrando como os negros foram privados de todo e qualquer direito que pudessem estabelecê-los como cidadãos livres e capazes de viver vidas dignas. Após isso, a narrativa apresenta informações e referências pautadas na atualidade, abordando temas como desigualdade social, o crime dentro das favelas e a repressão policial que gera o extermínio da população negra na cidade de São Paulo. Para a produção, foram feitos fichamentos das referências teóricas e, posteriormente, a filtragem de informações para a formulação dos textos.

Como complemento do embasamento teórico, foram utilizadas canções de RAP criadas desde os anos 1990 até a atualidade, por artistas e poetas que vivenciam os temas pautados nesta monografia todos os dias na realidade da periferia. Desta forma, as canções apresentam-se como relatos pessoais da experiência cotidiana da persona apresentada nesta narrativa: o homem periférico.

O QR Code ao lado redireciona para a playlist do Spotify que contém todas as músicas citadas nesta monografia, como base de apoio para o entendimento dos temas abordados neste trabalho.

Os dados quantitativos foram retirados de órgãos oficiais dos governos de São Paulo e Brasil, além de ONGs que se dedicam a levantar dados para auxílio nas referências para criação de melhores políticas públicas, enquanto os dados qualitativos referentes à vivência no sistema prisional foram levantados através de entrevistas com ex-presidiários.

metodologia de pesquisa

Lista de Figuras,
Gráficos e Tabelas

INTRODUÇÃO

12	14	16	18	25	39	58	73	96	93	130	132
	PREFÁCIO AUTORIZADO PELA AUTORA		PARTE 1: 1500 1.1. O BRASIL, O NEGRO E O PORTUGUÊS 19 1.2. O MASSACRE INDÍGENA 21 1.3. A DÍVIDA HISTÓRICA 23		PARTE 3: O SISTEMA PENAL 3.1. O TRÁFICO DE DROGAS COMO EVIDÊNCIA DA DESIGUALDADE SOCIAL 40 3.2. O TRÁFICO E O PCC 44 3.3. CONCEITO DE PUNIR E PENALIZAR 47 3.4. FABRICAÇÃO DE DELINQUENTES 49		4.4. CARANDIRU: A FALÊNCIA DO MODELO PENAL 4.5. TIPOLOGIAS DA ARQUITETURA PENITENCIÁRIA 79 4.6. AS VÁRZEAS E SEU EMBELEZAMENTO URBANO 86 4.7. ZONEAMENTO E USO DO SOLO 88 4.8. GABARITO E TOPO- GRAFIA 89 4.9. CHEIOS-VAZIOS E COBERTURA VERDE 90 4.10. MOBILIDADE 91 4.11. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS 92 4.12. SEGURANÇA PÚBLICA 94			5.6 BLOCO DIMAS 111 5.7 BLOCO GUINA 117 5.8 O MUSEU BRASILEIRO DA ESCRAVIDÃO 124 5.9 AS CELAS 127 5.10 MATERIALIDADE 128	7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Figura 1 – Mão segurando bala de fuzil sobre a bandeira do Brasil | capa

Figura 2 – Homem negro apalpado por mãos douradas | página 20

Figura 3 – Operários by Tarcila do Amaral | página 21

Figura 4 – Manifestação Yanomami em Brasília contra o garimpo ilegal, 2022 | página 22

Figura 5 – Sônia Bone Guajajara, Coordenadora Execuva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), durante o Acampamento Terra Livre 2019 | página 23

Figura 6 – Lutas, Parte II, Cadeias do Passado | página 24

Figura 7 – Meninos negros em pintura digital | página 25

Figura 8 – Cercas humanas | página 31

Figura 9 – Vista aérea da favela de Heliópolis, em São Paulo | página 34

Figura 10 – Ameaça policial contra crianças negras em periferia de São Paulo | página 35

Figura 11 – Treinamento do BAEP-SP | página 37

Figura 12 – Treinamento do BAEP-SP | página 37

Figura 13 – Dadinho, em cena do filme Cidade de Deus | página 42

Figura 14 – Aviso do PCC em muro da periferia | página 45

Figura 15 – Seu Jorge ,em cena da megarebelião na série Irmandade | página 47

Figura 16 – O peso criminal | página 49

Figura 17 – Detentos após o massacre do Carandiru | página 52

Figura 18 – Presos na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis | página 54

Figura 19 – Corredor de um pavilhão da casa de detenção do Carandiru | página 55

Figura 20 – Planta do Térreo, Museu do Holocausto e dos Direitos Humanos, Dallas | página 61

Figura 21 – Planta do 1º Pavimento, Museu do Holocausto e dos Direitos Humanos, Dallas | página 62

Figura 22 – Escada do Museu do Holocausto e dos Direitos Humanos, Dallas | página 62

Figura 23 – Planta do 2º Pavimento, Museu do Holocausto e dos Direitos Humanos, Dallas | página 63

Figura 24 – Diagrama da jornada narrativa do museu | página 63

Figura 25 – Elevação Sul, Museu da Memória e dos direitos humanos | página 64

Figura 26 – Perspectiva do Museu da Memória e dos Direitos humanos | página 64

Figura 27 – Implantação do Museu da Memória junto do Ministério da Educação | página 65

Figura 28 – Detalhe da fachada com adesivo do museu | página 65

Figura 29 – Corte longitudinal, Avenues School | página 66

Figura 30 – Implantação, Avenues School | página 66

Figura 31 – Detalhe da iluminação natural da fachada | página 66

Figura 32 – Isométria da Universidade São Judas Tadeu, campus Mooca | página 67

Figura 33 – Diagrama de ambientes e acessos do campus no pavimento térreo | página 68

Figura 34 – Corredor do 1º pavimento da universidade | página 68

Figura 35 – Diagrama dos acessos e aberturas horizontais da universidade | página 69

Figura 36 – Perspectiva da rampa de acesso | página 69

Figura 37 – Corte AA e setorização de usos dos pavimentos | página 70

Figura 38 – Perspectiva dos blocos educacionais | página 70

Figura 39 – Diagrama da malha estrutural dos pavimentos superiores | página 71

Figura 40 – Diagrama da malha estrutural do pavimento térreo | página 71

Figura 41 – Perspectiva da fachada do campus | página 72

Figura 42 – Complexo do Carandiru | página 73

Figura 43 – Diagrama de ocupação dos pavilhões do Carandiru | página 74

Figura 44 – Corredor do pavilhão 9 após o massacre do Carandiru | página 75

Figura 45 – Fachada de um dos pavilhões do Carandiru após o massacre | página 76

Figura 46 – Detento do Carandiru pedindo pelos Direitos Humanos durante rebelião | página 77

Figura 47 – Implosão de um dos pavilhões do Carandiru, em 2005 | página 78

Figura 48 – Planta padrão arquitetura penal - DEPEN | páginas 80 e 82

Figura 49 – Planta do Térreo, Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG |

páginas 81 e 82

Figura 50 – Planta do 1º Pavimento, Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG | página 81

Figura 51 – Complexo da Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG | página 81

Figura 52 – Mapeamento das penitenciárias masculinas no Estado de São Paulo | páginas 83 e 84

Figura 53 – Mapeamento das penitenciárias masculinas nas cidades vizinhas da capital paulista | página 85

Figura 54 – Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro de São Paulo, de 1881 | página 86

Figura 55 – Marginal Tietê na década dos anos 60 | página 87

Figura 56 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo | página 88

Figura 57 – Mapa de Gabarito e Topografia | página 89

Figura 58 – Mapa de Cheios, Vazios e Cobertura Verde | página 90

Figura 59 – Mapa de Mobilidade | página 91

Figura 60 – Mapa de Equipamentos Públicos | página 93

Figura 61 – Mapa de Segurança Pública | página 95

Figura 62 – Diagrama de setorização - Bloco Dimas | página 103

Figura 63 – Diagrama de setorização - Bloco Guina | página 103

Figura 64 – Diagrama de separação do terreno | página 104

Figura 65 – Planta de Situação | página 105

Figura 66 – Diagrama de volumetria | página 105

Figura 67 – Implantação | página 106

Figura 68 – Perspectiva da fachada sudoeste | página 106

Figura 69 – Planta do 1º Pavimento | página 107

Figura 70 – Planta do 4º Pavimento | página 107

Figura 71 – Corte C | página 108

Figura 72 – Perspectiva ilustrada do vão do museu | página 108

Figura 73 – Perspectiva ilustrada da circulação carceragem | página 108

Figura 74 – Perspectiva ilustrada da Recreação | página 108

Figura 75 – Perspectiva ilustrada da praça interna | página 108

Figura 76 – Planta da malha estrutural | página 109

Figura 77 – Perspectiva ilustrada da Praça da Memória | página 110

Figura 78 – Planta do Pavimento Térreo, bloco Dimas | página 111

Figura 79 – Diagrama de fluxos - Térreo, bloco Dimas | página 111

Figura 80 – Planta do 1º Pavimento, bloco Dimas | página 112

Figura 81 – Diagrama de fluxos - 1º Pavimento, bloco Dimas | página 112

Figura 82 – Corte AA | página 112

Figura 83 – Planta do 2º Pavimento, bloco Dimas | página 113

Figura 84 – Diagrama de fluxos - 2º Pavimento, bloco Dimas | página 113

Figura 85 – Planta do 3º Pavimento, bloco Dimas | página 114

Figura 86 – Diagrama de fluxos - 3º Pavimento, bloco Dimas | página 114

Figura 87 – Planta do 4º Pavimento, bloco Dimas | página 115

Figura 88 – Diagrama de fluxos - 4º Pavimento, bloco Dimas | página 115

Figura 99 – Planta do 5º Pavimento, bloco Dimas | página 116

Figura 100 – Diagrama de fluxos - Módulo de Alojamento Penal, bloco Dimas | página 116

Figura 101 – Planta do 6º Pavimento, bloco Dimas | página 116

Figura 102 – Planta do Pavimento Térreo, bloco Guina | página 117

Figura 103 – Diagrama de fluxos - Pavimento Térreo, bloco Guina | página 117

Figura 104 – Planta do 1º Pavimento, bloco Guina | página 118

Figura 105 – Diagrama de fluxos - 1º Pavimento, bloco Guina | página 118

Figura 106 – Planta do 2º Pavimento, bloco Guina | página 119

Figura 107 – Diagrama de fluxos - 2º Pavimento, bloco Guina | página 119

Figura 108 – Planta do 3º Pavimento, bloco Guina | página 120

Figura 109 – Diagrama de fluxos - 3º Pavimento, bloco Guina | página 120

Figura 110 – Planta do 4º Pavimento, bloco Guina | página 121

Figura 111 – Diagrama de fluxos - 4° Pavimento, bloco Guina | página 121

Figura 112 – Planta do 5° Pavimento, bloco Guina | página 122

Figura 113 – Diagrama de fluxos - 5° Pavimento, bloco Guina | página 122

Figura 114 – Planta do 6° Pavimento, bloco Guina | página 123

Figura 115 – Diagrama de fluxos - 6° Pavimento, bloco Guina | página 123

Figura 116 – Planta do Pavimento Térreo, Museu | página 124

Figura 117 – Planta do 1° Pavimento, Museu | pagina 125

Figura 118 – Planta do 2° Pavimento, Museu | página 125

Figura 119 – Planta do Ginásio, 3° Pavimento Museu | página 126

Figura 120 – Planta do Mezanino, 4° Pavimento Museu | página 126

Figura 121 – Volumettia da cela para 4 detentos | página 127

Figura 122 – Volumetria da cela para 2 presos | página 127

Figura 123 – Diagrama esquematico da fachada do museu | página 128

Figura 124 – Detalhamento de fachada - Casa de Execução Penal | página 128

Figura 125 – Diagrama de materialidade e insolação - Casa de Execução Penal | página 128

Figura 126 – Cobogó | página 129

Figura 127 – Escada em chapa microperfurada | página 129

Figura 128 – Portão em chapa microperfurada | página 129

Figura 129 – Escada vazada | página 129

Figura 130 – Fachada Curtin University Midland Campus | página 129

Figura 131 – Fachada IMS | página 129

Figura 132 – Perspectiva ilustrada da fachada noroeste do bloco Dimas | página 129

Gráfico 1 – Crescimento do Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – 1985-97 | página 30

Gráfico 2 – Aumento da Violência, segundo Taxa de Homicídios – 1960-97 | página 30

Gráfico 3 – Condenações por delito em andamento no Estado de São Paulo | página 50

Gráfico 4 – Distribuição dos sentenciados por gênero e faixa etária no Estado de São Paulo | página 50

Gráfico 5 – População carcerária em cumprimento de pena, por ano – UFs com maiores índices | página 51

Gráfico 6 – Distribuição da raça/cor da população presa no Brasil, em 2021 | página 52

Tabela 1 – Tabela de Distribuição de renda familiar, segundo sexo e raça | página 33

Tabela 2 – Taxas de mortes por violência policial, por UF | página 38

Tabela 3 – Ranking de Estados com maiores índices de violência policial | página 38

Tabela 4 – Relação de apreensões de drogas, conforme raça/cor | página 44

Tabela 5 – Percentual de condenados por porte de droga, conforme raça/cor | página 44

Tabela 6 – Relação de reincidência por crimes cometidos no Estado de São Paulo – 2008-21 | página 53

Tabela 7 – Relação de crimes de reincidência após a primeira condenação no país | página 53

Tabela 8 – Programa de Necessidades do Setor Externo da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo | páginas 98 e 99

Tabela 9 – Programa de Necessidades do Setor Intermediário da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo | página 100

Tabela 10 – Programa de Necessidades do Setor Interno da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo | página 101

Tabela 11 – Programa de Necessidades do Museu Brasileiro da Escravidão | página 102

Tabela 12 – Parâmetros urbanísticos | página 104

Tabela 13 – Quadro de Áreas | página 110

lista de figuras, gráficos e tabelas

Ficar de cueca na tranca foi muito didático
Tanto quanto ficar o dia inteiro em pé algemado
Nu no pátio aprendi que sem a má repercussão
Autorizavam um Carandiru mirim na fundação
Quem me rotula como monstro sem recuperação
Deveria ir na matinê e ver o que
o filho chama de diversão
Tenho muito menos potencial marginal
Do que o riquinho na hidropônica, bala cristal
Incorrigível é quem olha pra grade amarela
E não vê que a cura do Parkinson,
Alzheimer tá atrás dela
O adolescente infrator é o bode expiatório do Brasil
[...]
Quando for pedir injeção letal se lembre
Que o Brasil já tem pena de morte pra adolescente
Igual em Manaus, é só preparar a filmadora
Pra gravar PM baleando menor a queima roupa
O prêmio por confiar num governo terrorista
É ter que se despir na revista íntima
[...]
O tumor nacional não tá internado na carceragem
Tá vendo o índice Dow Jones na
poltrona de massagem
Não é o menor carente que desperdiça 80 bilhões
Com óbito prematuro em velas e pavilhões

Playground do Diabo, Eduardo Taddeo

O silêncio pode ser compreendido e vivenciado de diversas maneiras. Há os que consideram o silêncio como um processo que abre a possibilidade de reflexão e, com isso, de prospectar saídas diante de dilemas ou mesmo de encontro interior. Há a dimensão do silêncio que é consentimento, abrindo-se duas chaves: um consentimento construído em processo e outro imposto. Mas considero que há, ainda, outra dimensão: a do silêncio como negação contínua diante do que nos assusta, porque pode falar muito sobre nós mesmos.

As duas últimas dimensões articuladas, prioritariamente a última, me vêm à mente quando penso em prisões. Primeiro porque, ao não falarmos das prisões, consentimos com a situação de total desrespeito ao humano vivenciada e reproduzida cotidianamente nesses espaços. Mas, na segunda dimensão, algo se torna mais complexo. Tenho afirmado incansavelmente que as prisões são espelhos da sociedade. Ou seja, refletem todas as brutalidades e violências pelas quais estabelecemos as relações sociais cotidianas e mostram como nossas instituições, de fato, funcionam. A dimensão da recusa, em um sentido psicanalítico, subverte uma dinâmica na qual fazemos do outro o monstro que, em realidade, somos nós. Esse processo, por sua vez, desencadeia uma série de políticas e práticas para controlar, subjugar e silenciar esse outro.

Um instrumento que simboliza essa ação de silenciar o outro no colonialismo, e que permanece latente nas sociedades advindas desse processo, é a máscara. Diversos foram os intelectuais negros que refletiram sobre o uso desse artefato, como Frantz Fanon e Grada Kilomba.

No discurso oficial colonial, a máscara, que selava a boca, significava uma precaução para que os escravizados não comessem a cana-de-açúcar e o cacau produzidos nas lavouras. Mas a função real era outra. A máscara representava o exercício do poder ao tornar o escravizado mudo. Com isso, silenciava e gerava medo nos demais. A máscara é, portanto, um símbolo de silenciamento.

O sistema colonial era baseado no sadismo como política, na dominação e na brutalidade. Mas nada disso ficou no passado. As ferramentas se sofisticaram e a máscara passou a ser a prisão, como espaço de punição direcionada a grupos sociorraciais. O silêncio passou a se instaurar seja pelos mecanismos que impedem as pessoas de conhecer as dinâmicas do espaço prisional, seja pela invisibilidade e criminalização vivenciadas e impostas aos familiares. A sociedade trata a prisão como algo apartado do cotidiano.

Facínoras contaminados pelo ódio
Rejeição, abandono, é óbvio
Estar em cana é embaçado
Quem nunca esteve, não tá ligado
[...]
As grades te fazem chorar
A saudade na direta vem te visitar
É difícil ter a mente sã
Detenção, pior que o Vietnã

- Oitavo anjo, 509-e

Quando falamos sobre prisões, estamos quebrando paradigmas sociais que precisam desse silêncio para manter funcionando as engrenagens de manutenção de desigualdades. Este é o primeiro movimento a ser feito: romper o silêncio.

A boca é um espaço de enunciação. E o discurso personifica e garante existência. Assim, a fala (re)posiciona e garante relação ativa e não mais passiva dos indivíduos e grupos. Lélia Gonzalez, das mais importantes intelectuais negras brasileiras, afirmava que o silêncio sobre contradições fundamenta mitos. A autora se refere às contradições do racismo e do mito da democracia racial. A fala confere ao indivíduo ou ao grupo o status de sujeito na arena do diálogo e, portanto, da política. A fala faz com que estes deixem de ser falados e passem a ser os que falam. Por isso é tão importante romper os silêncios. Por isso é tão necessário falar sobre prisões. Porque precisamos sair do conforto da recusa. Porque precisamos interromper a ideia de que as prisões não são sobre nós.

Não falo como uma pessoa que já vivenciou a experiência do cárcere, mas como um alvo prioritário dessa política e que tem conseguido desvencilhar-se dela, ao menos por ora. Falo como uma pessoa que tem amigos e familiares que passaram por essa experiência. Minha perspectiva é, portanto, mais de quem se percebe nessa rede e reconhece no suposto outro a si mesmo. Ao romper o silêncio, não pretendo ser a voz dos que vivenciaram e vivenciam o cárcere. Isso seria arrogante e presunçoso da minha parte e uma demonstração de que pouco compreendo do meu papel no desmantelamento dessa engrenagem. Ao romper o silêncio busco perceber minha responsabilidade. Mais do que isso, busco apresentar questões para que seja como grupo ou como um todo social, percebamos o quanto isso diz respeito a todos nós, cada qual sob uma perspectiva. Porque precisamos interromper um ciclo de projeção dos nossos medos e do que não queremos no outro. Porque precisamos questionar a ideia de crime como natureza humana. Porque precisamos nos perguntar o que faz com que certos atos problemáticos sejam considerados delitos e outros não. Porque precisamos duvidar de quem aponta no outro o criminoso. Porque precisamos refletir sobre uma ferramenta que tem se mostrado das mais ineficazes e nos perguntar por que ainda insistimos nela. Porque precisamos do desconforto para pensar possibilidades outras.

O povo aqui em cima pede socorro
Indignado quando a bala come
Eles têm grana pra guerra no morro
Mas nunca consegue acabar com a fome, não
[...]
Depois perguntam na cara de pau
Por quê que o menorzin' virou bandido
- Favela vive 4, ADL part. MC Cabelinho, Edi Rock,
Kmila CDD, Orochi e Cesar MC

Embora o Brasil seja conhecido por ser um país amigável e acolhedor no ponto de vista dos visitantes estrangeiros, a realidade do país exprime um cenário totalmente controverso: a falha no asseguramento dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 a todo e qualquer cidadão brasileiro, a desproteção da vida humana em detrimento da proteção dos bens nas políticas públicas e a grande deficiência na garantia dos direitos humanos com os grupos mais vulneráveis. Isso acontece como consequência de séculos de uma necropolítica estruturalmente racista que perdura até hoje – ainda que de maneira velada e legal.

Com 67,5% da população carcerária masculina brasileira sendo de raça negra, o sistema penal é a mais perceptível evidência da total falência dos direitos humanos em relação aos descendentes daqueles que um dia ajudaram a construir, de maneira ilegal, o que hoje conhecemos como República Federativa do Brasil. Neste sentido, entende-se também que os principais crimes com execuções penais em andamento atualmente são referentes ao tráfico de drogas, roubo e furto, que também apresentam as maiores taxas de reincidência nos períodos de 1 a 5 anos após a saída ou fuga da prisão. Esses crimes estão diretamente ligados a uma série de fatores sociais e econômicos que são capazes de influenciar diretamente um indivíduo em situação de vulnerabilidade social a chegar nesta situação.

Atrelado às péssimas condições sanitárias e humanitárias vividas dentro das penitenciárias brasileiras, essa realidade faz com que estes indivíduos já socialmente prejudicados, saiam da prisão com a saúde mental completamente abalada e com a vida social permanentemente comprometida. Isto porque, assim como o rapper brasileiro Djonga recita na canção "Favela Vive 3": "Um mano meu foi pego roubando manteiga. Saiu da tranca, quis assaltar um banco", o tratamento ofertado dentro do sistema penal é ofensivo, condicionando a mente humana a reconhecer esse estado de constante violência como parte da rotina de vida quando, na verdade, o detento deveria receber todo o apoio físico, jurídico, social e mental necessários para que sua reinserção na sociedade após o cumprimento de sua pena seja feita de maneira efetiva. Entretanto, a realidade que o aguarda é a insegurança e desconfiança que sua ficha criminal causa nas pessoas, principalmente no mercado de trabalho, diminuindo consideravelmente as oportunidades de reestabelecimento de uma vida digna.

Irmão, o demônio f@#% tudo ao seu redor
Pelo rádio, jornal, revista e outdoor
Te oferece dinheiro, conversa com calma
Contamina seu caráter, rouba sua alma
Depois te joga na merda, sozinho
É, transforma um preto tipo A num neguinho
- Capítulo 4 Versículo 3, Racionais Mc's

Com base nas diretrizes básicas para arquitetura penal elaborada pelo Ministério da Justiça em 2011, o espaço penal construído deveria ofertar ambientes que estimulem o desenvolvimento educacional, profissional e mental do apenado, reestabelecendo e preservando sua integridade física e social, através da ergonomia dos espaços, bem como os estímulos causados por, dentre outras premissas, cores, materialidade, iluminação e paisagismo presente no ambiente arquitetônico. Dessa forma, entende-se que a arquitetura penal realmente construída está em discordância com os documentos oficiais do governo brasileiro e com os direitos constitucionais básicos.

Com a aplicação dessas diretrizes básicas em concordância com a neuroarquitetura aplicada no espaço carcerário, há a hipótese de que a plasticidade neural do indivíduo encarcerado seja condicionada a estabelecer novos hábitos e pensamentos, distanciando-se das práticas criminosas, bem como a área do Direito Penal já vem aplicando estudos sobre a neuroplasticidade no processo de reinserção social dos apenados brasileiros. Com isso, conclui-se que os ambientes humanamente planejados possam ser capazes de atuar diretamente no reestabelecimento mental dos indivíduos em cárcere.

Agora vós, ricos, chorai e pranteai por vossas misérias que sobre vós hão de vir. As vossas riquezas estão apodrecidas, as vossas vestes estão comidas de traça. O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram e a sua ferrugem dará testemunho contra vós. E comerá como fogo a vossa carne, pois acumulaste tesouro para os últimos dias. E o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras e que por vós foi diminuído, clama! E os clamores dos trabalhadores entraram nos ouvidos do Senhor dos exércitos! Vocês viveram luxuosamente na terra, desfrutando prazeres e fartaram-se de comida em dia de abate. Vocês têm condenado e matado o justo sem que ele ofereça resistência. Mas bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois eles serão saciados. Erga a voz, julgue com justiça! Defenda os direitos dos pobres e dos necessitados, mas lembrem-se, daí a Cesar o que é de Cesar e daí a Deus o que é de Deus (amém). Aê? Passando pela vale da sombra da morte, a lama da morte ainda é a Vale. Mano, não importa quanto tempo passe, vidas não se pagam, então não se cale. Me diz: Quanto vale a causa do pobre? O sistema tá brincando de pegar vareta. O dele que tem inersão de um girar do jogo é o mesmo que nunca treme quando a cor é preta. É a vareta preta virando o jogo, só que dessa vez eu vim fazer tremer, u gente que fala, mas não sabe nem metade do que fala, nem sempre aquele que fala de fato tem algo a dizer... Ah, ah, uh Eu tô pouco me lixando pro seu TCC que romantiza e menospreza a vivência da favela, roubando o lugar de fala pra se autopromover. Vivência na causa é currículo, sem ela, aqui nada é legítimo. Equidade, a conta primária bem mais necessária que todo algoritmo. Na era do cyberpolítico, pro seu pedigree, eu sou pitbull. É que conhecimento sem visão só te faz mais um burro convicto... O cidadão de bem dá um tiro do bem com sua arma do bem no suspeito do mal que não matou ninguém e não roubou ninguém, mas adivinha: Quem é o vilão do jornal? Racismo é o câncer estrutural, esse fato não depende da sua opinião. Ou você coopera com essa estrutura ou você ajuda na demolição. Alguém avisa pro falso cristão que todo jovem preto um dia foi um feto. Não venha me dizer que é a favor da vida se quando nos assassinam, você fica quieto. O papo é reto, poucas ideia, sobrevivência, revolução. Eles vão tentar tomar meu lugar, mas tipo Rosa Parks, eu digo: "Hoje não!" É que hoje eu me sinto tipo Babu: vem um racista de cada vez. O pente é minha libertação, o black é a coroa que me fez um rei. Hoje eu me sinto tipo Babu, vem um racista de cada vez. Nem na parede, nem no paredão, Live Black Panther, somos todos reis! Então, daí a Cesar o que é de Cesar... Não é por ódio que eu tô no ringue, é por amor, Martin Luther King. O principal foco dessa resistência é não deixar que o ódio me contamine. Eles nunca choram as nossas dores, mas sempre censuram a nossa revolta. Quem faz da maldade um boomerang, não pode reclamar no momento que volta! Fogo no museu, fogo no Pantanal, fogo na Amazônia e cadê os moralista? Cês só reclamam do nível do fogo quando o povo grita: Fogo nos racistas. Eles criticam "fogo nos racista" só pra mudar o foco do problema. Quem problematiza é quem menos se importa, no quanto o racismo diário nos queima. Terra que exalta a meritocracia, finge que não sabe o passado que tem. Diz que é só trabalhar pra ser alguém na vida, mas nós só começa do modo ninguém. Olhe bem nos olhos de uma mãe solteira que foge da fome e das bala perdida. Cadê as suas dez dica pra ser milionário e discurso de coach pra vencer na vida? Sem equidade não há justiça. Vitimismo é o que vão dizer. Pimenta no olho do pobre não arde a menos que um dia ela pingue em você. Essa polaridade funciona de quê? Ninguém tá disposto a largar o osso. Enquanto se discute o lado menos podre, o pobre continua no fundo do poço... É a maquiavélica lírica bélica, liso no campo no pique Mbappé. Tô pra mudar o placar desse jogo e pra me alcançar, cês vão ter que correr! Não é sobre ganhar, é sobre vencer. As peças avançam sem conteúdo e eu me sinto criança nesse tabuleiro onde minha diversão é derrubar tudo. Falsos profetas que citam a Bíblia, destilando ódio e motivando guerra. O próprio Diabo também citava e adivinha? fazia merda. Ainda busco ser sal e luz, sei exatamente minha missão na Terra. A bancada evangélica não é Jesus, então, daí a Cesar o que é de Cesar



Figura 2: Homem negro apalpado por mãos douradas
Fonte: Tumblr/Reflexões editada em preto e branco

1.1. O BRASIL, O NEGRO E O PORTUGUÊS

O nascimento da escravidão anda lado a lado com o nascimento da humanidade como conhecemos, se fazendo presente em diversos lugares do mundo em todos os seus formatos, culturas e diretrizes. Entretanto, segundo Laurentino Gomes, escritor do livro “Escravidão, volume 1”, foi no contexto africano que a

escravidão se tornou sinônimo da cor de pele negra, origem da segregação e do preconceito racial que ainda hoje assustam e perturbam a convivência entre as pessoas em muitos países, caso do Brasil e dos Estados Unidos. (GOMES, 2019, pg. 18)

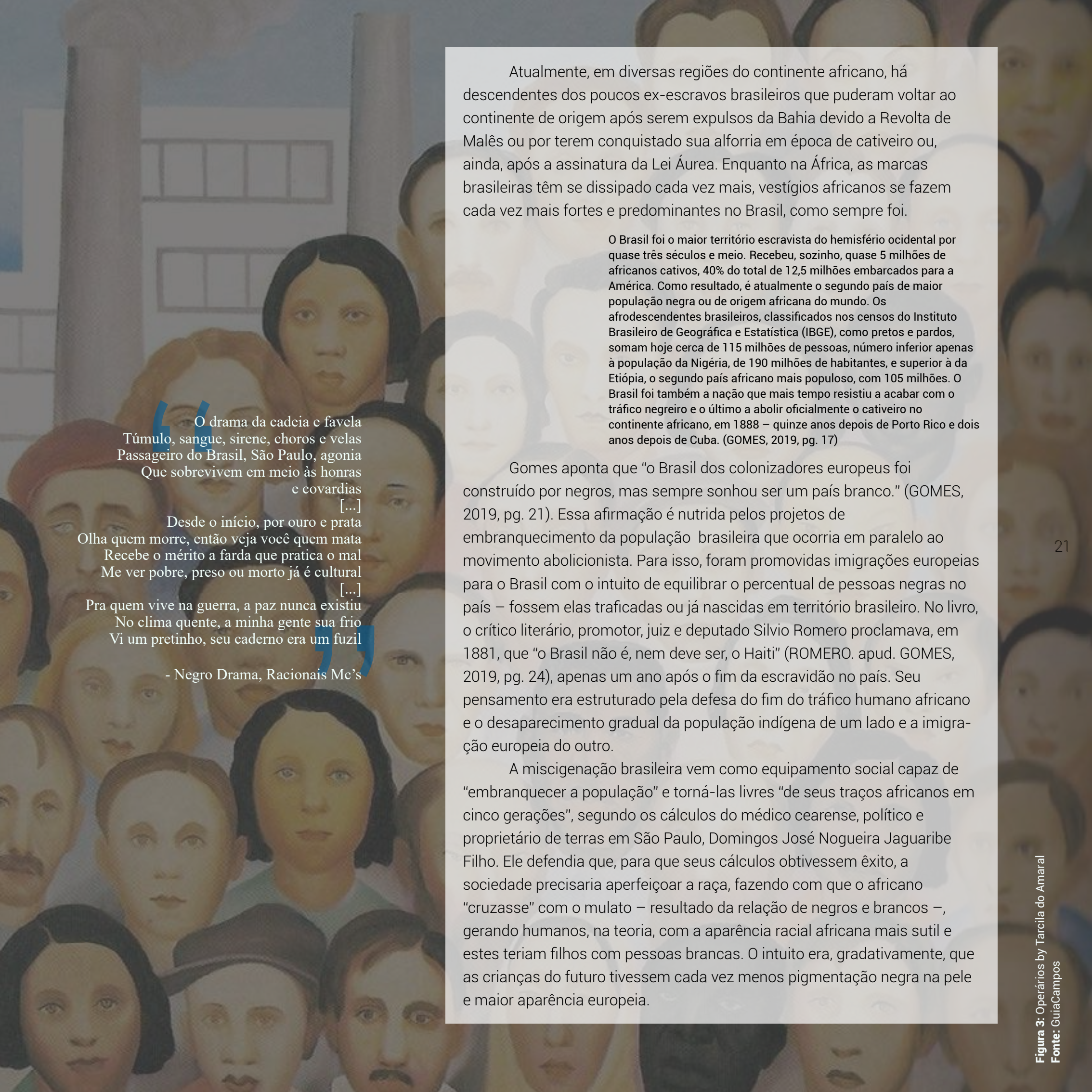
A proibição do tráfico e compra de seres humanos para fins de trabalho forçado, bem como a privação forçada da liberdade desses indivíduos é recente, sobretudo na história do Brasil já que, em um país descoberto há 523 anos, há somente 135 anos que foi oficialmente reconhecido no Brasil como prática ilegal e desrespeito à dignidade humana. Entretanto, essa cultura enraizada na sociedade brasileira mostra que essas práticas perduram sob disfarces, dessa vez mais sutis.

Legalmente, nenhum país admite mais a escravidão nos moldes antigos, em que seres humanos podiam ser comprados ou vendidos como mercadorias. Ainda assim, muitos a permitem na prática, incluindo o Brasil, onde é recorrente o noticiário sobre pessoas submetidas a condições de trabalho análogas ao cativeiro, exploradas mediante o pagamento de salários irrisórios (ou nem isso), privadas da liberdade de ir e vir, em ambientes sórdidos ou insalubres que, muitas vezes, se assemelham aos das senzalas e dos engenhos de cana-de-açúcar do século XVII. (GOMES, 2019, pg. 20)

Segundo a interpretação de Arthur Ramos, um dos pioneiros no estudo do tema no Brasil em 1937, os textos, poemas, sermões, discursos e crônicas de viagem representavam o povo africano “como seres ‘pitorescos’, ‘interessantes’, ‘exóticos’, quando não ‘selvagens’ ou ‘pagãos’, a serem salvos da barbárie no seio da Igreja Católica e, portanto, muito diferentes do biotipo padrão dos observadores, todos eles invariavelmente brancos e de ascendência europeia.” (GOMES, 2019, pg. 21)

Cerca de 12,5 milhões de africanos embarcaram à força em navios negreiros rumo à escravidão nas Américas. Destes, pelo menos 1,8 milhões morreram na travessia do Atlântico.

Era no mar, durante a travessia, que as cifras de mortalidade ficavam mais evidentes: como escravos representavam um “investimento”, uma mercadoria valiosa do ponto de vista dos traficantes, cada óbito tinha de ser registrado nos chamados Livros dos mortos pelos capitães dos navios, ao lado de diversos outros itens que apareciam nas colunas de crédito e débito dos relatórios de contabilidade. Por isso, os números de mortos durante esse tipo de viagem são mais precisos do que os das demais travessias náuticas da época, geralmente baseados em estimativas. Isso permite fazer hoje um cálculo assustador. Se, entre o início e o final do tráfico negreiro, pelo menos 1,8 milhão de cativos morreram durante a travessia, isso significa que, sistematicamente, ao longo de 350 anos, em média, catorze cadáveres foram atirados ao mar todos os dias. Por essa razão, os navios que faziam a rota África-Brasil eram chamados de “tumbeiros”, ou seja, tumbas flutuantes. (GOMES, 2019, pg. 36)



O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras
e covardias

[...]

Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural

[...]

Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu
No clima quente, a minha gente sua frio
Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil

- Negro Drama, Racionais Mc's

Atualmente, em diversas regiões do continente africano, há descendentes dos poucos ex-escravos brasileiros que puderam voltar ao continente de origem após serem expulsos da Bahia devido a Revolta de Malês ou por terem conquistado sua alforria em época de cativo ou, ainda, após a assinatura da Lei Áurea. Enquanto na África, as marcas brasileiras têm se dissipado cada vez mais, vestígios africanos se fazem cada vez mais fortes e predominantes no Brasil, como sempre foi.

O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é atualmente o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo. Os afrodescendentes brasileiros, classificados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como pretos e pardos, somam hoje cerca de 115 milhões de pessoas, número inferior apenas à população da Nigéria, de 190 milhões de habitantes, e superior à da Etiópia, o segundo país africano mais populoso, com 105 milhões. O Brasil foi também a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativo no continente africano, em 1888 – quinze anos depois de Porto Rico e dois anos depois de Cuba. (GOMES, 2019, pg. 17)

Gomes aponta que “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco.” (GOMES, 2019, pg. 21). Essa afirmação é nutrida pelos projetos de embranquecimento da população brasileira que ocorria em paralelo ao movimento abolicionista. Para isso, foram promovidas imigrações europeias para o Brasil com o intuito de equilibrar o percentual de pessoas negras no país – fossem elas traficadas ou já nascidas em território brasileiro. No livro, o crítico literário, promotor, juiz e deputado Silvio Romero proclamava, em 1881, que “o Brasil não é, nem deve ser, o Haiti” (ROMERO. apud. GOMES, 2019, pg. 24), apenas um ano após o fim da escravidão no país. Seu pensamento era estruturado pela defesa do fim do tráfico humano africano e o desaparecimento gradual da população indígena de um lado e a imigração europeia do outro.

A miscigenação brasileira vem como equipamento social capaz de “embranquecer a população” e torná-las livres “de seus traços africanos em cinco gerações”, segundo os cálculos do médico cearense, político e proprietário de terras em São Paulo, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho. Ele defendia que, para que seus cálculos obtivessem êxito, a sociedade precisaria aperfeiçoar a raça, fazendo com que o africano “cruzasse” com o mulato – resultado da relação de negros e brancos –, gerando humanos, na teoria, com a aparência racial africana mais sutil e estes teriam filhos com pessoas brancas. O intuito era, gradativamente, que as crianças do futuro tivessem cada vez menos pigmentação negra na pele e maior aparência europeia.



1.2. O MASSAGRE INDIGENA

A chegada do povo europeu em todo o continente americano marca o início de uma das maiores catástrofes da humanidade. Ainda que, em um mundo marcado por guerras, massacres e genocídios repletos de vítimas brutalmente fatais, o massacre produzido nas Américas apresentam números assustadores.

Nos primeiros cem anos após o desembarque de Cristóvão Colombo na Ilha de Hispaniola, morreram proporcionalmente mais pessoas no continente americano do que em todos os conflitos do século XX, apontado como o período mais mortífero da história moderna e contemporânea. (GOMES, 2019, pg. 97)

Segundo Laurentino, o massacre do Brasil foi igualmente grande em relação às demais regiões americanas. Em meados de 1500, a população nativa brasileira – os indígenas – estavam contabilizados em cerca de 3 a 4 milhões de habitantes, distribuídos em diversas partes do país, em mais de mil dialetos e culturas próprias – fazendo com que, até hoje, os povos indígenas brasileiros representem uma das maiores diversidades culturais e linguísticas do mundo. Trezentos anos após a chegada dos portugueses, a estatística populacional se mantinha em 3 milhões de habitantes. Entretanto, nesse momento da história, mais de $\frac{3}{4}$ do total de brasileiros eram compostos por brancos descendentes de europeus e de cativos africanos juntos de seus descendentes. À essa altura, a população indígena foi reduzida a cerca de 700 mil pessoas – aproximadamente 20% de sua população original. Esse fato evidencia que o Brasil colonial exterminou, em média, 1 milhão de indígenas por século, tanto em guerras quanto por doenças trazidas da Europa e África, como a gripe, sarna, febre amarela, tuberculose etc.

Diferentemente dos índios, os cativos negros que chegavam ao Brasil, além de serem abundantes e relativamente baratos na África, estavam bem adaptados às doenças que dizimavam os nativos. O ambiente epidemiológico do continente africano era mais semelhante ao da Europa e da Ásia do que ao da América. (GOMES, 2019, pg. 107)

Ainda hoje, no século XXI, esse projeto de extermínio permanece sendo posto em prática, também de maneira sutil e mascarada. No início de 2023, foi escancarada uma – entre tantas – crise humanitária envolvendo os povos Yanomami – tribo indígena nativa brasileira – onde, apoiados pelo Governo Federal, vem sofrendo corriqueiras invasões garimpeiras em suas terras. Atrelado à isso, há também a questão do desmonte de serviços básicos de saúde para a população. Essa crise causou cerca de 570 mortes de crianças Yanomami entre 2019 e 2023 (MENESES, 2023), por doenças que eram evitáveis, além da ausência de assistência necessária para os cuidados referentes à Covid-19. Em outras terras indígenas, em escala maior ou menor, casos parecidos têm acontecido no decorrer dos anos, ainda que pouco evidenciados pela mídia, como uma estratégia de silenciamento desse genocídio cultural.

A escravidão do povo indígena iniciou-se quase que imediatamente após os portugueses desembarcarem em terras brasileiras. Alguns deles chegaram a ser traficados para a Europa, inclusive. Indígenas eram feitos cativos por todos os cantos do Brasil e essa prática durou cerca de 100 anos ou mais.

Ao descrever a capitania de Pernambuco em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, português natural da cidade de Braga e autor da História da Província de Santa Cruz, deixava claro que os índios passíveis de cativeiro eram a maior riqueza da terra até aquele momento, maior ainda que a produção de açúcar, que dava os seus passos iniciais no Nordeste brasileiro: Esta [a capitania] se acha numa das ricas terras do Brasil, tem muitos escravos índios, que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram para todas as outras capitanias, porque há nesta muitos, e mais baratos que em toda a costa. [...] Há também muitos escravos da Guiné. (GOMES, 2019, pg, 102)

No Brasil, a captura e escravização dos povos indígenas era promovida com grande apoio dos bandeirantes que também foram responsáveis por expandir o território conhecido do país já que, por muito tempo, os colonizadores permaneceram nas áreas mais próximas à costa brasileira.

Segundo uma visão romântica por muito tempo alimentada pela historiografia ufanista, seriam eles os responsáveis pela conquista e pela consolidação do território nacional. Ao se embrenharem pelos sertões em busca de ouro e pedras preciosas, teriam expandido as fronteiras brasileiras para muito além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. [...] Embora fossem, de fato, homens destemidos e corajosos, que asseguraram as dimensões continentais que o Brasil tem hoje, os bandeirantes tinham como primeiro e principal objetivo a captura de índios – atividade que exerceram com escala e violência incomparáveis. As bandeiras eram empreendimentos privados, que em nada dependiam do tesouro real e cujos gastos e lucros eram resultado unicamente da pilhagem, do roubo e da escravização dos indígenas. (GOMES, 2019, pg 105)

Em 1570, a Coroa publicou a primeira lei que proibia a escravização indígena. Isso porque a sociedade colonial brasileira passou a entender que era mais vantajoso escravizar a mão de obra africana em detrimento da indígena, uma vez que estes últimos possuíam conhecimento amplo das terras brasileiras e, portanto, sua locomoção para se protegerem no meio das florestas – que eram terras desconhecidas para os europeus – era mais fácil e, por conta disso, era frequente a fuga desses povos para regiões de difícil acesso aos colonizadores. Os africanos, por sua vez, não conheciam as terras e não poderiam atravessar os oceanos em busca de sua terra natal como refúgio. A partir daí, os indígenas foram rapidamente esquecidos e substituídos por escravos africanos.

Além disso, a funcionalidade do tráfico de pessoas africanas se dava pelo fato de que nos países africanos, essa prática já era comum entre tribos e já havia um mercado bem estabelecido, diferente do Brasil. Não à toa, muitos reis africanos faziam acordos com traficantes europeus para fornecer seres humanos como mão-de-obra escrava para as Américas – o que acontecia entre a população indígena, porém em escala consideravelmente menor, incapaz de se comparar à situação da África.

Outro motivo importante para o fim da escravidão indígena é que esse assunto estava ligado à discussões religiosas em torno da humanidade desses povos. Os jesuítas acreditavam que os seres humanos indígenas poderiam não serem “dotados de alma e passíveis de redenção pela graça divina, como se julgavam ser os europeus.” (GOMES, 2019, pg 110). Para a decisão referente aos seres humanos africanos, pouco se discutiu e tão logo concluíram que eram passíveis de cativeiro, e isso bastava.



Figura 5: Sônia Bone Guajajara, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), durante o Acampamento Terra Livre 2019
Fonte: APIB/Outras Palavras

1.3. A DÍVIDA HISTÓRICA

Atualmente, um dos meios de minimizar o impacto e a culpa da escravidão no Brasil é relativizar a responsabilidade do tráfico e genocídio da população africana que foi feita cativa. Algumas pessoas defendem a tese de que os povos africanos, por compactuarem com traficantes europeus, fornecendo-lhes a mão de obra necessária para produzir um esquema de tráfico humano nas Américas faz com que estes sejam os principais responsáveis pelo desdobramento do que foi o período histórico de Escravidão no Brasil.

[...] 130 anos após a assinatura da Lei Áurea, algumas pessoas ainda insistem em questionar a chamada “dívida social” em relação aos afrodescendentes. Segundo essa corrente, a “dívida” estaria automaticamente anulada pelo fato de os africanos serem corresponsáveis pelo regime escravagista. Como consequência, não haveria por que indenizar ou beneficiar a atual população negra com políticas públicas compe satórias pelos prejuízos históricos decorrentes da escravidão. Um dos alvos favoritos dos ataques foi o controverso sistema de cotas preferenciais em escolas e postos da administração pública adotado no Brasil sob inspiração de políticas semelhantes implantadas nos Estados Unidos. (GOMES, 2019, pg. 127)

Pensamentos destrinchados deste acima evidenciam o racismo estrutural muito presente na sociedade, como a ideia que as pessoas acreditam, por exemplo, que o ser humano brasileiro criminoso, sobretudo o preto e pobre, deve sofrer e pagar pelos seus atos infracionais, como forma de reparação pelo mau provocado à sociedade. Como será abordado, a justiça social e criminal no Brasil é evidentemente desigual e mostra essa ideia de que o peso punitivo do ser humano negro deve ser maior do que o peso punitivo do ser humano branco, pois o primeiro já apresenta um fator quase que genético na pele, um comportamento dado como “primitivo”, trazido de seu histórico pré-colonial que o faz ser mais suscetível à criminalidade e, portanto, mais digno de punição, ainda que por infrações leves, enquanto que o segundo sempre apresentou comportamento mais civilizado, do ponto de vista europeu.

Jorge Benci – autor italiano de livros e ensaios que ajudaram a construir a base ideológica do regime escravagista – defendia a tese de que o senhor de escravo precisava punir o cativo para que ele não se acostumassem a errar e que, ao fazê-lo, seria como um ato de misericórdia a esses seres:

Para trazer bem domados e disciplinados os escravos, é necessário que o senhor não lhes falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecerem [...] Não é crueldade castigar os servos, quando merecem por seus delitos ser castigados, mas antes é uma das sete obras da misericórdia, que manda castigar os que erram. [...] Haja açoites, haja correntes e grillhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida; e vereis como em breve fica domada a rebeldia dos servos. (GOMES, 2019, pg. 294)

Aí, você sai do gueto
Mas o gueto nunca sai de você, morô irmão?
Cê tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho ‘ni você, morô?
Sabe por quê? Pela sua origem, morô irmão?
É desse jeito que você vive, é o negro drama
- Negro Drama, Racionais Mc’s

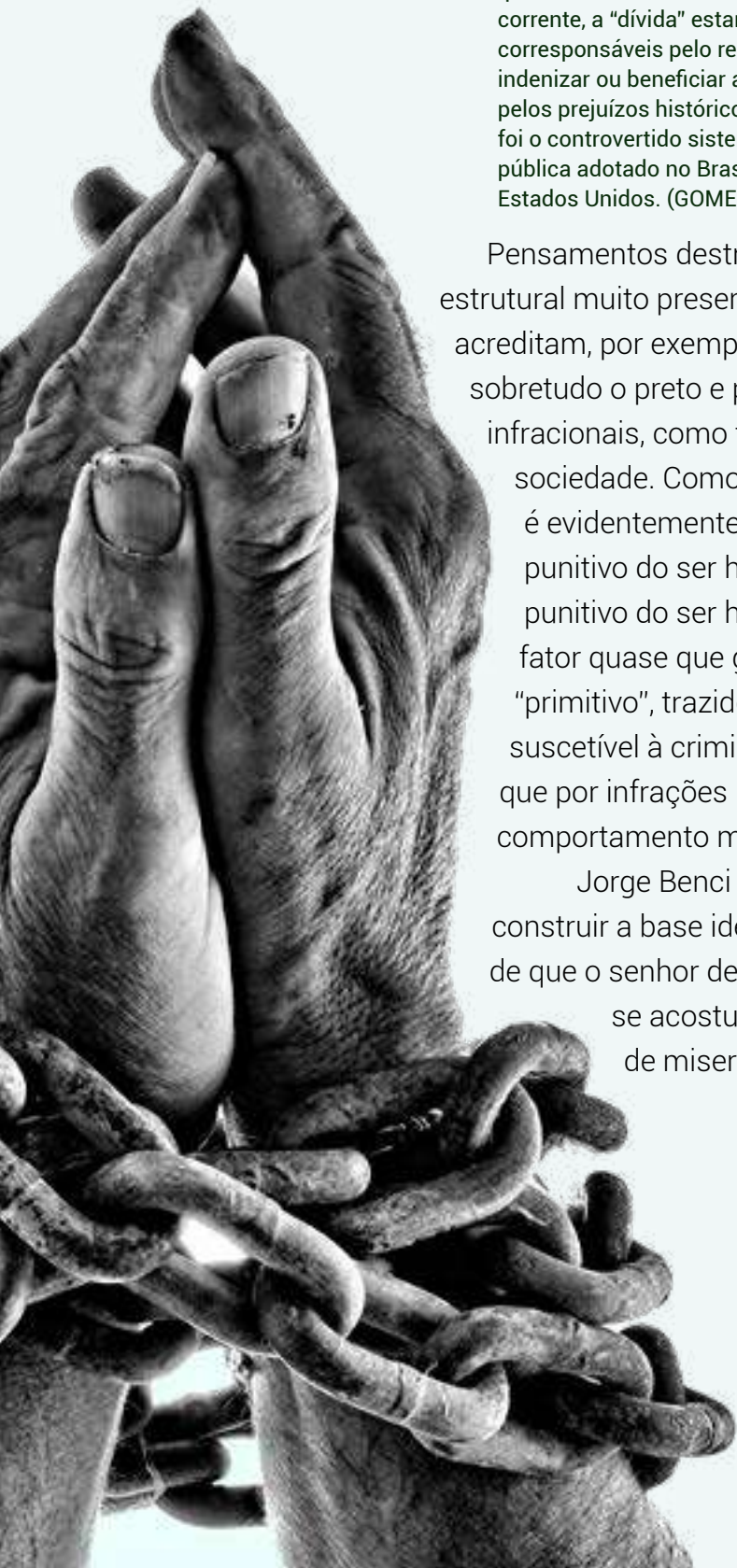


Figura 6: Lutas, Parte II, Cadeias do Passado
Fonte: Broken Light Struggles

O que acontece é que a prática de escravização do próprio povo era cultural em diferentes partes do mundo, em diferentes momentos da história da humanidade. Além disso, no continente africano, há nativos que não são negros, muito pelo contrário. Os muçulmanos, por exemplo, não eram negros, mas participavam do fornecimento de escravos negros para o continente americano.

Seria, portanto, correto afirmar que africanos escravizaram os próprios africanos ou que negros escravizaram negros? Sim, tanto quanto dizer que chineses escravizaram chineses e brancos escravizaram brancos na Europa e na Ásia. Como já se viu em um dos capítulos anteriores, a escravidão foi uma prática disseminada em quase todas as sociedades e períodos da história humana. No passado, não fazia distinção de raça, cor da pele, origem étnica ou geográfica. (GOMES, 2019, pg. 128)

Uma forte e desgastante consequência desse momento da história é o fato de pessoas negras brasileiras não serem capazes de reconhecer, de fato, suas origens, pois estas eram apagadas assim que os africanos embarcavam nos navios. Ali, diversos povos de diferentes linguagens e etnias eram colocados juntos, sem possibilidade de comunicação, já que os idiomas eram distintos. Ao chegar no Brasil, sua identidade era ignorada e, ainda após a Lei Aurea, essa origem já havia muito esquecida. Os ex-escravos ganharam novas identidades sem muito critério, apenas para formalizar o processo de alforria. Nesse momento, muitos receberam aleatoriamente sobrenomes como Souza (ou Sousa), Ferreira, Oliveira, Silva, Santa, Santos, dentre outros. (GOMES, 2019, pg. 15)

Sempre tive a consciência de que um dos maiores crimes contra a população negra não foi nem a tortura, nem a violência: foi retirar a possibilidade de que conhecêssemos nossas origens. Se qualquer pessoa me perguntar de onde sou, agora já sei responder. Só quem é negro pode entender a dimensão que isso possui. Só conhecendo nossas origens poderemos entender quem somos de verdade. Enquanto não superarmos a escravidão, não teremos paz — nem os escravizados, nem os escravizadores.” Zulu Araújo, arquiteto de Salvador e membro da Fundação Pedro Calmon, após conhecer o rei africano da tribo da origem que Araújo descende. (GOMES, 2019, pg 143)

**Favela vive no coração de cada morador
Na lembrança de cada vida que a guerra levou
Somos a tribo perdida, trazida de longe
Somos filhos da lama, Brasil que a mídia esconde
Nos entopem de pólvora, coca, esgoto a céu aberto
E quilombos de madeirite e concreto
O futuro chegou e ainda usamos corrente
Escravizados através do tráfico de entorpecente**

- Favela vive 2, ADL part. part. MV Bill,
Funkero e B.K.

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente... Minha intenção é ruim, esvazia o lugar. Eu tô em cima, eu tô afim, um, dois pra atirar. Eu sou bem pior do que você tá vendo, o preto aqui não tem dó, é 100% veneno! A primeira faz bum, a segunda faz tá, eu tenho uma missão e não vou parar. Meu estilo é pesado e faz tremer o chão. Minha palavra vale um tiro, eu tenho muita munição. Na queda ou na ascensão, minha atitude vai além e tem disposição pro mal e pro bem. Talvez eu seja um sádico, ou um anjo, um mágico, o juiz ou réu, o bandido do céu, malandro ou otário, Padre sanguinário, franco atirador se for necessário, revolucionário, insano ou marginal. Antigo e moderno, imortal. Fronteira do céu com o inferno, astral imprevisível como um ataque cardíaco do verso. Violentamente pacífico. Verdíco, vim pra sabotar seu raciocínio, vim pra abalar seu sistema nervoso, e sanguíneo. Pra mim ainda é pouco, Brown cachorro louco. Número 1 dia, terrorista da periferia. Uni-duni-tê, eu tenho pra você um rap venenoso ou uma rajada de PT. E a profecia se fez como previsto, 1997, depois de Cristo. A fúria negra ressuscita outra vez, Racionais Capítulo 4, Versículo 3... Aleluia, aleluia... Faz frio em São Paulo, pra mim tá sempre bom. Eu tô na rua de bombas e no letom, dim, dim, dom, rap é o som que emana no Opala marrom. E aí, chama o Guilherme, chama o Vander, chama o Dinho e o Di, marquinho chama o Edel, vamo aí. Se os outros manos vem, pela ordem tudo bem melhor, quem é quem no bilhar no dominó. Colou dois mano, um acenou pra mim, de jaco de cetim, de tênis e calça jeans. Ei Brown, sai fora nem vai, nem cola, não vale a pena dar ideia nesses tipo aí. Ontem à noite eu vi na beira do asfalto, tragando a morte, soprando a vida pro alto. Ó os cara só pó, pele o osso, no fundo do poço, vários flagrante no bolso. Veja bem, ninguém é mais que ninguém, veja bem, veja bem, eles são nosso irmãos também. Mas de cocaína e crack, Whisky e conhaque, os manos morrem rapidinho sem lugar de destaque. Mas quem sou eu pra falar de quem cheira ou quem fuma, nem dá... nunca te dei po@## nenhuma! Você fuma o que vem, entope o nariz, bebe tudo o que vê, faça o diabo feliz. Você vai terminar tipo o outro mano lá que era um preto tipo A. Ninguém entrava numa, mó estilo de calça Calvin Klein e tênis Puma. Um jeito humilde de ser, no trampo e no rolê, curtia um Funk, jogava uma bola. Buscava a preta dele no portão da escola. Um exemplo pra nós, mó moral, mó ibope, mas começou colar com os branquinhos do shopping (Aí já era) lh mano outra vida, outro pique, só mina de elite, balada, vários drink. P*7@ de boutique toda aquela p@*&!, s3x@ sem limite, Sodoma e Gomorra. Hã, faz uns nove anos, tem uns quinze dias atrás eu vi o mano... Cê tem que ver, pedindo cigarro pro tiozinho no ponto, dente tudo zoado, bolso sem nenhum conto. O cara cheira mal, as tia sente medo, muito louco de sei lá o que logo cedo. Agora não oferece mais perigo... Viciado, doente, f@d1do, inofensivo... Um dia um PM negro veio embaçar e disse pra eu me pôr no meu lugar... Eu vejo um mano nessas condições, não dá... Será assim que eu deveria estar? Irmão, o demônio f@%# tudo ao seu redor, pelo rádio, jornal, revista e outdoor. Te oferece dinheiro, conversa com calma, contamina seu caráter, rouba sua alma. Depois te joga na merda sozinho... Transforma um preto tipo A num neguinho. Minha palavra alivia sua dor, ilumina minha alma, louvado seja o meu Senhor! Que não deixa o mano aqui desandar, ah e nem sentar o dedo em nenhum pilantra. Mas que nenhum filha da p*%@ ignore a minha lei, Racionais Capítulo 4, Versículo 3... Aleluia, aleluia... Quatro minutos se passaram e ninguém viu o monstro que nasceu em algum lugar do Brasil... Talvez o mano que trampa debaixo do carro sujo de óleo, que enquadra o carro forte na febre com sangue nos olhos. O mano que entrega envelope o dia inteiro no sol ou o que vende chocolate de farol em farol. Talvez o cara que defende o pobre no tribunal ou que procura vida nova na condicional. Alguém num quarto de madeira lendo à luz de vela, ouvindo um rádio velho no fundo de uma cela. Ou da família real de negro como eu sou, um príncipe guerreiro que defende o gol. E eu não mudo, mas eu não me iludo, ps mano c@ de burro têm, eu sei de tudo... Em troca de dinheiro e um cargo bom, tem mano que rebola e usa até batom. Vários patrícios falam merda pra todo mundo rir, ha ha, pra ver branquinho aplaudir. É, na sua área tem fulano até pior, cada um, cada um, você se sente só. Tem mano que te aponta uma pistola e fala sério, explode sua cara por um toca-fita velho. Click pláu, pláu, pláu e acabou, sem dó e sem dor, f@#\$-se sua cor. Limpa o sangue com a camisa e manda se f@#\$r, você sabe por que, pra onde vai, pra quê? Vai de bar em bar, esquina em esquina, pegar 50 conto, trocar por cocaína. Enfim, o filme acabou pra você! A bala não é de festim, aqui não tem dublê. Para os manos da Baixada Fluminense à Ceilândia, eu sei, as ruas não são como a Disneylândia! De Guaianases ao extremo sul de Santo Amaro, ser um preto tipo A custa caro... É f@#\$, f@#\$ é assistir à propaganda e ver: não dá pra ter aquilo pra você... Playboy forgado de brinco: c@, trouxa, roubado dentro do carro na avenida Rebouças. Correntinha das moça, as madame de bolsa. Dinheiro, não tive pai não sou herdeiro. Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal por menos de um real, minha chance era pouca, mas se eu fosse aquele moleque de touca que engatilha e enfia o cano dentro da sua boca. De quebrada sem roupa, você e sua mina, um, dois, nem me viu, já sumi na neblina... Mas não, permaneço vivo, prossigo a mística: vinte e sete anos contrariando a estatística! Seu comercial de TV não me engana, eu não preciso de status nem fama. Seu carro e sua grana já não me seduz e nem a sua p@#\$ de olhos azuis! Eu sou apenas um rapaz latino-americano apoiado por mais de 50 mil manos. Efeito colateral que o seu sistema fez. Racionais Capítulo 4, Versículo 3...

PARTE 2: O PÓS-ÁLTER

2.1. PRETOS NO MERCADO DE TRABALHO

O ano de 1888 foi um marco para o sistema econômico do Brasil. Com o fim da escravidão e a chegada de mão-de-obra assalariada europeia para trabalhar nas fazendas brasileiras, iniciou-se um período de sistema capitalista no país que perdura até hoje. Para os fazendeiros, era mais economicamente benéfico comprar a mão-de-obra ao em vez do funcionário, pois os custos de manutenção eram menores e a substituição do indivíduo era mais fácil do que manter um cativo na fazenda.

Segundo as historiadoras brasileiras professoras Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, após a abolição, as ilhas de Trinidad e Jamaica desenvolveram os conceitos de “fronteira fechada e aberta” respectivamente para definir as novas modalidades de trabalho e sistema econômico após a abolição. A fronteira fechada consistia na condição em que os alforriados deveriam aceitar as condições de trabalho impostas pelos senhores para continuarem sobrevivendo. Enquanto isso, a fronteira aberta proporcionava a liberdade da escolha de vida camponesa da população antes escravizada. Esses dois conceitos se posicionam de forma oposta quando se entende que a fronteira fechada em Trinidad não causou quaisquer impactos negativos significantes para a produção açucareira da região e a fronteira aberta na Jamaica provocou um alto declínio na produção de açúcar e gerou grande instabilidade na economia da região, já que os camponeses produziam seus próprios recursos para a sua sobrevivência.

A situação dos ex-escravizados no Brasil assemelha-se indiretamente aos dois conceitos, quando é sabido que o estilo de vida camponês da população negra foi imposto pela sociedade, já que lhes foram privados os direitos de trabalho, moradia, auxílio financeiro e social e estes mesmos direitos foram transferidos para os trabalhadores imigrantes oriundos da Europa. Ao mesmo tempo, homens, mulheres, crianças pretas e as famílias que, apesar de serem brancas, também eram pobres, precisaram se adequar às péssimas condições de trabalho para garantirem a sua sobrevivência.

Diversos recursos foram criados para tentar barrar o avanço econômico da população negra no país, de forma velada, para não atrair questionamentos dos países que há muito cobravam uma posição do Brasil acerca da libertação de seus escravos e o fim da escravidão. Um exemplo disso foi a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850 que impunha uma série de diretrizes e dificuldades para quem quisesse adquirir uma propriedade no Brasil. Dificuldades essas que afetavam principalmente a população pobre do país – não por acaso, se tratava na maior parte delas, de indígenas e negros.

Minha mina de fé tá em casa com o meu menor
Agora posso dar do bom e do melhor
Várias vezes me senti menos homem
Desempregado, meu moleque com fome
É muito fácil me criticar
A sociedade me criou e agora quer me matar
Me condenar e morrer na prisão,
virar notícia de televisão
[..]
Tô ligado, bolado quem é o culpado?
Que fabrica a guerra e nunca morre por ela
Distribui a droga que destrói a favela
Fazendo dinheiro com a nossa realidade
Me deixaram entre o crime e a necessidade
Feio e esperto com uma cara de mal
A sociedade me criou mais um marginal
[...]
Quem deveria dar a proteção
Invade a favela de fuzil na mão
Eu sei que o mundo que eu vivo é errado
Mas quando eu precisei, ninguém tava do meu lado
- Soldado do Morro, MV Bill,

Quinhentos anos que os branco
tão na @#\$\$% do Brasil
Dando um curso intensivo de
como agir com violência

- Favela vive 4, ADL part. MC
Cabelinho, Edi Rock, Kmila
CDD, Orochi e Cesar MC

Para o comércio profissional e a prática autônoma de trabalho, o governo impôs a necessidade de licenciamento para o livre funcionamento do estabelecimento e da execução dos serviços. Aqueles que não possuísem essa licença, automaticamente estariam exercendo a profissão na ilegalidade. Também era comum a preferência por pessoas brancas para as vagas de emprego. Essa informação era, inclusive, especificada no anúncio da vaga, mas não apresentava nenhuma justificativa para tal.

Não obstante, os negros alforriados que já possuíam um trabalho livre, foram mandados embora para que dessem lugar aos imigrantes. Essa expulsão se deu em caráter territorial também, já que houve o apartheid social: pessoas negras foram proibidas de frequentar as áreas mais valorizadas da cidade, principalmente a região central, utilizando-se da justificativa de preservação da saúde e da higiene pública. Para isso, foram criadas leis restritivas para barrar legalmente a população pobre dos bairros nobres das grandes cidades. Dentre eles, tornou-se criminosa a prática do ócio (artigo 189): “toda pessoa de qualquer sexo ou idade que for encontrada sem ocupação, em estado de vagabundagem, será mandado se apresentar à autoridade policial, para assinar o termo que trata o código do Processo Criminal.” (JACINO, 2012, pg. 24). Entende-se que esse ato permanece sendo criminalizado. Sua imposição é evidente nos chamados “enquadros”, aplicados principalmente em jovens das regiões periféricas ou que, apesar de estarem em regiões bem valorizadas, apresentam-se fisicamente com características mais suscetíveis à atração da atenção policial para si.

Com toda a segregação dentro do mercado de trabalho, o que restava aos homens e mulheres pretos eram cargos baixíssimos e, em sua maioria, autônomos, já que os empregadores se recusavam a contratar essas pessoas. Carroceiros, lavadoras, quitandeiros, domésticos e cuidadoras eram alguns desses subempregos disponíveis na cidade. Todas essas medidas visavam excluir a população preta da sociedade de forma que eles sucumbissem ou deixassem de vez o país, promovendo o embranquecimento tanto da classe operária quanto da população brasileira, no geral. Com condições de trabalho insalubre e salários baixíssimos, oriundos de uma sociedade que apresentava – e ainda apresenta – resquícios escravistas, além da dizimação de boa parte da classe operária pela gripe espanhola, muitos imigrantes optaram, de forma relutante, em voltar para seus países de origem – que também ofereciam péssimas condições de trabalho e, por isso, incentivaram os europeus a imigrarem para o Brasil. Por mais que houvesse mecanismos intencionados a excluir totalmente o negro do mercado de trabalho, esses mecanismos não foram capazes de concluir o plano integralmente, pois à medida que São Paulo crescia, se fazia necessário um maior número de mão de obra para suprir a demanda que a cidade oferecia.

Além do regresso dos imigrantes aos seus países de origem, muitos dos que permaneceram no Brasil recusavam-se a ocupar cargos baixos, inconscientemente dando espaço às pessoas pretas. Dessa forma, alguns deles foram capazes de alcançar cargos que lhes possibilitaram ascensão social, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, alfaiates e sapateiros.

2.2. A CRISE DE 1990

O século XX foi marcado por um crescimento não somente demográfico como também pela economia brasileira. Dos anos 1940 a 1980, o PIB brasileiro crescia, em média, 7% ao ano (MARICATO, 2000, pg. 23). Nessa época, os índices de pobreza estavam, de certa forma, estabilizados e sem muitas variações ao longo dos anos. Entretanto, esse lucro estava sob poder da burguesia, e não havia uma redistribuição justa de renda para toda a população brasileira. A partir de 1980, as áreas urbanas passam a ser o epicentro da pobreza na cidade. Ermínia Maricato explica que

A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90 – quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB per capita fosse negativa na década de 80 – trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. (MARICATO, 2000, pg. 23)

Nesse período, a crise econômica que se estabeleceu devido à 2ª crise mundial do petróleo, elevando as taxas de juros no mercado financeiro internacional, mudou o cenário do Brasil, onde pessoas ricas passaram a lucrar menos e as pessoas pobres atingiram a extrema pobreza. A taxa de desemprego, bem como os índices de trabalho informal cresceram exorbitantemente não somente no Brasil como em vários outros países afetados pela crise econômica mundial. Isso evidencia o fato de que a reestruturação produtiva e o recuo das políticas públicas de cunho social apenas evidenciaram e agravaram um problema nacional histórico.

Segundo as professoras Eliane Lopes da Silva e Lucia Cortes da Costa, pesquisadoras da Universidade de Ponta Grossa, o governo brasileiro (bem como os demais governos que estavam em desenvolvimento) adotou de uma política liberal, onde existia a política do livre mercado, a limitação do Estado sobre a economia, a redução dos gastos públicos e o estímulo à livre concorrência.

Nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também, pela primeira vez, um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana: o início de uma escalada de crescimento do número de homicídios, sem precedentes na história do país. (MARICATO, 2000, pg. 23)

Antes da década de 80, a violência nas áreas urbanas do país era praticamente inexistente na história do Brasil enquanto República. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a taxa nacional de homicídios (por 100 mil habitantes) era mais que o dobro da taxa do país como um todo – cerca de 24,10. De acordo com a Fundação Seade, a violência urbana está diretamente ligada à falta de recursos econômicos mínimos necessários para a sobrevivência. Enquanto a classe média possuía ainda algum recurso financeiro para manter as necessidades básicas para viverem, a população que já estava afundada na pobreza se via em uma situação em que não havia alternativas, já que, se em uma situação comum a escassez de emprego para sua classe já era grande, em uma situação de crise, era pior.

Pra nós, deram 600 reais de auxílio
Bala na cabeça ou joelho no pescoço
Quantos aqui recorre a isso?
Portando Glockada, boca de fumo é serviço
Sem pedir esmola que eu nunca vi lucro nisso
Nós pede comida e eles querem jogar míssil
Quatorze anos, preta é a cor da sua pele
Some da sua casa, aparece no IML
[...]
Pro favelado sobra isso
- Favela vive 4, ADL part. MC Cabelinho,
Edi Rock, Kmila CDD, Orochi e Cesar MC

Os gráficos abaixo mostram os índices de desemprego e violência urbana, onde ao analisar os índices explícitos neles, é possível traçar um paralelo de causa-consequência.

**Gráfico 1 - Crescimento do Desemprego
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-97**



Gráfico 1: Gráfico do Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – 1985-97
Fonte: Fundação Seade/Dieese

**Gráfico 2 - Aumento da Violência, segundo Taxa de Homicídios
Município de São Paulo – 1960-1997**

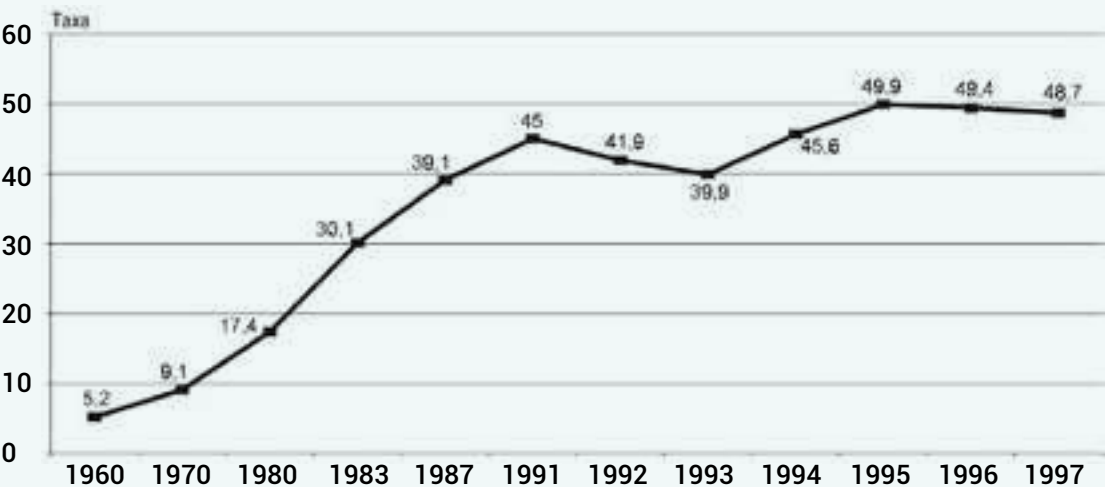


Gráfico 2: Gráfico do Aumento da Violência, segundo Taxa de Homicídios
Fonte: Folha de S. Paulo/PRO-AIM

É a principal causa de morte de homens com idades entre 10 e 38 anos e já começa a afetar a expectativa de vida ao nascer da população masculina brasileira. (Fundação Seade)

Coincidentemente, um outro fenômeno acontece paralelamente a essa crise econômica: o surgimento do crack. O Dr. Dráuzio Varella relata em seu livro “Carandiru” o exato momento das décadas de 80-90 em que as ocorrências de drogas injetáveis dentro da penitenciária diminuem praticamente em 100% e começa a relatar diversos episódios do uso de crack entre os detentos – onde eles produziam a droga dentro da prisão, através do contrabando de cocaína para dentro dos muros do sistema penal.

Muita pobreza estoura violência!
Nossa raça está morrendo, não me diga que está tudo bem!
- Periferia é Periferia, Racionais Mc’s

“Alguém avisa pro falso cristão
Que todo jovem preto um dia foi um feto
Não venha me dizer que é a favor da vida
Se quando nos assassinam, você fica quieto

-Dai a Cesar O que é de Cesar, Cesar MC

Segundo Drumond (DRUMOND, 1999), atrelado ao aumento da violência (promovida pelo crescimento da posse de arma de fogo, e do uso do crack, álcool e de outras substâncias ilícitas nas ruas das grandes cidades, falta de opções de espaços de lazer e recreativos) houve também o aumento da população carcerária em escala nacional, sobretudo em São Paulo, epicentro da violência urbana e do tráfico de drogas.

Quanto à espacialidade da violência urbana, Ermínia salienta que em

Uma pesquisa de 1999 do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade do Município de São Paulo (PRO-AIM), organismo público municipal que registra as causas de morte na capital paulista, mostra de forma clara a relação entre a epidemiologia dos homicídios e as desigualdades sociais. Os dados do PRO-AIM, analisados por Marcos Drumond Junior, evidenciam uma relação direta entre espacialidade e violência. As reais mais violentas são aquelas em que predomina uma conjunção de determinados indicadores: níveis baixos de renda e escolaridade, maior proporção de negros entre os moradores, maior desemprego, maior número de moradores de favelas, piores condições de moradia e urbanísticas. (MARICATO, pg. 28)

Segundo a análise de Drumond Junior, enquanto nas áreas de padrão de vida alto da cidade de São Paulo, os índices de violência eram baixos em 1991 e houve declínio em 1999, as regiões periféricas e de favelas fazem um contraponto às áreas nobres: os índices de violência que já eram altos em 1991 sofrem um aumento considerável até 1999 e segue adiante. O bairro do Morumbi possui 3 favelas em seu território, fazendo com que ele seja uma região de área nobre que vai de oposição aos índices baixos de violência e esteja incluso dentro dos índices elevados de violência, bem como o Centro Velho da cidade de São Paulo onde, apesar de ser uma importante área da cidade, encontra-se deteriorada e palco de grande insegurança física para os transeuntes.

A ausência e morosidade da justiça, o esgotamento e baixa eficácia do sistema prisional, a pouca utilização de penas alternativas, o policiamento ineficaz, sucateado, desvalorizado e corrupto, além de aspectos éticos como a valorização do individualismo e a banalização da vida, e os comportamentos agressivos e cruéis. Estes determinantes, entre outros, se relacionam de formas diferenciadas em situações diversas, de maneira que, mesmo que um modelo abarcasse toda esta complexidade, ele não poderia ser generalizado. (DRUMOND, pg. 68)

Uma análise preliminar de junho de 1998 a junho de 1999 realizada pelo PRO-AIM mostram que morrem mais pessoas de pele parda e preta, sendo 8,4% das mortes totais do país por crimes de homicídio, posicionando a ocorrência das mortes na 3ª posição do ranking brasileiro de mortalidade. A pesquisa ainda vai além e exprime que a mortalidade de homens de 10 a 49 anos liderava o ranking de homicídios por sexo e idade. O perfil dessas vítimas era de homens jovens adultos, pretos ou pardos e de pouca instrução, o mesmo perfil encontrado dentro das penitenciárias brasileiras.

2.3. SEGREGAÇÃO SOCIAL EM SÃO PAULO

Com o avanço do desenvolvimento econômico e urbanístico em São Paulo, a desigualdade social foi se evidenciando em diversos âmbitos da sociedade, onde atualmente ela se mantém estruturada de maneira evidente. No âmbito educacional, por exemplo, segundo o IBGE (2016), 9,4% da população negra têm 12 anos de estudo ou mais, enquanto que para a população branca, a taxa é superior a 22%. Para o índice de analfabetismo, o percentual das pessoas negras era de 9,9%, sendo mais que o dobro do índice entre brancos. Essa considerável diferença se repete nos índices de desemprego, sendo 13,6% e 9,5%, respectivamente.

O afastamento da população preta das áreas nobres da cidade para as zonas periféricas impactou diretamente no acesso aos recursos necessários para a sobrevivência e desenvolvimento econômico e social dessa população. Desamparados após a abolição, o fornecimento dos direitos primários para a sobrevivência de mulheres e homens pretos e pobres na cidade de São Paulo era mínimo, para não dizer nulo.

Para ter um melhor entendimento dos índices a seguir, é importante compreender que, atualmente, pelo menos 55,8% da população brasileira é negra. Dentre os 10% das pessoas mais ricas do país, somente 29,4% destes são pretos, enquanto 75,2% dos 10% de pessoas mais pobres do Brasil também são negras. Além disso, essa população lidera os índices de violência; saneamento básico, saúde, moradia e trabalho precários.

No mercado de trabalho, segundo o SEADE, 22,8% da população negra da cidade de São Paulo ocupa cargos de baixo prestígio social na construção civil, como: pedreiros, serventes, pintores etc., enquanto 52,6% dos brancos ocupam os melhores cargos do mesmo setor. Ainda, 22,8% da população negra ocupa outras profissões de baixo prestígio social, como frentista, lixeiros, repositores, faxineiros, empregadas domésticas etc., sendo que somente 11,1% da população branca ocupa estes mesmos cargos.

Um dia ele viu a malandragem com o bolso cheio
Pagando a rodada, risada e vagabunda no meio
[...]
Como ganha o dinheiro? Vendendo pedra e pó
[...]
Dizem que quem quer, segue o caminho certo
Ele se espelha em quem 'tá mais perto
- Mágico de Oz, Racionais Mc's

Somos soldados pedindo esmolas
Crianças de pistola, jogando a infância fora
Ninguém incentiva um favelado a ler, escrever
Nós já nascemos preparados pra morrer

- Favela vive 2, ADL part. part. MV
Bill, Funkero e B.K.

Analisando o cenário de desemprego, o índice de pretos desempregados chegava, em 2015, a um percentual de 14,9%. A população branca atingiu o percentual de 12% — importante considerar que a população branca é notavelmente menor em comparação à população negra, a diferença de pessoas desempregadas considerando sua raça é alarmante. A tabela abaixo apresenta a relação das rendas mensais por chefes de família e raça, em São Paulo:

Liderança familiar	Raça	Renda mensal
Pai	Branco	R\$ 8.225,23
Mãe	Branco	R\$ 5.643,66
Pai	Negro	R\$ 3.180,81
Mãe	Negro	R\$ 2.484,12

Tabela 1: Tabela de relação de rendas familiares por sexo e raça
Fonte: Tabela autoral com informações fornecidas pelo SMPIR

A ausência de pessoas negras nos ambientes produtivos e educacionais – mesmo quando estes equipamentos estão presentes em território de grande abrangência da população preta – se dá, principalmente, pela baixa qualidade do ensino básico regular público, ocasionado pelos baixos investimentos dos governos nos três níveis políticos, bem como nos assuntos relacionados ao sistema público de saúde. A falta de acesso à educação, saúde, moradia e emprego digno evidenciou um apartheid social que já ocorria há muito tempo.

Enquanto favelas, presídios, profissões menos valorizadas e viadutos estão marcados pela presença abundante de pessoas negras; universidades, bairros nobres e cargos de poder tem a maioria de pessoas brancas ocupando estes lugares. De acordo com o Departamento de Direitos Humanos da USP, em 2015, apenas 1,8% entre todos os professores da Universidade de São Paulo eram negros.

Essa segregação reduz do indivíduo periférico suas redes de contatos e oportunidades a: acesso à emprego; educação; outros grupos sociais; espaços físicos sociais de qualidade, ao que diz respeito ao direito à cidade. Essa falta de acesso provoca a sensação de não pertencimento na cidade, fazendo com que pessoas negras entendam que somente os conceitos e ambientes deteriorados e de cunho periférico pertençam à sua realidade. Isso pode gerar duas vertentes de pessoas: a submissa, resignada e conformada com a situação de vida ou a indignada, rebelde e violenta, incapaz de aceitar que não haja saída coerente. Porém, ambas as vertentes podem prejudicar o indivíduo e seu desenvolvimento na sociedade.

[...] a violência é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial. (WIEVIORKA apud OFICINA DE IDÉIAS, 2003).



**“Molecada sem futuro, eu já consigo ver
Só vão na escola pra comer apenas, nada mais
Como é que vão aprender
sem incentivo de alguém?
Sem orgulho e sem respeito, sem saúde e sem paz
- Homem na Estrada, Racionais Mc's”**

Quando privamos o indivíduo periférico de acessos básicos ao desenvolvimento humano, geramos nele uma violência social. Essa violência gera um segundo tipo de violência, dessa vez palpável: a violência física. Apesar de não ser uma violência que agride diretamente o corpo humano, podemos reconhecê-la nas diversas precariedades que a desigualdade sócio-espacial causa:

- > Precariedade habitacional;
- > Falta de saneamento básico;
- > Ausência de equipamentos culturais;
- > Falta de vagas no ensino básico;
- > Ensino precário;
- > Sistema precário de saúde pública;
- > Falta de acesso à remédios e medicações, provocando mortes que poderiam ser evitáveis;
- > Violência no trânsito;
- > Mobilidade comprometida para o acesso aos serviços e equipamentos públicos;
- > Desgaste da saúde física e mental do cidadão favelado.

A expectativa de vida nos bairros de São Paulo também faz parte das evidências que o apartheid social apresenta no desenvolvimento da cidade. O mapa da desigualdade da 1ª infância mostra que 25 dos 26 piores distritos de São Paulo para ser uma criança estão localizados na periferia. No mapa da desigualdade de 2019 é exemplificado que a expectativa de vida no bairro Jardim Ângela é de 22 anos a menos do que em Moema – respectivamente os distritos mais pretos (60% dos moradores) e brancos (95% dos moradores) da cidade. Em Moema, a qualidade de vida leva o idoso a atingir o auge dos 80 anos de idade, enquanto no Jardim Ângela, a idade média máxima é de 68 anos.

[...], os recursos públicos foram canalizados prioritariamente em direção ao desenvolvimento da cidade rica. Esse contraditório processo de desenvolvimento de uma metrópole na periferia do capitalismo levou grande parte dos moradores das periferias, historicamente, à exclusão dos direitos sociais básicos ao trabalho, à saúde e à educação de qualidade, assim como o direito à moradia digna, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, o que significou, na prática, um déficit de cidadania e de governabilidade. (HUGHES, 2004, pg. 94)

**“Quem nasce em meio ao massacre
Tem o ódio de amostra grátis
Que minha vida não é um Tik Tok
Minha vida é um tic tac, ó
[...]**

**Agradece se tu pode chegar em casa hoje vivo
Porque tu é sobrevivente de
um plano de extermínio**

**- Favela vive 4, ADL part. MC Cabelinho,
Edi Rock, Kmila CDD, Orochi e Cesar MC**

Quando falamos sobre segurança pública, é explícito o tratamento diferenciado na abordagem em bairros nobres e periféricos. Um comandante da rota já chegou a assumir que a abordagem deve ser diferente dependendo do bairro de intervenção pois, segundo ele, se um policial se comportar na periferia da mesma forma que nas áreas nobres – sem violência – ele não será respeitado, da mesma forma que se o policial se comportar na área nobre da mesma forma que ele age na favela – com violência – ele será grosseiro e desrespeitoso. É por isso que é raro os casos de chacinas policiais nos Jardins e Itaim Bibi, por exemplo.

O estudante, palestrante e youtuber Thiago Torres, mais conhecido como Chavoso da USP, explica em seu vídeo “A ‘democracia’ nunca chegou na periferia” (CHAVOSO, 2019) os conceitos de Estado Democrático de Direito e Estado de Exceção. Ele exemplifica que, o primeiro caso é uma forma de política onde as pessoas estão igualmente submetidas a um conjunto de direitos e deveres, onde o Estado e a sociedade respeitam a dignidade do indivíduo. Neste caso, é perceptível que a classe média e alta da cidade desfruta desse tipo de política.

O segundo caso é descrito como uma forma de governo onde o Estado só é acionado pelas autoridades em casos de emergência, onde a situação exige uma rápida atuação e tomada de decisão. Atrelado a essa forma de política, temos a Necropolítica (necro = morte + política = política da morte), que é aplicada quando se é negada a humanidade do outro e todo tipo de violência contra esse indivíduo é validada.

Quando se utiliza esse Estado de Exceção, geralmente retira-se direitos do cidadão, como a liberdade de expressão, de ir e vir e o direito à privacidade. Um exemplo disso é a guerra do tráfico às drogas, onde a rápida decisão da polícia é invadir as comunidades com violência, entrando nas residências em busca e apreensão de drogas ou criminosos, não dando qualquer possibilidade de escolha aos moradores da região. A presença do Estado de Exceção também é evidente no sistema penal, quando os dados mostram que 40% da população carcerária nem sequer foram julgadas.

“Pá, pá, pá, pá, pá vai pro chão e reza forte
Reza porque não é igual no filme, onde o crime é trote
Aqui é a morte, milícia e BOPE, azar e sorte
[...]
Racistas fardados matam mais com mais uma licença
- Favela vive 4, ADL part. MC Cabelinho,
Edi Rock, Kmila CDD, Orochi e Cesar MC

2.4. A VIOLÊNCIA FÍSICA, SOCIAL E POLICIAL NA PERIFERIA

A violência na favela pode ser compreendida por duas formas: a regida pelo crime e a aplicada pelos equipamentos de manutenção da lei, porém uma delas é aplicada de forma legal e, sobretudo, apoiada pela justiça brasileira.

Conforme vimos em “Segregação Social em São Paulo”, o policiamento paulista (paulista pois estamos falando em escala estadual e não somente municipal) é treinado para reprimir a população pobre e favelada, sobretudo quando estas estão em espaços que não “lhes pertence” – geralmente áreas nobres da cidade.

Diversos vídeos circulam pela internet mostrando policiais militares das diversas patentes ensinando seus subordinados como agir diante de uma figura preta. Essa tese fica evidente na ocasião em que 5 jovens foram mortos em Costa Barros, RJ por 81 tiros de fuzil e 30 tiros de pistola. Os jovens não eram bandidos e não possuíam qualquer associação com o tráfico.

De fato, a polícia brasileira é militarizada e opera com a lógica de guerra, como explica Thiago Torres em seu vídeo “A ‘democracia’ nunca chegou na periferia”. Samira Bueno Nunes, doutora em Administração Pública e Governo também discorre sobre o assunto em seu artigo “Bandido bom é bandido morto: A opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista”. Segundo ela, o sistema de segurança pública permanece agindo hoje com a mesma opressão do regime militar aplicado em 1964, durante a Ditadura, mesmo após a redemocratização de 1988.

Samira defende a tese de que os índices alarmantes de homicídios por policiais de 1980 até 2011 implantou na sociedade brasileira, sobretudo nas comunidades, a ideia de que os agentes da lei não atuam para assegurar o direito de todos e sim punir com vigor, bem como vingadores. Essas práticas violentas e arbitrárias ocorrem especialmente nas camadas mais pobres da população.

A fala de Thiago Torres complementa a tese de Samira quando diz que a polícia é treinada com a instrução de guerra e extermínio, onde o objetivo é simples: entrar na favela e matar traficantes. Nesse sentido, morrem pessoas inocentes ou bandidos que, mesmo depois de já estarem rendidos, são assassinados, de qualquer forma.

Eu brincava de polícia e ladrão um tempo atrás, hoje ninguém mais brinca
ficou realista demais, as balas ficaram reais

[...]

O bicho-papão existe, não ouse brincar lá fora

Pois cinco meninos foram passear sem droga, flagrante, desgrça nenhuma

A polícia engatilhou: pá, pá, pá, pá

Mas nenhum, nenhum deles voltaram de lá

Foram mais de cem disparos nesse conto sem moral

Já não sei se era mito essa história de lobo mau

- Canção infantil, Cesar MC part. Cristal

De 2013 a 2019, surgiram diversas reportagens evidenciando como a justiça paulista enxerga a cor preta como atenuantes para crimes cometidos. O G1 mostrou, em 2013, um áudio vazado em que o capitão da PM de Campinas Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci apresenta a ordem de que os agentes deverão aplicar uma abordagem policial focada em “indivíduos da cor parda e negra, com aparência de 18 a 25 anos que transitem em atitudes suspeitas”. Em 2019, ainda, houve duas notícias que expressam a rotina comum dos juízes e policiais: a primeira notícia, publicada pela VEJASP, revelou que uma juíza de Campinas justificou sua sentença como: “Vale anotar que o réu não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros, não estando sujeito a ser facilmente confundido.” A segunda notícia, evidenciada pela PONTE, 2019 mostrou que nos cenários de treinamento da PM é utilizado a inscrição “favela” como definição do inimigo a ser combatido.



Figura 11: Treinamento do BAEP-SP
Fonte: Facebook/Batalhão de Ações Especiais da PM

A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública discorre: “Primeiro você criminaliza a pobreza, como se o crime só estivesse em áreas periféricas, o que definitivamente não é verdade. E se começa a institucionalizar uma polícia que se entende vocacionada para matar, o que é muito diferente de ter o resultado letal como uma possibilidade do trabalho”.

A abordagem sobre seletividade penal passa, muitas vezes, em branco (literal e metaforicamente), consequência da forma do mito da democracia racial brasileira e dos discursos universalistas de classe. Há um senso comum que aponta que as violências e índices de criminalização indevida estão mais relacionadas com fatores sociais do que com racismo. Porém, o que se verifica, na realidade, são relatos e experiências de jovens negros e negras que convivem desde a tenra idade com a sabedoria do medo. O medo da polícia. Medo este que é plenamente justificado. (BUENO, apud. BORGES, 2019, pg. 73)

Conforme análise do Anuário Brasileiro de Segurança Pública nos anos de 2008 até 2021, em 2019 o número de mortes em decorrência de ação policial em serviço bateu recorde em São Paulo, atingindo um total de 716 mortes somente pela Polícia Militar.

“ Se a caravana da morte passar, se esconde dela! Saia da frente, pa’ não virar suspeito a traficante
- Ano de Copa, Mc Hariel part. MC Joãozinho VT e MC Kako



Figura 12: Treinamento do BAEP-SP
Fonte: Facebook/Batalhão de Ações Especiais da PM

Analisando as mortes de civis por violência policial da PM e Polícia Civil em todos os estados brasileiros de 2008 a 2021, é notável que São Paulo é o Estado-Líder em termos de violência policial de forma letal no país, conforme os índices abaixo:

Tabela 2 - Taxas de mortes por violência policial, por UF

UF	Confronto com a Polícia Militar	Confronto com a Polícia Civil	Outras circunstâncias Polícia Militar	Outras circunstâncias Polícia Civil
SP	7251	704	1927	250
RJ	1093	1093	0	0
BA	5807	824	32	37
PR	2699	51	149	13
PA	2581	229	157	11
AL	691	131	31	3
GO	1922	31	149	18

Tabela 2: Taxas de mortes por violência policial, por UF

Fonte: Tabela autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

Tabela 3 - Ranking de Estados com maiores índices de violência policial

UF	Total de mortes causadas pelas Polícias Civil e Militar
1º SP	10.132
2º BA	6.700
3º PA	2.978
4º PR	2.912
5º RJ	2.186
6º GO	2.120
7º AL	856

Tabela 3: Ranking de Estados com maiores índices de violência policial

Fonte: Tabela autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

Esses dados apresentam uma diferença discrepante da atitude da Polícia Civil em relação à Polícia Militar. Isso mostra que, em 13 anos, o policiamento paulista matou cerca de 11 mil pessoas em operações policiais e em situações fora de serviço – sem contar as ocorrências não registradas.

Vale destacar que o Rio de Janeiro possui dados iguais a 0 em alguns parâmetros referentes à violência da Polícia Militar, mesmo sendo o Estado que lidera as notícias e relatos de violência policial nas favelas. Isso porque os responsáveis pelo levantamento de dados não tiveram amplo acesso às informações referente a esse assunto junto à Polícia Militar do Rio de Janeiro.

No Documentário “Diz aí: Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”, o educador social negro Sidney Argolo desabafa: “Meu pai nunca levantou a mão para mim. Mas a polícia já.” O documentário também evidencia a tese de que “preto parado é bandido, correndo é suspeito”.

A polícia sempre dá o mau exemplo
Lava minha rua de sangue, leva o ódio pra dentro
Pra dentro de cada canto da cidade
Pra cima dos quatro estremos da simplicidade

- Mágico de Oz, Racionais Mc's

Polícia tá chegando aí
Deu zica, seja um negro e vai perceber
Que ali, polícia não tem dó de você
Torturam demais, te classificam demais,
problemas pessoais
Não dá pé, o Brasil não anda
Só polícia extermina, elimina, põe em cana
[...]
Perderam sua honra para os traficantes
Sendo eles antes inocentes estudantes
Agora a polícia sempre bate neles

- Pirituba, RZO

- Capítulo 4, Versículo 3, Racionais Mc's

Tratando-se do poder Legislativo, também há formas de violência social contra a população menos abastada. A Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN) diz que o juiz deve residir na mesma região em que atua, ou seja, se ele julga casos referentes à crimes cometidos na zona leste de São Paulo, ele deve residir, pelo menos, aos arredores. Entretanto, há brechas na lei em que o magistrado tem a permissão de morar um lugar diferente da sua comarca de atuação.

Além disso, a pesquisa “Vidas Nuas, Mortes Banais” revelou que as famílias tanto das vítimas quanto dos criminosos têm grande dificuldade em acessar a justiça por razões econômicas e falta de conhecimento. Além disso, muitas delas não recebem nenhuma informação sobre o caso, que geralmente acabam por serem arquivados pela justiça por falta de provas ou por falta de investigação aprofundada do caso, sem comunicarem as famílias. A demora no andamento do processo também dificulta as resoluções dos crimes, fazendo com que eles prescrevam ou o réu venha a falecer.

39

São Paulo, dia 1º de Outubro de 1992, oito horas da manhã. Aqui estou mais um dia sob o olhar sanguinário do vigia. Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK: metralhadora alemã ou de Israel, estraçalha ladrão que nem papel. Na muralha, em pé, mais um cidadão José servindo o Estado, um PM bom, passa fome, metido a Charles Bronson. Ele sabe o que eu desejo, sabe o que eu penso. O dia tá chuvoso, o clima tá tenso. Vários tentaram fugir, eu também quero, mas de um a cem, a minha chance é zero... Será que Deus ouviu minha oração? Será que o juiz aceitou a apelação? Mando um recado lá pro meu irmão: se tiver usando droga, tá ruim na minha mão! Ele ainda tá com aquela mina? Pode crer, moleque é gente fina. Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá, tanto faz, os dias são iguais. Acendo um cigarro, e vejo o dia passar... Mato o tempo pra ele não me matar. Homem é homem, mulher é mulher. Estuprador é diferente, né? Toma soco toda hora ajoelha e beija os pés e sangra até morrer na rua 10. Cada detento uma mãe, uma crença. Cada crime uma sentença. Cada sentença um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas inglórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo... Misture bem essa química, pronto: eis um novo detento. Lamentos no corredor, na cela, no pátio, ao redor do campo, em todos os cantos. Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã, aqui não tem santo. Rátátátá preciso evitar que um safado faça minha mãe chorar. Minha palavra de honra me protege pra viver no país das calças bege. Tic, tac, ainda é 9 e 40, o relógio da cadeia anda em câmera lenta... Ratatatá, mais um metrô vai passar com gente de bem, apressada, católica, lendo jornal, satisfeita, hipócrita, com raiva por dentro, a caminho do centro, olhando pra cá, curiosos, é lógico. Não, não é não, não é o zoológico! Minha vida não tem tanto valor quanto seu celular, seu computador. Hoje tá difícil, não saiu o Sol, hoje não tem visita, não tem futebol. Alguns companheiros têm a mente mais fraca, não suportam o tédio, arruma quiaca. Graças a Deus e à Virgem Maria faltam só um ano, três meses e uns dias. Tem uma cela lá em cima fechada, desde Terça-feira ninguém abre pra nada. Só o cheiro de morte e Pinho Sol, um preso se enforcou com o lençol. Qual que foi? Quem sabe? Não conta. Ia tirar mais uns seis de ponta a ponta. Nada deixa um homem mais doente que o abandono dos parentes. Aí moleque, me diz, então, cê quer o quê? A vaga tá lá esperando você. Pega todos seus artigos importado, seu currículo no crime e limpa o rabo. A vida bandida é sem futuro, sua cara fica branca desse lado do muro. Já ouviu falar de Lúcifer? Que veio do Inferno com moral, um dia no Carandiru, não, ele é só mais um, comendo rango azedo com pneumonia. Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D'Abril, Parelheiros, Mogi, Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Ângela, Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis... Ladrão sangue bom tem moral na quebrada, mas pro Estado é só um número, mais nada. Nove pavilhões, sete mil homens que custam trezentos reais por mês, cada. Na última visita, o neguinho veio aí, trouxe umas frutas, Marlboro, Free. Ligou que um pilantra lá da área voltou com Kadett vermelho, placa de Salvador. Pagando de gatão, ele xinga, ele abusa com uma nove milímetros embaixo da blusa. Aí neguinho, vem cá, e os manos onde é que tá? Lembra desse cururu que tentou me matar? Aquele p#@ \$ ganso, pilantra corno manso. Ficava muito doido e deixava a mina só, a mina era virgem e ainda era menor, agora faz chupeta em troca de pó. Esses papos me incomoda, se eu tô na rua é f@#\$. É, o mundo roda, ele pode vir pra cá! Não, já, já, meu processo tá aí, eu quero mudar, eu quero sair. Se eu trombo esse fulano, não tem pá, não tem pum e eu vou ter que assinar o 121. Amanheceu com Sol, dois de Outubro, tudo funcionando, limpeza, jumbo. De madrugada eu senti um calafrio, não era do vento, não era do frio. Acertos de conta tem quase todo dia, tem outra logo mais, hã, eu sabia... Lealdade é o que todo preso tenta: conseguir a paz, de forma violenta. Se um salafrário sacanear alguém, leva ponto na cara igual Frankenstein. Fumaça na janela, tem fogo na cela. F@#\$@!, foi além, se pã, tem refém... Na maioria, se deixou envolver por uns cinco ou seis que não têm nada a perder. Dois ladrões considerados passaram a discutir, mas não imaginavam o que estaria por vir... Traficantes, homicidas, estelionatários, uma maioria de moleque primário. Era a brecha que o sistema queria: avise o IML, chegou o grande dia. Depende do sim ou não de um só homem que prefere ser neutro pelo telefone. Ratatatá, caviar e champanhe, Fleury foi almoçar, que se f@#\$ a minha mãe. Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo, quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio. O ser humano é descartável no Brasil como modess usado ou Bombril. Cadeia? Guarda o que o sistema não quis... Esconde o que a novela não diz. Ratatatá sangue jorra como água do ouvido, da boca e nariz. O Senhor é meu pastor, perdoe o que seu filho fez... Morreu de bruços no Salmo 23, sem padre, sem repórter, sem arma, sem socorro. Vai pegar HIV na boca do cachorro. Cadáveres no poço, no pátio interno, Adolf Hitler sorri no inferno! O Robocop do governo é frio, não sente pena, só ódio e ri como a hiena. Ratatatá, Fleury e sua gangue vão nadar numa piscina de sangue. Mas quem vai acreditar no meu depoimento? Dia 3 de Outubro, diário de um detento

3.1. O TRÁFICO DE DROGAS COMO EVIDÊNCIA DA DESIGUALDADE SOCIAL

O tráfico de drogas em São Paulo como conhecemos hoje deu start ao crescimento exponencial da violência, principalmente pelo uso da arma de fogo. Na década de 1990, houve uma mudança circunstancial no cenário químico de São Paulo: a heroína injetável foi rapidamente substituída pelo crack que, rapidamente, foi levado para dentro das prisões. O Dr. Dráuzio Varella relata em seu livro “Estação Carandiru” que em poucas semanas, diminuiu consideravelmente as ocorrências de overdose por drogas injetáveis o encontro de seringas para o manuseio dessas drogas nos ambientes da Casa de Detenção de São Paulo, ainda na época em que realizava palestras mensais para foco na redução de danos químicos entre os detentos.

Para o entendimento do tema, é importante compreender o papel do tráfico de drogas em relação a dois conjuntos de classes sociais distintas: o primeiro conjunto engloba as classes médias e altas da sociedade. Para estas, o tráfico atua no mercado fornecedor de substâncias químicas. As maiores produções de maconha e cocaína são comercializadas em ambientes de grande valorização social, como em baladas e faculdades. Para este caso, as drogas chegam nestes lugares tantos por traficantes oriundos diretamente das favelas ou, em casos bem comuns, há um traficante infiltrado entre essas pessoas de grande poder aquisitivo. Neste último caso, são pessoas que não apresentam qualquer tipo de suspeita, pois apresentam-se bem-vestidos, e de aparência aceitável à sociedade (branco e traços finos). Esse cenário pode ser visto com clareza no primeiro filme da franquia Tropa de Elite.

O segundo conjunto é composto pela classe baixa, e o cenário de destaque são as favelas, comunidades, morros etc. Para este conjunto, o tráfico atua de forma produtiva. Toda substância química que vem dos países latinos parceiros do crime organizado em São Paulo para ser consumido dentro da cidade é levado para estes bairros marginais e é iniciado um processo de separação, pesagem, empacotamento, distribuição e venda das drogas prontas para consumo. Elas podem ser comercializadas dentro das favelas – e elas são; tanto quanto podem serem vendidas fora do ambiente periférico, como descrito no parágrafo anterior.

A utilização da favela para produção e venda primária de drogas, principalmente maconha e cocaína, ocorre pela fragilidade social, maior facilidade de manipulação das pessoas e por causa da mão de obra em abundância. A partir do momento em que o sistema capitalista implanta no inconsciente das pessoas a valorização imediatista de consumo para alcançar o respeito social junto da banalização da vida, as grandes mentes responsáveis pela organização do crime organizado enxerga nisso uma oportunidade de recrutar crianças e jovens para o mundo do crime.

Uma semana depois, chegou o crack
Gente rica por trás, diretoria
Aqui, periferia, miséria de sobra
Um salário por dia, garante a mão de obra
A clientela tem grana e compra bem

- Homem na Estrada, Racionais Mc's

O mercado de trabalho no Brasil é excludente e competitivo. Ana Amélia Cypreste Faria e Vanessa de Andrade Barros, mestres em Psicologia Social e professoras da UFMG abordam em seu artigo “Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas” que a educação pública não prepara os jovens para o futuro e isso gera desinteresse pelos estudos, provocando a evasão escolar ainda cedo. Quando crianças e jovens com pouco ou nenhum recurso são expostos desde cedo a um meio social repleto de insights para o sucesso financeiro e grande incentivo ao consumismo, e a sua volta tudo o que eles veem são jovens adultos alcançando esse sucesso, porém por meios ilegais, essas crianças e jovens enxergam na criminalidade a solução para serem respeitados e reconhecidos. Essa visão gera uma inversão de valores, onde o jovem passa ter um poder aquisitivo maior do que seus pais, e a figura a ser respeitada dentro de casa muda com base nisso.

O perfil da criança exposta à essa realidade geralmente está inserido em uma família pobre, com a ausência da figura paterna ou com ambos os pais ausentes devido às altas cargas horárias de trabalho, fazendo com que eles passem muito tempo fora de casa. Há também os casos em que os pais são usuários de substâncias químicas, interferindo na forma de educação dos filhos. Nessas circunstâncias, não há policiamento efetivo e nem assistência social para a família. A escola não supre as demandas sociais e a criança torna-se alvo fácil para os criminosos, assim como é descrito com precisão nas narrativas das músicas “A Vingança” (Face da Morte) e “Mágico de Oz” (Racionais Mc’s).

A introdução ao crime é geralmente iniciada com a entrega de mercadorias a mando dos traficantes, seguido da vigilância caso a polícia se aproxime dos perímetros das comunidades. Conforme o indivíduo vai amadurecendo, ele vai “subindo de cargo”. Esquema parecido acontecia na época da escravidão, onde era utilizado a mão de obra de crianças e adolescentes de até 16 anos para a extração de pedras preciosas nas minas. Cada função era direcionada a uma idade distinta com base no tamanho da pessoa, para que alcançasse cantos das minas que somente crianças poderiam adentrar. No tráfico, a utilização de crianças tem o intuito de não levantarem suspeitas, de maneira que possam realizar o “trabalho” de maneira efetiva e discreta.



Figura 13: Dadinho, em cena do filme Cidade de Deus
Fonte: IstoÉ

Faz 7 anos que o moleque nasceu
Pela idade é normal ir pra escola e tal
Já no primeiro intervalo, a brincadeira no pátio
Era polícia e ladrão
Agora tente adivinhar, de que lado ele está?
Lá na favela não existe empresário pra ele se espelhar
A polícia vai lá somente pra matar
Só vê miséria, tristeza e lamentos
Que se contrastam com os carros importados
Que descem na quebrada.
- A Vingança, Face da Morte

Sem equidade não há justiça
Vitimismo é o que vão dizer
Pimenta no olho do pobre não arde
A menos que um dia ela pingue em você
Essa polaridade funciona de quê?
Ninguém tá disposto a soltar o osso
Enquanto se discute o lado menos podre
O pobre continua no fundo do poço.
- Dai a Cesar oque é de Cesar, Cesar MC

Como visto anteriormente, a justiça criminal utiliza como agravante tanto a aparência racial quanto o lugar em que o indivíduo residente. Em 2018, a Folha de São Paulo fez um comparativo onde no ano anterior, uma carioca branca de 19 anos moradora de Ipanema foi pega com mais de 300g de maconha e, mesmo acusada de tráfico, respondia o processo em liberdade. Enquanto isso, em 2016, um jovem negro de 20 anos morador de Manguinhos foi apreendido durante uma perseguição policial à traficantes do morro. Mesmo o jovem não participando da perseguição, sem porte de drogas, armas e nem antecedentes criminais, ele foi condenado a 7 anos e 6 meses de prisão pelo crime de associação ao tráfico. A sentença foi afirmada pelo fato de que “o local da prisão é conhecido como sendo de tráfico de drogas, sendo realizado por facção criminosa, no caso o Comando Vermelho”. (FOLHA, 2018).

Um estudo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro diz que 75% dos processos de tráfico analisados entre 2014 e 2015 somam os crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico, com a justificativa de que o local de apreensão era dominado pelo crime organizado. Esse agravante pode somar cerca de 2 anos à pena do condenado. A Súmula 70 do Tribunal do Rio estabelece que o depoimento do policial basta como elemento de prova para a condenação criminal e 54% dos casos tiveram como principal prova o depoimento dos policiais validada pelo juiz.

Um levantamento feito pela Revista Exame em 2019 mostrou que dois anos antes, havia 4.754 réus por porte de drogas em São Paulo.

Destes:

- ➔ 70,9% dos negros julgados foram condenados, e somente 10,8% foram absolvidos, totalizando cerca de 2.043 réus.
- ➔ 66,8% dos brancos julgados foram condenados e 10,8% foram absolvidos, de um total de 1.097 réus.

Apesar dos percentuais estarem equilibrados, quando paramos para analisar o número total de réus, entende-se que o número de pessoas negras condenadas é quase o dobro dos condenados brancos, sendo um total de, mais ou menos, 1.448 réus negros condenados e 733 réus brancos condenados.

Eu me formei suspeito profissional, bacharel, pós-graduado em tomar geral: eu tenho um manual com os lugares, horários [...] Quem é preto como eu, já tá ligado qual é: nota fiscal, RG, polícia no pé - Qual Mentira Vou Acreditar, Racionais Mc’s

Ainda que menos pessoas brancas sejam presas por porte ilegal de drogas, as quantidades costumam ser maiores. Essa discrepância se repete no cenário judicial: mesmo portando maiores quantidades de entorpecente, a maioria das pessoas brancas são encaminhadas para medidas alternativas para o cumprimento da pena, enquanto pessoas pretas e pardas são encaminhadas ao sistema tradicional de punição, geralmente em regime fechado.

As tabelas abaixo mostram a relação de apreensões de droga e percentual de condenação considerando a cor da pele:

Tabela 4 - Relação de apreensões de drogas, conforme raça/cor

Raça	Substância	Quantidade apreendida	Condenação (%)
Negro	Maconha	145,2 gramas	71,35%
Branco		1,15 quilos	64,36%
Negro	Cocaína	10,2 gramas	66,92%
Branco		11,1 gramas	50%
Negro	Crack	26 gramas	67,55%
Branco		34,2 gramas	66,02%

Tabela 4: Relação de apreensões de drogas, conforme raça/cor
Fonte: Tabela autoral com informações retiradas da Revista EXAME, 2019

Tabela 5 – Percentual de condenados por porte de droga, conforme raça/cor

Quantidade apreendida	Negros	Brancos
0 a 10g	56,52%	50,44%
10g a 100g	71,47%	61,45%
100g a 1kg	76,05%	63,19%
1kg a 5kg	75%	79,76%
mais de 5kg	71,43%	71,74%

Tabela 5: Percentual de condenados por porte de droga, conforme raça/cor
Fonte: Tabela autoral com informações retiradas da Revista EXAME, 2019

“A lei permite que as pessoas sejam condenadas por tráfico de drogas apenas com base em presunção. Não se exige prova de que a pessoa vendia.” Disse o presidente da IBCCRIM, Cristiano Avila Maronna.

“Escuta aqui, o primo do cunhado do meu genro é mestiço, racismo não existe, comigo não tem disso. É pra sua segurança!” - Qual Mentira Vou Acreditar, Racionais Mc’s

A Rapunzel é linda sim, com os dreads no terraço Mas se a lebre vem de juliet, até a tartaruga aperta o passo Por que é assim tão difícil de explicar? Na ciranda, cirandinha, a sirene vem me enquadrar Me mandando dar meia-volta sem ao menos me explicar - Canção Infantil, Cesar MC part. Cristal



3.2. O TRÁFICO E O PCC

Em 2020, a UOL produziu uma série documental no Youtube composta por 4 episódios na primeira temporada. Para esse documentário, foram entrevistados diversos ex-detentos, jornalistas e pessoas influentes da justiça paulista para resumir o que seria o Primeiro Comando da Capital, intitulado como “PCC: Primeiro Comando da Capital”. Neste sentido, Josmar Jozino, jornalista e colunista da UOL e primeiro repórter a falar sobre o PCC na história do Brasil relata que antes do surgimento do, como dizem, “Comando”, as cadeias de São Paulo eram fábricas de cadáveres, pois havia morte todos os dias de maneira cruel e sangrenta.

A cena mudou após um acontecimento histórico na cidade quando, em 2 de outubro de 1992, o Massacre do Carandiru explodiu em todos os noticiários da cidade de São Paulo (e até mesmo fora dos limites estaduais). A notícia chegou em todos os presídios de São Paulo, incluindo o Piranhão, como era conhecida a Casa de Custódia de Taubaté, que abrigava detentos da capital paulista e do interior do Estado. Com isso, em 31 de Agosto de 1993, quase um ano depois do genocídio do Carandiru, foi fundado o Primeiro Comando da Capital, que era, inicialmente um time de futebol dentro do presídio composto por 6 detentos da cidade de São Paulo. Dentre eles, a liderança era composta por José Márcio Felício, conhecido como Geleião e Cezinha – o nome real não foi divulgado, e seus princípios eram, em primeiro lugar, vingar os mortos do Carandiru e mostrar para seus companheiros de cela que o inimigo era o Estado e não os outros presos. Nessa época, já havia explodido a crise mundial econômica, e os presídios já apresentavam superlotação, falta de atendimento médico e jurídico e a total ausência de direitos humanos, combustíveis essenciais para o ímpeto de revolta e revolução que eles buscavam.

Existe entre nós neste momento uma sociedade organizada de criminosos... formam uma pequena nação no seio da grande. Quase todos esses homens se conheceram nas prisões ou nelas se encontram. (TOCQUEVILLE, apud. FOUCAULT. 1975, pg. 199)

Junto de Geleião e Cezinha, estavam cativos também os irmãos Bruno e Renato Torsi, membros de um dos braços da máfia italiana Camorra. Acompanhando o nascimento do PCC e participando disto, veio deles a ideia de fundar o Estatuto do Comando – que, segundo membros da facção, é uma espécie de documento semelhante à Constituição Federal.

Com a fundação do Comando e a proliferação das leis e normas do Estatuto, rapidamente os casos de violência física, sexual e mortes foram diminuindo dentro e fora das prisões, isso porque os detentos saíam da cadeia e levavam para as ruas a filosofia aprendida dentro do presídio, proclamada pelo PCC. Dessa forma, ninguém mais morria sem antes ter uma audiência para esclarecer os fatos e julgar o indivíduo. Quem quer que tivesse algum desejo de vingança ou desafio com outrem, deveria pedir autorização para assassinar a pessoa, explicando seus motivos e os líderes

ponderariam se era justo ou não. Os criminosos que cometessem crimes como roubo, abuso ou assassinato dentro da área de abrangência do PCC seriam punidos. Dessa forma, foi instituído o governo do PCC sobre as comunidades paulistanas, onde todos os problemas dos moradores seriam resolvidos por eles, desde que eles não envolvessem a polícia nas situações – e se envolvessem, poderiam sofrer fortes represálias por isso. Essa sensação de vulnerabilidade faz com que a comunidade respeite e tenha temor pela imposição do crime organizado.

Levando em consideração que essa prática está em vigor até hoje, não somente nas favelas paulistanas como também em diversas outras cidades do Brasil, essa situação revela a total ausência de políticas públicas por parte do Estado, sendo a maior prova de como o Estado de Exceção se comporta nas periferias. As facções criminosas dentro dos presídios eram vistas como organizações capazes de pensar quando reivindicavam melhorias como saúde e direitos humanos, porque o Estado não cumpria as leis de execução penal.

O poder é um espaço que não fica vazio, né? Quando o Estado não ocupa esse espaço, ele vai ser ocupado por outras pessoas. (VARELA via UOL, 2020)

Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas, explica no 1º episódio do documentário “PCC: Primeiro Comando da Capital” que São Paulo tem o índice de homicídios mais baixo do Brasil graças ao PCC, ainda que o governo tome esse trunfo para si, pois é sabido que governos que possuem baixo conhecimento em segurança pública e escoram-se nos resultados positivos impulsionado pelas máfias para mostrarem sucesso e obterem os créditos por isso. (MOVdoc, 2020).

No momento em que o PCC ainda era uma pequena organização, Josmar e outros repórteres tentaram alertar o governo para o potencial da atuação da facção criminosa, mas o poder público negava a todo momento a existência de um Comando, alegando ser notícias sensacionalistas da mídia. Dessa forma, não foram criadas políticas de combate ao PCC quando ainda era possível ser combatido. Para mostrar poder, os líderes da organização decretaram mortes pontuais dentro e fora dos presídios, incluindo juízes e promotores, quando São Paulo jamais tivera um juiz assassinado antes.

O PCC é um sentimento. Antes de ser uma facção, um movimento político-partidário contra o Estado Democrático de Direito, ele é um sentimento de ser humano e eles não combateram por quê? Porque sentimento é igual palavra: ela não volta vazia. Depois que você solta ela, alguém vai se identificar. (KASKÃO, via UOL, 2020)

Cada lugar uma lei, eu tô ligado
No extremo sul da Zona Sul tá tudo errado
Aqui vale muito pouco a sua vida
A nossa lei é falha, violenta e suicida
Se diz que, me diz que, não se revela:
parágrafo primeiro na lei da favela
Legal, assustador é quando se descobre
Que tudo dá em nada e que só morre o pobre
- Capítulo 4, Versículo 3, Racionais Mc's

“Conhece p@%\$!, traficante, ladrão
Toda raça, uma pá de alucinado e nunca embaçou
Confia neles mais do que na polícia
Quem confia em polícia? Eu não sou louco
- Mágico de Oz, Racionais Mc's

Em 2001, houve a 1ª megarebelião em São Paulo, onde 29 penitenciárias foram “viradas” (termo usado para definir a manifestação violenta dos detentos nas prisões), além de delegacias e cadeias públicas. O intuito era evidenciar ao mundo o poder do Primeiro Comando da Capital através de faixas e bandeiras. Essas imagens foram transmitidas nas televisões em diversas partes do mundo. Já em 2006, o PCC declarou oficialmente guerra à polícia militar. Nessa época, houve toque de recolher por toda a cidade e quem estivesse na rua seria morto – tanto pelo crime quanto pela polícia. Após esse acontecido, a cidade de São Paulo nunca mais foi a mesma.

O jornalista Bruno Paes Manso levanta a necessidade de compreensão de que “o PCC é um efeito colateral das políticas públicas e segurança pública equivocadas e que não deve ser visto como uma espécie de movimento pacifista.”

Em 2002, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, conhecido como um ser inteligente e frio, se tornou a liderança única do Primeiro Comando da Capital. Esse fato se deu porque Cezinha e Geleirão temiam a mente extremamente inteligente de Marcola, que até então não era membro do PCC. Os detentos o admiravam, ouviam e apoiavam. Para intimidá-lo, os líderes mandaram matar a esposa de Marcola, mas os próprios integrantes do Comando se revoltaram com a atitude traiçoeira e promoveram o assassinato de ambos, coroando Marcola como líder da facção. Foi neste momento em que o PCC sofreria fortes mudanças administrativas e políticas, pois Marcola reformulou a estrutura do PCC e institucionalizou o tráfico dentro do Comando que, até então era mantido por crimes pontuais sem um foco determinado, além da extorsão de familiares dos membros e roubos.

Kaskão, rapper, empresário e ex-detento da Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como Carandiru diz que, em sua visão, o PCC era mais político quando se tratava de lutar pelos direitos dos detentos oprimidos, mas que, após a reformulação da liderança, a organização se transformou em um mercado financeiro comum. Isso porque a liderança enxergou no tráfico de drogas uma forma rentável de lucro e sustento para a facção. Foi nesse momento que surgiu o acordo internacional entre o PCC e os produtores de coca bolivianos – cujo matéria-prima é procurada em todo o mundo, sendo a planta de melhor qualidade para a produção de cocaína (MOVdoc, 2020). O esquema consistia em: os bolivianos fornecerem a mercadoria somente para o Comando e, em troca, eles fariam a ponte entre o produto vindo da Bolívia para toda a Europa, que sempre foram as nações que mais procuram o produto produzido pelos bolivianos. Por isso, a Polícia Federal afirma categoricamente que o Porto de Santos é totalmente comandado pelo PCC, sendo a principal porta de saída da cocaína do Brasil.

As sociedades antigas, que não dispunham de um sistema judiciário como o nosso, costumavam se valer, com frequência, da vingança de sangue... Entende-se assim, o papel da vingança: quando em uma sociedade falta um amparo judiciário adequado, ela aparece como o único recurso à mão, o que pode nos ajudar a compreender a vingança lógica do tráfico. (LACERDA, 2008, pg. 139).

Diferente do que o senso comum nos faz pensar, o percentual de cocaína que é produzida na Bolívia, importada para o Brasil e consumido aqui é consideravelmente menor em relação à cocaína que chega ao Brasil para ser exportada para a Europa e outros países fora da América Latina. Esse pequeno percentual é concentrado nas favelas, onde é vendida a cocaína dentro e fora das comunidades, além de ser produzida também o crack e a comercialização da maconha. Entretanto, o lucro maior da facção vem do tráfico internacional de drogas. (MOVdoc, 2020)

“É complicado, o vício tem dois lados. Depende disso ou daquilo, não, tá tudo errado! Eu não vou ficar do lado de ninguém porque Quem vende a droga pra quem? Vem pra cá de avião ou pelo porto ou cais. Eu não conheço pobre dono de aeroporto e mais Fico triste por saber e ver que quem morre no dia a dia é igual a eu e a você”
- Periferia é Periferia, Racionais MC's

3.3. CONCEITO DE PUNIR E PENALIZAR

Em “Vigiar e Punir”, Michel Foucault aborda esmiuçadamente questões relacionadas a punição social e penal e disciplina dos corpos nas sociedades desde o fim do século XVIII. A obra explica que, a partir deste período, o corpo físico deixa de ser o principal alvo de repressão penal e dá lugar a um conceito muito mais simbólico e psicológico do que se entende por “punir”. As punições passaram a ter regras e códigos de ética penal e o caráter da pena passou a ser essencialmente corretivo, do termo “corrigir”:

¹ Fazer com que fique da melhor forma ou da forma correta; consertar-se, [...] ² Tentar melhorar ou modificar para um melhor comportamento; regenerar-se, [...] ³ Impor castigo a (algo, alguém ou a si próprio); castigar-se, [...] ³ [Por Extensão] Censurar com rigor; advertir de forma intensa. (CORRIGIR, 2023)

Essas mudanças aconteceram quando as pessoas passaram a enxergar o suplício de exposição do condenado como algo repugnante e uma prática dos aplicadores do suplício igualmente cruel aos crimes cometidos pelos réus, sendo capaz de fazer as pessoas enxergarem o criminoso como mártir pelo seu sofrimento no momento de sua morte.

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte da violência que está ligada à seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. (FOUCAULT. 1975, pg. 13)

Nesse sentido, a punição torna-se um motivo de vergonha para o poder judiciário, e isso faz com que a administração punitiva seja terceirizada para um setor autônomo que aplique as devidas correções sob sigilo da sociedade. Foucault esmiúça que “um mecanismo administrativo desonera a justiça que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena.”

A aplicação dos novos métodos de correção se baseava em atos de reclusão do réu, trabalhos forçados, deportação, e diversas outras formas que transmitissem a ideia de punição como algo abstrato ao em vez de palpável. A prisão era vista como uma forma de perder um bem ou direito – neste caso, a liberdade – e era acompanhada de outros castigos como: redução alimentar, privação sexual, expiação física e masmorras ou ambientes para privar o indivíduo de qualquer contato básico à vida com o mundo exterior, incluindo a luz do sol, em muitos casos.

“O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos.” (FOUCAULT. 1975, pg. 14)

A alma tornou-se o foco da punição como forma de expiação sobre o corpo para desferir um castigo que atue no coração, no intelecto, nas vontades e disposições do ser humano.

A crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários). indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? (FOUCAULT. 1975, pg. 18)

“Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá
Tanto faz, os dias são iguais
Acendo um cigarro e vejo o dia passar
Mato o tempo pra ele não me matar
- Diário de um Detento, Racionais Mc’s

Nesse sentido, é explicado que na prática de penalizar um criminoso por seus atos, a prisão vai adiante na questão de retirar o réu da vida coletiva em liberdade. Muito além disso, Foucault descreve que é uma relação econômica de “pagar” pela infração.

Há uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua “obviedade econômica”. E permite que ela parça como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira. [...] Dai a expressão tão frequente [...] de que a pessoa está na prisão “para pagar sua dívida”. (FOUCAULT. 1975, p. 196)

Em Vigiar e Punir, a prisão é descrita como “um aparelho disciplinar exaustivo”, em que se utiliza de todos os aspectos físicos e intelectuais do indivíduo para treiná-lo e, dessa forma, discipliná-lo. O objetivo disso é trabalhar diariamente seus comportamentos, moral e disposições por meio dos mecanismos panópticos disciplinares explicados por Foucault como forma de impor um novo caráter ao sujeito pervertido. Apesar desse mecanismo ser aplicado de diferentes formas ao redor do mundo, o mesmo não ocorre no Brasil, pois os mecanismos de punição brasileiros são de repressão e não de disciplina.

Com base nisso, o substantivo “Penitenciária” vem de “Penitência” que vem de uma moral cristã baseada num comportamento passivo e de aceitação,

[...] ² A pena imposta a quem se arrependeu de seus pecados. ³ [Religião] Aquilo que se faz para remissão dos próprios pecados; [...] ⁶ [Figurado] Aflição; pesar excessivo; sofrimento intenso. [...] (PENITÊNCIA, 2023)

No Dicionário Online de Português, o significado de “expição” descreve:

¹ Purificação das faltas, falhas ou delitos e crimes realizados. ² Reparação ou sofrimento pelo qual se repara uma culpa; castigo. ³ Modo usado para reparar um crime ou falta; penitência. ⁴ [Religião] Segundo o Antigo Testamento, seção de contrição, composta por sacrifícios através dos quais se pretendia o perdão dos pecados. (EXPIAÇÃO, 2023)

Analisando estes dois conceitos, é possível concluir que, na prisão, o indivíduo precisa sofrer – física, emocional e psicologicamente – para compensar o erro cometido e, dessa forma, equilibrar as consequências de seus atos.

Segundo Juliana Borges, pesquisadora de Antropologia na FESPSP, durante a escravidão, o tratamento aos negros era justificado como uma espécie de punição divina por eles serem, na visão eurocêntrica, seres desalmados. Essa punição vinha munida do intuito de evitar desobediência e garantir a autoridade dos senhores de engenho sobre os povos escravizados e utilizavam de métodos de tortura física e psicológica para garantir esse feito. (BORGES, 2019, pg. 59). Nesse momento da história, já havia diferenciações de penalizações destinadas as pessoas brancas e negras, onde havia sentenças brandas e rigorosas, respectivamente. Com a Lei Áurea, essas diferenciações foram retiradas da lei, mas continuaram a existir extraoficialmente até os dias de hoje. De acordo com ela, os colonizadores justificavam a violência contra os escravos como forma de “alcançar sua salvação” pela penitência.

No livro Encarceramento em Massa, Borges descreve que, na Lei Criminal do Brasil, promulgada em 1830, ainda se mantinha o caráter punitivista e salvaguarda do interesse privado. Diversas revoltas dos escravizados já haviam ocorrido à essa altura e, por isso, a preocupação maior da área do Direito e Segurança Pública da época era proteger o patrimônio da burguesia, o que provocou a colocação da garantia de direitos aos cidadãos em 2º plano na prioridade do governo. Nesse momento, já havia uma forte ideia criada pela sociedade branca em relacionar o negro escravizado ao criminoso a ser combatido.

Agora é tarde, conselhos não
adiantam
Não matam sua fome, ele
prefere a cola
Não quer saber de escola
Entrar no mundo do crime virou
sua obsessão
Começou como avião, moleque
é sangue bom
Se roda, segura a bronca, não
cagueta o patrão
Com 12 anos de idade
ganhou o primeiro oitão.
[...]
Rápido como o disparo,
passou do 155 ao 157
Com menos de 17, ele
já estava legal

- A Vingança,
Face da Morte

3.4. FABRICAÇÃO DE DELINQUENTES

Com base na análise da trajetória de boa parte do jovem adulto às prisões brasileiras, entende-se que o caminho até este destino é, de certa forma, “padronizado” e fácil, uma vez que há uma série de elementos na matriz que facilitam este rumo. Por outro lado, a saída desse caminho é tortuosa e, muitas vezes, sem possibilidade de sucesso. Isto porque o sistema penal apresenta uma série de obstáculos para a reinserção do ex-detento na sociedade tanto durante seu período na prisão quanto quando é colocado em liberdade após o cumprimento da sua pena – ou, muitas vezes, quando há o benefício de cumprimento da pena em regime semiaberto.

Para compreender o cenário penitenciário brasileiro, é preciso analisar dados importantes acerca da realidade criminal do país. Dessa forma, de acordo com o Painel Estatístico atualizado mensalmente pelo Conselho Nacional de Justiça, das 1.385.745 execuções penais em andamento, incluindo penas alternativas e privativas de liberdade, somente 405.013 processos estão classificados no artigo 157 do Código Penal, caracterizado como Roubo, totalizando quase 30% de todos os crimes cometidos no país, ocorrendo principalmente entre o sexo masculino da população. Os outros 70% estão divididos entre os outros mais de 300 artigos penais brasileiros.

No estado de São Paulo, o cenário é parecido. Das 8.467 execuções em andamento, os artigos 157, 33 e 155 totalizam cerca de 48% deles, coroando o ranking de crimes mais cometidos no estado, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Condenações por delito em andamento no Estado de São paulo

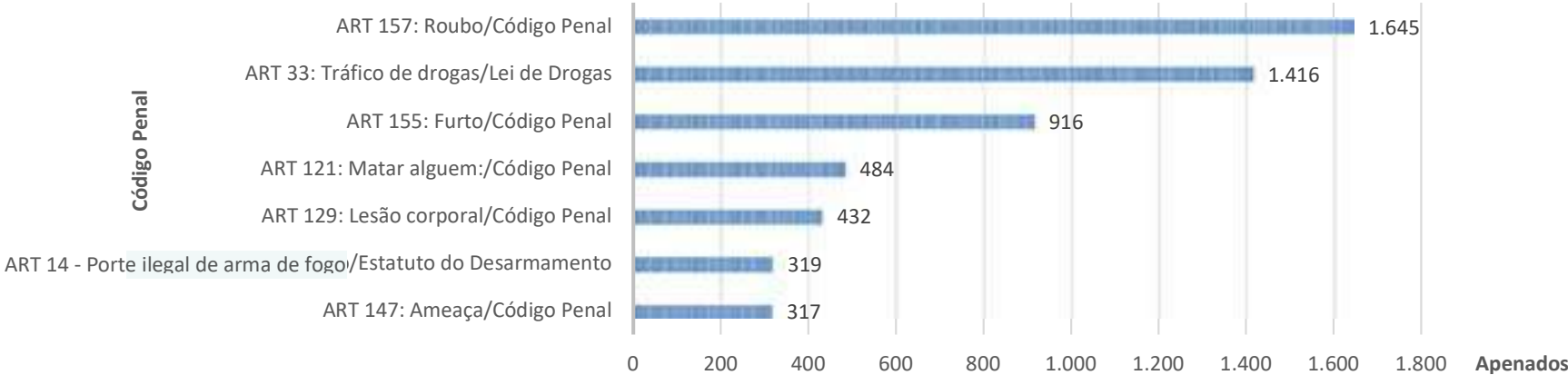


Gráfico 3: Condenações por delito em andamento no Estado de São Paulo
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023

Quando analisados os dados acerca da faixa etária, os homens jovens adultos paulistas são maioria nos diversos âmbitos da criminalidade em relação às mulheres, segundo dados da CNJ abaixo:

Gráfico 4 - Distribuição dos sentenciados por gênero e faixa etária no Estado de São paulo

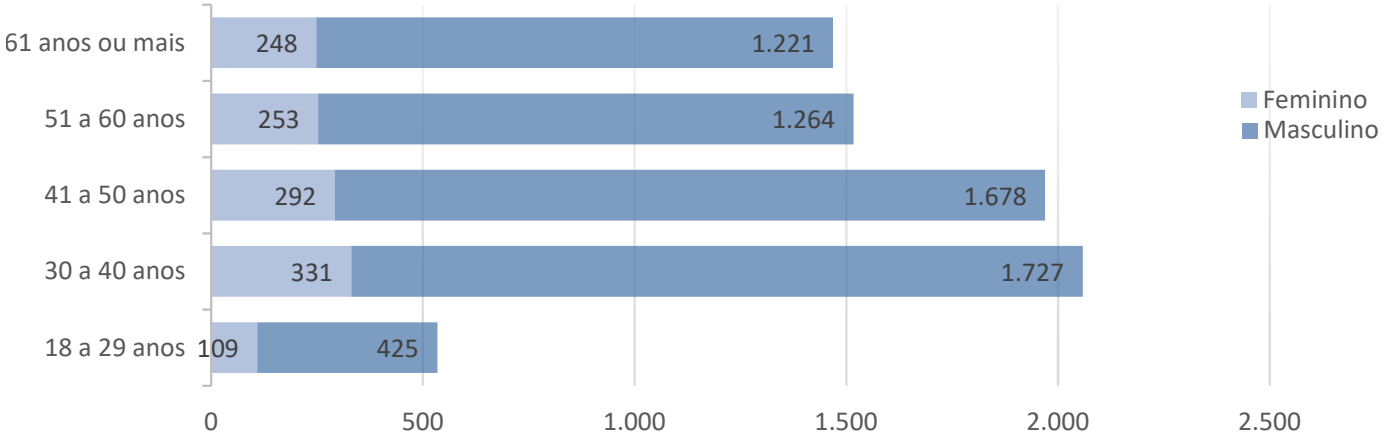


Gráfico 4: Distribuição dos sentenciados por gênero e faixa etária no Estado de São Paulo
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023

Em 2022, o Portal G1 expôs que, no o período da pandemia do Coronavírus de 2020 e 2022, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo fez um levantamento em 27 penitenciárias de regime fechado do estado de São Paulo, a fim de averiguar a situação socioambiental desses estabelecimentos. Essa pesquisa constatou que pelo menos 23 unidades estavam com a população acima da capacidade projetada. A penitenciária masculina que apresentava a menor taxa de superlotação alcançou um percentual de 113,9% de população carcerária. Já a unidade com o maior percentual levantado possuía cerca de 230,5% de população na unidade prisional.

Mesmo com estes dados, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) nega a existência de superlotação nas penitenciárias paulistas, alegando que a população carcerária diminuiu gradativamente no período de 10 anos. Entretanto, ao analisar os dados levantados no Anuário de Segurança Pública entre 2008 a 2021, é possível notar que a população brasileira somente em São Paulo, aumentou gradativamente, totalizando, até 2021, um aumento de mais de 143% da população carcerária somente nas unidades prisionais de regime fechado.

Gráfico 5 - População carcerária em cumprimento de pena por ano - principais Estados brasileiros

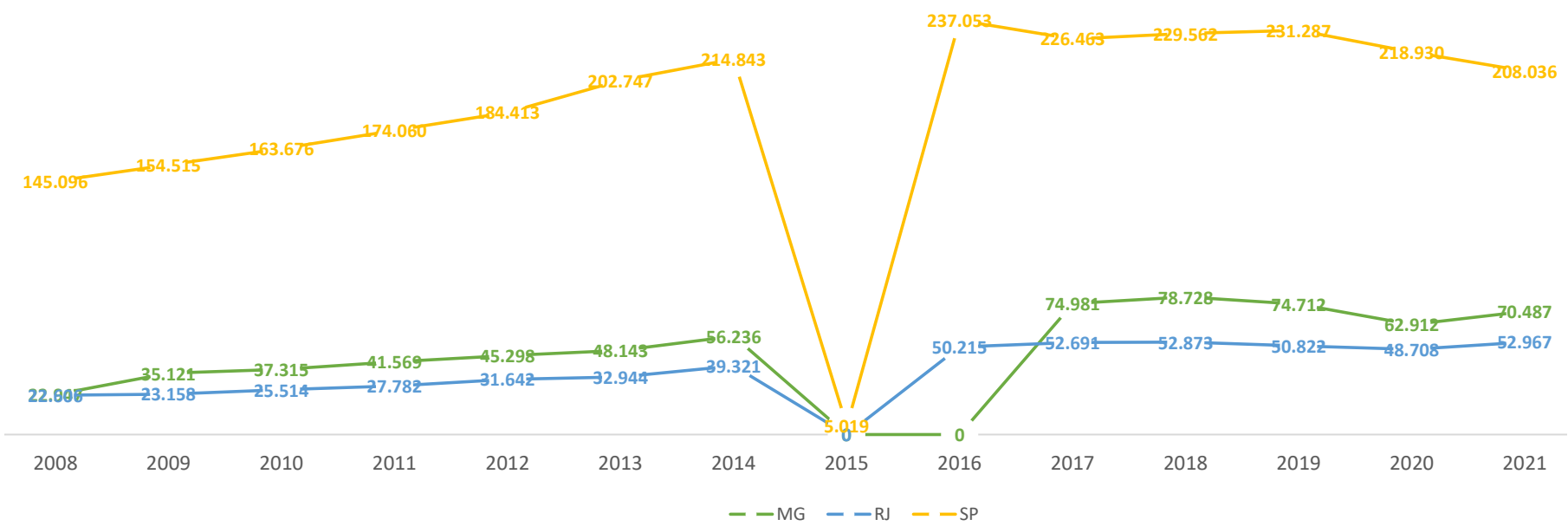


Gráfico 5: População carcerária em cumprimento de pena por ano 2008-21
Fonte: Gráfico autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

Em 2015 e 2016 os dados totalizam 0 pois os responsáveis pela alimentação da base de dados do Anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública não tiveram acesso às informações referentes a esses períodos. Mesmo assim, com os dados obtidos, é possível notar que a população carcerária só passou a diminuir a taxa de detentos a partir de 2020, e isso pode ser fruto da pandemia do coronavírus onde, tanto a taxa de repressão policial quanto a população presente nas ruas de São Paulo diminuíram consideravelmente. Essa diminuição totaliza o percentual de apenas 16,45% da população total em 13 anos.

“Um mano meu foi preso roubando manteiga
Saiu da tranca, quis assaltar um banco
- Favela Vive 3, ADL part. Choice, Djonga,
Menor do Chapa e Negra Li

Cada detento, uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença, um motivo, uma história de lágrima
Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química,
Pronto, eis um novo detento
- Diário de um Detento, Racionais Mc's

Quanto à população carcerária distribuída por raça e idade, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstra que, de 2005 a 2021, o perfil da população encarcerada não mudou, pelo contrário: os dados se intensificaram. Se em 2005, o encarceramento de jovens negros de 18 a 29 anos era de 58,4%, em 2021, esse percentual subiu para 67,5%. À respeito da população branca na mesma situação, os percentuais são de 39,8% e 29%, em 2008 e 2021, respectivamente.

Gráfico 6 - Distribuição da raça/cor da população presa no Brasil, em 2021

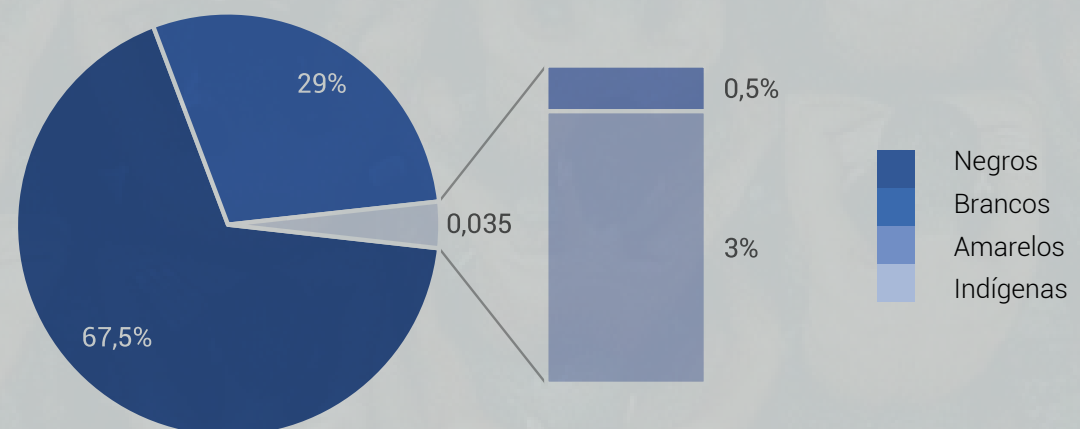


Gráfico 6: População carcerária em cumprimento de pena por ano 2008-21

Fonte: Gráfico autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

O DEPEN divulgou, de maneira inédita, um relatório prévio sobre a reincidência criminal no Brasil, com uma linha temporal de análise no período de 2008 a 2021. Para esta análise, 979 mil presos reincidentes de 13 estados brasileiros participaram do estudo, incluindo os detentos paulistas e características demográficas e sociais como idade, sexo, raça, local de nascimento, escolaridade, ocupação, renda e histórico de acesso a programas sociais e casos nas justiças: comum, federal e estadual foram levados em consideração para os dados finais.

Ele pensa o que fazer para sair
dessa situação
Desempregado então, com
má reputação
Viveu na detenção, ninguém
confia não
E a vida desse homem para
sempre foi danificada

- Homem na Estrada,
Racionais Mc's

Os dados referentes à São Paulo, obtidos com base nas amostras obtidas pelo período de reincidência, saída e fuga da prisão apresentou os seguintes números:

Tabela 6 - Relação de reincidência por crimes cometidos no Estado de São Paulo – 2008-21

Definição de Reincidência	Amostra (internos)	% que reincide em até 1 ano	% que reincide em até 2 anos	% que reincide em até 3 anos	% que reincide em até 5 anos	% que reincide no período avaliado
1. Entrada para cumprimento de pena após saída por decisão judicial, fuga ou progressão de pena.	615.216	20,2%	26,8%	30,8%	35,3%	41,1%
2. Qualquer entrada após saída por decisão judicial, fuga ou progressão de pena.	615.216	22%	29,7%	34,4%	40%	46,8%
3. Qualquer entrada após 14 dias de uma saída	615.216	20,2%	26,8%	30,8%	35,3%	41,1%
4. Qualquer entrada após 7 dias de uma saída	615.216	20,2%	26,8%	30,8%	35,3%	41,1%
5. Qualquer entrada e saída exceto outras movimentações de até 1 dia.	619.277	22%	29,7%	34,4%	40%	46,8%

Tabela 6: Relação de reincidência por crimes cometidos no Estado de São Paulo – 2008-21
Fonte: Gráfico autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

Nota-se que os percentuais de 1 ano sofrem um aumento gradativo até chegar no período de reincidência após 5 anos. Com isso, o DEPEN concluiu que “as medidas precisam ser tomadas no primeiro ano para que a taxa não atinja patamares de crescimento tão significativo ao longo do tempo.” (BRASIL, 2022). Além disso, o relatório mostrou que as unidades prisionais que concentram as maiores taxas de reincidência são a Penitenciária I Presidente Venceslau e o Centro de Detenção provisória IV Pinheiros , com 75% e 56,7% de reincidência, respectivamente, com 75% e 56,7%, respectivamente.

Os dados também mostram que os crimes mais comuns a sofrerem reincidência são por porte e tráfico de drogas, roubo e furto, respectivamente, onde o detento volta a cometer estes crimes, podendo chegar até ao crime de homicídio em sua reincidência.

Tabela 7 - Relação de crimes de reincidência após a primeira condenação no país

Primeiro Crime	Crimes Posteriores				
Drogas	Drogas (24%)	Roubo (7%)	Furto (5%)	Armas (3%)	Homicídio (3%)
Roubo	Roubo (27%)	Furto (8%)	Drogas (6%)	Receptação (3%)	Armas (3%)
Furto	Furto (35%)	Roubo (9%)	Drogas (5%)	Ameaça (4%)	Receptação (3%)
Ameaça	Ameaça (21%)	Lesão (10%)	Furto (7%)	Roubo (5%)	Drogas (4%)
Lesão	Lesão (18%)	Ameaça (16%)	Furto (6%)	Roubo (6%)	Drogas (4%)

Tabela 7: Relação de crimes de reincidência após a primeira condenação no país
Fonte: Gráfico autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

O cidadão de bem dá um tiro do bem
Com sua arma do bem no suspeito do mal
Que não matou ninguém e não roubou ninguém
Mas adivinha quem é o vilão do jornal?

- Dai a Cesar o que é de Cesar, Cesar MC

Em uma entrevista realizada com um ex-presidiário de 28 anos recentemente colocado em liberdade, João – nome fictício, 28 anos, negro e preso 4 vezes por roubo e tráfico – relatou que em uma das vezes em que foi preso, ele foi colocado em uma cela do CDP de Pinheiros com capacidade para 30 indivíduos, porém havia a presença de 64 detentos aguardando a sentença final e serem enviados às penitenciárias para o cumprimento da pena.

Ainda de acordo com o levantamento da Defensoria, mais de 60% da população carcerária é negra e parda (sendo aqueles que se identificam como negros e descendentes indígenas) e mais de 40% não possuem sequer o ensino fundamental completo.

[...] Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo. [...] Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas contra a fome, contra os golpes. [...] Tratava-se bem de uma revolta, ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão. O que estava em jogo não era o quadro rude demais ou ascético demais, rudimentar demais ou aperfeiçoado demais da prisão, era sua materialidade na medida em que ele é instrumento e vetor de poder; era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo, que a tecnologia da “alma” – a dos educadores, dos psicólogos e dos psiquiatras – não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos. (FOUCAULT, 1975. p. 29)

Arelado à superlotação, outros problemas relacionados à vivência com itens básicos à saúde dentro das unidades prisionais também são precários. João relata que dentro da rotina diária na prisão, onde a água potável tinha prazo estabelecido para chegar e ir embora em horários específicos do dia, muitas foram as vezes em que faltou água até para beber e que por isso foi criado o hábito entre os detentos de encherem garrafas pets com água para ser consumida durante os dias. A alimentação também apresentava problemas pois, apesar de nunca faltar comida, eles não possuíam um espaço destinado às refeições e a mesma era feita dentro da cela. Por vezes a comida chegava fria e já ocorreu momentos em que ela vinha com pedras e outras impurezas, impossibilitando a sua ingestão.

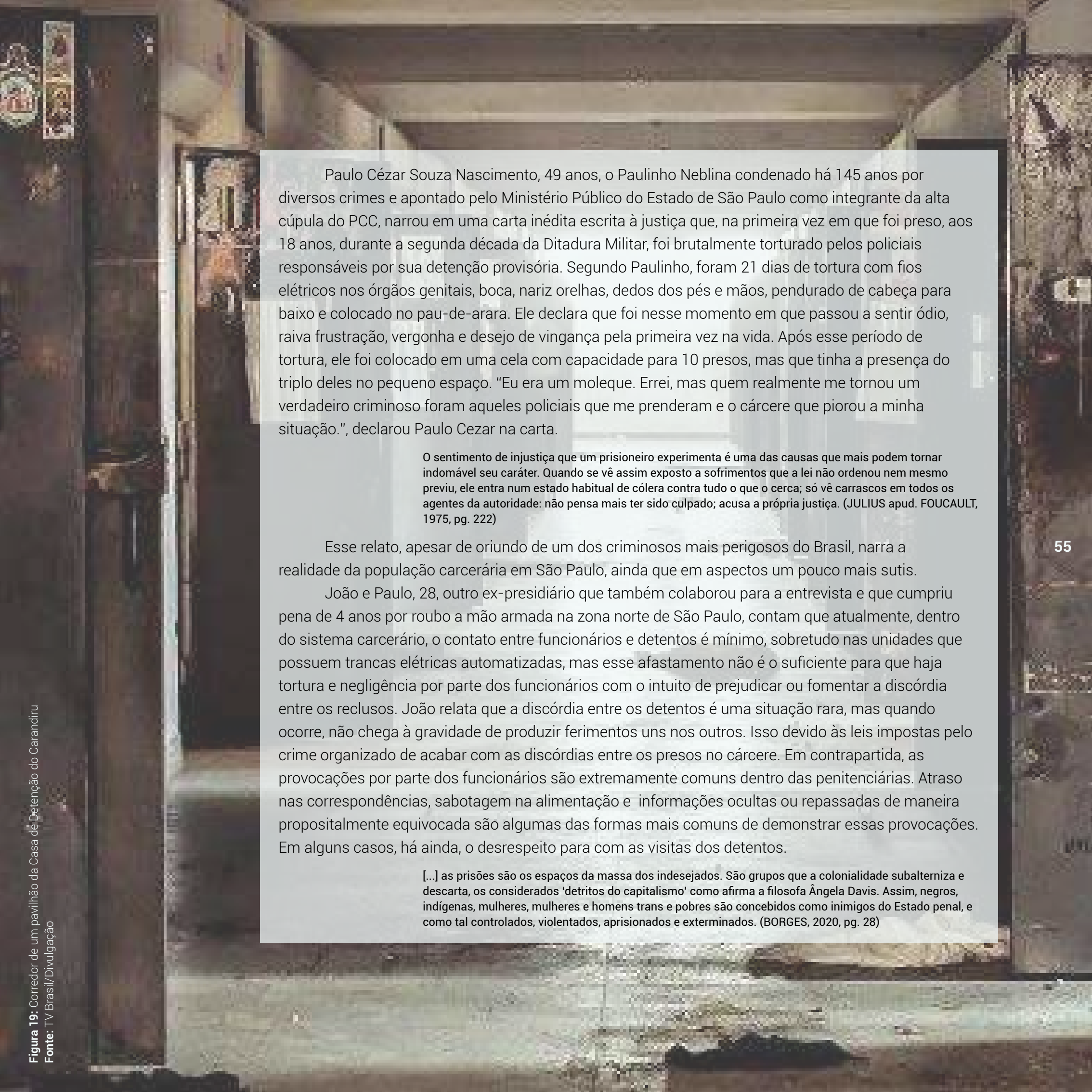
Os dormitórios, segundo a Defensoria Pública, não possuíam colchões em 74% das unidades prisionais inclusas no levantamento (G1, 2022). Os indivíduos dormiam em “laminados de espuma sem nenhum tipo de revestimento”, Além disso, os espaços possuíam péssima habitabilidade e em péssimo estado de conservação, expondo tanto detentos quanto funcionários à contração de doenças devido à sujeira e infestação de insetos, que também era recorrente, pelo menos no período da pesquisa. Em 68% dos presídios visitados não havia iluminação artificial nas celas e as portas possuíam chapas que impedem a entrada de luz natural e ventilação cruzada no ambiente.

Essas situações impostas aos detentos são capazes de influenciar diretamente na saúde psicológica do indivíduo, produzindo sensações de revolta principalmente pelo descaso e ausência de direitos humanos básicos à sobrevivência que nenhuma lei é capaz de retirar do ser humano, mesmo aqueles privados de liberdade.

O capítulo IV, seção 2, artigos 40 e 41 da Lei de Execução Penal nº 7210/84 resguarda os direitos do preso condenado e provisório à assistência social, jurídica, educacional, de trabalho, de saúde e material, a fim de preservar a integridade física e moral destes.

Banho gelado, banheiro frio, comida fria, camas frias
Apenas tornam corações frios

- Mama Cry, YNW Melly



Paulo César Souza Nascimento, 49 anos, o Paulinho Neblina condenado há 145 anos por diversos crimes e apontado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo como integrante da alta cúpula do PCC, narrou em uma carta inédita escrita à justiça que, na primeira vez em que foi preso, aos 18 anos, durante a segunda década da Ditadura Militar, foi brutalmente torturado pelos policiais responsáveis por sua detenção provisória. Segundo Paulinho, foram 21 dias de tortura com fios elétricos nos órgãos genitais, boca, nariz orelhas, dedos dos pés e mãos, pendurado de cabeça para baixo e colocado no pau-de-arara. Ele declara que foi nesse momento em que passou a sentir ódio, raiva frustração, vergonha e desejo de vingança pela primeira vez na vida. Após esse período de tortura, ele foi colocado em uma cela com capacidade para 10 presos, mas que tinha a presença do triplo deles no pequeno espaço. “Eu era um moleque. Errei, mas quem realmente me tornou um verdadeiro criminoso foram aqueles policiais que me prenderam e o cárcere que piorou a minha situação.”, declarou Paulo Cezar na carta.

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo o que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça. (JULIUS apud. FOUCAULT, 1975, pg. 222)

Esse relato, apesar de oriundo de um dos criminosos mais perigosos do Brasil, narra a realidade da população carcerária em São Paulo, ainda que em aspectos um pouco mais sutis.

João e Paulo, 28, outro ex-presidiário que também colaborou para a entrevista e que cumpriu pena de 4 anos por roubo a mão armada na zona norte de São Paulo, contam que atualmente, dentro do sistema carcerário, o contato entre funcionários e detentos é mínimo, sobretudo nas unidades que possuem trancas elétricas automatizadas, mas esse afastamento não é o suficiente para que haja tortura e negligência por parte dos funcionários com o intuito de prejudicar ou fomentar a discórdia entre os reclusos. João relata que a discórdia entre os detentos é uma situação rara, mas quando ocorre, não chega à gravidade de produzir ferimentos uns nos outros. Isso devido às leis impostas pelo crime organizado de acabar com as discórdias entre os presos no cárcere. Em contrapartida, as provocações por parte dos funcionários são extremamente comuns dentro das penitenciárias. Atraso nas correspondências, sabotagem na alimentação e informações ocultas ou repassadas de maneira propositalmente equivocada são algumas das formas mais comuns de demonstrar essas provocações. Em alguns casos, há ainda, o desrespeito para com as visitas dos detentos.

[...] as prisões são os espaços da massa dos indesejados. São grupos que a colonialidade subalterniza e descarta, os considerados 'detritos do capitalismo' como afirma a filósofa Ângela Davis. Assim, negros, indígenas, mulheres, mulheres e homens trans e pobres são concebidos como inimigos do Estado penal, e como tal controlados, violentados, aprisionados e exterminados. (BORGES, 2020, pg. 28)

Mas na calada, caguetaram seus
antecedentes
Como se fosse uma doença
incurável
No seu braço a tatuagem: DVC,
uma passagem, 157 na lei
No seu lado não tem
mais ninguém.
A justiça criminal é implacável!
Tiram sua liberdade,
família e moral.
Mesmo longe do
sistema carcerário,
Te chamarão pra sempre de
ex-presidiário

- Homem na Estrada,
Racionais Mc's

O sistema de saúde penitenciário também é deplorável. Segundo Borges, “uma pessoa presa tem 35 vezes mais chances de adquirir tuberculose do que a população em geral.” Em seu livro “Prisões: Espelhos de nós”, escrito no auge da pandemia em 2020, a autora afirma que a medicina dentro do cárcere é precária, os ambientes insalubres e não há um sistema preventivo contra epidemias, fazendo com que estas causem danos tanto aos detentos quanto aos funcionários e em suas respectivas famílias.

Na obra, Borges descreve que, antes da exoneração de todos os peritos do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, houve vários diagnósticos que apontavam violações de direitos humanos e péssimas condições dos ambientes carcerários em 2019, favorecendo o aparecimento de doenças e disseminação de enfermidades pré-existentes. Algumas dessas violações constam: falta de médicos, enfermarias e medicamentos, precariedade de tratamento médico paliativo, convívio com esgoto aberto, corte no abastecimento de água. “Há mais presos morrendo de doenças tratáveis, como tuberculose, AIDS, hanseníase e até infecções de pele, do que pela violência no interior dos presídios.” (BORGES, 2020, pg. 31)

Ao que diz respeito ao trabalho penal, os artigos do capítulo 3 da Lei de Execução Penal nº 7210/84 resguardam os direitos que o detento possui acerca do trabalho interno na prisão, considerando questões de remissão de pena, salário para suprir os gastos gerados na unidade prisional, bem como a reserva que o detento possui para gastos necessários à sua sobrevivência dentro da prisão e como forma de auxílio econômico de sua família. Entretanto, Foucault é categórico ao definir que:

A utilidade do trabalho penal? Não é nem um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção. (FOUCAULT, 1975, pg. 204)

Esse trecho expressa que, na realidade, o trabalho interno penitenciário forma operários dóceis e essa prática nada mais é do que uma forma de o detento pagar a condição de sua existência, gerando um pagamento moral.

Guina, eu tinha mó admiração, ó
Considerava mais do que meu próprio irmão, ó
Ele tinha um certo dom pra comandar
Tipo, linha de frente em qualquer lugar
Tipo, condição de ocupar um cargo bom e tal
Talvez em uma multinacional
É #\$\$%@.... Pensando bem, que desperdício
Aqui na área acontece muito disso
Inteligência e personalidade
Mofando atrás da @#\$\$% de uma grade
- Tô Ouvindo Alguém Me Chamar, Racionais Mc's

Ao ser questionado sobre o porquê, após 4 condenações, totalizando cerca de 8 anos de reclusão no sistema penitenciário, João se encontra atualmente no mundo do crime novamente, ele respondeu que apesar de trabalhar costurando bolas para a Pênalti dentro da cadeia, quando ele foi libertado, não recebeu nenhuma oportunidade de trabalho formal ou informal para ter a chance de recomeçar sua vida. Sozinho, com os pais falecidos, ele relata que as contas e necessidades básicas não deixaram de surgir e ele precisava de uma fonte de renda para suprir essas demandas. Dessa forma, João voltou ao tráfico de drogas, crime na qual foi a condenação de uma das prisões que sofreu. Foucault aponta que “a quebra de banimento, a impossibilidade de encontrar trabalho, a vadiagem são os fatores mais frequente de reincidência [no crime e na prisão]. (FOUCAULT, 1975, p. 223)

A educação no sistema carcerário não foge à realidade acima. João e Paulo relatam a mesma situação. Embora presos em momentos diferentes, ambos demonstraram interesse em estudar, mas ao comunicar esse desejo ao representante dos detentos afim de que a informação chegasse ao Diretor do presídio em que residiam – que apesar de supostamente possuir um ambiente dentro do presídio, eram raras as vezes em que ele comparecia ao estabelecimento – nunca obtiveram resposta acerca disso. Segundo eles, a possibilidade de estudos dentro da cadeia não é para todos. Assim como no sistema regular de ensino, há uma lista de espera em que poucos são os selecionados para concluir e aprimorar o pouco ou nenhum estudo que tiveram ao longo da vida.

Talvez devamos procurar o que se esconde sob o aparente cinismo da instituição penal que, depois de ter feito o condenado pagar a sua pena, continua a segui-los através de uma série de marcações (vigilância que era de direito antigamente e o é de fato hoje: passaportes degredados de antes, e agora folha corrida) e que se persegue assim como 'delinquente' aquele que quitou sua punição como infrator? (FOUCAULT, 1975, pg. 226)

Segundo Foucault, a prisão fabrica delinquentes pela forma de existência que obriga os detentos a levarem, fabrica pelo isolamento e pelo trabalho inútil, por impor limitações violentas e não fomentar o pensamento útil a respeito do homem na sociedade e ensina somente a aplicação e respeito pela lei. Dessa forma, a prisão não pode deixar de fabricar estes delinquentes porque o funcionamento do sistema se dá no sentido do abuso de poder.

100K, permaneça solido, me desculpe, não conserte meus erros. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe! Só peguei um tempo, irei pra casa em breve. Não demorará muito, eu prometo que ficarei bem, apenas limpe aquelas lágrimas do seu rosto, me desculpe. Eu não vou consertar meus erros, eu sou culpado. Senhor, tenha piedade, por favor me perdoe. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe. Cento e quarenta e cinco dias, estou contando. Tentando aguentar, mas o tempo passa devagar. Duzentos e vinte e cinco chuveiros gelados, o furacão atingiu meu celular, não tenho energia. Tentando caminhar por um caminho estreito e reto é uma batalha. Meio difícil de andar quando você está acorrentado em algemas. Minha alma sangra através dessas quatro paredes, meu coração dói após telefonemas. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe. Acabei de pegar um tempo, estarei em casa em breve. Não demorará muito, prometo. Ficarei bem, apenas limpe estas lágrimas do seu rosto, me desculpe. Eu não vou consertar meus erros, sou culpado. Senhor, tenha piedade, por favor me perdoe. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe. Te dou meu coração cheio de dor, me dê minha liberdade. Tire essas algemas, elas machucam minha mãos, deixe-me ir para casa... Banheiro frio, banho frio, comida fria, laje fria só faz um coração frio. Banheiro frio, laje fria, comida fria, banho frio só faz te torna frio... Mamãe, por favor, não chore, me desculpe. Acabei de pegar um tempo, estarei em casa em breve. Não vai demorar, prometo! Eu vou ficar bem, apenas limpe aquelas lágrimas do seu rosto, me desculpe. Não vou corrigir meus erros, sou culpado. Senhor, tenha piedade, por favor, me perdoe. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe. Mamãe, por favor, não chore, me desculpe...Arame farpado, melhor amigo se tornou o arame farpado (arame farpado). Correntes quebradas pelo arame farpado (arame farpado). Lágrimas caindo do arame farpado (arame farpado, caindo, arame farpado)... Chuveiro frio, laje fria, comida fria, banho frio (sim, caindo) só faz um coração frio...

4.1. A PLASTICIDADE NEURAL APLICADA À NEUROARQUITETURA NO AMBIENTE

Nos últimos anos, o campo da psicologia tem realizado diversos estudos para aprimorar o conhecimento da Neuroplasticidade – ou plasticidade neural, que nada mais é do que a capacidade que o cérebro humano tem de se reprogramar após um trauma ou lesão. Muito utilizado na psicoterapia, a plasticidade neural é capaz de auxiliar na reabilitação de crianças e idosos e a educação é uma das principais ferramentas para isso.

O campo do direito penal também vem utilizando deste conceito para criar novos caminhos para a reinserção do criminoso na sociedade. Isso porque a neuroplasticidade atua também no comportamento do indivíduo com base no ambiente em que está inserido. Dessa forma, estudiosos acreditam que, dependendo do grau da plasticidade neural do criminoso, suas funções cerebrais podem ser modificadas e aprimoradas, ainda que estas tenham sido prejudicadas anteriormente.

A aplicação da neuroplasticidade que cruza questões sociais com a medicina e psicologia é o tratamento de dependentes químicos onde, através de assistência psicológica e um ambiente terapêutico, é possível induzir o cérebro humano a substituir os antigos hábitos ruins por um novo conceito de vida, dessa vez mais aprimorado, reprogramando seus costumes. Essa reprogramação é possível pois o cérebro humano está em constante mudança – ainda que em níveis diferentes, variando conforme a idade e o ambiente em que a pessoa se encontra. Isso faz com que seja possível induzir o cérebro a aprender a se comportar melhor, criando uma rotina de hábitos saudáveis.

Para isso, a neuroplasticidade trabalha lado a lado com a neuroarquitetura, que é o campo da arquitetura que estuda a influência da neurociência nos espaços arquitetônicos e como o cérebro humano se comporta diante dos estímulos gerados por essa combinação. Isso porque, através de estudos e exames, a neurociência constatou que texturas, cores, iluminação e outras características do espaço arquitetônico é capaz de provocar gatilhos – positivos ou negativos – na mente humana, regendo assim seus comportamentos e moldando seu caráter – se induzido o indivíduo a conviver no espaço tempo o suficiente para isso.

Com base nestes pressupostos, a proposta arquitetônica deste projeto busca demonstrar as capacidades espaciais do ambiente carcerário em auxiliar na reinserção do criminoso na sociedade com a influência destes gatilhos mentais, induzindo à mudança de comportamento da mentalidade criminosa para uma mente reprogramada.

“

Carandiru, 20 de novembro de 1999.

Apenas mais um entre 365 dias iguais.
Provando do veneno e do gosto amargo do sistema.
Lágrimas de sangue se misturam na taça do ódio,
abondono, sofrimento, lamentos.
A fita não foi apaziguada,
outra vez as escadasvão ser tingidas de vermelho.
Misericórdia é raridade!
O amanhã pertence só a Deus.
Uma par de feridos, vários mortos ficaram pelo
caminho, mas nossa vontade de vencer é bem maior.
A gente não tá engrupido com a frase:
“Vai melhorar”. 500 anos, não temos motivos
nenhum para comemorar.
Nosso governo é tão justo que construiu mais
presídios e menos escolas
Os pretos aqui Afro-X e Dexter, e uma par de manos
que são considerados um perigo pra sociedade têm
uma missão: contrariar mais uma vez a estatística e
a justiça cega, mostrando principalmente a si próprio
que o ser humano é capaz de regenerar-se.

”
- Carta à sociedade, 509-e

4.2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

O projeto arquitetônico é pautado em dois usos principais e distintos entre si: o Museu da Escravidão e dos Direitos Humanos e a Penitenciária Vertical, demonstrando a disposição de edificações de cunho social, educativo e de segurança pública em um só espaço.

A junção desses usos tem como objetivo demonstrar a relação direta entre causa-consequência que a escravidão no Brasil gerou na sociedade atual, de forma que não seja possível esquecer – ou “fechar os olhos” – para questões pertinentes e presentes no cotidiano das pessoas.

Sendo o primeiro museu da escravidão propriamente dito a ser projetado com o intuito de evidenciar a história e impacto da escravidão contra os povos africanos no Brasil, esse conceito é reforçado na expressão oriunda da língua africana Akan “Sankofa”, que significa algo como “não é tabu voltar atrás o que se esqueceu” (FIOCRUZ, 2018). Essa expressão vem para apresentar à sociedade a possibilidade de ter o hábito de olhar para os erros passados para que se faça possível mudar o presente – e, consequentemente, o futuro também.

Dessa forma, as referências projetuais buscam apresentar ideias para: volumetria, aberturas, fachada, programa de necessidades, disposição e espacialidade dos ambientes e o fluxo entre eles, bem como a modulação estrutural empregada nas soluções de projeto e como isso influencia diretamente do dimensionamento dos espaços.

“ **Terra que exalta a meritocracia**
Finge que não sabe o passado que tem
Diz que é só trabalhar pra ser alguém na vida
Mas nós só começa do modo ninguém”
- Dai a Cesar oque é de Cesar, Cesar Mc

MUSEU DO HOLOCAUSTO E DOS DIRETOS HUMANOS

ARQUITETOS: OMNIPLAN
LOCALIZAÇÃO: 300 N Houston St, West End
CIDADE: Centro de Dallas, TX
PAÍS: Estados Unidos
ÁREA: 4850 m²
PAVIMENTOS: Térreo + 2
ANO: 2019

Motivo da escolha:

O programa de necessidades do Museu do Holocausto relembra a história e reforça as consequências negativas que o rompimento dos direitos humanos perante uma sociedade pode gerar e impactar, mesmo séculos depois. O projeto busca transmitir essa ideia através de elementos da arquitetura e da disposição dos ambientes no espaço do projeto, de forma a criar uma narrativa coerente e linear.

O Museu do Holocausto e dos Direitos Humanos de Dallas queria garantir que todos os visitantes que visitam o museu pudessem experimentar a estética expressiva sem dificuldade ou demora, exigindo uma reflexão extensa sobre a experiência do visitante durante o processo de design. A missão é incentivar os indivíduos a se tornarem defensores dos direitos humanos. A visão para o museu é criar uma jornada experiencial profunda e autêntica que lida com as questões mais difíceis e desconcertantes que assolam a humanidade.
(OMNIPLAN, 2019)

O Térreo é distribuído, na maior parte, de serviços e atividades paralelas e de apoio às exposições principais que ocorrem nos pavimentos superiores. O museu conta com uma sala de cinema com pé-direito duplo ocupando também o 1º pavimento e uma sala de aula no térreo, além de um pátio ao ar livre, sendo ambientes que estimulam o aprendizado e a integração dos visitantes. Analisando a planta baixa, é possível perceber que o projeto concentra todas as áreas técnicas e de apoio em um único núcleo, entre a sala de aula e a Orientação do Teatro, onde se inicia a jornada da exposição rumo ao 2º pavimento. Isso otimiza o espaço e a setorização dos ambientes.

A distribuição dos espaços do térreo conecta todas os ambientes de forma a sempre chegarem ao lobby que faz conexão com o pátio, onde está centralizado na planta propositalmente.



Figura 20: Planta do Térreo
Fonte: OMNIPLAN

- | | | |
|-----------------------|--------------------------|---------------------|
| 1 - Entrada | 4 - Loja | 7 - Área de serviço |
| 2 - Lobby | 5 - Pátio ao ar livre | 8 - Teatro cinema |
| 3 - Exibição especial | 6 - Orientação do teatro | 9 - Sala de aula |



Figura 22: Escada do Museu
Fonte: OMNIPLAN

O Lobby do térreo conta com uma escada que é o elemento arquitetônico central do andar. Ela dá acesso ao 1º e 2º pavimento, onde há um Lobby menor em formato de mezanino, proporcionando vista superior sobre o pavimento de baixo. A fachada do Pátio Externo é vedada por vidros que se estendem sobre todo o pé-direito duplo, oferecendo luz natural para os dois pavimentos boa parte do dia. O pavimento também conta com um ambiente que, em tradução livre, é nomeado como “Teatro do Testemunho”, onde mais de 120 pessoas sobreviventes do holocausto relatam sua (sobre) vivência durante o genocídio de todo um povo em uma projeção holográfica. O pavimento também conta com um terraço externo que é conectado ao pátio externo do pavimento inferior por uma escada. Essa ligação permite que o acesso aos pavimentos e ambientes superiores se dê de uma forma mais livre e intuitiva.

O 1º pavimento também conta com área administrativa alinhada na fachada de menor destaque do edifício, localizada acima das áreas técnicas do pavimento térreo, seguindo a organização dos espaços produtivos e de assistência do museu em um lugar, somente.

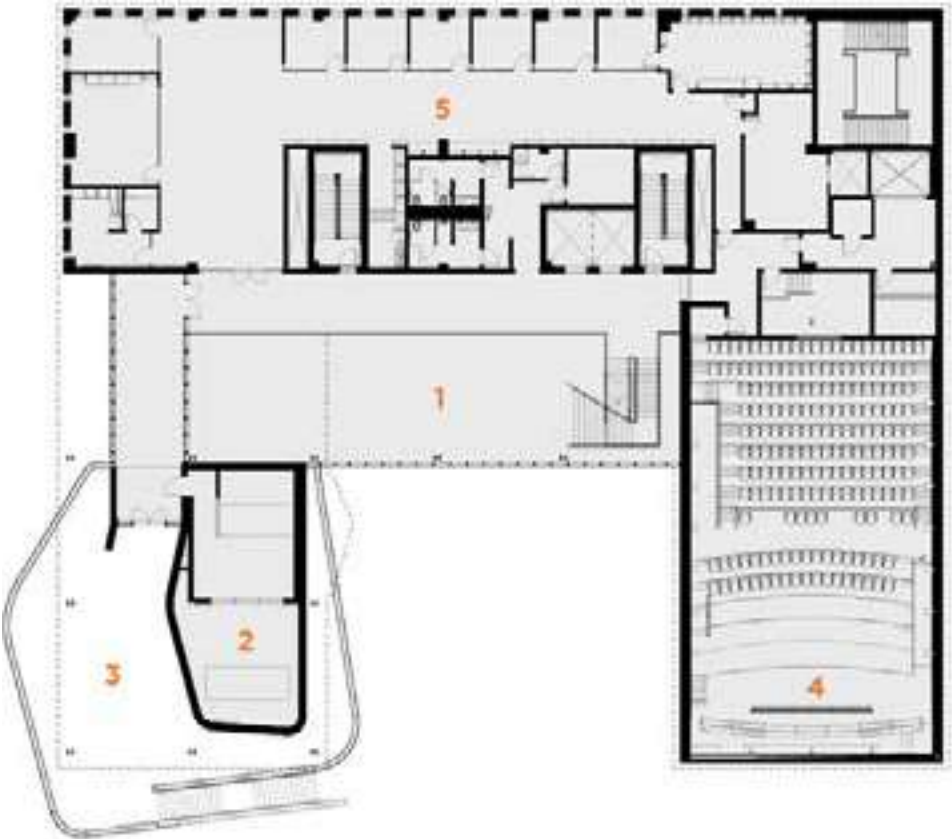


Figura 21: Planta do 1º Pavimento
Fonte: OMNIPLAN

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 3 - Terraço ao ar livre | 1 - Lobby |
| 4 - Teatro cinema | (pé-direito triplo) |
| 5 - Administração | 2 - Teatro de testemunho |

No 2º pavimento, a narrativa histórica se inicia em um percurso intuitivo de pouca iluminação e dividido por divisórias que projetam imagens holográficas compõem a narrativa interativa. Durante o percurso, o ambiente vai mudando até chegar na sala de reflexão, onde o ambiente se torna novamente claro e iluminado, principalmente com luz natural, finalizando em um lobby que dá acesso à escada central do térreo.

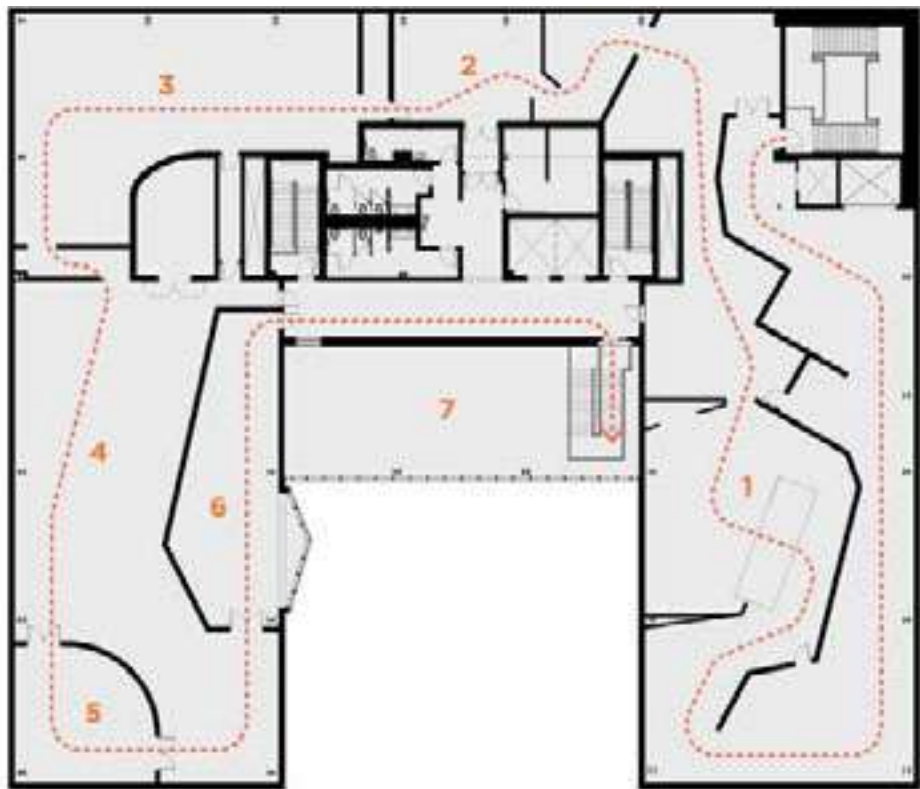


Figura 23: Planta do 2º Pavimento
Fonte: OMNIPLAN

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1 - Exibição de Shoah | 4 - Exposição “Pivô para a América” | 7 Lobby (pé-direito triplo) |
| 2 - Exibição dos Direitos Humanos | 5 - Teatro “Além da Tolerância” | |
| 3 - Exibição do Genocídio | 6 - Memorial e galeria de reflexão | |

Além disso, os ambientes possuem paredes e forros em diferentes alturas, a fim de potencializar a sensação que o trecho da narrativa busca causar. O início da exposição, por exemplo, em que começa pela escada, possui um alto pé-direito capaz de causar desconforto aos visitantes, de maneira proposital, iniciando as sensações que a trajetória da exposição busca causar.

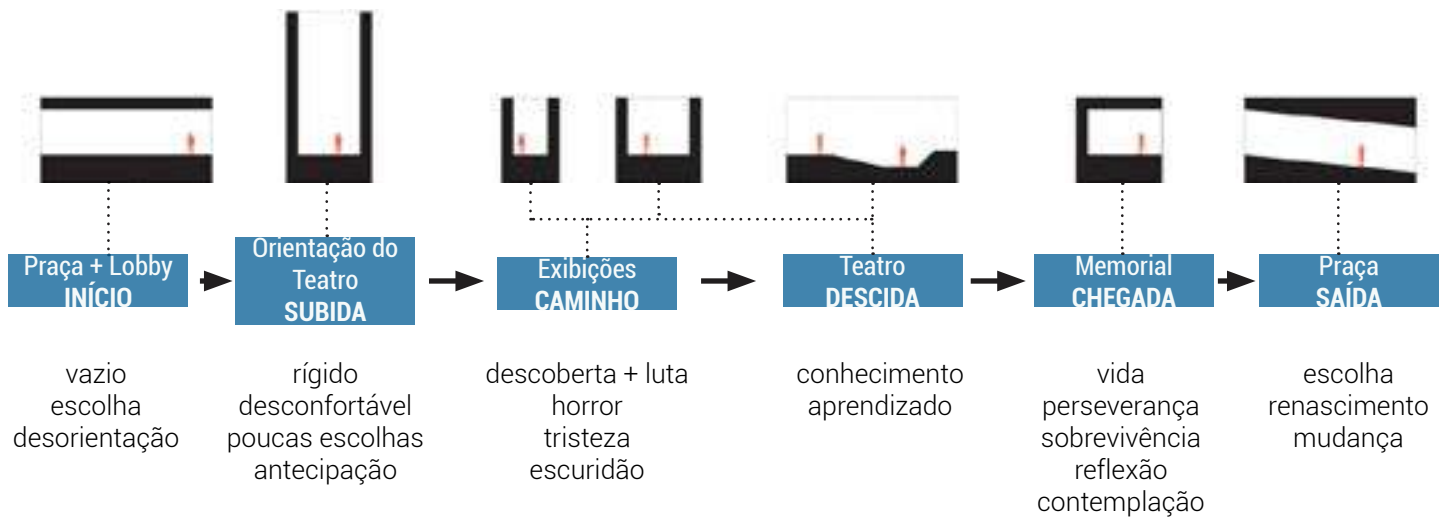


Figura 24: Diagrama da jornada narrativa do museu
Fonte: OMNIPLAN

MUSEU DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS

ARQUITETOS: Estúdio América
LOCALIZAÇÃO: Avenida Matucana, 501
CIDADE: Quinta Normal, região metropolitana de Santiago
PAÍS: Chile
ÁREA: 10.900 m²
PAVIMENTOS: Subsolo, térreo + 2
ANO: 2009

Motivo da escolha:

A planta do Museu é formada por eixos modulares, produzindo um desenho arquitetônico harmonioso e simétrico. A implantação é formada pelo Museu da Memória e pelo Ministério da Educação, que será construído posteriormente. Este último segue os eixos estruturais do Museu, criando uma continuidade no desenho estrutural do projeto, produzindo uma conexão fluida e convergente entre os volumes edificados.

A estrutura metálica compõe a fachada através de treliças que formam mosaicos com fechamento em vidro com nuances coloridas, trazendo o aspecto da memória que o conceito das terras chilenas, bem como o desenho do piso, assim como o projeto procura transmitir.

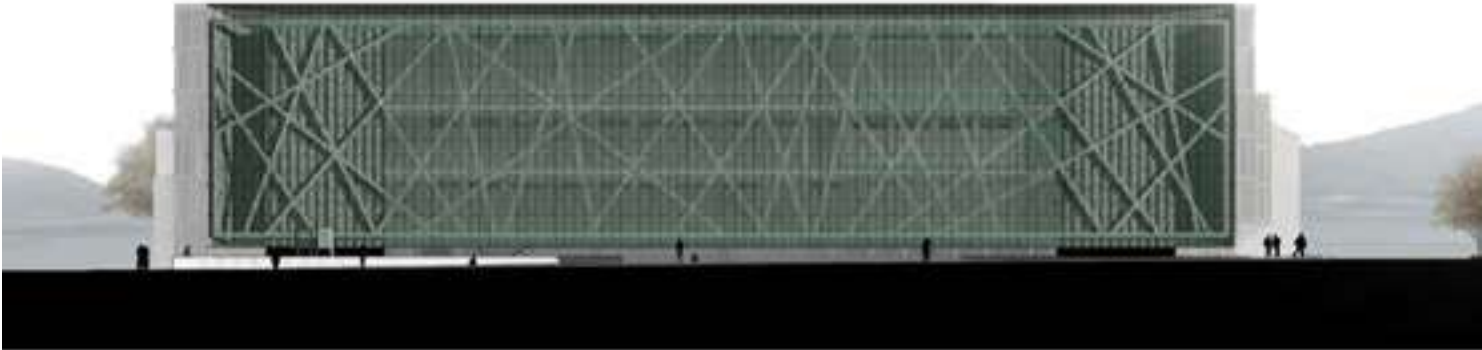


Figura 25: Elevação Sul, Museu da memória e dos direitos humanos
Fonte: Archdaily, 2011

Toda a materialidade do edifício busca trazer para o agora as memórias que compõem a história do Chile, bem como o cobre e o carvão na facha externa que remete aos mineradores chilenos na história da economia do país.

“Simbolicamente, o carvão, é o registro daquilo que já foi. É a memória do que poderia ter sido.” (ARCHDAILY, 2011)



Figura 26: Perspectiva do Museu da Memória e dos Direitos Humanos
Fonte: Archdaily, 2011



Figura 27: Implantação do Museu da memória junto do Ministério da Educação
Fonte: Archdaily, 2011

A implantação do museu tem como objetivo criar um novo espaço público na cidade. Para isso, sua arquitetura é constituída por uma transposição completa da quadra composta por uma praça central com escadarias que podem ser utilizadas como arquibancadas para permanência dos usuários. Além disso, também há um pátio jardim para uso público. Este, por sua vez, está localizado na etapa do edifício onde se situa o ministério da Educação. Esse conjunto de espaços constitui uma hierarquia urbana para um complexo metropolitano.

O edifício também conta com diretrizes sustentáveis, como painéis fotovoltaicos na cobertura para a captura da energia solar. O fechamento em vidro auxilia na iluminação natural do museu, diminuindo os gastos com energia elétrica.



Figura 28: Detalhe da fachada com adesivo do museu
Fonte: Archdaily, 2011

- | | | |
|-------------------------|---------------------------|----------------------|
| 1 - Entrada do museu | 4 - Memorial Alfredo Jaar | 7 - Salão |
| 2 - Entrada de veículos | 5 - Acesso elevador | 8 - Praça da Memória |
| 3 - Acesso praça | 6 - Conexão com o metrô | 9 Jardim dos desejos |

AVENUES: THE WORLD SCHOOL

ARQUITETOS: Aflalo / Gasperini Arquitetos
LOCALIZAÇÃO: Cidade jardim
CIDADE: São Paulo, SP
PAÍS: Brasil
ÁREA: 41.864 m²
PAVIMENTOS: Térreo + 9
ANO: 2018

Motivo da escolha:

O desenho do edifício propõe espaços internos que facilitam a visualização e comunicação dos ambientes, formando espécies de átrios que quebram a ideia de escolas com corredores regulares e contínuos. A conexão entre os volumes do edifício promove uma conexão singular entre os pavimentos, fazendo um bom aproveitamento dos usos primários e complementares de ambos os edifícios, promovendo um desenho arquitetônico convergente.



Figura 31: Detalhe da iluminação natural da fachada
Fonte: aflalo / gasperini arquitetos

O corte do projeto evidencia uma topografia marcada por grandes desníveis entre as duas ruas que dão acesso ao edifício. Dessa forma, o projeto conta com dois níveis de altura, de forma que a fachada da Av. Magalhães de Castro possua um gabarito de altura baixo e com um recuo nos pavimentos superiores, esse gabarito é elevado. Essa característica forma uma quebra no padrão da elevação e permite que haja mais possibilidades de aberturas para a entrada de luz. Os pavimentos possuem pés direitos duplos em espaços destinados às atividades complementares e na circulação vertical, proporcionando não somente visão ampla do espaço como também uma integração entre os pavimentos.

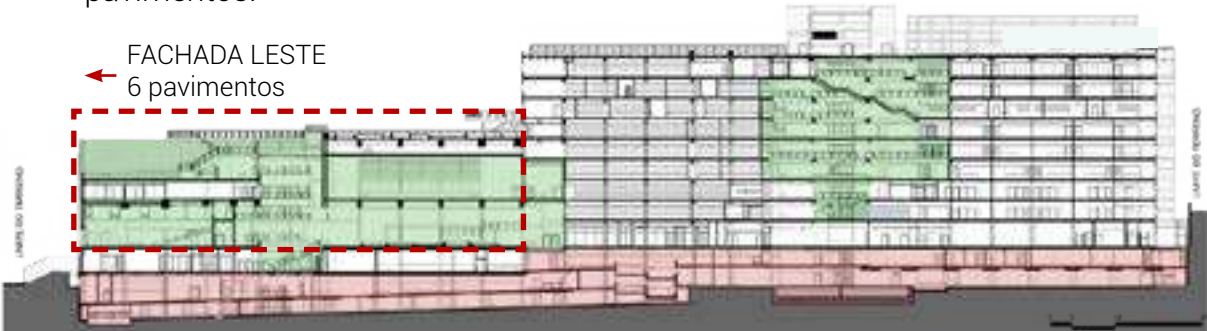


Figura 29: Corte longitudinal, Avenues School
Fonte: aflalo / gasperini arquitetos

Pé-direito duplo
visão panorâmica dos pavimentos
Desnível topográfico: solução arquitetônica

Esses pés direitos duplos oferecem um gama maior de iluminação nos pátios internos e externos que se localizam nesses ambientes de maior altura. Essa setorização faz com que os alunos possam ter momentos de descanso e integração no próprio pavimento que estudam, diferente do modelo padrão de escolas, onde os espaços coletivos se concentram no pátio e refeitório.

Para a fachada, o projeto é munido de chapas metálicas perfuradas que oferecem proteção solar sem renunciar à ventilação natural. Essa solução oferece também privacidade para o ambiente, além de ser um item de segurança.

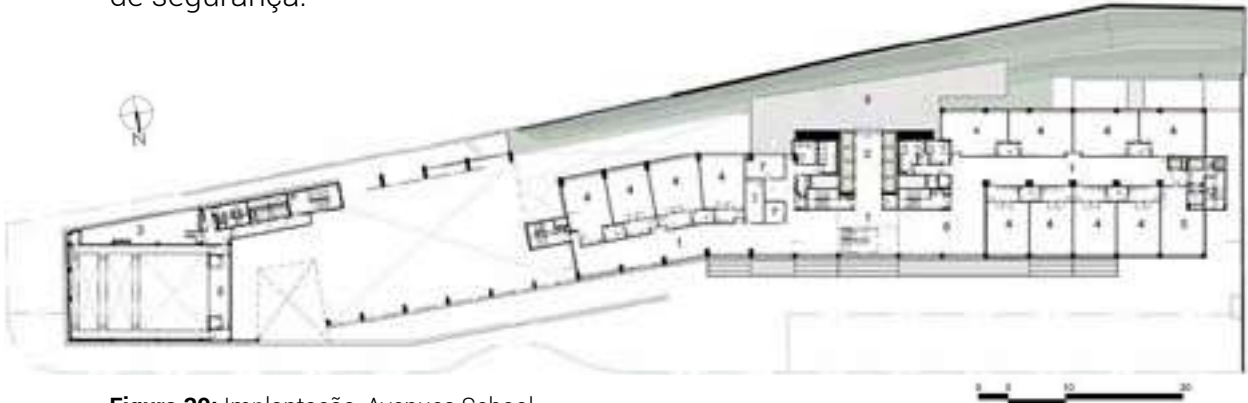


Figura 30: Implantação, Avenues School
Fonte: aflalo / gasperini arquitetos

CAMPUS UNIVERSIDADE
SAO JUDAS

ARQUITETOS: SHIEH Arquitetos e Associados
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Mooca
CIDADE: São Paulo - SP
PAÍS: Brasil
ÁREA: 69.143m²
PAVIMENTOS: Subsolo, térreo + 7
ANO: 1971

4.3. ESTUDO DE CASO

Sendo sede da Rede de Ensino de uma família tradicional da Mooca, a família Mesquita – e que, posteriormente foi vendida para o Grupo Ânima de Educação -, a Universidade São Judas Tadeu campus Mooca foi projetada para acolher os primeiros cursos de graduação oferecidos pela rede de ensino, que até então oferecia somente o ensino regular fundamental I e II. Atualmente, a região, que é repleta de equipamentos educacionais nas diversas escalas de ensino, conta com a Universidade São Judas campus Mooca e ETEC Camargo Aranha em lotes próximos, produzindo uma integração de alunos durante grande parte do dia, já que, assim como na ETEC, A São Judas também oferece o ensino médio dentro de seu campus.

O bairro é composto por famílias tradicionais da cidade, além de muitos lotes anteriormente industriais, mas que agora permanecem inutilizados. O gabarito do entorno é baixo, possuindo somente de um a três pavimentos, com exceção de alguns condomínios residenciais verticalizados. Nesse sentido, o campus Mooca é um marco na região, possuindo 7 pavimentos com mais de 3 metros de pé direito cada, produzindo uma elevação com mais de 20 metros de altura.



Figura 32: Isométrica da Universidade São Judas, campus Mooca
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados



Figura 34: Corredor do 1º Pavimento da universidade
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

Com o conceito de “UNIVERSIDADE PARA TODOS” e situada em um lote que interliga as Ruas Taquari e Marcial em um desnível de aproximadamente 4 metros de altura, partindo do ponto mais baixo para o ponto mais alto. A implantação está posicionada na área mais alta do terreno e seu desnível é percebido na elevação do estacionamento externo, durante a subida pela Rua Taquari sentido Largo Ubirajara, à nordeste da implantação. A fluidez da planta térrea produz um fácil acesso entre as duas vias, de modo que a entrada e saída do campus seja feita tanto por estudantes e funcionários quanto por visitantes externos, sempre com as medidas essenciais de segurança. Nesse sentido, o pavimento conta com praça de alimentação e áreas de descanso e estudo integradas em um só espaço socialmente dividido e com pouca compartimentação.

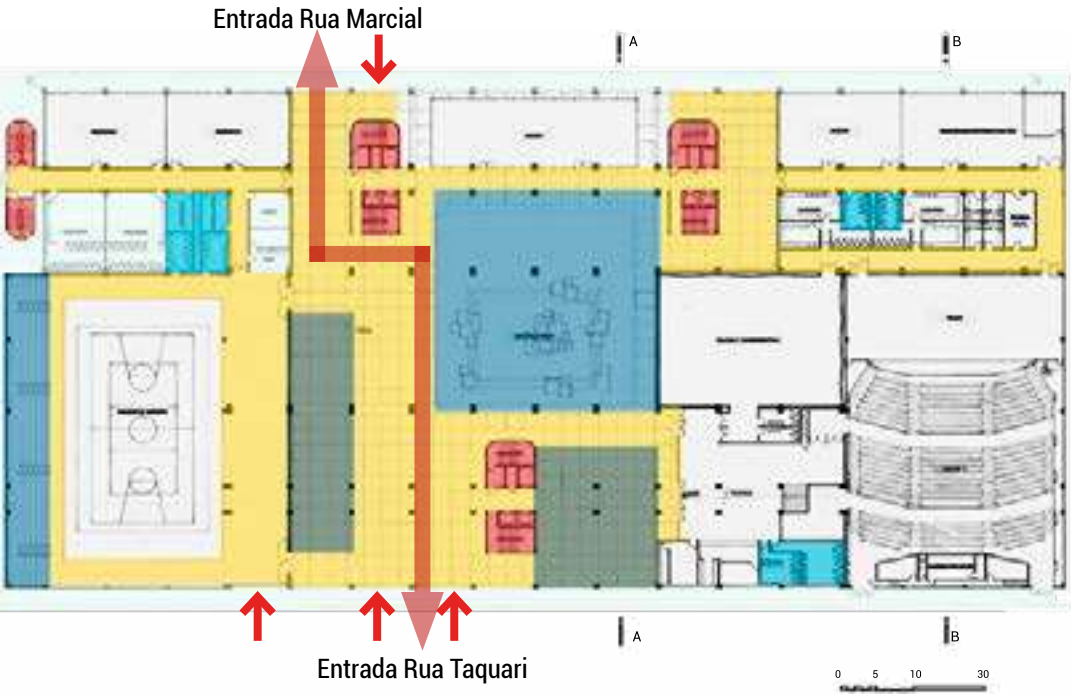


Figura 33: Diagrama de ambientes e acessos do campus - Planta do Térreo
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

- Circulação e fluxo livre
- Área para alimentação (mesas e quiosques)
- Área para integração e descanso
- Banheiros e vestiário
- Circulação vertical

Ainda que os usos fragmentem a planta em diversas partes, na prática, a planta é única e contínua. O mobiliário é móvel e o desenho de piso é contínuo por toda a extensão do pavimento, abrindo possibilidades para mudanças no layout sem prejudicar o fluxo da circulação.



Figura 36: Perspectiva da rampa de acesso
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

A volumetria é composta por um embasamento com desenho geométrico, produzindo um grande retângulo no terreno. A partir do 1º pavimento, sobem 5 torres de acessos verticais independentes. Dessa forma, cobertura do térreo possui um desenho paisagístico composto por vegetação de pequeno e médio porte, propiciando uma agradável área de estar, além de um fechamento translúcido que permite a incidência de luz natural no térreo durante grande parte do dia. O 1º Pavimento é composto por espaços administrativos, fazendo com que essa área aberta sirva como uma área de espera para alunos e visitantes.

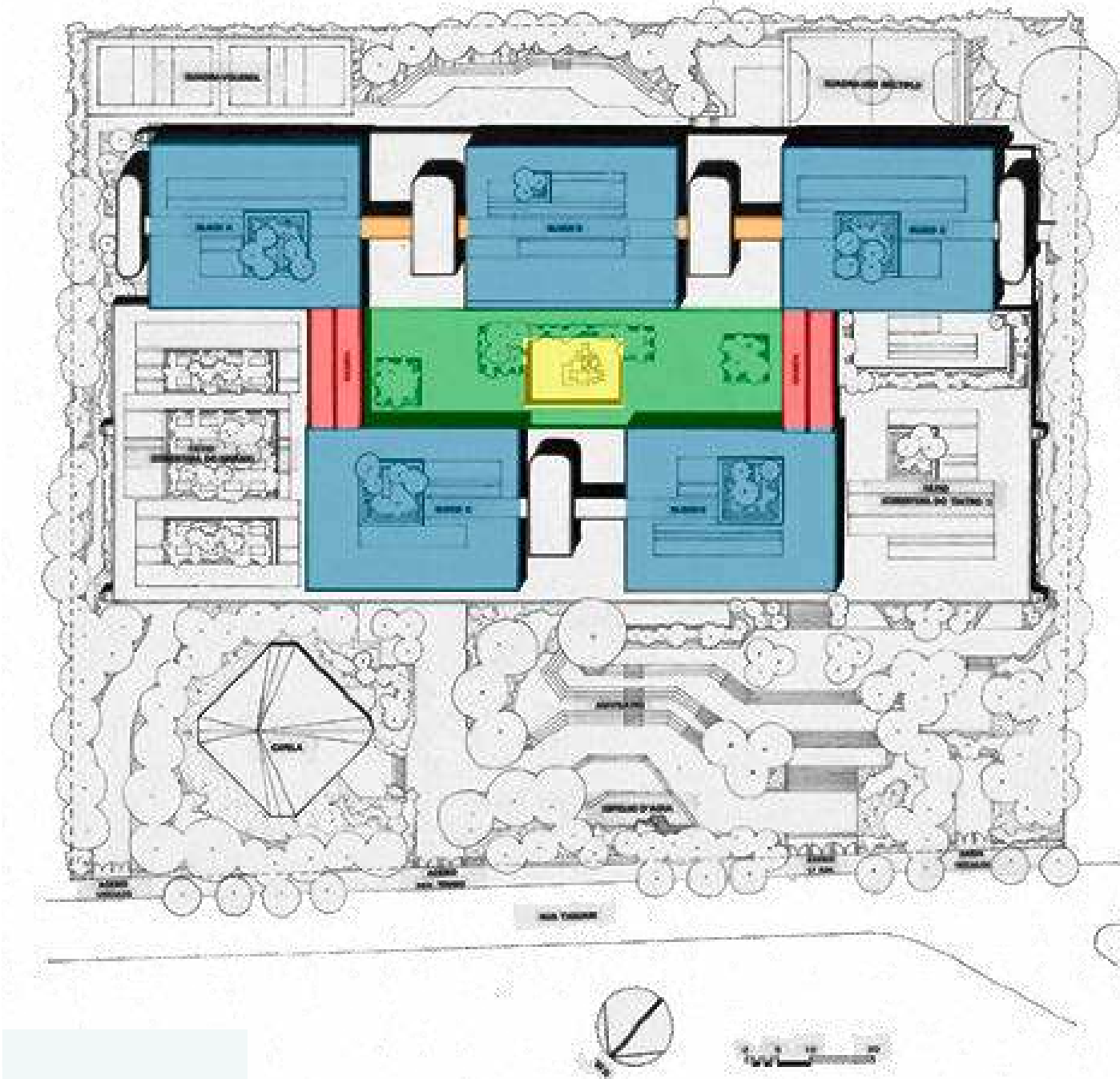


Figura 35: Diagrama dos acessos e aberturas horizontais - Implantação
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

- Volumes edificadas
- Rampas de conexão entre blocos
- Corredores de conexão entre blocos
- Terraço / vazio / praça
- Abertura do terraço para entrada de luz



Figura 38: Perspectiva dos blocos educacionais
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

Sendo torres independentes, cada bloco possui uma circulação vertical própria composta por um conjunto de 1 escada com abertura para entrada de luz e 2 elevadores de cada lado dos corredores que interligam os blocos vizinhos laterais. Para a conexão dos blocos vizinhos à frente, a conexão horizontal é feita por meio das rampas, que são os elementos estruturais mais marcantes do projeto. O uso das rampas inicia-se no térreo com uma rampa curva até o 1º pavimento onde, a partir daí, começa o circuito de zigue-zague das rampas. Esse desenho volumétrico forma um vazio no centro da implantação à partir do 1º pavimento.

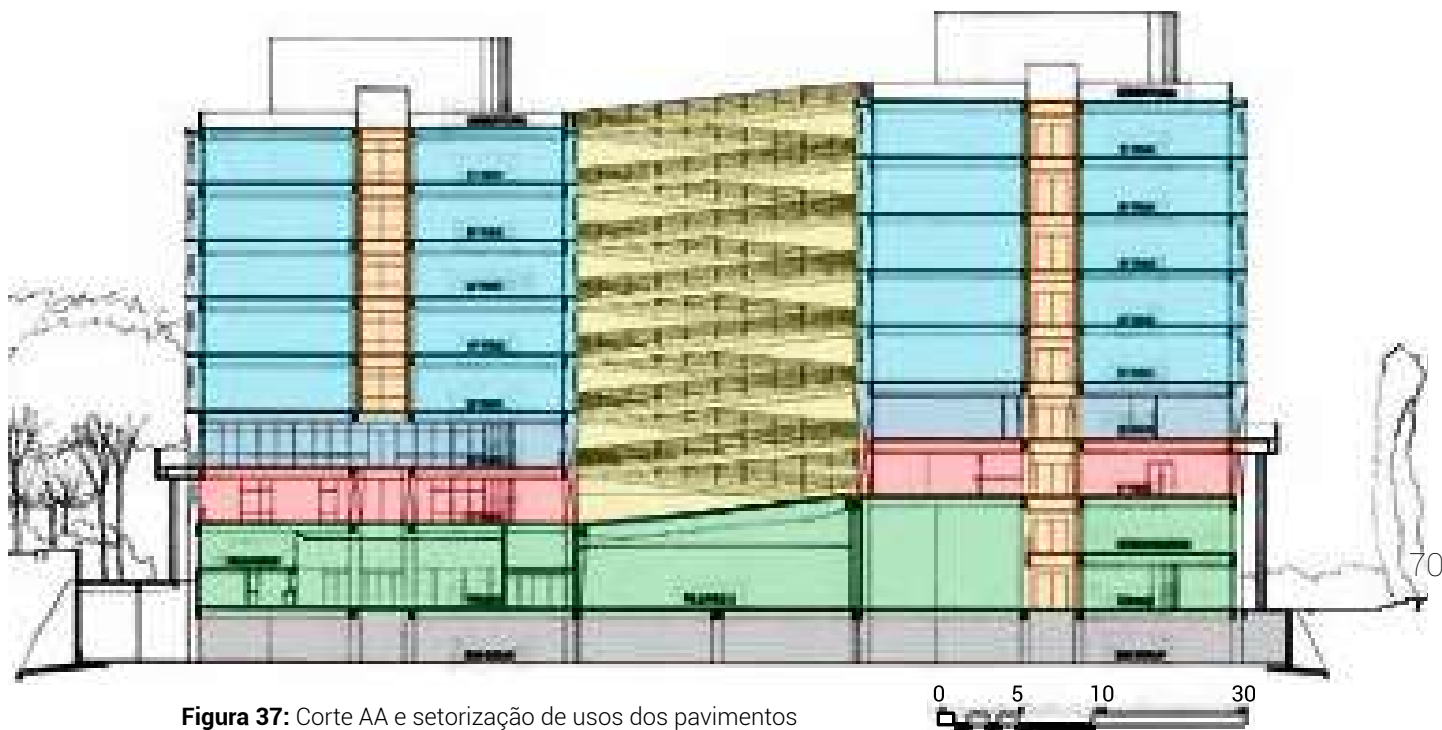


Figura 37: Corte AA e setorização de usos dos pavimentos
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

- Vazio / distância entre os volumes edificados
- Pavimento térreo - integração, alimentação, descanso
- 1º Pavimento - estudos e administração
- 2º Pavimento - atividades complementares
- Pavimento Tipo (3, 4 e 5) - salas de aula
- Corredores
- Subsolo - estacionamento e áreas técnicas

A implantação do edifício permite que todas as fachadas recebam incidência solar durante todo o dia. Para isto, foi utilizado brises horizontais nas aberturas que compõem as salas de aula. Para as aberturas que ventilam os corredores, o brise é dispensado, por não ser uma área de movimentação contínua de usuários. Além disso, todos os ambientes produtivos possuem ventilação cruzada natural, e o pé direito alto proporciona sensação de amplitude e melhor propagação tanto da iluminação natural quanto da ventilação, atrelados às grandes aberturas de janelas que se estendem do chão ao teto, de parede a parede de cada sala de aula.

A estrutura modular do edifício é composta por uma malha de 8x10 metros. Nos eixos verticais da extremidade da malha, as medidas passam de 8 para 5 metros, enquanto há dois intervalos nos eixos verticais em que a medida passa de 10 para 3 metros. Neste último, está concentrado os dois eixo horizontais de circulação do edifício. Esse eixo permite que o fluxo de circulação conecte de maneira coerente não somente todas as salas de aula entre si como também produza acesso às rampas e aos blocos vizinhos, fazendo com que todos os espaços fiquem igualmente próximos dos banheiros, da circulação vertical e nenhum espaço fique “no fundo” no pavimento.

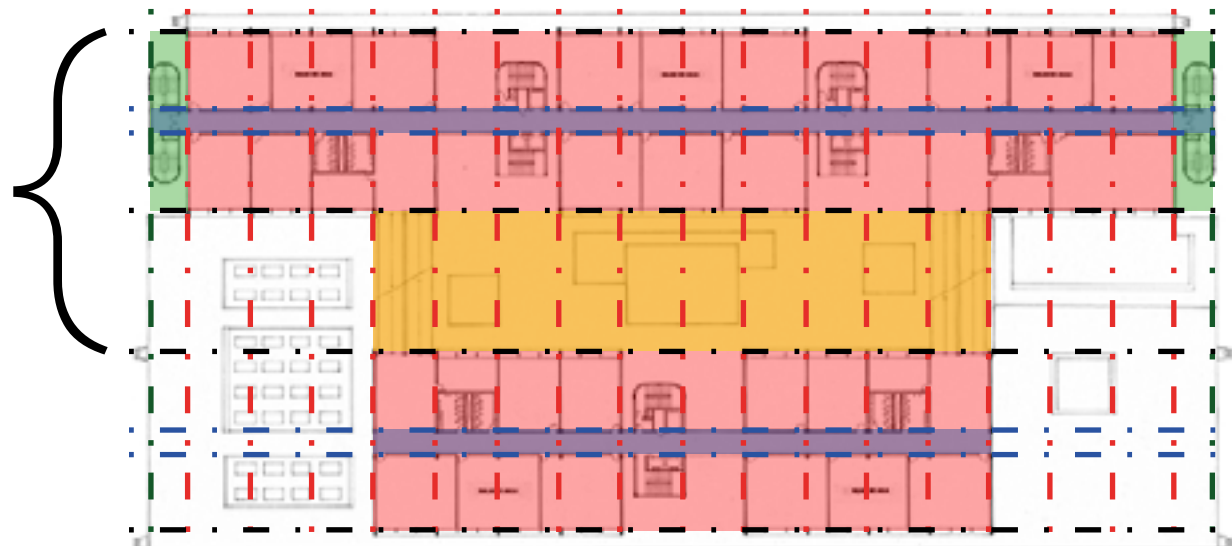
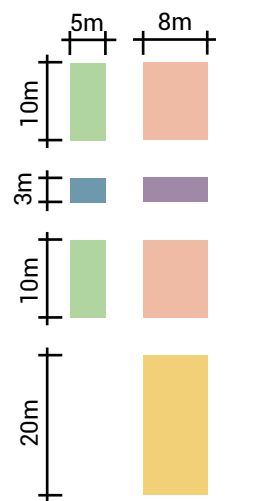


Figura 39: Diagrama da malha estrutural dos pavimentos superiores
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

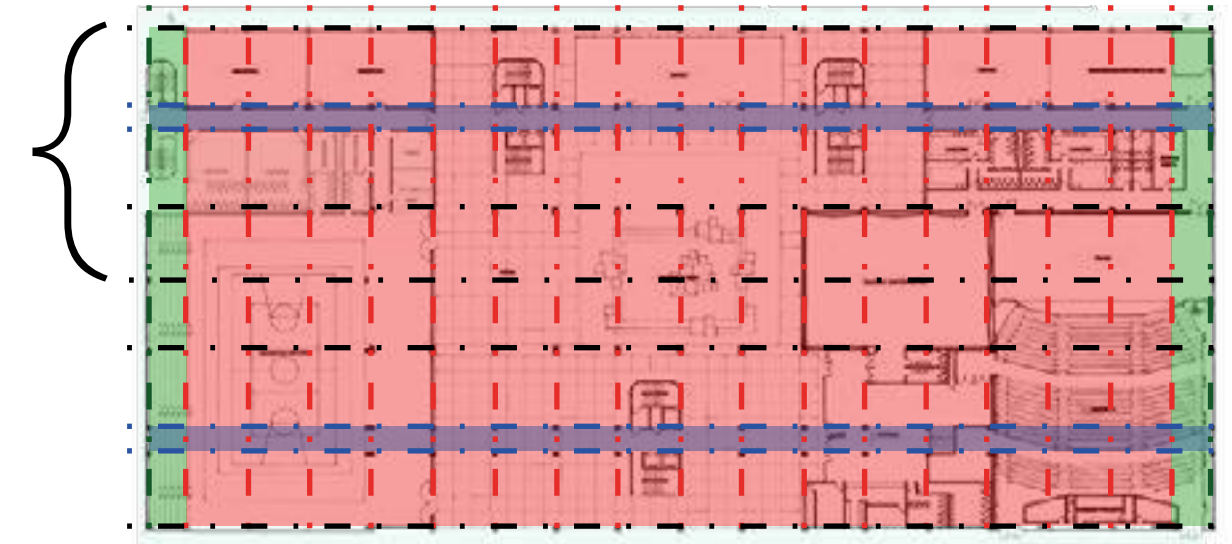
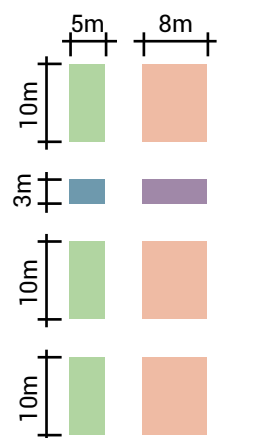


Figura 40: Diagrama da malha estrutural do pavimento térreo
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados

O pavimento-tipo não possui o eixo horizontal central da malha, pois o miolo do edifício não possui qualquer tipo de estrutura vertical ou horizontal por estar localizado o vazio entre os volumes. Ainda assim, a malha respeita a proporcionalidade da modulação.

Figura 41: Perspectiva da fachada do campus
Fonte: SHIEH Arquitetos e Associados



A materialidade do edifício consiste no sistema tradicional de alvenaria, com vedação em blocos cerâmicos sem revestimento final, trazendo para a volumetria uma estética totalmente natural da construção. Com a combinação das rampas em estrutura metálica pintadas de azul escuro no mesmo tom dos brises, um sistema estrutural totalmente pautado na materialidade crua padronizada em uma modulação que se estende para os eixos verticais, a fachada traduz tridimensionalmente os três pilares da arquitetura estabelecidos por Vitruvius: estabilidade, beleza e função.

Tratando-se dos elementos ambientais, o projeto arquitetônico reflete o bairro da Mooca ao reproduzir em seu perímetro um projeto paisagístico coerente com a fauna e flora local, de maneira que acolhe os usuários com espaços de permanência e sombra para os dias mais quentes. A riqueza de árvores de grande porte e demais vegetações em abundância no campus auxilia diretamente na redução das ilhas de calor não somente nos ambientes internos como também no entorno mais próximo da implantação. O jogo de vegetação combinado com a volumetria do edifício produz uma visão panoramicamente agradável para quem caminha por entre as ruas da Mooca e avista o prédio ao longe.

4.4. CARANDIRU: A FALÊNCIA DO MODELO PENAL

Desde a construção da Casa de Correção do Rio de Janeiro, a primeira penitenciária brasileira, em 1769, também conhecida como Complexo Frei Caneca, uma série de violações aos direitos humanos tem acontecido legalmente no sistema penal – uma reprodução do comportamento iniciado ainda em 1500, durante a invasão do Brasil.

Um dos principais desrespeitos ocorridos trata-se do Massacre do Carandiru, chacina realizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na Casa de Detenção do Carandiru e que mudou completamente o cenário criminal dentro e fora da cidade de São Paulo a partir do ano de 1992.

A Casa de Detenção de São Paulo, como era chamado oficialmente o Complexo do Carandiru, foi inaugurada em 1920 e tinha como objetivo acomodar os detentos homens com processo sem transitado e julgado, isto é, aqueles que estavam presos provisoriamente e foi considerado, na época, o maior presídio da América Latina.

As condições que já eram ruins na época, tornaram-se extremamente precárias com a crise de 1990 que aumentou a taxa de criminalidade no Brasil. Nesse momento, o complexo passou a abrigar também presos já condenados pela justiça e dos mais variados artigos penais, reincidentes e primários. Esse foi o período em que o Dr. Dráuzio Varella iniciou seu trabalho voluntário na Casa de Detenção, sendo possível evidenciar na obra “Carandiru” muitas crises sanitárias e humanitárias ocorridas no Carandiru.

As principais epidemias presentes no complexo eram o surto de AIDS – causado principalmente pelas relações sexuais desprotegidas entre pessoas de dentro e fora do cárcere e o compartilhamento de agulhas para o uso de heroína – e a tuberculose que, inclusive, é um surto que ocorre ainda nos dias de hoje nos estabelecimentos penais brasileiros.

Já ouviu falar de Lúcifer?
Que veio do Inferno com moral
Um dia no Carandiru, não, ele é só mais um
Comendo rango azedo com pneumonia.
Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D’Abril, Pare-
lheiros, Mogi, Jardim Brasil,
Bela Vista, Jardim Ângela, Heliópolis,
Itapevi, Paraisópolis.
Ladrão sangue bom tem moral na quebrada
Mas pro Estado é só um número, mais nada.
Nove pavilhões, sete mil homens
Que custam trezentos reais por mês, cada.
- Diário de um detento, Racionais Mc’s



Figura 42 Complexo do Carandiru
Fonte: Notícias ao Minuto

A arquitetura do Carandiru, apesar de possuir mais pavimentos do que a maioria dos espaços penais, tinha sua distribuição comum à arquitetura penal: a implantação era distribuída em pavilhões numerados – que, por mais que se intitule “9 pavilhões”, era um total de 7 volumes edificadas – com pátios internos em 6 deles. Conforme a ilustração abaixo e informações fornecidas por Varella (1999), a ocupação dos pavilhões era distribuída com base no crime cometido: detentos que cometiam crimes como estupro de mulheres e crianças eram tratados com crueldade e com frequência eram jurados de morte. Portanto, se acomodavam no pavilhão 5 em celas coletivas, para que pudessem proteger uns aos outros em casos de possíveis retaliações. O medo da morte fazia com que estes detentos evitassem até mesmo o banho de sol, fazendo com que o pavilhão ficasse conhecido como “amarelo” – pois a falta de insolação na pele deles deixava um aspecto amarelado e anêmico nestes homens. Já o pavilhão 8 era composto de presos reincidentes, que já conheciam as regras do estabelecimento e, por isso, não costumavam gerar maiores problemas.

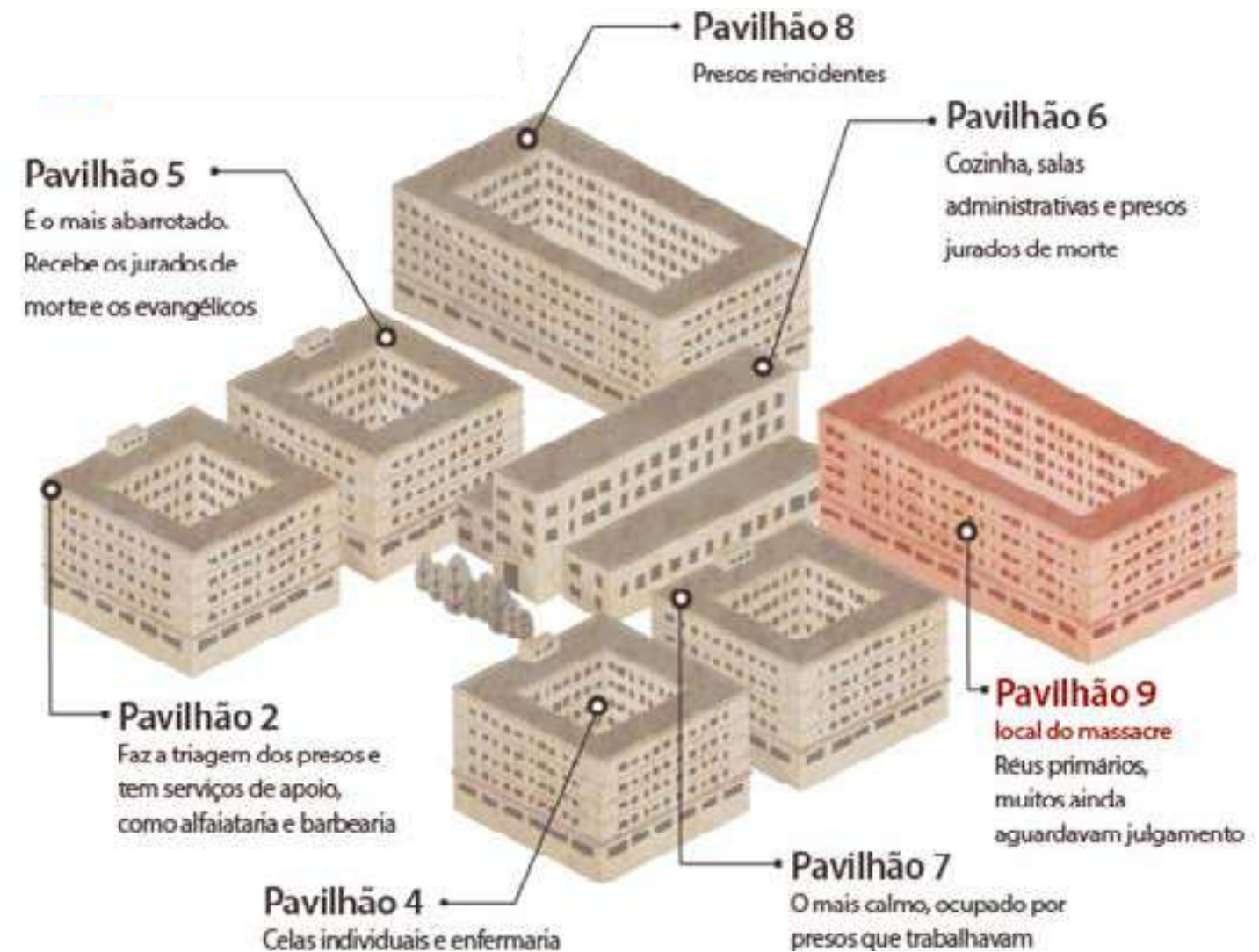


Figura 43: Diagrama de ocupação dos pavilhões do Carandiru
Fonte: UOL

Além de pavilhões específicos para serviços de apoio como triagem, cozinha, barbearia e enfermaria por exemplo, o térreo de cada edificação contava com outros setores de apoio como educação e polivalência.

Homem é homem,
mulher é mulher
Estuprador é diferente, né?
Toma soco toda hora, ajoelha e
beija os pés
E sangra até morrer na rua 10
- Diário de um Detento,
Racionais Mc's

Os volumes quadrados e retangulares eram compostos por celas dos dois lados do corredor, oferecendo janelas com vista para o pátio interno e para o mundo fora dos limites carcerários. Os corredores eram chamados de galerias e não possuíam qualquer tipo de iluminação natural – além do fato de que a iluminação artificial era precária. As janelas voltadas para o pátio interno eram usadas como varais de roupas e meios de transposição de objetos e alimentos, no caso do Amarelo, onde os presos evitavam sair da cela até mesmo para se alimentar, fazendo com que os evangélicos – os únicos que se compadeciam destes criminosos – fornecessem alimento e demais itens necessários a eles.

Varella também explica que as instalações hidráulicas do lugar eram precárias, repletas vazamentos e infiltrações, fazendo com que os espaços fossem frequentemente inundados por água, geralmente suja, incluindo no interior das celas. Os banheiros ficavam localizados no interior das celas e a falta de água provocava a impossibilidade de descargas sanitárias e banhos quentes – fato que ocorre até hoje, onde a água possui horário marcado para ser chegar e ir embora e que com certa frequência, chega a faltar conforme relatos de João e Paulo em entrevista fornecida para a pesquisa. Na adaptação cinematográfica de “Carandiru”, é possível ver detentos se banhando com a água acumulada em um cano onde deveria ser um chuveiro.

Ambiente lúgubre, infestado de sarna, muquiranas e baratas que sobem pelo esgoto. Durante a noite, ratos cinzentos passeiam pela galeria deserta. A janela do xadrez é vedada por uma chapa de ferro fenestrada, que impede a entrada de luz. Por falta de ventilação, o cheiro de gente aglomerada é forte e a fumaça de cigarro espalha uma bruma fantasmagórica no interior da cela. Tomar banho exige contorcionismo circense embaixo do cano na parede ou na torneira da pia, com uma caneca. (VARELLA, 1999, p. 24)

Nada deixa um
homem mais doente
Que o abandono
dos parentes

- Diário de um Detento,
Racionais Mc's

Apesar de ter sido desativado em 2002, a utilização dos espaços do Carandiru é um reflexo do que ocorre até hoje nas penitenciárias e presídios brasileiros. Dessa forma, os hábitos comuns ocorridos no complexo podem ser presenciados até hoje em qualquer estabelecimento penal de regime fechado e semiaberto, dentro e fora de São Paulo.

As visitas íntimas no Carandiru aconteciam de diversas formas: o detento podia utilizar sua própria cela ou alugar uma cela individual de reclusos que não recebiam visita íntima. Além disso, nas celas coletivas, esse tipo de visita poderia facilmente acontecer de maneira “coletiva”, ou seja, a cela seria utilizada por mais de um casal, ao mesmo tempo, e a privacidade desses casais era garantida com cortinas que faziam o fechamento dos beliches e triliches – que podia ser usada todas as camas simultaneamente.



Figura 44: Corredor do pavilhão 9 após o massacre do Carandiru
Fonte: Politize

As visitas ocorriam em todos os espaços destinados ao preso, incluindo os pátios, corredores e até mesmo celas, pois não havia um espaço destinado a esse uso. Atualmente, é utilizado somente os pátios internos na maioria das penitenciárias, e em caso de chuva em que os pátios são descobertos, há poucas opções de espaços cobertos para a acomodação das visitas, segundo relatos de ex-detentos.

O complexo contava com um auditório no Pavilhão 6 onde, com muito esforço do Dr. Varella e colaboração dos detentos, foi possível ser utilizado em períodos específicos para palestras de conscientização da saúde, principalmente do uso de drogas e proliferação de doenças. Varella (1999) relata que era inútil orientar que os detentos não utilizassem drogas ou se relacionassem sexualmente uns com os outros. Em vez disso, aconselhava-os que não utilizassem drogas injetáveis, somente as de fumo, e utilizassem preservativos nas relações sexuais. Com essas palestras, foi possível diminuir consideravelmente o surto de AIDS na cadeia.

Em 1992, a situação do espaço e sobrevivência dos reeducandos do Carandiru era insuportável e diversas foram as súplicas dos detentos para a aplicação dos direitos humanos no sistema carcerário. Em outubro deste mesmo ano, devido a um desentendimento banal entre presos – antes da instauração do PCC, conflitos sangrentos eram comuns nas galerias e pátios das cadeias – uma confusão generalizada surgiu nas galerias do Pavilhão 9, moradia dos detentos provisórios, em sua maioria. Muitos detentos desse pavilhão, além de réu-primários, tinham chances de ser inocentes e presos injustamente, ou utilizados como “Laranjas” no crime. Essa característica fazia com que este pavilhão fosse o mais problemático, pois muitos dos homens ali eram réus primários, não conheciam as regras e rotina do complexo, eram jovens e, portanto, mais rebeldes. Munidos de facas e armas improvisadas – nenhuma era de fogo – atacaram uns aos outros e a confusão foi tomando proporções maiores, iniciando uma rebelião e atraindo a atenção da mídia e do poder público.



Em dado momento, os presos cessaram a violência e, pendurados nas grades das janelas, proveitaram a presença da mídia para pedir melhorias e direitos humanos, para que fossem tratados com mais dignidade. O Batalhão de Choque da Polícia Militar já estava em território carcerário, somente aguardando a permissão do até então governador do Estado de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho para acessarem o interior do pavilhão e “conter” a rebelião.

O diretor do complexo já havia negociado e acordado o fim da revolta com os presos quanto a Polícia Militar invadiu o pavimento. Acessaram o edifício 321 policiais mascarados munidos de metralhadoras, 25 cavalos e 13 cães. Neste momento, todos os detentos já haviam cessado a confusão e a maioria já se encontrava em suas respectivas celas – muitos deles nem sequer haviam participado do conflito e da rebelião.

Recolhido em seu xadrez, Majestade [...] escutou a PM anunciar do térreo:

– Entra todo mundo no xadrez que nós vamos invadir.

Segundo os relatos, os presos obedeceram, pois, como dizem, é tradição na cadeia:

– A gente pode ser tudo ignorante, ladrão, malandro, mas burro não. Ninguém gosta de morrer. Quando a PM invade, todo mundo corre para o xadrez, que os homens vêm de coturno, cachorro e calçado nas armas. Não tem condição de encarar eles na galeria com faca e pedaço de pau. (VARELLA, 1999. pg. 286)

Ainda assim, os policiais entraram atirando em todos que estivessem nas galerias. Apesar da Polícia Militar ter instruções para atirar somente quando a situação oferece risco de vida para si ou para inocentes, e sempre mirando em membros não letais do corpo, a maioria dos tiros concentraram-se na cabeça e peito das vítimas, segundo laudo do IML e relato dos sobreviventes. Além disso, as celas – ou xadrez, como é chamado na cadeia – foram invadidas pelos policiais, e os reclusos foram alvejados de tiros, inclusive os que estavam dormindo ou descansando. Nos casos em que a cela estava trancada, o cano da arma foi posicionado na portinhola da porta e a arma foi disparada em movimentos que pudessem alcançar todos os cantos do espaço, a fim de atingir o maior número de detentos possível.

[...] O Choque chegou depressa no terceiro andar. Pelos gritos, então, percebeu [um dos detentos] que as balas não eram inofensivas como havia imaginado:

– Vocês não me chamaram? Não pediram a morte? E é só barulho de rajada. Os infelizes que moscaram para se esconder foram os primeiros a cair. Era tiro seco e grípo de pelo amor de Deus! Nós quietinhos no xadrez, eu feito avestruz, sem coragem para levantar a cabeça de trás da pilastrinha da pia.

A morte correu pela galeria e chegou na porta de sua cela:

– Um polícia abriu o guichezinho da porta, enfiou a metralhadora e gritou: “Surpresa, chegou o diabo para carregar vocês para o inferno!” Deu duas rajadas para lá e para cá. Encheu o barraco de fumaça, maior cheirão de pólvora. Só fui perceber que estava vivo quando senti um quente pingando nas minhas costas. Era sangue, na hora até pensei que fosse meu. Olhei para os parceiros, tudo esfumaçado, furado de bala, pondo sangue pela boca. Morreram onze, escapei só eu, com um tiro de raspão no pescoço, e um companheiro da Cohab de Itaquera, ó, ileso, maior sorte. (VARELLA, 1999. pg. 287)

De pistola ou então oitão, sem perdão
Sem compaixão, sangue no chão, armas na mão
(Não dá pra correr) é isso que eles querem
Sem estudo, sem razão, visão sem unção, só meu caixão
[...]

PM aplica pena de morte com aval do Estado

Quem ‘tá certo? Quem ‘tá errado?

Só sei que o alvejado é sempre o favelado

- Favela Vive 2, ADL part. MV Bill, Funkero e B.K.

Tu quer a paz, eu quero também
Mas o Estado não tem o direito
de matar ninguém
Aqui não tem pena de morte,
mas segue o pensamento
O desejo de matar de
um Capitão Nascimento
Que, sem treinamento,
se mostra incompetente
O cidadão, por outro lado, se
diz impotente, mas
A impotência não é
uma escolha também
De assumir a própria
responsabilidade, hein?
- Desabafo / Deixa Eu Dizer,
Marcelo D2 part. Claudia

Muitas vítimas que, mesmo sendo atingidas, não morreram na hora, foram atacadas pelos cães. Racionais Mc's revela na canção "Diário de um Detento" que muitas vítimas foram diagnosticadas com HIV porque os cachorros morderam e lamberam presos contaminados e depois presos sem a doença, fazendo a transmissão do vírus.

A chacina ocorreu após as 15h e durou cerca de trinta minutos. Segundo Varella, as maiores baixas aconteceram no terceiro e quinto andar e o massacre só cessou após os policiais ouvirem a ordem, aos gritos, de um deles: "Para, pelo amor de Deus! Não é para matar! Já chega, acabou! Acabou!" (VARELLA, 1999. pg. 289). Após isso, os policiais ordenaram que todos que estivessem vivos deveriam se despir e ir para o lado de fora. Alguns deles foram incumbidos de empilharem os corpos – tarefa que, após ser finalizada, deu lugar ao encontro com a morte, uma vez que os militares continuaram a atirar nos sobreviventes. Os detentos sobreviventes foram reunidos do lado de fora do pavilhão e, agachados com a cabeça entre os joelhos e nus, passaram a noite inteira sob o apavoro dos policiais. Relatos expõem que durante a operação, os detentos foram obrigados a proclamar "Viva o Choque!" continuamente, caso não quisessem morrer.

Nos dias seguintes, os presos sobreviventes ainda foram incumbidos de higienizar as galerias banhadas de sangue. Oficialmente foram contabilizadas 111 mortes, entretanto os presos contabilizam mais de 250 vítimas fatais, contando inclusive os que saíram feridos e não retornaram mais. Dos números oficiais, 89 dos 111 mortos ainda aguardavam julgamento. Nenhum policial foi morto na chacina.

Dez anos depois, o complexo foi desativado, 5 pavilhões foram implodidos para dar lugar ao Parque da Juventude e à biblioteca de São Paulo e os outros 2 pavilhões foram restaurados e transformados na ETEC do Carandiru. Nos fundos do parque é possível encontrar escombros dos antigos pavilhões que estavam sendo construídos.

A destruição do complexo do Carandiru foi extremamente prejudicial para a história da justiça penal em São Paulo, pois esse ato constitucionaliza a prática do silenciamento das questões sociais que esse massacre levantou, em escala nacional, assim como Juliana Borges explica em "Prisões: Espelhos de Nós". Quando retirado da visão urbana um elemento que foi palco de um massacre com crueldade sem precedentes, as pessoas esquecem-se do ocorrido, e a história tende a se repetir, em diversas escalas sociais. Poucas são as pessoas que sabem quais eram as pré-existências do que hoje se conhece como Parque da Juventude, tampouco sabem da ocorrência de um massacre e do que motivou esse ato inconstitucional. Implodir a Casa de Detenção do Carandiru e ressignificar física e moralmente o espaço construído é tentar apagar da história do Estado a evidência dos Direitos Humanos causada por 3 séculos de escravidão e mais 2 séculos de exploração e descaso com os descendentes destes escravizados no Brasil.

Figura 547 Implosão de um dos pavilhões do Carandiru, em 2005

Fonte: Notícias ao Minuto

4.5. TIPOLOGIAS DA ARQUITETURA PENITENCIÁRIA

Em diversas partes do mundo, no decorrer dos séculos foram desenvolvidas formas arquitetônicas penais que impulsionassem a disciplina e total vigilância dos apenados dentro do estabelecimento carcerário. Foucault descreve o modelo panóptico criado por Bentham como o modelo ideal para alcançar o sucesso destas premissas, entretanto nunca chegou, de fato, a ser construído.

No Brasil há muitas variações de arquitetura penal, a maioria pautada – ou, pelo menos, deveria estar – nas instruções técnicas apresentadas no documento de Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal, desenvolvido pelo Ministério da Justiça. Entretanto, edificações anteriores a este documento possuem outras características espaciais.

Abaixo, alguns dos modelos mais comuns a serem encontrados no Brasil e no mundo:

- **Modelo Paralelo:** os pavilhões ficam dispostos de maneira que, apesar de recuados entre si, há uma circulação arterial que conecta todos os módulos de maneira única. Essa circulação pode ou não ser centralizada.
- **Modelo Panóptico:** apesar de não ter sido construída de fato, alguns estabelecimentos penais a utilizam de base para seu funcionamento, que consiste em uma torre central em que a vigilância alcança todas as áreas do cárcere enquanto o sistema penal funciona ao seu redor. No modelo panóptico, os detentos possuem celas individuais e não conseguem ver uns aos outros e nem visualizar o topo da torre de vigilância, fazendo com que haja uma constante sensação de estar sendo vigiado, mesmo que não haja a certeza de que realmente estão.
- **Modelo pavilhonar:** a escolha de pavilhões é pautada para dividir os detentos em grupos, e separá-los, evitando assim possíveis mal comportamentos, e facilitando a disciplina e categorização de cada indivíduo encarcerado. Sua volumetria conta com pátios internos descobertos para cada pavilhão e costumam possuir uma planta baixa padrão, replicada por todo o perímetro do terreno e podem ou não ter conexões entre si, e os módulos podem ou não serem próximos uns dos outros, facilitando ou dificultando a manutenção do edifício e a segurança dele. Esse modelo é utilizado na maioria dos outros modelos penais.
- **Modelo Campus ou modular:** os módulos são separados por porções de áreas verdes com o intuito de diminuir a sensação de enclausuramento.

A arquitetura penal brasileira é majoritariamente horizontal. Isso significa que é utilizado um terreno de grandes proporções – glebas de 4 a 10 hectares – onde serão implantados módulos padronizados geralmente com base na organização dos espaços estipulada pelo DEPEN, conforme abaixo:

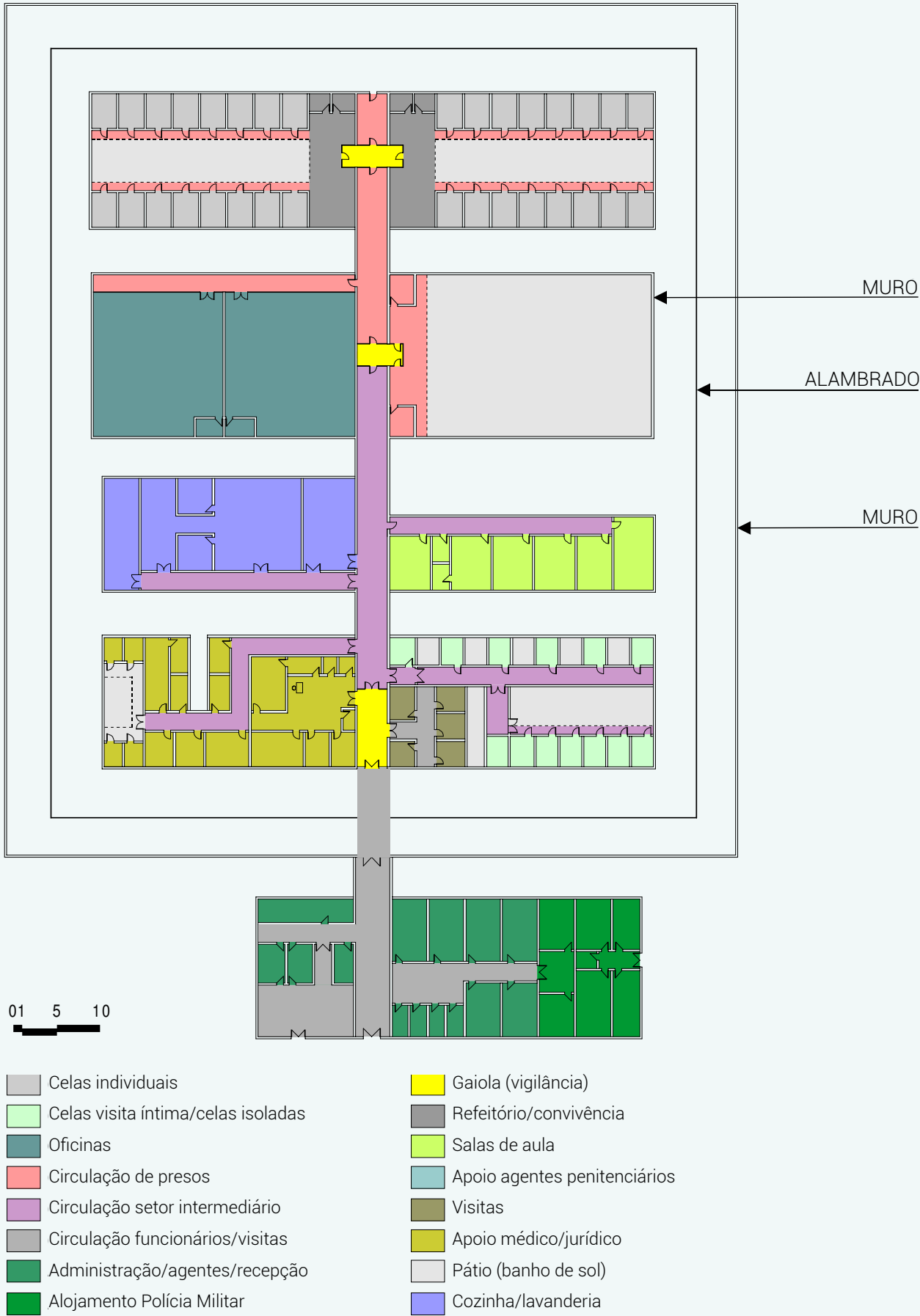


Figura 48: Planta padrão arquitetura penal - DEPEN
Fonte: BRASIL, 2000

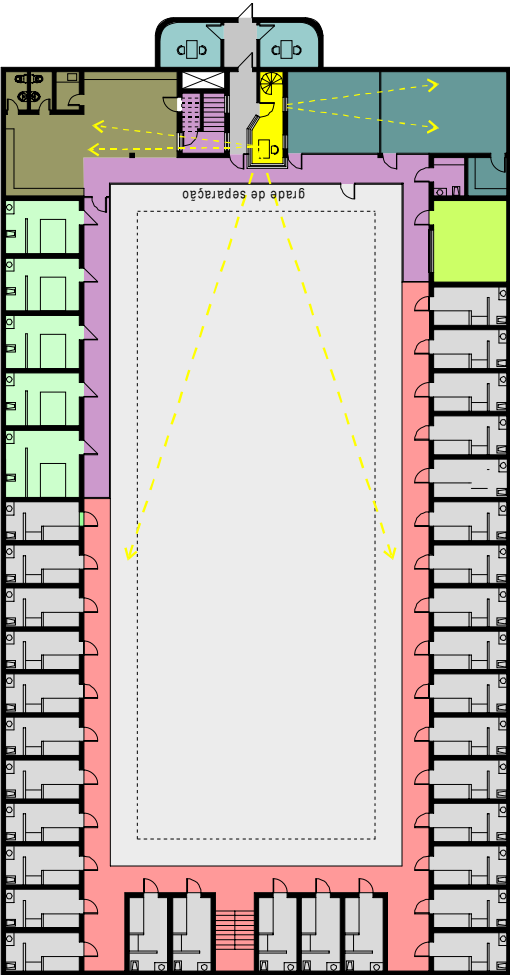


Figura 49: Planta do Térreo, Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG
Fonte: MINAS GERAIS, 1995

0 1 5 10

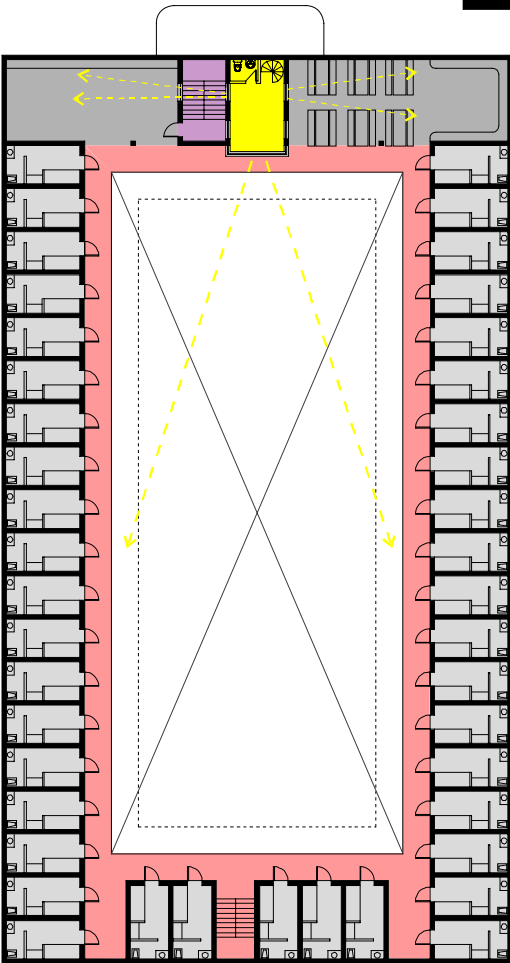
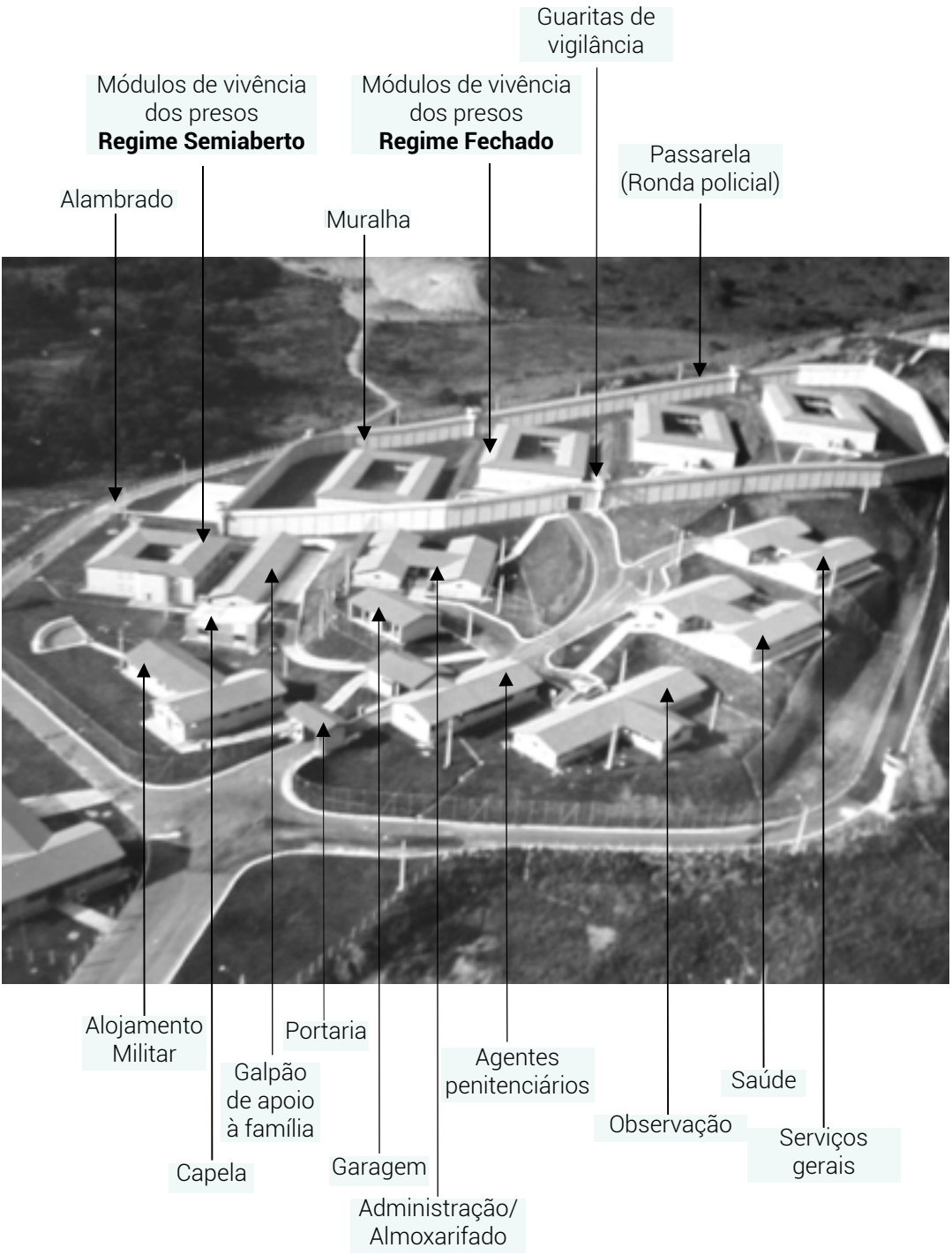


Figura 50: Planta do 1º Pavimento, Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG
Fonte: MINAS GERAIS, 1995

O Centro de Reeducação de Governador Valadares, localizado em Minas Gerais contempla dois tipos de regimes carcerários: o fechado e o semiaberto. Suas tipologias arquitetônicas abrangem o as premissas do DEPEN:



Celas individuais	Gaiola (vigilância)
Celas visita íntima	Refeitório/Convivência
Oficinas	Sala de aula
Circulação de presos	Apoio agentes penitenciários
Circulação setor intermediário	Visitas
Pátio (banho de sol)	Circulação visitas/funcionários

Figura 51: Complexo da Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG
Fonte: Flávio Mourão Agostini

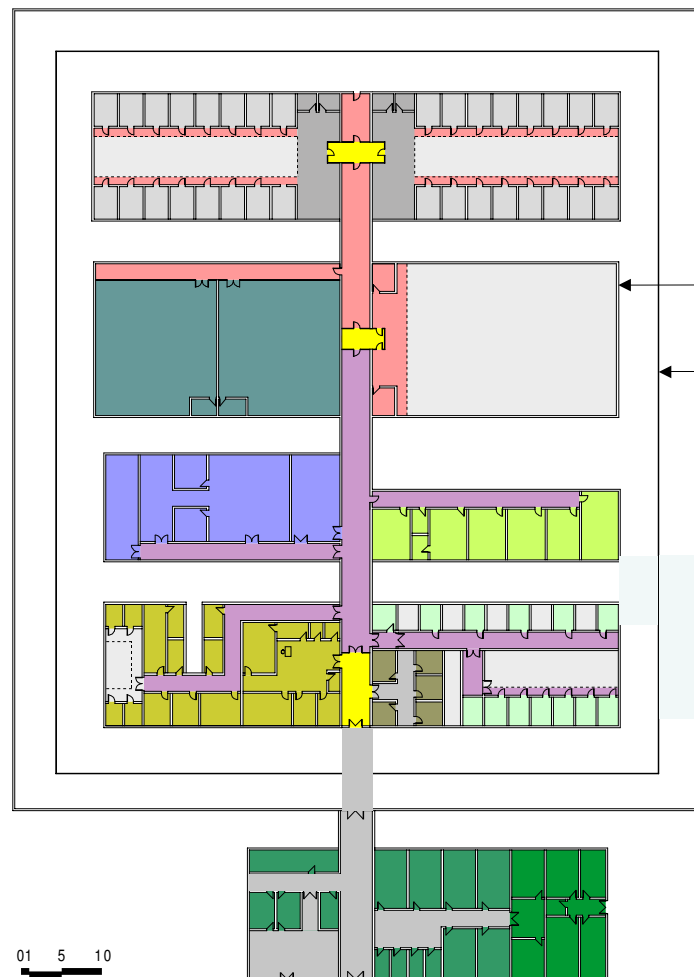
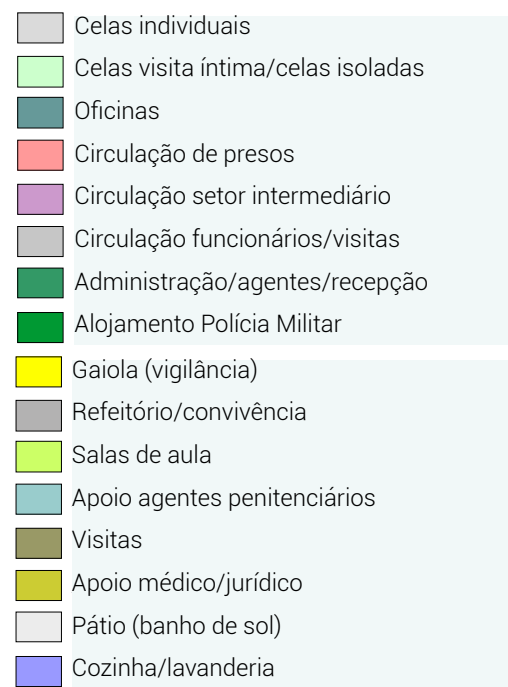


Figura 53: Planta padrão arquitetura penal - DEPEN
Fonte: BRASIL, 2000



O projeto padrão fornecido pelo DEPEN demonstra a distribuição dos espaços de forma bastante compartimentada, com a presença de muitas divisões e poucos ambientes integrados, mesmo dentro dos setores. Essa característica é replicada no Centro de Reeducação de Governador Valadares que, mesmo com tipologia arquitetônica diferente, segue o mesmo raciocínio. Além disso, a malha estrutural de ambos os projetos não seguem uma modulação pré-definida, produzindo uma distribuição espacial confusa. A separação dos setores internos, intermediários e externos se dá de forma excludente, onde não há possibilidade de conexão próxima ou imediata entre todos os setores de maneira igual, pois os ambientes de integração interno se misturam com as áreas educativas e produtivas sem um critério de fluxos bem definido.

A relação dos fluxos também dificulta a interação dos espaços, pois alguns compartimentos ficam mais distantes da circulação central do que outros, sem a possibilidade de circulação complementar, como o caso das celas mais afastadas do corredor central, no caso do projeto padrão do DEPEN e as celas mais ao fundo do pátio interno do Centro de Reeducação de Governador Valadares, que está distante, inclusive, da área de vigilância – premissa fundamental para a arquitetura penitenciária.

A planta da cela do Centro de Reeducação, assim como em outras penitenciárias, inclui o banheiro dentro da cela, de modo a ocupar toda a área que seria destinada a abertura do espaço para a entrada de luz e ventilação natural. Conforme o levantamento da Defensoria Pública e relatos de ex-presidiários, a situação sanitária das penitenciárias paulistas demonstra a necessidade de separar o ambiente de repouso da área de higienização, uma vez que a junção destes dois ambientes possa auxiliar na proliferação de bactérias, fungos etc. Isso porque áreas molhadas são naturalmente mais úmidas, e quando posicionadas de forma que recebe toda a incidência direta de vento e luz que deveria ser redirecionada também à área da cela, torna o ambiente de repouso mais suscetível a degradação física do ambiente e do usuário.

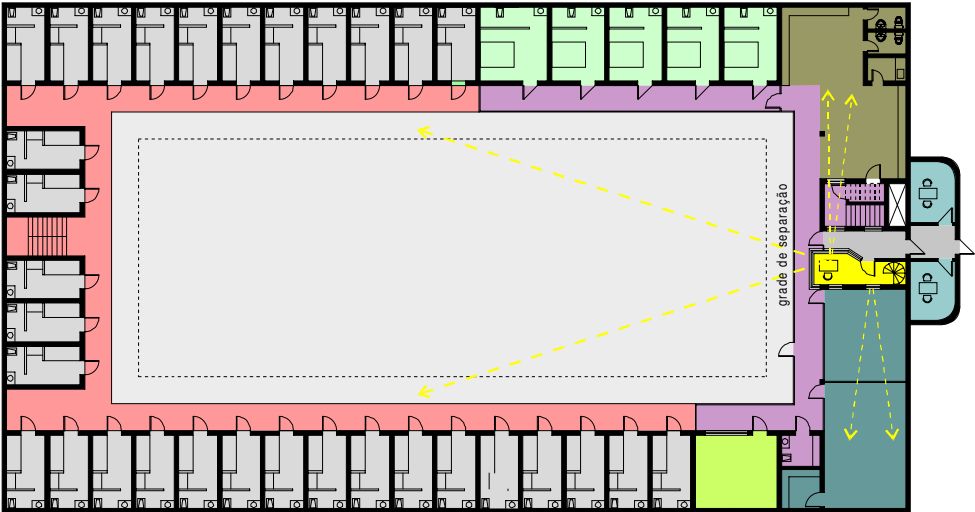
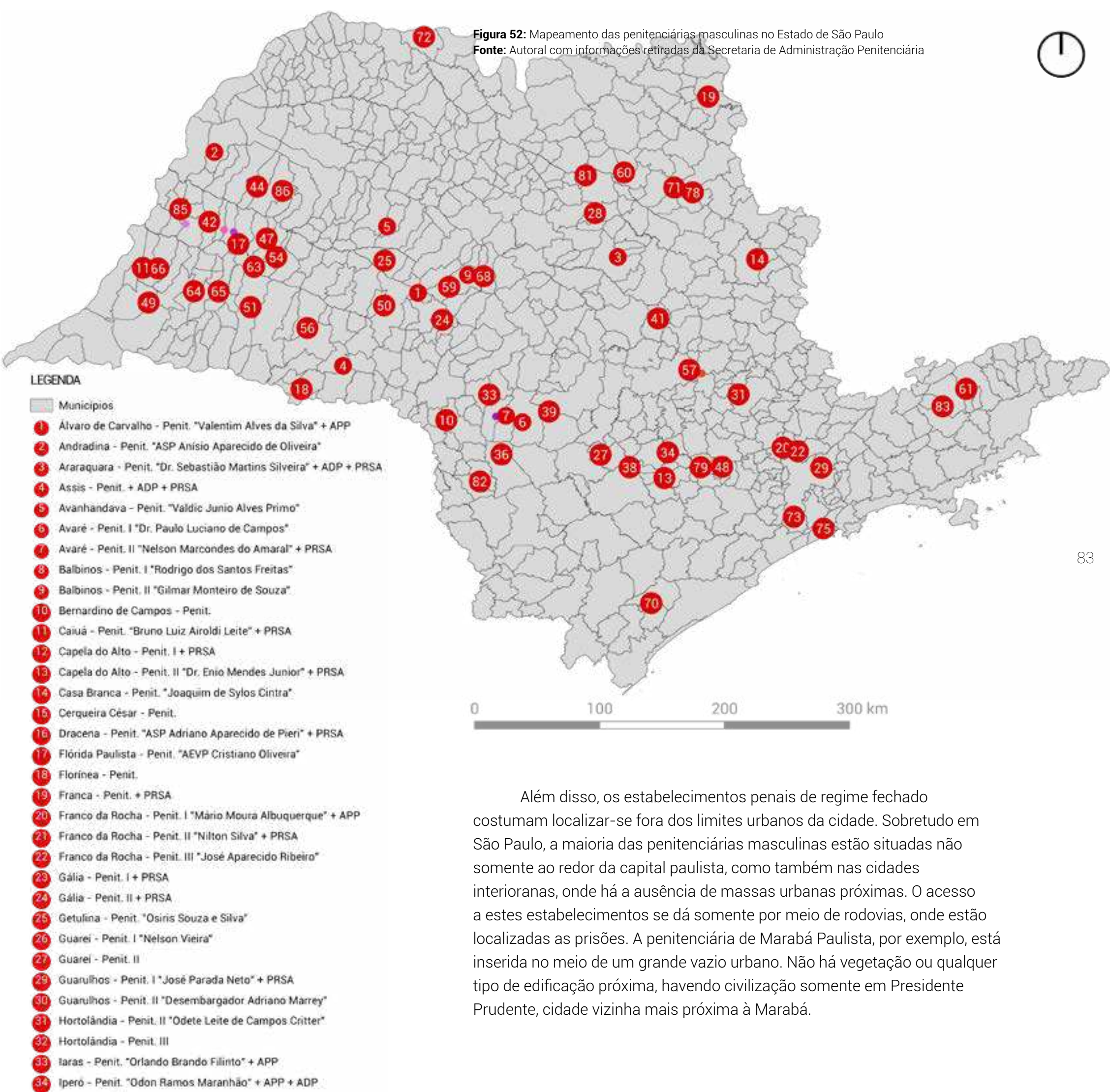


Figura 54: Planta do Térreo, Casa de Reeducação de Governador Valadares, MG
Fonte: MINAS GERAIS, 1995

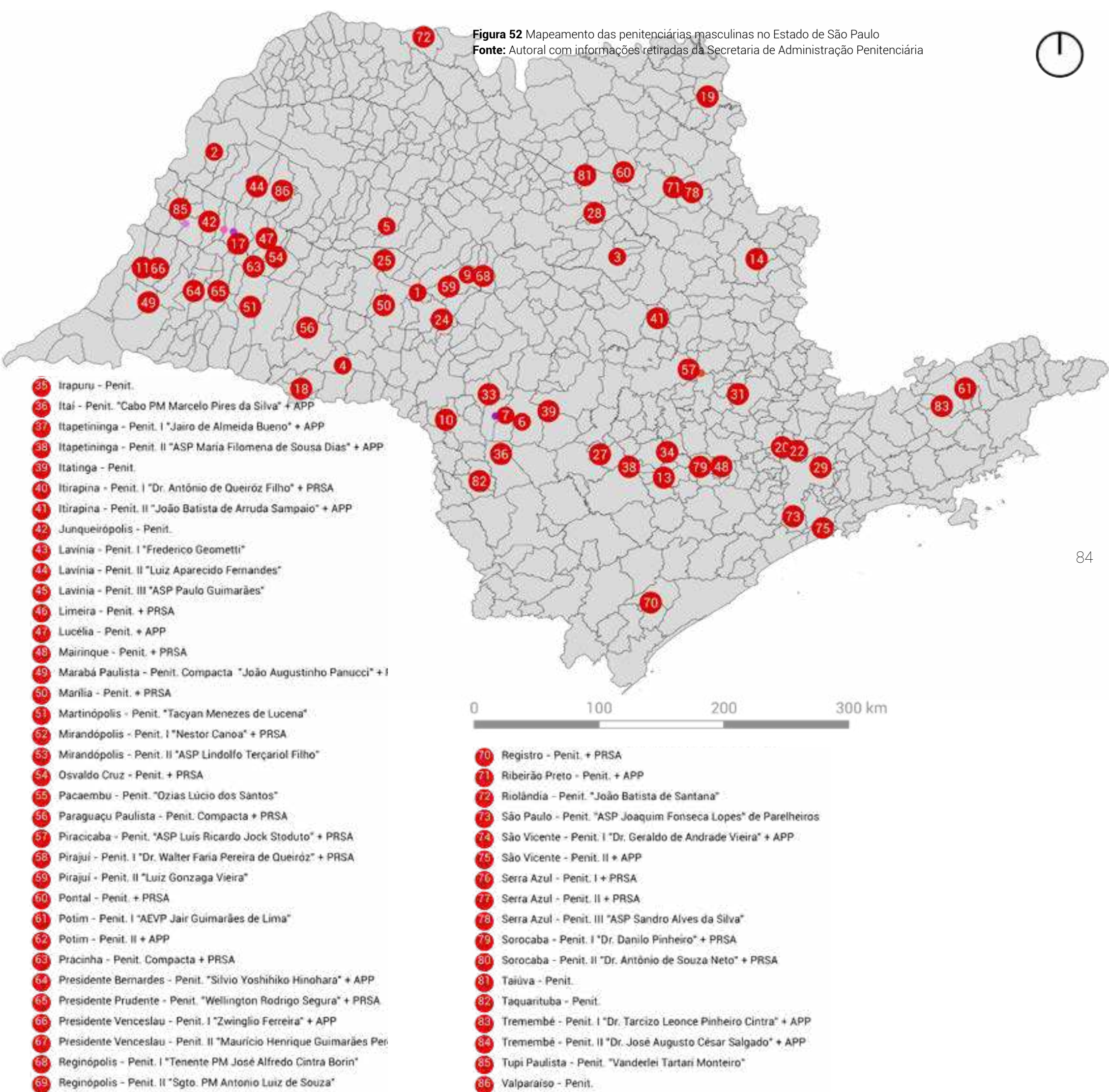


Figura 52: Mapeamento das penitenciárias masculinas no Estado de São Paulo
Fonte: Autoral com informações retiradas da Secretaria de Administração Penitenciária



Além disso, os estabelecimentos penais de regime fechado costumam localizar-se fora dos limites urbanos da cidade. Sobretudo em São Paulo, a maioria das penitenciárias masculinas estão situadas não somente ao redor da capital paulista, como também nas cidades interioranas, onde há a ausência de massas urbanas próximas. O acesso a estes estabelecimentos se dá somente por meio de rodovias, onde estão localizadas as prisões. A penitenciária de Marabá Paulista, por exemplo, está inserida no meio de um grande vazio urbano. Não há vegetação ou qualquer tipo de edificação próxima, havendo civilização somente em Presidente Prudente, cidade vizinha mais próxima à Marabá.

Figura 52 Mapeamento das penitenciárias masculinas no Estado de São Paulo
Fonte: Autoral com informações retiradas da Secretaria de Administração Penitenciária



4.6. AS VÁRZEAS E SEU EMBELEZAMENTO URBANO

A virada dos séculos XVIII para XIX foi o marco para a elevação de São Paulo para a categoria de cidade, quando passou a integrar o circuito de comércio colonial, já que, antes disso, todas as transações referentes ao comércio de algodão, carnes, cera e couro se dava por meio de escambo, principalmente – prática de troca de um bem por outro sem a necessidade de dinheiro. No século XIX, o comércio da cana de açúcar proporcionou a introdução da troca de moedas entre os comerciantes paulistanos, o que agregou um valor econômico maior à nova cidade em ascensão. (PESSOA, 2019, pg. 2).

Esse reconhecimento afetou diretamente na aparência urbanística de São Paulo, produzindo uma diferenciação das ruas em relação às casas, já que, antes disso, uma podia se considerar a extensão da outra, visualmente falando. Isso trouxe para os bairros um aspecto de lugar público. Com o tempo, outros elementos urbanísticos como calçadas e becos, por exemplo, foram sendo agregados à essas mudanças.

No fim do século XIX, o apartheid social em São Paulo já era evidente em diversos âmbitos da cidade, principalmente na legislação urbana e o foco da reforma dos rios era para “higienizar” a cidade. Nesse momento, a população preta e pobre habitava, sobretudo, as margens dos rios, que até então ainda eram terras pouco valorizadas devido às recorrentes cheias que mandavam para longe o potencial construtivo da região.

Conforme a cidade foi crescendo, fez-se necessário a expansão do território para além da área central. Nesse momento, os rios, que possuíam formatos naturalmente sinuosos, não eram vistos com grandes potenciais construtivos, já que seriam necessárias grandes obras de drenagem para otimizar as cheias anuais que ocorriam em suas várzeas.

O Tietê é um rio meândrico, sinuoso, com grande área de inundação e cheias frequentes. A principal atividade econômica que acontecia no rio era a extração de areia. Sua várzea era pouco habitada. As raras casas do local sofriam com alagamentos anuais que traziam lixo, um odor desagradável e consequentemente doenças que se propagavam facilmente. Em decorrência desses fatos, os moradores da várzea eram chamados de varzeanos, termo pejorativo usado para nomear as áreas mais pobres e sujas da cidade. (PESSOA, 2019, pg. 3)

As demandas de áreas para a expansão urbana produziram no governo a ideia de retificação dos rios, sobretudo o do Tietê. A justificativa para essa reforma se baseava no controle das doenças epidemiológicas que ocorriam com frequência até aquele momento da histórica, bem como varíola, febre amarela, tuberculose, gripe espanhola, peste bubônica e outras doenças trazidas de fora do Brasil. Entretanto, questões de saneamento atrelada a drenagem eram os principais problemas a serem solucionados, já que o Rio Tietê fora formado “no período de aproximadamente 12 milhões de anos, sobre terrenos de 20 milhões de anos em seus trechos mais recentes”, segundo Denise Falcão Pessoa,



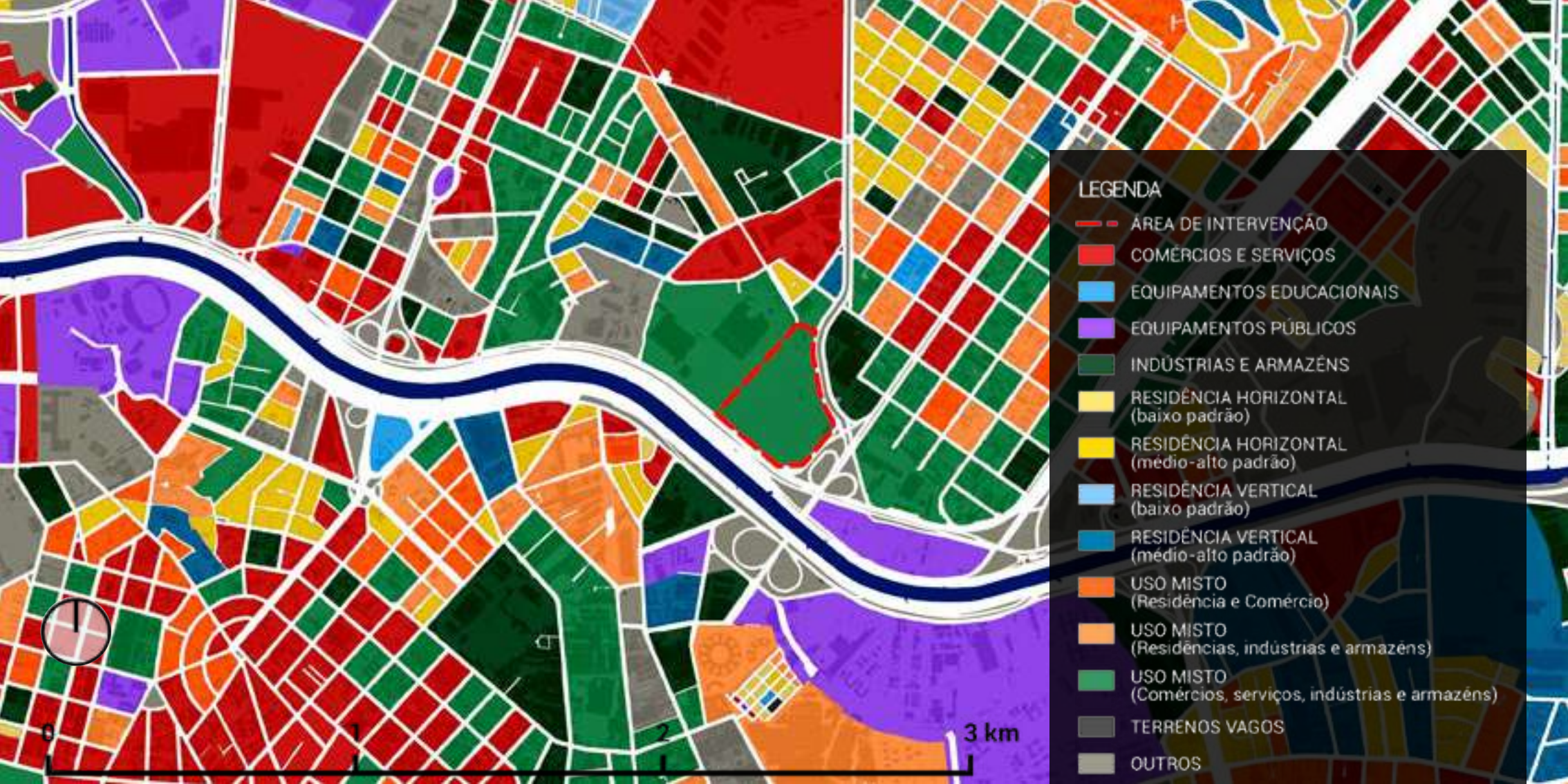
Figura 55: Marginal Tietê na década dos anos 60
Fonte: Alolmage / Alo Tatuapé

arquiteta pela Mackenzie (1979) e Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG. Nesse momento, a ideia de retificação dos rios era alimentada pelo interesse privado nas terras de São Paulo, quando a cidade ainda não havia tido uma explosão de adensamento urbano, mas já havia a especulação imobiliária acerca dos terrenos nas várzeas dos rios, principalmente do Tietê, como a empresa Light que fornecia energia elétrica para a cidade e, em troca da execução dos trabalhos, chegou a receber terras nas margens do Rio Pinheiros e pôde negociá-las como proprietários oficiais. Reformar os rios e otimizar as enchentes traria para essas empresas que estavam se beneficiando da reforma recompensas pelo investimento colocado nelas.

As reformas de embelezamento urbano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro produziram diversas tentativas de expurgar pessoas fora do padrão esteticamente confortável do campo de visão dos investidores estrangeiros. O medo do governo dessas cidades era que a cidade não tivesse a estética ideal para ser alvo de investimentos do setor privado para provocar seu desenvolvimento e expansão. Dessa forma, muito mais do que alargamento de ruas e padronização de calçadas, políticas públicas foram criadas para produzir a rápida saída da população pobre dos holofotes do mercado estrangeiro.

Em meados de 1900, o aumento da densidade demográfica atrelada à crise econômica mundial provocou um cenário em São Paulo onde a cidade comportava mais de 240 mil habitantes, sendo que a parcela menos abastada habitava as várzeas dos principais rios que cortam a cidade – Tamanduateí, Pinheiros, Anhangabaú e Tietê. À essa altura, a especulação imobiliária já havia conseguido produzir a migração dos povos menos abastados para as margens não dos rios, mas sim da cidade, no geral, formando assim as primeiras periferias. Essa migração proporcionou a ocupação de grandes empresas e indústrias do setor privado nas margens do rio Tietê após sua reforma de retificação.

Atualmente, com o movimento de desconcentração industrial – fenômeno onde as indústrias e fábricas que antes habitavam principalmente as margens dos rios agora migram para o interior do estado de São Paulo, onde há em abundância cidades em desenvolvimento e, assim, maiores potenciais de renovação das indústrias no estado – as áreas das margens dos rios permanecem com grandes glebas que antes fora ocupadas por indústrias, hoje permanecem desocupadas e sem uso público ou privado, como é o caso da grande concentração de terra que forma o terreno da antiga fábrica de copos Nadir Figueiredo, situada na convergência entre a Avenida Nadir Dias de Figueiredo e Avenida Morvan Dias de Figueiredo (conhecida como Marginal Tietê). Esses grandes espaços que outrora foram o único lar de pessoas com pouca ou nenhuma possibilidade de sobrevivência em uma cidade em desenvolvimento, e que por sua condição tiveram que se retirar nessas áreas, hoje encontra-se, na sua maioria, vazias e sem o cumprimento da função social imposta pelo Governo da cidade de São Paulo.



De acordo com o item 3.3 do Anexo IV do documento “Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal”, estabelecido pelo Ministério da Justiça em 2011,

Os complexos ou estabelecimentos penais não devem, de modo geral, ser situados em zona central da cidade ou em bairro eminentemente residencial. (BRASIL, 2011. pg.36)

Além disso, o parágrafo seguinte diz que

Os estabelecimentos penais deverão estar localizados de modo a facilitar o acesso e a apresentação dos apenados e processados em juízo. A origem das pessoas presas é um dos indicadores básicos de localização, de modo a não impedir ou dificultar sua visitação e a preservar seus vínculos para a futura reintegração harmônica à vida em sociedade. (BRASIL, 2011. pg.36)

Com base nestas premissas, foram analisados os parâmetros urbanísticos de forma que a escolha do terreno esteja em concordância com a legislação vigente e que o entorno otimize o funcionamento do estabelecimento penal proposto, bem como o sucesso da reintegração dos apenados presentes na instituição.

A zona de intervenção do lote trata de uma ZPI que, por sua vez, faz parte da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana De acordo com o Anexo 4 da Lei Municipal 16.402/2016, o Quadro 4 do anexo especifica que o CNAE correspondente à construção de estabelecimentos penais na cidade de São Paulo – nR3-3 – pode ser aplicado em todas as zonas de São Paulo, com exceção da ZCOR. Dessa forma, não houve empecilhos legais para a escolha do terreno.

Os bairros do entorno do terreno contam com uma gama de usos e ocupação do solo. Pelo mapa, é possível identificar, de maneira bem distribuída, comércios, residências verticais e horizontais nos mais diversos padrões, indústrias e equipamentos públicos, não concentrando somente um ou dois usos específicos em uma grande área de análise.

O documento que trata do Projeto de Intervenção Urbana (PIU) do Arco Tietê prevê a abertura de uma via entre a Avenida Morvan Dias de Figueiredo – Marginal Tietê – e Avenida Nadir Dias de Figueiredo exatamente no limite do terreno de intervenção, conforme representação ilustrativa na figura 22. Dessa forma, a premissa torna-se item indispensável durante o processo de desenvolvimento do projeto. Essa premissa também fora estabelecida no Projeto de Lei Nº 01-00721/2015 do Executivo.

Figura 56: Mapa de Uso Predominante do Solo ESC 1:18000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa



A região que concentra os bairros da Vila Maria e Vila Guilherme – separadas pela Av. Guilherme Cotching, sendo Vila Maria à leste da via e a Vila Guilherme, à oeste – possui um padrão de gabarito com alturas baixas. As edificações possuem, em sua maioria, até 4 pavimentos. Nota-se também que os gabaritos mais altos concentram moradias verticais de baixo e médio padrão e algumas indústrias, destacando-se no campo de visão. As demais moradias horizontais, comércios e serviços seguem com gabaritos menores. Essa informação produz na linha do horizonte uma visão privilegiada dos arredores.

Apesar do entorno imediato não possuir

desníveis consideráveis na topografia, o terreno da antiga fábrica Nadir Figueiredo apresenta aspectos interessantes acerca da topografia: as edificações do terreno foram demolidas e o terreno sofreu terraplanagem. Dessa forma, no acesso que se dá pela Marginal Tietê é possível identificar um rebaixo de cerca de 80 centímetros partindo do nível da rua para dentro do lote. A calçada possui cerca de 3 metros de largura e se apresenta como uma rampa improvisada de acesso. Essa calçada desnivelada acumula grandes poças de água na entrada do terreno, impossibilitando seu acesso sem um equipamento que projeta o indivíduo de ter contato direto com a água e lama acumulada

no espaço, junto às demais impurezas comumente trazidas pelas chuvas.

Na Supermix, fábrica de concreto situada na Avenida Nadir Dias de Figueiredo – e que faz parte da área de intervenção – o cenário se inverte: há uma elevação de pelo menos 1 metro em relação ao nível da rua para dentro do lote. Quando analisado a diferença de altura entre os dois lotes que compõem a área de intervenção, o desnível alcança cerca de mais de 2,30m de altura. Quanto às vias de acesso, há uma elevação de 29 centímetros partindo da Marginal Tietê para a Avenida Nadir Dias de Figueiredo.

Figura 57: Mapa de Gabarito e Topografia ESC 1:18000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa



Os bairros da Vila Maria, Vila Guilherme, Tatuapé, Belém e Pari apresentam uma intensa densidade construtiva, com falta de recuos e espaçamentos laterais entre as edificações. As vias imediatamente ao entorno do terreno de estudo possuem larguras consideráveis, bem como as calçadas também de largura agradável.

No trecho da Marginal que segue da zona leste sentido centro da cidade, mais precisamente nas regiões da Penha e Tiquatira, há um considerável desconforto olfativo causado pela poluição do Rio Tietê, do lado esquerdo da via. Todavia, a medida em que o trecho se aproxima da região da área de intervenção, nota-se um aumento da vegetação nas várzeas

do rio, sendo a região que mais apresenta arborização na extensão da massa d'água, diferentemente do lado do outro lado do rio: a presença de áreas verdes é escassa em grande parte da extensão da marginal.

Ainda sobre os tipos de poluição, é importante destacar a considerável poluição sonora oriunda dos automóveis que cruzam a Marginal Tietê. O barulho gerado é capaz de inibir o som da voz humana, fazendo com que pessoas que transitem neste trecho precisem elevar a voz para se fazerem ouvidas. No ponto de transição da Avenida Morvan Dias de Figueiredo para a Avenida Guilherme Cotching, é notável a abrupta mudança no cenário acústico do entorno, uma vez que há uma considerável

diminuição do volume do ruído gerado naquela área, causado principalmente pela redução do fluxo de carros e o aumento da vegetação arbórea.

Situada na esquina das Avenidas Morvan Dias de Figueiredo e Guilherme Cotching, o terreno faz frente com uma praça que dá acesso à Ponte Presidente Jânio Quadros, praça esta que também é rica em vegetação de pequeno e grande porte. As calçadas por toda a extensão do terreno possuem canteiros preenchidos com vegetação rasteira, facilitando a drenagem das águas. O terreno apresenta árvores de grande porte em seus limites de divisa com a calçada que se igualam à vegetação da praça de acesso à ponte.

Figura 58: Mapa de Cheios-Vazios e Cobertura Verde ESC 1:18000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa

Figura 59: Mapa de Mobilidade ESC 1:25000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa



O entorno é abastecido com, pelo menos, 10 estações de metrô das linhas 1-Azul e 3-Vermelha, e um terminal de ônibus, incentivando o acesso ao terreno por do transporte público, levando de 15 a 30 minutos, variando conforme trânsito. Apesar de se localizar na zona norte do município, a estação mais próxima ao terreno é o Belém, situada na linha vermelha do Metrô em uma distância de 2km. As outras opções de acesso mais próximas estão localizadas a cerca de 3km de distância, onde encontra-se a estação do Carandiru e a estação e terminal rodoviário Portuguesa-Tietê, ambas na linha azul do metrô.

A malha de mobilidade conta com pontos de ônibus em todas as principais vias em torno do lote de intervenção. Algumas delas, inclusive, tem como parada final outras estações mais ao longe, oferecendo outras opções de acesso não demonstradas no mapa.

Há ciclovias que conectam os 4 pontos cardeais, incluindo a ciclovia que cruza a Ponte Presidente Jânio Quadros, unindo norte e sul do Rio Tietê. Não há pontos de táxi no entorno, entretanto as vias Cotching e Nadir Dias de Figueiredo possibilitam a parada de automóveis na calçada.

- LEGENDA
- ÁREA DE INTERVENÇÃO
 - CICLOVIA
 - LINHA DE METRÔ
 - LINHA DE ÔNIBUS
 - PONTO DE ÔNIBUS
 - RIOS E CÔRREGOS
 - TERMINAL DE ÔNIBUS
 - ESTAÇÃO LINHA 1-AZUL
 - ESTAÇÃO LINHA 3-VERMELHA

4.10. MOBILIDADE

4.11. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A região é abastecida por hospitais, unidades de pronto-atendimento e UBS. Dentre estas, pelo menos duas unidades hospitalares atendem pacientes do sistema carcerário: o Conjunto Hospitalar do Mandaqui, situado a, pelo menos, 5,5 km do terreno de estudo (considerando o traçado de uma linha reta no mapa) e o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado no Carandiru. Este, por sua vez, é um equipamento gerido pela Secretaria de Administração Penitenciária e não faz parte da administração do Sistema Público de Saúde. Dessa forma, a unidade acolhe exclusivamente detentos reclusos na capital, de ambos os gêneros. Entretanto, o Conjunto Hospitalar do Mandaqui é comumente procurado para o socorro de detentos, principalmente a unidade de pronto-atendimento e a maternidade, no caso das reeducandas da capital paulista.

Considerando um diâmetro de 5 quilômetros ao redor do terreno, o entorno é abastecido em diferentes quantidades por equipamentos de uso educacional, cultural e de necessidades básicas. Escolas de ensino fundamental e médio, além de escolas técnicas e universidades estão presentes em todo o perímetro de análise. Isso significa que, durante grande parte da semana, há um fluxo considerável de jovens e adolescentes na região. Na esfera cultural, as opções são mais escassas. Entretanto, a menos de 3 quilômetros do perímetro do projeto, encontra-se a Casa de Cultura da Vila Guilherme, local que atrai pessoas de todas as idades em diversos dias da semana. Isso porque o Casarão – como é conhecido – oferece cursos de diversos tipos de dança, artes marciais, teatro, artes plásticas, artesanato, idiomas, libras, atividades para crianças e para a terceira idade, além de eventos que valorizam e preservam a cultura afro – carro chefe do estabelecimento. Este último, por sua vez, é regido pelo Projeto Negralizando.

As opções públicas de lazer disponíveis ao redor do perímetro apesar de grandes glebas, são em menor quantidade e consistem em espaços de áreas verdes, como o parque do Trote e Parque da Juventude, de 1 a 2 quilômetros de distância e o Parque Estadual do Belém e Parque do Piqueri, situados do outro lado do rio, necessitando de uma mobilização maior de transporte público para acessá-los.

Para abastecimento básico, a região conta com pelo menos duas agências dos Correios e diversos mercados e hortifrutis. Há também shoppings centers e a Expo Center Norte à noroeste do terreno. Esses equipamentos servem como apoio para os visitantes do estabelecimento penal a ser introduzido na área.

O lote destacado em preto atualmente está sinalizado como um galpão vazio. Entretanto, a edificação já foi uma fabriqueta de peças para trator, um pet shop e futuramente seu uso será pautado em um Centro de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua, segundo informações do segurança presente na guarita da edificação.

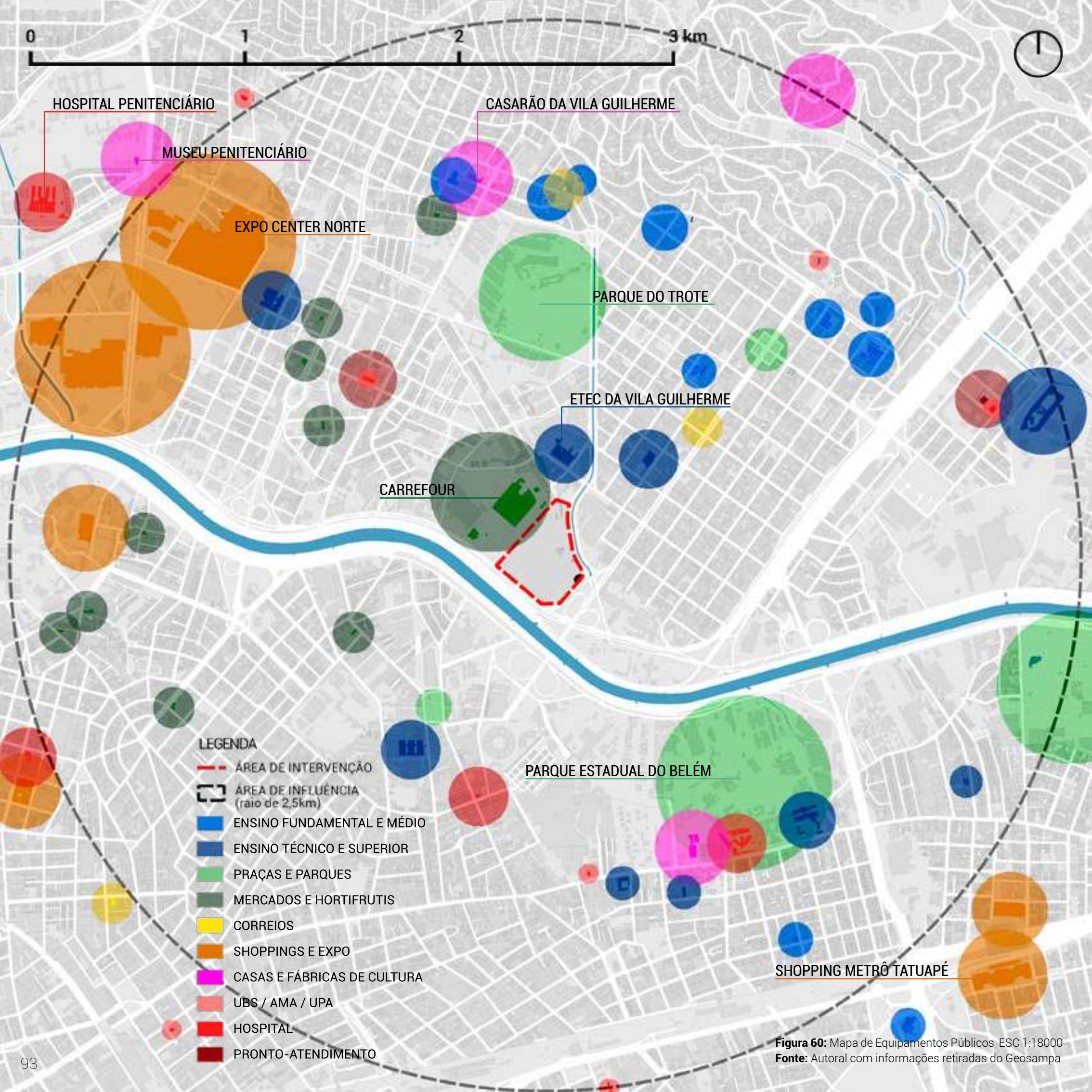


Figura 60: Mapa de Equipamentos Públicos ESC 1:18000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa

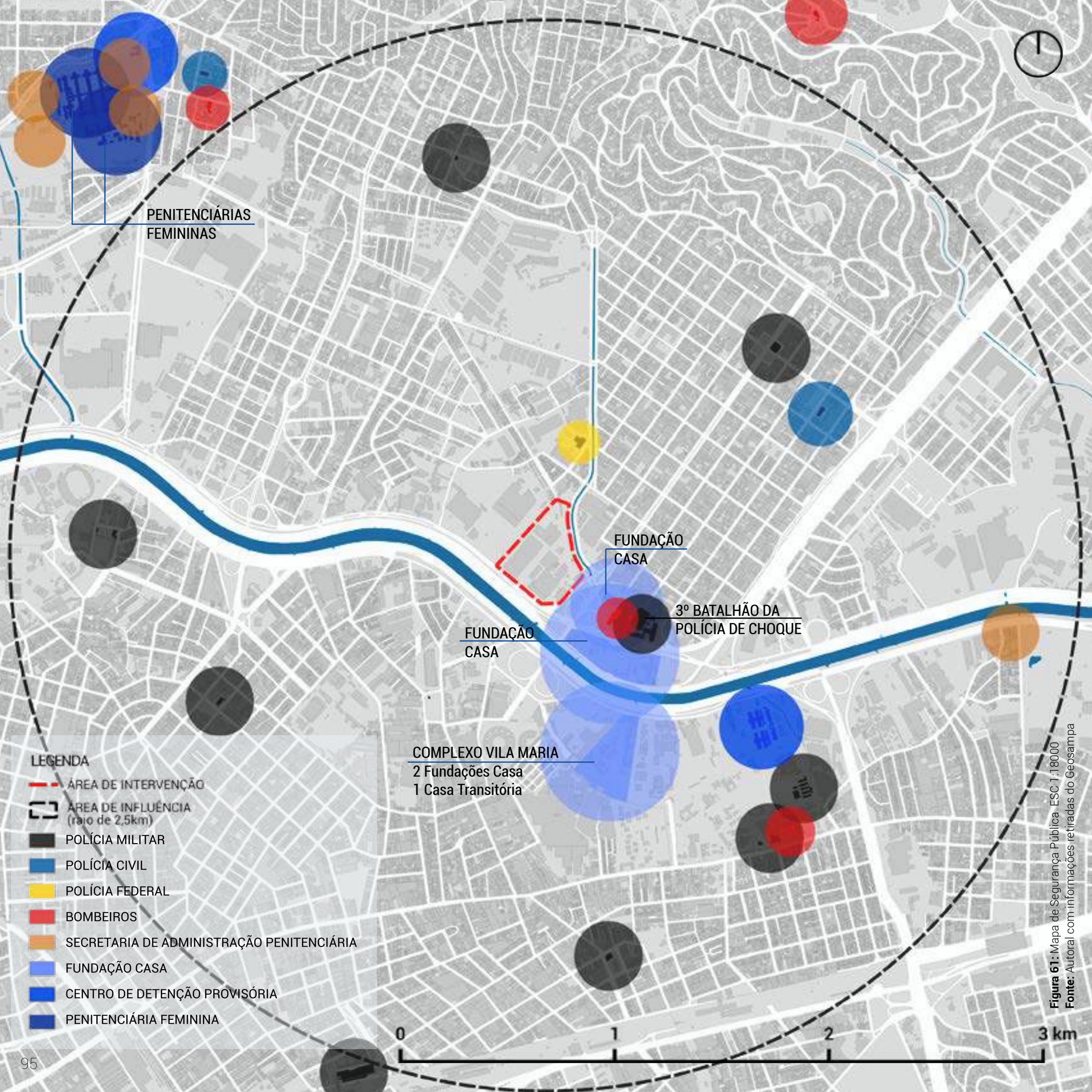
4.12. SEGURANÇA PÚBLICA

A Marginal Tietê conta com bases móveis da polícia militar e metropolitana distribuídos nos trechos da via e, em cerca de 300 metros do terreno, há o 3º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar de São Paulo, além do Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional de Bombeiros.

No cruzamento da Rua Alcântara com a Guilherme Cotching há uma Base da Polícia Militar, no ponto norte do terreno, a menos de 200 metros de distância. Enquanto isso, do outro lado da Avenida Guilherme Cotching e em frente ao lote de estudo, há também uma Fundação Casa em funcionamento. Ao atravessar a Ponte Presidente Jânio Quadros, nota-se outra base militar próxima à estrutura de transição. Há também outra Fundação Casa à 400 metros do fim da ponte, na parte sul do rio Tietê.

Ao lado da Fundação Casa, em um raio de 600 metros, encontra-se o CDP da Chácara Belém, e mais adiante, no Tatuapé, há uma unidade da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP. Já à noroeste, encontra-se o conjunto de penitenciárias femininas de São Paulo, sendo: a Casa de Detenção Feminina da Capital e a Penitenciária Feminina de Sant'Anna, localizadas ao fundo do que antes fora a Casa de Detenção do Carandiru, demolida entre 2002 e 2005, dando lugar ao Parque da Juventude. Além disso, temos o Presídio da Polícia Civil, a Secretaria do Estado de Administração Penitenciária, outra unidade do SAP e a COREMETRO – Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo –, todas situadas em lotes imediatamente próximos, na região do Carandiru. Ainda assim, há certa incerteza quanto à sensação de segurança da área. Os lotes voltados para a Marginal Tietê em grande parte a extensão da via são de uso comercial e de serviços específicos que, durante a noite, encerram seu funcionamento. Além disso, a FEBEM e a Supermix – situada ao lado do lote e que sua área faz parte do perímetro de intervenção – possuem muros de concreto em todo o seu contorno, bem como o fechamento do terreno de estudo. Essa característica de construção gera insegurança aos transeuntes em caminhar por estas vias, uma vez que o fluxo maior se dá por meio de automóveis e as ruas permanecem, grande parte do dia, vazias e com baixa movimentação de pessoas – com exceção daquelas que utilizam os pontos de ônibus próximos.

A calçada voltada para a Avenida Guilherme Cotching se faz a menos arriscada pois os caminhões de carga do Hipermercado Carrefour, vizinho do lote, permanecem estacionados na calçada e seus respectivos motoristas passam boa parte do tempo nas cabines aguardando o cumprimento da agenda de carregamento e entrega. Nos dias de calor, estes se acomodam na calçada para conversar, fumar e encontrar outras formas de passar o tempo enquanto aguardam os seus respectivos horários. Esse aspecto gera certa tranquilidade a quem passa por essa via, diferente dos que caminham pela marginal, onde o fluxo de carros é intenso, sem possibilidade de paradas e a possibilidade de assaltos, sequestros e acidentes é maior.



PENITENCIÁRIAS
FEMININAS

FUNDAÇÃO
CASA

3º BATALHÃO DA
POLÍCIA DE CHOQUE

FUNDAÇÃO
CASA

COMPLEXO VILA MARIA
2 Fundações Casa
1 Casa Transitória

- LEGENDA
- ÁREA DE INTERVENÇÃO
 - ÁREA DE INFLUÊNCIA (raio de 2,5km)
 - POLÍCIA MILITAR
 - POLÍCIA CIVIL
 - POLÍCIA FEDERAL
 - BOMBEIROS
 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 - FUNDAÇÃO CASA
 - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA
 - PENITENCIÁRIA FEMININA

Figura 61: Mapa de Segurança Pública ESC 1:18000
Fonte: Autoral com informações retiradas do Geosampa

Um homem na estrada recomeça sua vida. Sua finalidade: A sua liberdade que foi perdida, subtraída e quer provar a si mesmo que realmente mudou, que se recuperou e quer viver em paz, não olhar para trás, dizer ao crime: Nunca mais. Pois sua infância não foi um mar de rosas, não. Na FEBEM, lembranças dolorosas, então... Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim, muitos morreram sim, sonhando alto assim. Me digam quem é feliz, quem não se desespera vendo nascer seu filho no berço da miséria. Um lugar onde só tinham como atração o bar e o candomblé pra se tomar a bênção: esse é o palco da história que por mim será contada. Um homem na estrada. Equilibrado num barranco, um cômodo mal-acabado e sujo, porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio. Um cheiro horrível de esgoto no quintal, por cima ou por baixo, se chover será fatal. Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou, até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou. Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas, logo depois esqueceram, filha da p%7@! Acharam uma mina morta estuprada. Deviam estar com muita raiva (mano, quanta paulada). Estava irreconhecível, o rosto desfigurado, deu meia noite e o corpo ainda estava lá coberto com lençol, ressecado pelo Sol, jogado. O IML estava só dez horas atrasado. Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim, quero que meu filho nem se lembre daqui. Tenha uma vida segura, não quero que ele cresça com um oitão na cintura e uma PT na cabeça. E o resto da madrugada sem dormir, ele pensa o que fazer para sair dessa situação? Desempregado então, com má reputação, viveu na detenção, ninguém confia não e a vida desse homem para sempre foi danificada... Um homem na estrada. Amanhece mais um dia e tudo é exatamente igual, calor insuportável, 28 graus. Faltou água, já é rotina, monotonia. Não tem prazo pra voltar, há! Já fazem cinco dias. São dez horas, a rua está agitada, uma ambulância foi chamada com extrema urgência. Loucura, violência, exagerado, estourou a própria mãe, estava embriagado. Mas bem antes da ressaca ele foi julgado, arrastado pela rua o pobre do elemento, um inevitável linchamento, imaginem só! Ele ficou bem feio, não tiveram dó. Os ricos fazem campanha contra as drogas e falam sobre o poder destrutivo dela. Por outro lado, promovem e ganham muito dinheiro com o álcool que é vendido na favela. Empapuçado ele sai, vai dar um rolê, não acredita no que vê, não daquela maneira: crianças, gatos, cachorros disputam palmo a palmo seu café da manhã na lateral da feira. Molecada sem futuro, eu já consigo ver, só vão na escola pra comer, apenas nada mais. Como é que vão aprender sem incentivo de alguém, sem orgulho e sem respeito, sem saúde e sem paz. Um mano meu tava ganhando um dinheiro, tinha comprado um carro, até Rolex tinha. Foi fuzilado a queima roupa no colégio abastecendo a playboyzada de farinha. Ficou famoso, virou notícia, rendeu dinheiro aos jornais, ham, cartaz à polícia. Vinte anos de idade, alcançou os primeiros lugares: Superstar do notícias populares! Uma semana depois chegou o crack. Gente rica por trás, diretoria. Aqui, periferia, miséria de sobra, um salário por dia garante a mão-de-obra. A clientela tem grana e compra bem, tudo em casa, costa quente de sócio, a playboyzada muito louca até os ossos. Vender droga por aqui, grande negócio! Sim, ganhar dinheiro, ficar rico enfim, quero um futuro melhor, não quero morrer assim num necrotério qualquer, um indigente sem nome e sem nada, o homem na estrada... Assaltos na redondeza levantaram suspeitas, logo acusaram a favela para variar. E o boato que corre é que esse homem está com o seu nome lá na lista dos suspeitos, pregada na parede do bar. A noite chega e o clima estranho no ar e ele sem desconfiar de nada, vai dormir tranquilamente, mas na calada caguetaram seus antecedentes como se fosse uma doença incurável. No seu braço a tatuagem, DVC, uma passagem, 157 na lei, no seu lado não tem mais ninguém. A Justiça Criminal é implacável, tiram sua liberdade, família e moral. Mesmo longe do sistema carcerário te chamarão para sempre de ex- presidiário. Não confio na polícia, raça do c@\$@%&#!!! Se eles me acham baleado na calçada chutam minha cara e cospem em mim, é... Eu sangraria até a morte (já era, um abraço), por isso a minha segurança eu mesmo faço. É madrugada, parece estar tudo normal, mas esse homem desperta, pressentindo o mal. Muito cachorro latindo ele acorda ouvindo barulho de carro e passos no quintal. A vizinhança está calada e insegura, premeditando o final que já conhecem bem. Na madrugada da favela não existem leis, talvez a lei do silêncio, a lei do cão, talvez. Vão invadir o seu barraco, é a polícia. vieram pra arregaçar, cheios de ódio e malícia. Filhos da @#\$%, comedores de carniça! Já deram minha sentença e eu nem tava na treta, não são poucos e já vieram muito loucos matar na crocodilagem, não vão perder viagem. Quinze caras lá fora, diversos calibres e eu apenas com uma treze tiros automática. Sou eu mesmo e eu, meu Deus e o meu orixá, no primeiro barulho, eu vou atirar. Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém e o que eles querem: Mais um pretinho na FEBEM. Sim, ganhar dinheiro ficar rico enfim, a gente sonha a vida inteira e só acorda no fim. Minha verdade foi outra, não dá mais tempo pra nada... Bang! Bang! Bang! Homem mulato aparentando entre vinte e cinco e trinta anos, é encontrado morto na estrada do M'Boi Mirim sem número. Tudo indica ter sido acerto de contas entre quadrilhas rivais. Segundo a polícia, a vítima tinha vasta ficha criminal.

5.1 PENITENCIÁRIA: CONCEITO OBSOLETO

Conforme visto anteriormente, o termo “Penitenciária” surge de um conceito cristão de penitência e expiação pelos pecados cometidos. Entretanto, em um estado laico em que o poder Judiciário exerce sua função pautada em leis baseadas nos direitos individuais e coletivos de um povo e que nada tem haver com a religião, o conceito do termo torna-se obsoleto, uma vez que o espaço intitulado como penitenciária exerce - ou deveria exercer - o papel de cumprimento da sentença recebida pela infração das leis. Não é de objetivo penal que o indivíduo criminoso sofra a expiação de seus crimes, que seja “purificado” ou castigado, no real sentido da palavra.

Dessa forma, o projeto propõe que seja utilizado o termo “Casa de Execução Penal” para referir-se ao estabelecimento que recebe os indivíduos privados de liberdade já sentenciados pelo poder Judiciário.

É importante destacar que é incorreto referir-se à Casa de Execução Penal (ou penitenciária) como “Presídio”, já que este, por sua vez é o termo popularmente conhecido do Centro de Detenção Provisória, que abriga os indivíduos presos que aguardam julgamento e, por isso, ainda não receberam sua sentença.

5.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES CASA DE EXECUÇÃO PENAL

As versões anteriores das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal do Ministério da Justiça sofreram uma revisão em 2011 para aperfeiçoar “a forma de dimensionamento usando o critério de proporcionalidade do uso, inseriu novos conceitos como acessibilidade, permeabilidade do solo, conforto bioclimático e impacto ambiental, considerou recomendações de outros órgãos governamentais e Ministérios, em especial da Saúde e da Educação, bem como da sociedade que se manifestou por meio de uma consulta pública.” (BRASIL, 2011). Assim, o programa de necessidades padrão para o projeto da Casa de Execução Penal foi extraído deste documento e adaptado, onde novos espaços foram incluídos, sem modificar os que já foram pré-estabelecidos pelo governo em 2011.

A setorização do sistema penal é dividido em três setores:

- **Externo:** de acesso limitado à funcionários e visitantes. Este setor é composto pelas áreas administrativas, técnicas e de vigilância.
- **Interno:** de uso restrito aos detentos, com acesso de agentes carcerários para as devidas vigilâncias. As celas e sanitários estão localizadas nesse setor.
- **Intermediário:** faz o contraponto entre os setores acima, onde promove a integração entre visitantes e detentos. Situa-se neste setor as áreas produtivas, educacionais, de apoio (barbearia, lavanderia etc.), de visita e polivalência.

SETOR	SUBSETOR	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
SETOR EXTERNO	SETOR EXTERNO 1 Funcionários e visitantes externos	Administração	1	18,71
		Área Técnica - Casa de Bombas	4	122,59
		Área Técnica - Centro de drenagem de águas pluviais e esgoto	4	112,37
		Área Técnica - Depósito	2	263,08
		Área Técnica - Reservatório de água	4	249,20
		Área Técnica - Sala de Quadros	5	102,85
		Área Técnica - Sala de Manutenção	4	509,92
		Área Técnica - Sala de Registros Hidráulicos	4	122,60
		Atendimento familiar	2	14,66
		Copa e Descanso	2	92,55
		DML	2	10,09
		Dormitório Seg. Externa 13 camas	1	108,95
		Educação - Sala dos professores	3	46,51
		Guarda-Volumes	2	31,38
		Monitoramento externo e controle	1	23,25
		Portaria	2	18,59
		Recepção	3	210,98
		Rouparia	1	5,41
		Sala Chefia Segurança Externa	1	11,30
		Sala da Defensoria Pública (plantonista)	4	26,59
		Sala de Armas	1	11,30
		Sala de expedição e expurgo de jumbo	1	57,42
		Sala de Reuniões	1	23,46
		Sala de revista	16	87,24
		Sala de Pertences	1	39,01
		Sala de Prontuário	1	12,55
		Saúde - Almoxarifado central	1	23,13
		Saúde - Central de dispensação de medicamentos, material esterelizado e expurgo	1	31,00
		Saúde - Central de material esterelizado e expurgo	2	45,12
		Saúde - Copa e descanso enfermagem	1	44,07

Tabela 8: Programa de Necessidades do Setor Externo da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo
Fonte: Ministério da Justiça, adaptado

O item 2 do Anexo IV solicita para o partido arquitetônico que “a criatividade deve ser estimulada na elaboração de um projeto para estabelecimento penal, desde que alguns aspectos sejam considerados para o atingimento do objetivo a que se propõe a edificação.” (BRASIL, 2011), sendo:

Facilitar a administração e manutenção do edifício;

- A influência da arquitetura no comportamento dos usuários;
- Oferta de boas soluções de conforto ambiental e ergonômico sem a perda do grau de segurança necessária.

A Resolução CNPCP n. 2, de 12 de abril de 2018 revoga as metragens mínimas pré-estabelecidas no documento, sendo os projetistas os responsáveis a defini-las.

SETOR	SUBSETOR	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
SETOR EXTERNO	SETOR EXTERNO 1 Funcionários e visitantes externos	Saúde - Depósito	1	23,13
		Saúde - Depósito de primeiros-socorros	1	6,66
		Saúde - Dispensação de medicamentos	1	23,12
		Saúde - Laboratório de diagnóstico	1	22,00
		Saúde - Recepção	1	13,94
		Saúde - Rouparia e depósito	1	22,00
		Saúde - Sala de prontuário	1	6,61
		Secretaria	1	7,60
		Fraldário - Uso pessoas externas	1	4,39
		Vestiário - Segurança Externa	1	23,13
		WC PNE - Uso pessoas externas	5	54,40
		WC - Uso pessoas externas	4	30,17
		WC Unissex - Uso exclusivo para funcionários	1	3,09
		WC Masculino - Uso exclusivo para funcionários	1	3,49
		WC Portaria	2	6,92
		WC Recepção	5	22,73
	SETOR EXTERNO 2 Funcionários internos e externos	Almoxarifado	1	11,10
		Copa e Descanso	3	105,54
		Depósito	1	2,32
		Direção	1	29,16
		DML	1	2,29
		Monitoramento e Controle	3	72,25
		Recepção	1	27,29
		Rouparia	1	5,41
		Sala de Reuniões	1	27,02
		Sala de revista e multiuso	1	6,07
		Secretaria	1	7,60
		Vestiário masculino	2	48,49
		Vestiário feminino	2	47,98
		Vice-Direção	1	7,54
		WC - Uso exclusivo para funcionários	2	7,20
		WC Direção	1	3,49
		WC Feminino - Uso exclusivo para funcionáros	1	16,32
		WC Masculino - Uso exclusivo para funcionários	1	16,32
		WC Unissex - Uso exclusivo para funcionários	2	8,15
		WC PNE - Uso exclusivo funcionários	2	7,70
		WC Recepção	2	7,25
	SETOR INTERNO 3 Funcionários internos - Carceragem	Copa e Descanso	3	279,98
		Depósito	1	7,31
		DML	10	43,49
		Dorm. Carceragem	1	88,81
		Posto de Monitoramento	10	163,46
		Rouparia	1	7,31
		Sala Chefia Carceragem	1	11,04
		Sala de Pausa e Descompressão	12	105,00
		Sala de Reuniões	9	208,13
		Vestiário	1	35,91
		WC	18	109,87
	TOTAL		204	4.276,00

Tabela 8: Programa de Necessidades do Setor Externo da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo
Fonte: Ministério da Justiça, adaptado

SETOR	SUBSETOR	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
SETOR INTERMEDIÁRIO	SETOR INTERMEDIÁRIO 1 Pessoas externas - geral	Cela para visita individual/online	8	58,52
		Cela-Suíte para visita íntima	18	250,94
		Cela-Suíte para visita íntima PNE	2	29,89
		Polivalência e visitação	1	2.467,88
		Recreação infantil	1	364,46
		Sala de encontros com a sociedade	1	96,11
		Parlatório	2	337,12
	SETOR INTERMEDIÁRIO 2 Funcionários fixos externos	Sala de atendimento em grupo	2	27,18
		Recepção	3	124,52
		Educação - Biblioteca e sala de leitura	1	104,57
		Educação - Sala de aula	20	907,89
		Educação - Sala de informática	2	61,96
		Sala de atendimento jurídico individual	6	40,52
		Sala de atendimento psicológico	2	13,21
		Sala de atendimento social	2	13,21
		Sala de audiência e interrogatório	1	20,61
		Sala de reconhecimento e acareação	1	20,61
		Saúde - Cela de observação com WC acessível	3	28,91
		Saúde - Cela para tratamento de dependência química com WC acessível	1	43,50
		Saúde - Acolhimento multiprofissional	1	6,67
		Saúde - Atendimento clínico multiprofissional	1	6,61
		Saúde - Cela de internação provisória com WC acessível	1	45,00
		Saúde - Coleta de exames	1	29,12
		Saúde - Consultório médico	2	30,38
		Saúde - Consultório odontológico	1	15,13
		Saúde - Depósito de resíduo hospitalar	1	22,99
		Saúde - Posto de enfermagem	1	13,01
		Saúde - Sala de curativos e suturas	1	9,22
		Saúde - Sala de espera	1	119,40
		Saúde - Sala de procedimentos	1	23,69
		Saúde - Sala de Raio-X	1	21,45
		Saúde - Sala multiuso	1	15,13
		Saúde - Solário	1	49,79
	SETOR INTERMEDIÁRIO 3 Funcionários internos - Carceragem	Triagem, reconhecimento e biometria	1	31,13
		Centro de higienização (Ducha e Corte de Cabelo)	1	47,00
		Centro de roupa suja	2	41,23
		Cozinha - Almoxarifado central	1	23,94
		Cozinha - Cocção, preparo e finalização	1	143,67
		Cozinha - Despensa diária câmara frigorígena	1	23,12
		Cozinha - Despensa diaria de alimentos secos	1	20,50
		Cozinha - Despensa mensal alimentos secos	1	20,86
		Cozinha - Despensa mensal câmara frigorígena	1	20,89
		Cozinha - Higienização de carrinhos e utensílios	1	34,19
		Cozinha - Higienização de panelas	1	5,57
		Cozinha - Lavagem de louças	1	5,57
		Cozinha - Pré-preparo de carnes, aves e peixes	1	24,06
		Cozinha - Pré-preparo de verduras, frutas e legumes	1	21,32
		Cozinha - Triagem e pesagem dos alimentos	1	35,55
		Depósito de Resíduos	1	93,78
		Panificação - Despensa diária	1	11,13
		Panificação - Câmara de resfriamento	1	11,25
		Panificação - Preparo e confeitaria	1	23,11
		Panificação - Triagem e pesagem de alimentos	1	35,55
		Produção - Carga e descarga	2	46,51
		Refeitório	1	46,98
		Reservatório de Lixo	10	35,75
		Sala de espera	1	38,17
		Sala de revista	1	12,56
		Saúde - Aguarde de exame e consulta	1	46,99
		Cozinha - WC	2	44,00
		DML	1	5,62
		TOTAL	132	6.369,22

Tabela 9: Programa de Necessidades do Setor Intermediário da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo
Fonte: Ministério da Justiça, adaptado

SETOR	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
SETOR INTERNO	WC PNE	3	21,80
	Visita íntima - Rouparia	2	49,06
	Visita íntima - Centro de roupa suja	2	41,23
	DML	13	40,90
	Ducha coletiva	72	623,36
	Cela 4 dormitórios + lavabo	72	880,02
	Cela 2 dormitórios + lavabo	54	683,62
	Cela 2 dormitórios + lavabo	54	681,23
	Refeitório	6	1.236,13
	Jardim interno	4	1.324,80
	Barbearia	1	22,11
	Espaço Ecumênico	2	155,25
	WC	2	41,22
	Lavanderia - Área suja: separação e pesagem de roupas	1	112,33
	Lavanderia - Coleta de roupa suja	1	48,89
	Lavanderia - Lavagem e centrifugagem	2	86,94
	Lavanderia - Secagem e calandragem	1	432,49
	Lavanderia - Área limpa: passagem de roupas	1	103,13
	Lavanderia - Reparo de roupas	1	23,12
	Lavanderia - Centro de descarte	1	23,12
	Lavanderia - Depósito	1	23,00
	Lavanderia - Estocagem de roupas limpas	1	46,99
	Lavanderia - Separação e organização das peças limpas	1	90,19
	Lavanderia - Retirada e distribuição de roupas limpas	1	46,99
	Ginásio - banho de sol	1	2.282,85
	Ginásio - mezanino	1	527,51
	Ginásio - quadras e arquibancada	1	2.278,64
	Produção - Oficinas de trabalho	3	907,89
	Educação - WC	2	46,91
	Educação - WC acessível	2	10,90
	Produção - WC	2	46,91
	Produção - WC acessível	2	10,91
	Produção - Depósito	2	22,23
	Elevado para vivência coletiva - mezanino	1	41,72
TOTAL		316	13.014,36

Tabela 10: Programa de Necessidades do Setor Interno da Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo
Fonte: Ministério da Justiça, adaptado

Para melhor entendimento da tabela do Programa de Necessidades, faz-se necessário compreender que a “Área Unitária Útil” não reflete a metragem unitária de cada ambiente, e sim a soma unitária de cada unidade do mesmo.

Há ambientes de mesma característica mas com dimensões diferentes. Dessa forma, todos os ambientes semelhantes em um bloco foram somados, resultando no valor unitário. Este número foi multiplicado pelo dobro, uma vez que o bloco Guina é um espelho do bloco São Dimas, além da simetria presente neles e nos blocos Estrada e Mil. O produto dessa multiplicação encontra-se na “Área Útil Total”.

A coluna de quantidades faz referência à quantidade daquele ambiente no projeto. Com isso, não é correto multiplicar a área unitária útil pela quantidade, pois os valores serão equivocados.

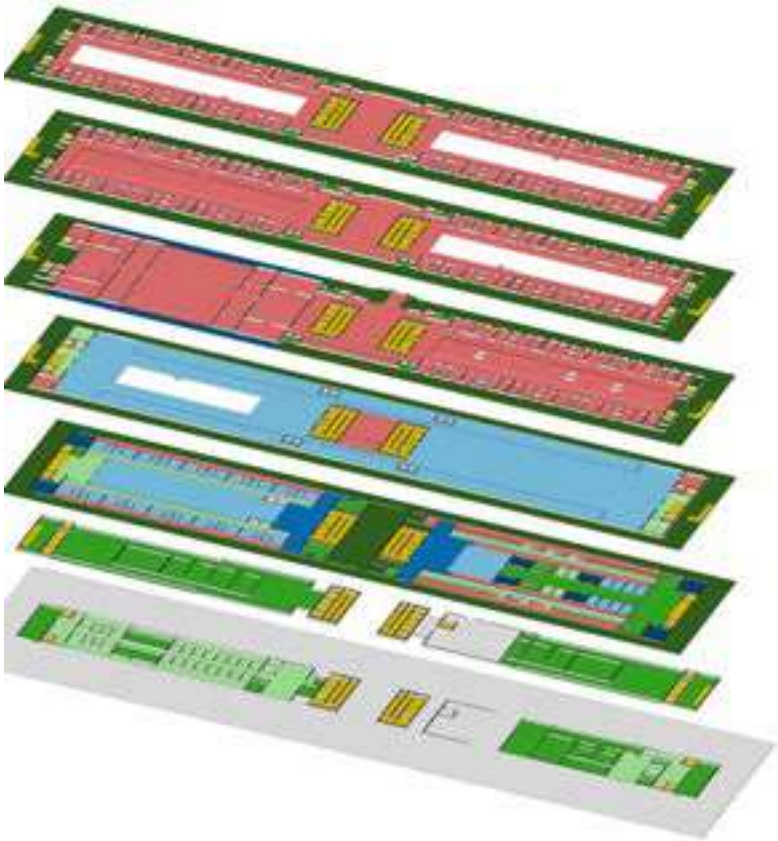


Figura 62: Diagrama de setorização - Bloco Dimas
Escala: sem escala

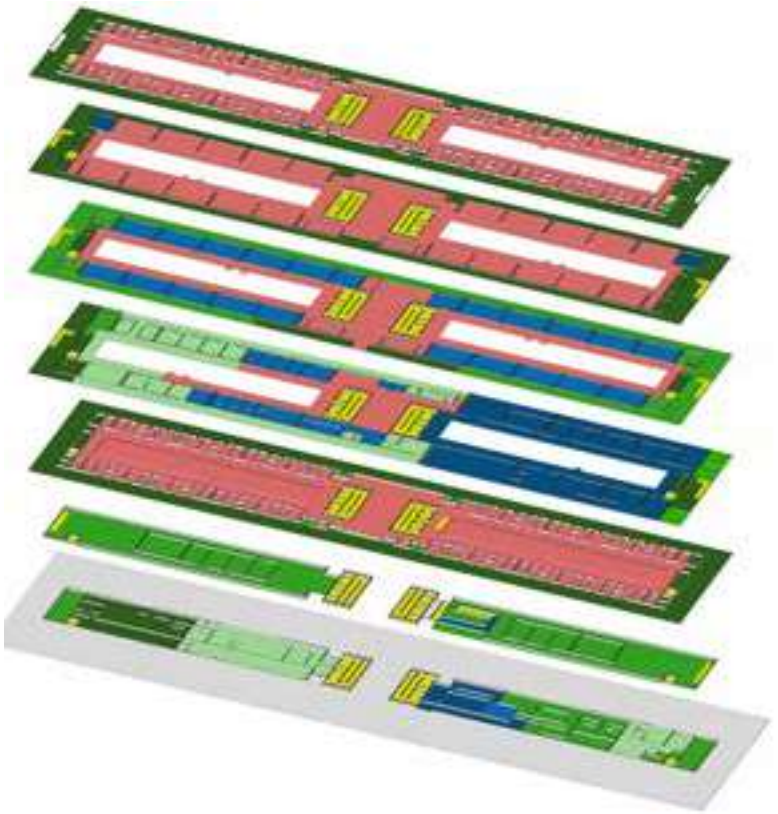


Figura 63: Diagrama de setorização - Bloco Guina
Escala: sem escala

As tonalidades das cores referem-se à ilustração dos subsetores de cada setor. Na prática, há ambientes em que ocorrem a interação de diferentes pessoas de um mesmo setor. O setor externo, por exemplo, é dividido em X tipos de uso, sendo:

- Uso exclusivo de funcionários internos 1;
- Uso exclusivo de funcionários internos 1 e 2;
- Uso exclusivo da guarda externa, funcionários internos 2, externos e visitantes.

A divisão do tipo de funcionários se dá da seguinte forma:

- Funcionários internos 1 = Carceragem e limpeza. Estes possuem acesso livre aos pavimentos que contém o setor interno;
- Funcionários internos 2 = todos aqueles que prestam serviço dentro da Casa de Execução Penal, como direção, secretaria, administração, recepção, monitoramento, etc;
- Funcionários externos = funcionários que prestam serviço dentro e fora da SAP, exercendo serviços paralelos, como professores, advogados, agentes de saúde, etc.

A mesma lógica é aplicada para o setor intermediário, que é subdividido em:

- Integração de pessoas presas e visitantes;
- Integração de pessoas presas e funcionários externos;
- Integração de pessoas presas e carceragem.

Ainda que haja essa setorização pré-definida, é possível verificar nos diagramas de fluxos de cada pavimento, apresentados mais à frente, que a circulação de cada tipo de pessoa também é variável dentro de cada setor.

É importante destacar que o dimensionamento da maioria dos espaços coletivos considera a acessibilidade das pessoas com deficiência. Sobretudo nos ambientes que englobam visitantes e reclusos, a acessibilidade deve ser garantida, partindo da premissa de que, a qualquer momento, o ser humano pode vir a se tornar portador de deficiência física, por motivos de doença ou acidente. Dessa forma, todas as celas e espaços de vivência e trabalho possuem essa premissa de dimensionamento, salvaguardados os espaços do setor externo que apresentam somente funcionários da segurança.

As salas de aula possuem as últimas carteiras de estudo com distância da aprede suficiente para acomodar pessoas presas que utilizam de cadeira de rodas para se locomover.

5.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES MUSEU BRASILEIRO DA ESCRAVIDÃO

A diferenciação dos tipos de uso do Museu em formato de “Setores” buscar manter a linearidade do que foi adotado para a Casa de Execução Penal. As áreas de serviço e administração tem o objetivo de funcionar na mesma linguagem de escritórios: espaços pouco ou nada compartimentados, com estações de trabalho e maior interação entre os colaboradores.

Os espaços expositivos possuem grandes metragens e lajes livres, ficando a cargo da compartimentação de acordo com cada exposição, com exceção do ambiente “Porão”, que será descrito mais à frente.

Assim como ocorre na Pinacoteca de São Paulo, o Museu Brasileiro da Escravidão também possui uma área de curadoria e restauração das peças do acervo. Esse espaço é anexado às docas e ao depósito, no bloco Dimas, para que o manejo das peças do acervo fiquem armazenadas de forma reservada - na Pinacoteca, o público pode assistir ao processo de restauração através do vidro que separa o ambiente da circulação pública..

SETOR	AMBIENTE	ÁREA UNITÁRIA ÚTIL (m²)	QUANT.	ÁREA ÚTIL TOTAL (m²)
SETOR EXPOSITIVO	Porão: Acervo e Praça da Confusão	872,40	1	872,40
	Linha D'Água: Exposições temporárias	1.528,37	1	1.528,37
	Convés: Exposições permanentes	1.718,44	1	1.718,44
	Galeria da Memória	57,81	2	115,62
	Memorial do Massacre	335,37	1	335,37
SETOR DE ACOLHIMENTO E SERVIÇOS	Guarda-Volumes	16,97	1	16,97
	Recepção e Bilheteria	137,82	1	137,82
	Sanitário feminino	10,05	2	20,10
	Sanitário masculino	10,05	2	20,10
	Sanitário acessível	4,50	2	9,00
SETOR DE APOIO E INFRAESTRUTURA	Copa	37,55	1	37,55
	DML	2,92	1	2,92
	Sanitário acessível - funcionários	3,55	1	3,55
	Vestiário feminino	17,03	1	17,03
	Vestiário masculino	17,03	1	17,03
ESCRITÓRIO	Diretoria Executiva e Administrativa	125,16	1	125,16
	Diretoria Financeira e Jurídica			
	Diretoria Cultural (Núcleo de Curadoria, Pesquisa e Produção)			
	Sala de Reuniões	27,21	1	27,21
	Monitoramento e Segurança	22,92	1	22,92
SETOR DE CURADORIA E PRESERVAÇÃO	Docas	188,59	1	188,59
	Depósito de itens expositivos e montagem	187,98	1	187,98
	Oficina de restauro e preservação	23,80	1	23,80
TOTAL		5.345,52	25	5.427,93

Tabela 11: Programa de Necessidades do Museu Brasileiro da Escravidão
Fonte: autoral

5.4. O TERRENO

A gleba da qual o terreno de estudo foi desmembrado possuía cerca de 295.939,71m² e era composta pelo Hipermercado Carrefour, a fábrica de concreto Supermix, quatro quadras de futebol da Arena Flash Brasil, estacionamento, uma edificação sem uso e que, posteriormente, será utilizada como abrigo para pessoas em situação de rua e o terreno da antiga fábrica de copos Nadir Dias de Figueiredo, na qual foi recentemente desativada.

O PIU Arco Tietê prevê em sua estratégia de projeto a abertura de uma via de leito carroçável que conecte a Avenida Nadir Dias de Figueiredo com a pista local da Marginal Tietê, conhecida como Avenida Morvan Dias de Figueiredo. Atualmente, essas vias são conectadas somente pela Avenida Guilherme Cotching. Com a abertura da via, a gleba foi naturalmente repartida, deixando o Hipermercado Carrefour à esquerda e as demais edificações à direita.

Com a análise do entorno, foi possível constatar uma pequena gleba vazia ao norte do Carrefour e sem qualquer tipo de uso. Isso possibilitou a proposta de que o futuro abrigo, a pequena fábrica de cimentos e a Arena Flash Brasil sejam remanejadas para esse espaço ocioso. O intuito é integrar o espaço vago na lateral noroeste do terreno da antiga fábrica Nadir Dias de Figueiredo e, dessa forma, utilizá-lo como área de intervenção.

Como partido arquitetônico, o Córrego da Divisa que vem de norte a sul da Guilherme Cotching, desembocando no Rio Tietê e separando os bairros Vila Maria e Vila Guilherme foi prolongado para dentro do terreno para ser integrado ao projeto arquitetônico como elemento fundamental do conceito.

PARÂMETROS URBANÍSTICOS		
MACROÁREA	Macroárea de Estruturação Metropolitana	
MACROZONA	Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	
ZONA DE USO	ZPI-1	
SUBSETOR	Eixo Arco Tietê	
TO MÁXIMO	0,70	84.357,63 m²
TO UTILIZADO	0,14	16.828,57 m²
CA MÍNIMO	0,50	60.255,45 m²
CA UTILIZADO	0,51	61.455,68 m²
AP MÍNIMA	0,25	30.127,72 m²
AP UTILIZADA	0,42	50.262,68 m²
GABARITO MÁXIMO (m)	28,00	
GABARITO UTILIZADO (m)	26,66	

Tabela 13: Parâmetros urbanísticos
Fonte: Autoral, adaptado do Geosampa

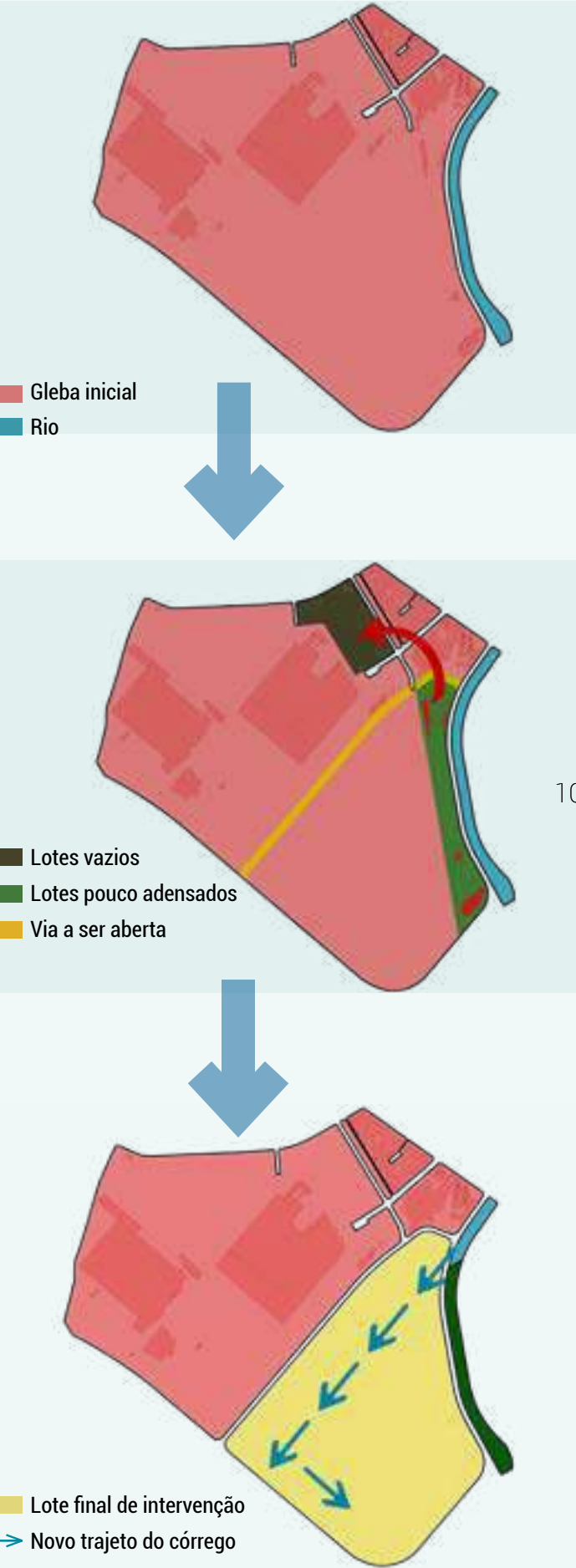


Figura 64: Diagrama de separação do terreno
Escala: sem escala

5.5. A IMPLANTAÇÃO

A implantação do edifício foi pensada para que a fachada principal esteja alinhada à Marginal Tietê, proporcionando aos pedestres e veículos uma contemplação do grande volume edificado em contraste com o entorno baixo.

Para a Marginal, foi proposto somente equipamentos públicos necessários, como iluminação e ponto de ônibus, de forma a não interferir no campo de visão da fachada. A Alameda São Dimas é composta por árvores de grande porte em uma calçada com cerca de 10 metros de largura e pequenos canteiros, gerando sombra e sensação confortável ao passeio, além de estações de alimentação ao ar livre. O córrego que descia pela Guilherme Cotching em direção ao Rio Tietê foi remanejado para dentro do terreno, e o trecho foi transformado em um canteiro arborizado – característica marcante desta via. Essas premissas propõem a redução dos impactos sonoros e olfativos provocados pelos veículos, além de trazer maior segurança para os pedestres utilizam essas vias.

A área voltada para a Avenida Nadir Dias de Figueiredo, é composta por uma praça com equipamentos voltados à comunidade que reside nas redondezas, com um Skatepark e quadras esportivas.



Figura 94: Implantação
Escala: 1:2000

Figura 65: Planta de Situação
Escala: 1:2000

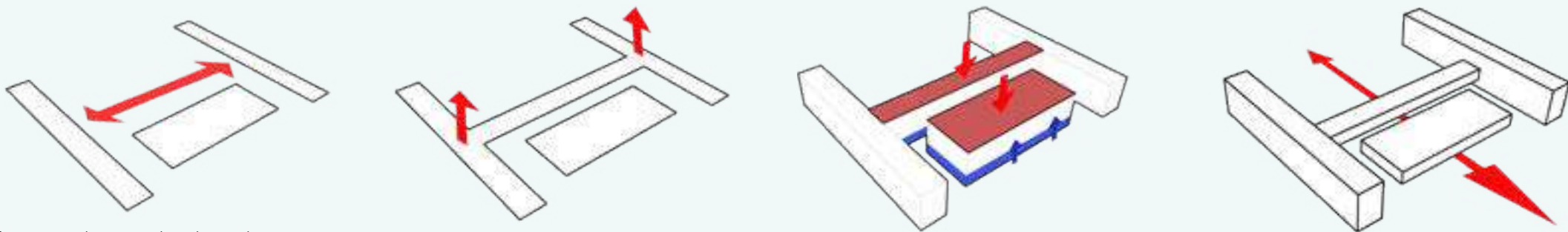


Figura 66: Diagrama de volumetria
Escala: sem escala

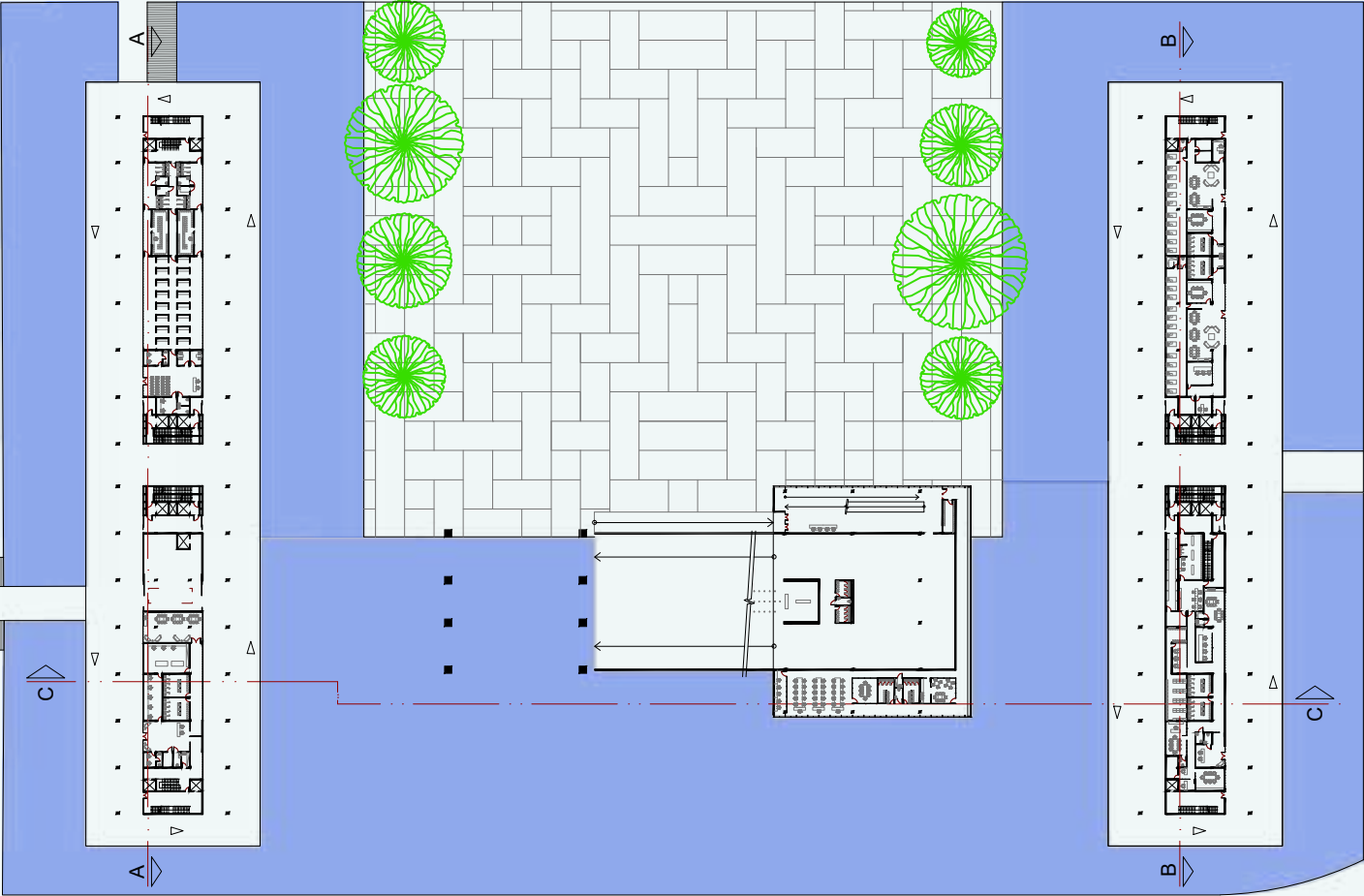


Figura 67: Implantação
Escala: 1:1500



Com o intuito de evitar a utilização de muros e trazer mais sutileza para a segurança penal, foi criado um grande lago represado que nasce do Córrego da Divisa e mantém ilhado todo o complexo penitenciário e o vão sob o museu.

As torres Guina (localizada na Av. Nadir Dias de Figueiredo) e Dimas (situada na Alameda São Dimas) possuem pavimentos térreos distintos que refletem o uso do programa de necessidades de cada torre.

O Museu Brasileiro da Escravidão possui seu térreo elevado a 1,50m do chão, e seu acesso se dá por meio de uma rampa localizada no seu vão. O Museu conta com a Praça da Memória: um espaço aberto destinado à eventos de cunho cultural e religioso, podendo ser uma extensão dos eventos que já ocorrem na Casa de Cultura da Vila Guilherme - o Casa-rão. A praça possui um desenho de piso que faz alusão aos grafismos indígenas Tupi-Guarani Mbya que, por sua vez, representa as tramas dos cestos artesanais elaborados por esses povos, nativos da região Sudeste do Brasil.



Figura 68: Perspectiva da fachada Sudoeste
Escala: sem escala

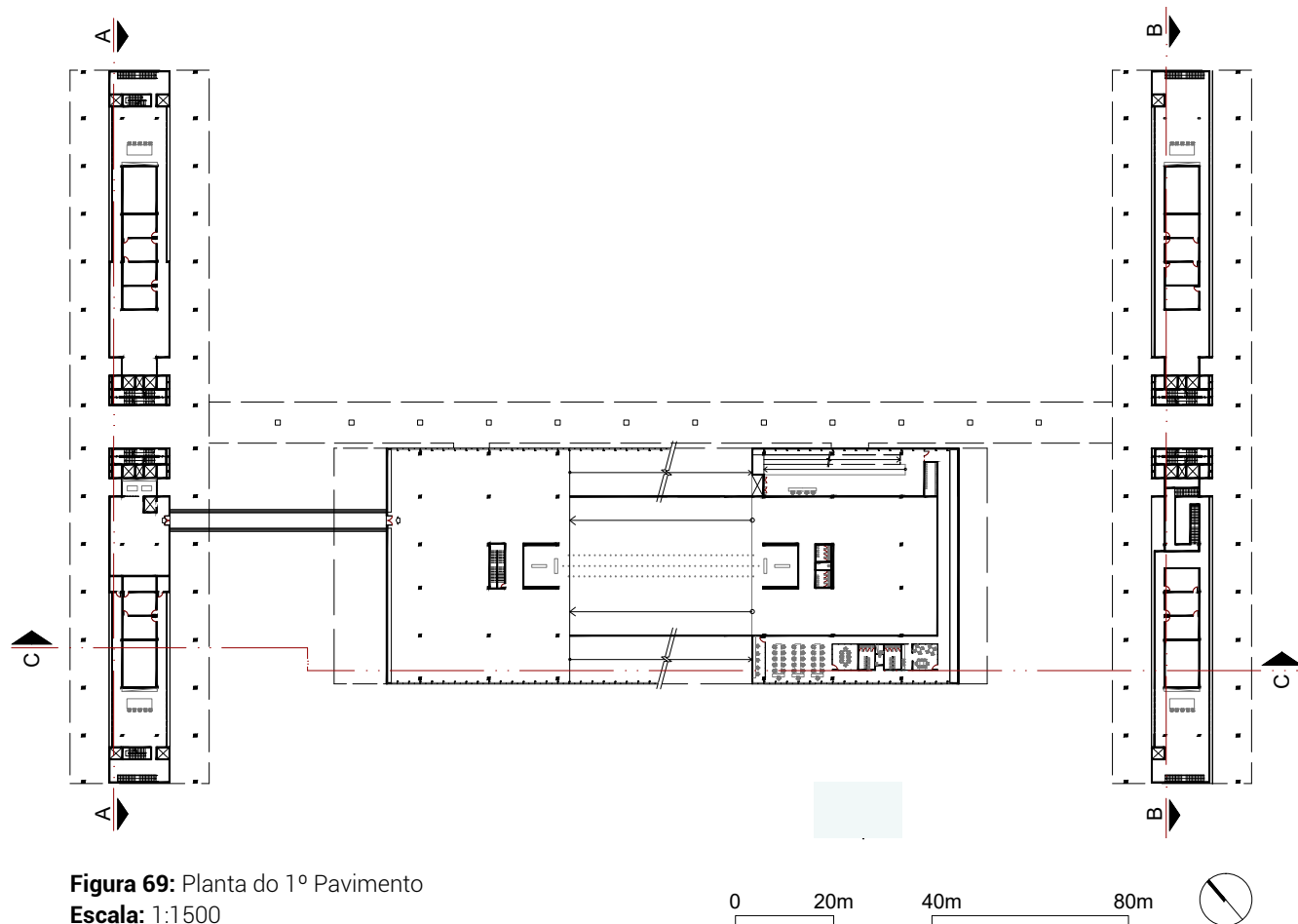


Figura 69: Planta do 1º Pavimento
Escala: 1:1500

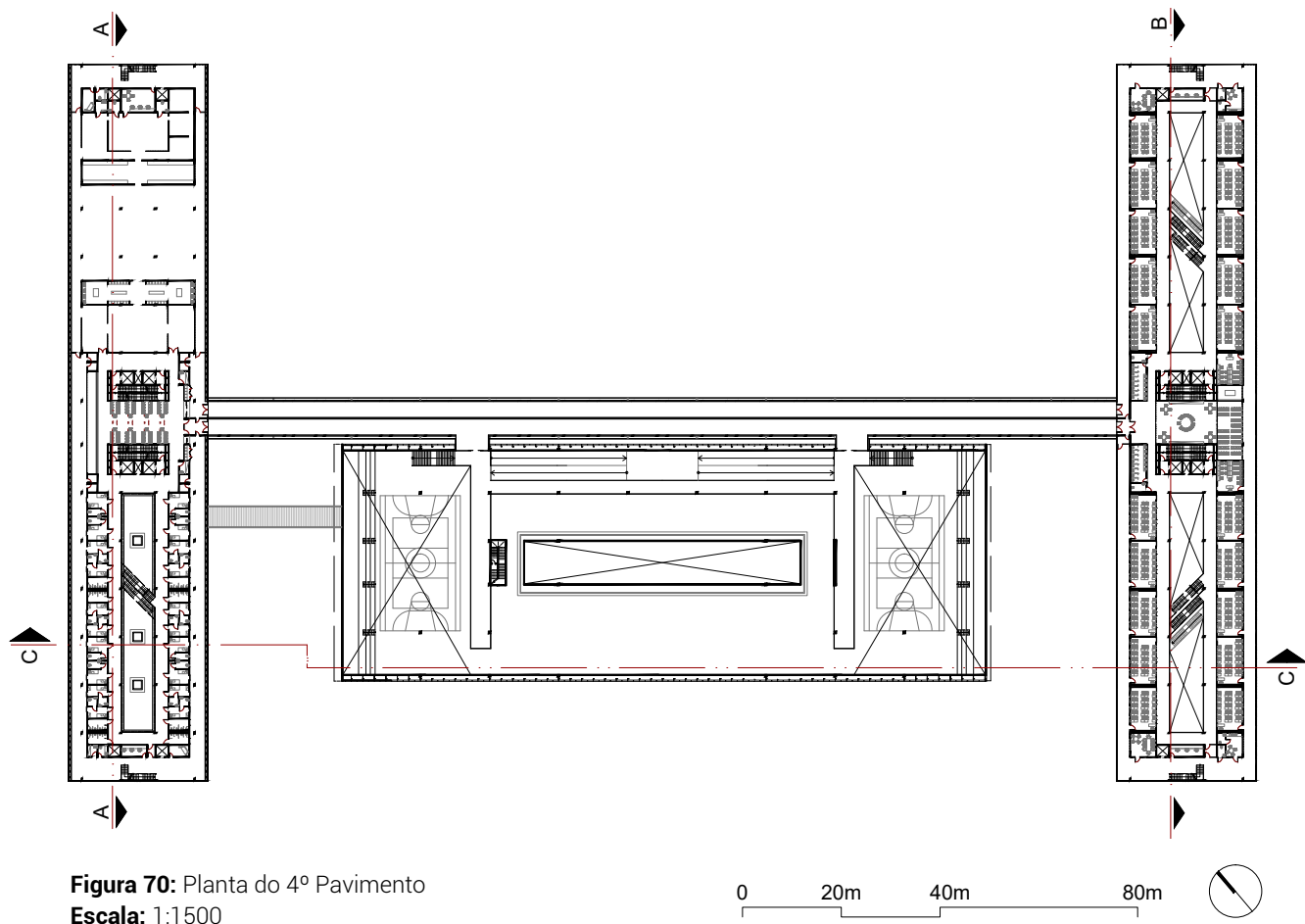


Figura 70: Planta do 4º Pavimento
Escala: 1:1500

Como forma de otimizar os espaços, as Docas do Museu foram alocadas em um dos módulos da torre Dimas, com acesso e elevador de carga independentes e de uso exclusivo do Museu. Para promover esse acesso entre os volumes, foi criada uma passarela de estrutura metálica treliçada com dois vãos livres de mais de 15,50m de comprimento

As aberturas zenitais no centro das plantas da Casa de Execução Penal promovem a entrada de luz natural nos jardins internos do s edifícios e melhoram a qualidade do ar, já que estes jardins possuirão vegetação de pequeno porte pensadas para o bem estar físico e mental dos usuários.

Os três volumes voltam a se conectar no 4º pavimento, através de uma passarela que ealiza a conexão das duas torres laterais a laje do museu em que está situada a área esportiva da Casa de Execução Penal. Essa passarela possui 13 vãos livres de 13 a 15 metros de comprimento, e é composta por duas pistas: a primeira tem como principal utilização a transposição de pessoas presas e funcionários da carceragem, com acesso direto para o bloco esportivo. A segunda pista possui acesso restrito aos funcionários autorizados de uma torre a outra.

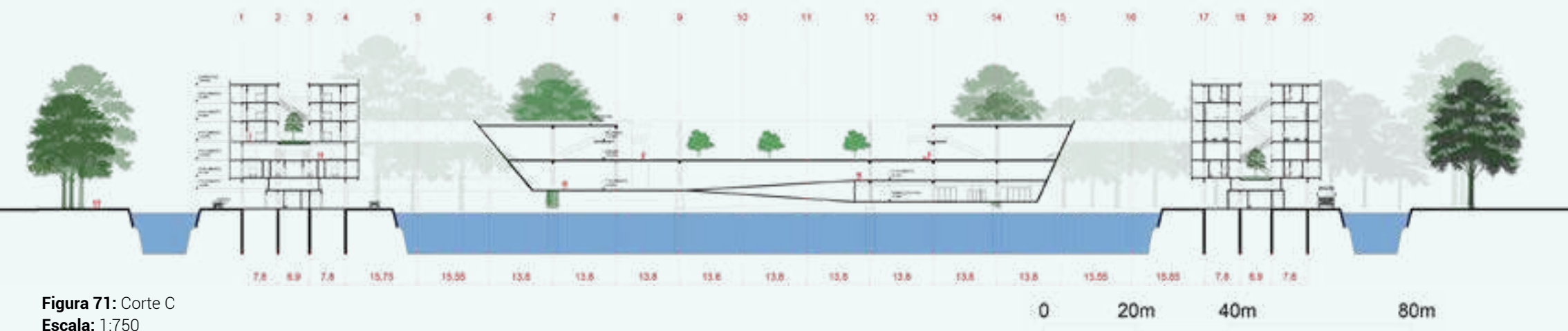


Figura 71: Corte C
Escala: 1:750



Figura 72: Perspectiva ilustrada do vão do Museu
Fonte: Autoral

O intuito da separação distinta de usos do programa de necessidades da Casa de Execução Penal entre as duas torres do complexo penal tem como objetivo explorar 100% do potencial construtivo e arquitetônico dos espaços dimensionados, oferecendo toda a estrutura necessária para a vivência, estudos e reabilitação física, social e psicológica da pessoa presa dentro do espaço carcerário, quebrando o estigma de segregação, deterioração mental e desordem do sistema penitenciário brasileiro. Atrrelado a isso, a localização do espaço esportivo do complexo estar imediatamente sobre o Museu Brasileiro da Escravidão tem como objetivo traçar paralelos na história e apresentar a ideia de causa-consequência. O passado já não pode ser desconectado do presente, e é necessário que as decisões do passado são literalmente o pilar dos eventos futuros. Neste caso, o espaço cultural de memória e informação sustenta o espaço de reabilitação física e mental do espaço de penalização que surgiu pela falta de conscientização humana.

Figura 73: Perspectiva ilustrada da circulação carceragem
Fonte: Autoral

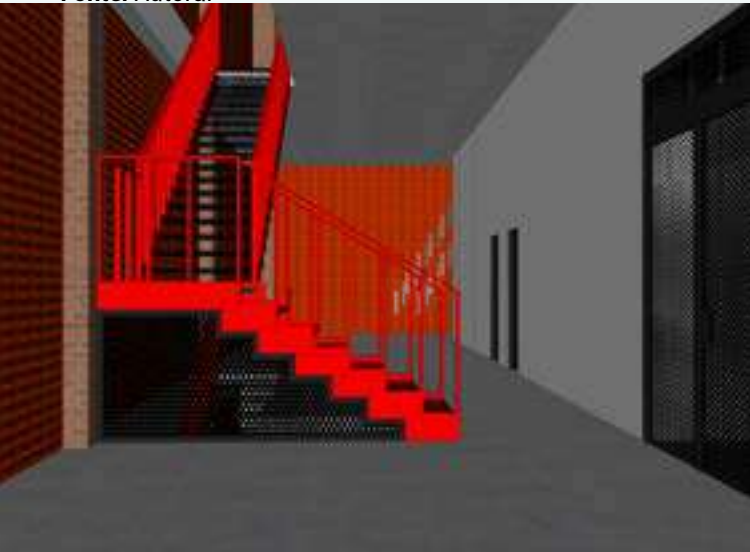


Figura 74: Perspectiva ilustrada da Recreação
Fonte: Autoral



Figura 75: Perspectiva ilustrada da praça interna
Fonte: Autoral



A modulação do edifício foi projetada com a referência de medidas múltiplas de 0,30m. Isso porque a medida mínima de uma cama de cela prisional, segundo as “Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal” é de 90 centímetros. Em contrapartida, o diâmetro de giro de uma cadeira de rodas é de 1,50 metros. Ao analisar os números, é possível identificar que ambos são multiplos de 3. Dessa forma foram criadas as medidas internas das celas e replicado seus múltiplos na modulação.

Uma vez que não há necessidade de pilares para vãos com menos de 6 metros, a composição das plantas encontrou a medida ideal de 9,60 metros para os eixos horizontais, sendo possível criar duas opções distintas de planta para as celas e encaixá-las na modulação.

Os pilares internos estão posicionados nas extremidades da abertura zenital, com o intuito de sustentar a circulação central do edifício e se não interferirem nas paredes internas sobretudo das celas. Eles também não são aparentes nas fachadas, uma vez que o documento que apresenta as diretrizes de arquitetura penal brasileira solicita que este elemento estrutural se coloque para dentro do perímetro penal.

Com o intuito de tornar única a malha estrutural, o museu adota o mesmo raciocínio modular da multiplicidade de 3, encaixando de maneira harmoniosa nos eixos que compõem o conjunto das duas torres penais.

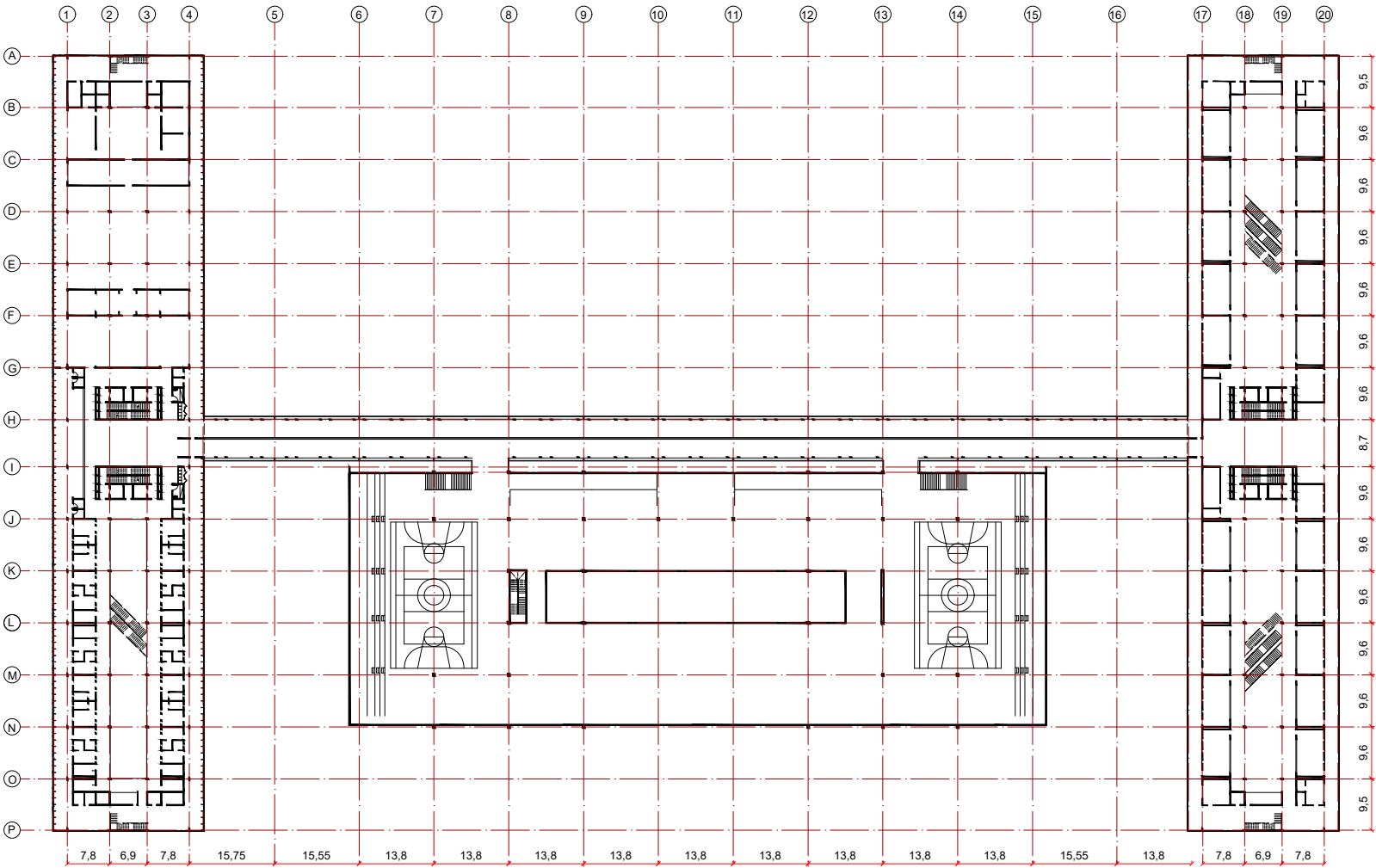


Figura 76: Planta da malha estrutural
Escala: 1:1500



0 20m 40m 80m

QUADRO GERAL DE ÁREAS (m²)			
PAVIMENTOS	TORRES		
	GUINA	DIMAS	MUSEU
Térreo	827,21	827,21	2.903,10
1º Pavimento	827,21	827,21	1.739,91
2º Pavimento	4.001,44	4.001,44	2.945,65
3º Pavimento	4.001,44	3.809,82	5.500,32
4º Pavimento	4.001,44	3.830,60	6.089,25
5º Pavimento	3.830,60	3.830,60	-
6º Pavimento	3.830,60	3.830,60	-
TOTAL PARCIAL	21.319,95	20.957,49	19.178,24
TOTAL	61.455,68		

Tabela 14: Quadro de Áreas
Fonte: Autoral

Apesar da volumetria de grande porte, sua implantação não ocorre de maneira agressiva no entorno devido aos recuos adotados no projeto. As “Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal” solicita pelo menos 15 metros de recuos em todo o entorno da edificação. Para o projeto, foram adotados 40 e 65 metros de recuos laterais enquanto que a fachada frontal está a cerca de 21,4 metros da movimentada Marginal Tietê.

Dessa forma, ao analisar o contexto do entorno, ainda que o complexo possua considerável dimensionamento, o edifício está inserido de maneira harmoniosa e equilibrada, respeitando as pré-existências dos bairros em que está inserido.



Figura 77: Perspectiva ilustrada da Praça da Memória
Fonte: Autoral

5.6. BLOCO DIMAS

As “Diretrizes básicas para Arquitetura Penal” propõem que seja utilizado muros e/ou alambrados para a segurança do estabelecimento. Em contrapartida, muros altos produzem uma segregação agressiva, além de provocar insegurança para quem caminha na calçada. Pensando nisso, a penitenciária foi elevada para o segundo pavimento do edifício para evitar fugas pulando muros ou por meio de túneis – principal forma de fuga dos reeducandos, segundo relatos de ex-presidiários.

O bloco Dimas tem seu título em referência ao bandido Dimas, que morreu crucificado à direita de Jesus Cristo e, no fim de sua vida, se reconheceu como pecador, arrependeu-se e foi perdoado por Deus, podendo entrar no Paraíso, segundo o Evangelho de Lucas. Dessa forma, a Igreja Católica Apostólica Romana fez de Dimas o santo padroeiro dos presos e das penitenciárias, além de protetor dos pecadores. Considerando isso, este volume arquitetônico abriga parte do programa que referente ao tratamento mental e social do indivíduo preso, para que ele receba todo o amparo psicológico necessário ao seu reestabelecimento moral e reinserção na sociedade.

O térreo desde bloco possui os acessos de visitantes no complexo penitenciário, desde funcionários externos (como psicólogos, agentes da Defensoria Pública e assistentes sociais) até parentes dos detentos. Este pavimento possui toda a estrutura necessária para a inspeção de jumbo (mercadoria recebida pelas pessoas presas, como alimentos, itens de higiene e vestuário) enviado por familiares, salas de revista com detectores de metal e salas de atendimento familiar e de apoio social.

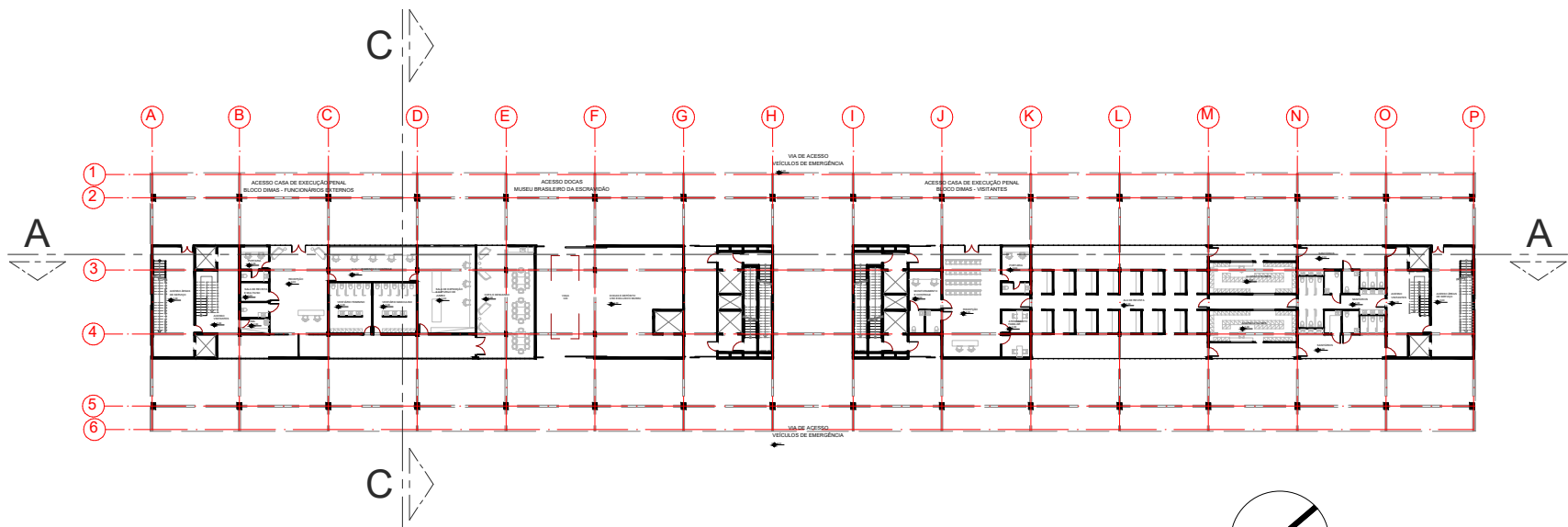
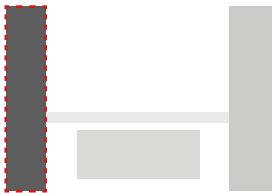


Figura 78: Planta do Pavimento Térreo, bloco Dimas
Escala: 1:750

- LEGENDA**
- Fluxo misto 1 - Funcionários externos e internos
 - Fluxo misto 2 - Funcionários internos e visitantes
 - Fluxo interno - Funcionários
 - Fluxo externo - visitantes
 - Fluxo de emergência
 - Não utiliza

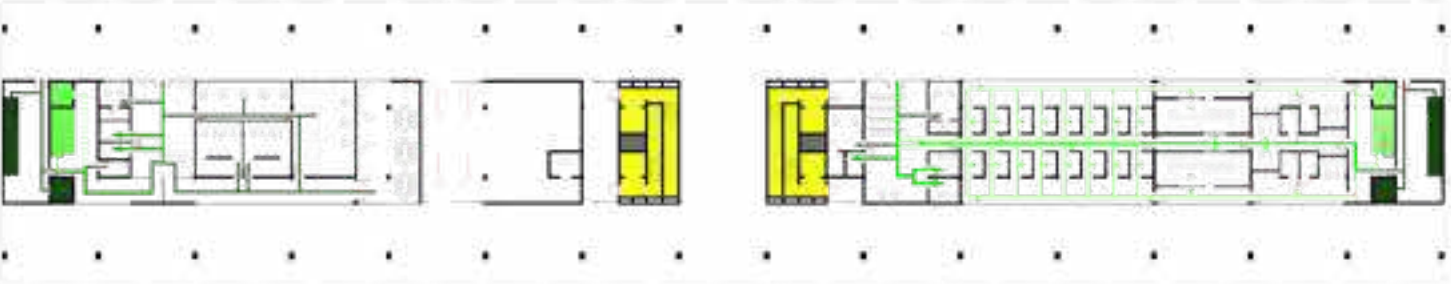
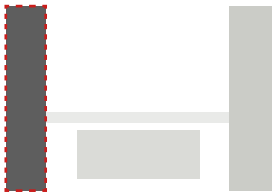


Figura 79: Diagrama de fluxos - Térreo, bloco Dimas
Escala: 1:750



O primeiro pavimento trata-se da área técnica. Nele, situa-se todas os ambientes de serviço necessário ao bom funcionamento do edifício, incluindo o terraço técnico que comporta as evaporadoras do sistema frigorígeno de todos os ambientes que utilizam ar condicionado. Há dois reservatórios de água para atender de maneira equilibrada os dois pavilhões de cada pavimento.

Neste bloco, encontra-se o depósito do museu junto à uma oficina de restauração dos itens do acervo e o acesso à passarela de conexão com o museu.

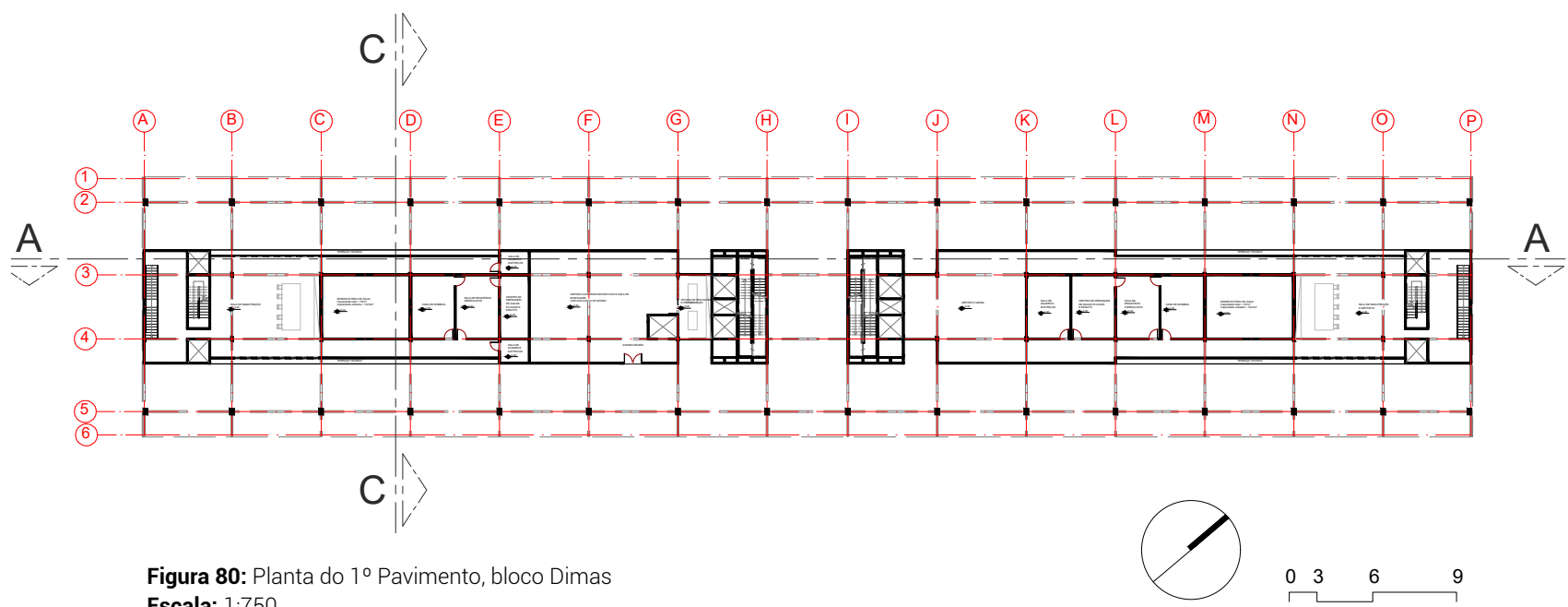


Figura 80: Planta do 1º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

- LEGENDA**
- Fluxo misto 1 - Funcionários externos e internos
 - Fluxo misto 2 - Funcionários internos e visitantes
 - Fluxo interno - Funcionários
 - Fluxo externo - visitantes
 - Fluxo de emergência
 - Não utiliza

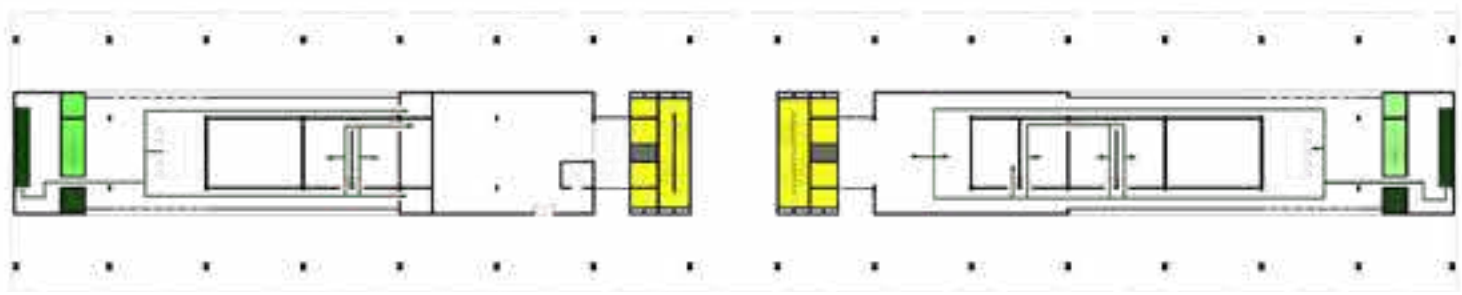
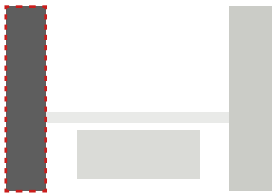


Figura 81: Diagrama de Fluxos - 1º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750



Figura 82: Corte AA
Escala: 1:750



O segundo pavimento apresenta o Parlatório - espaço destinado ao atendimento jurídico, além de salas de atendimento particular, com total garantia de sigilo, conforme o documento oficial do Ministério Público solicita para a arquitetura penal -, espaços para tratamento psicológico e social, e a ala de visita íntima e recreativa. Este último, é destinado às crianças que vão à Casa de Execução Penal visitar seus pais, avós, irmãos ou outros parentes.

A ala de visita íntima conta com 4 celas acessíveis, e a utilização do espaço se dá pelo seguinte cálculo: considerando 20 celas para 504 presos utilizarem em 2 dias de visita (sábado e domingo), em um horário hipotético das 8 horas da manhã até as 16 horas da tarde, tendo cada preso o benefício de 1 hora de visita íntima, o rodizio contabiliza 160 benefícios utilizados por dia. Em 2 dias, esse número dobra para 320 usos. Na semana seguinte, 184 benefícios utilizados completariam no número total de presos, totalizando um saldo positivo de 136 horários livres para uso. Esses dados dão margem para uma flexibilidade maior na organização dos horários e benefícios para cada detento, não considerando que, segundo relatos, nem todos os detentos possuem visita íntima, flexibilizando mais o rodizio.

Há também um espaço destinado às refeições da equipe da Carceragem de ambos os edifícios, com espaço para descanso e vivência nos horários de pausa, afim de proporconar o conforto no ambiente de trabalho e evitar a sobrecarga psicológica que esse tipo de trabalho pode gerar.

A Sala de Encontros com a Sociedade é uma exigência do Ministério Público e possui a mesma função de um auditório, onde podem ser promovidas palestras e exibição de conteúdo educativo para a população carcerária.

- LEGENDA
- Fluxo misto 1
Funcionários externos e internos
- Fluxo interno - Funcionários
- Fluxo externo - funcionários externos
- Fluxo externo - visitantes
- Fluxo intermediário 1
Pessoas presas e visitantes
- Fluxo intermediário 2
Pessoas presas e funcionários externos
- Fluxo intermediário 3
Pessoas presas e carceragem
- Fluxo de pessoas presas
- Fluxo de emergência

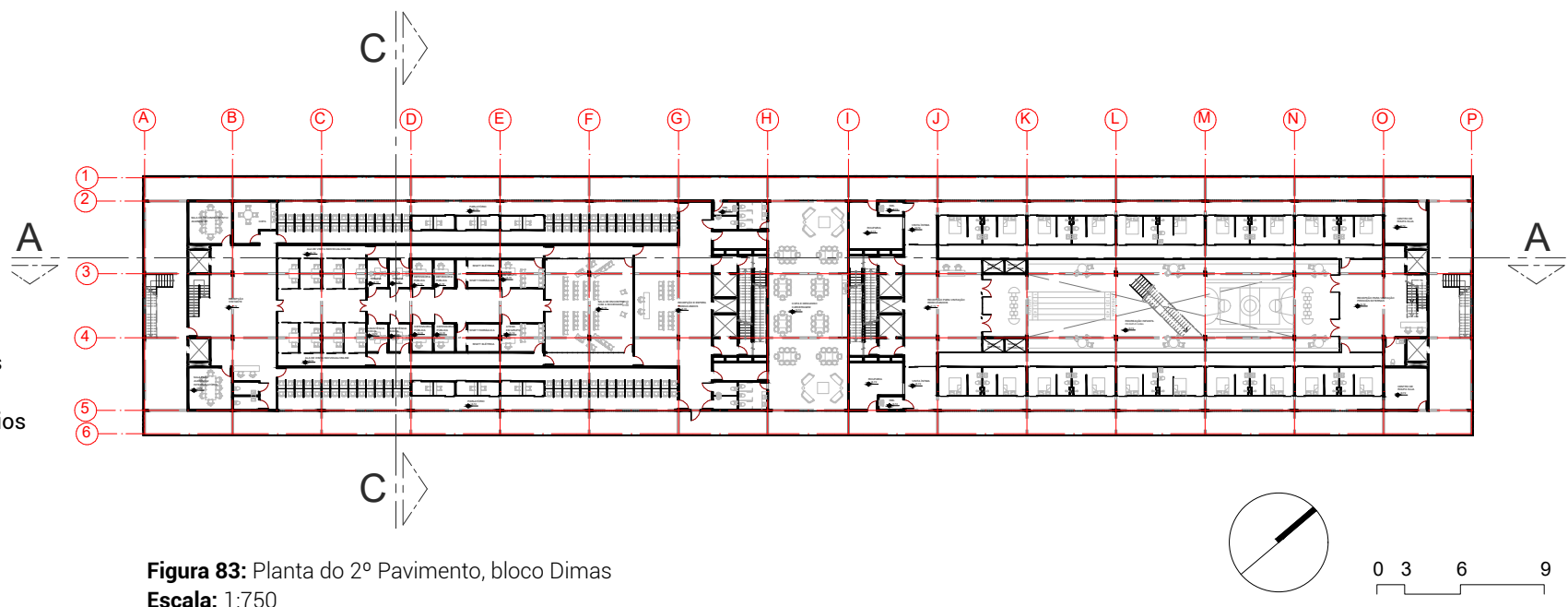


Figura 83: Planta do 2º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

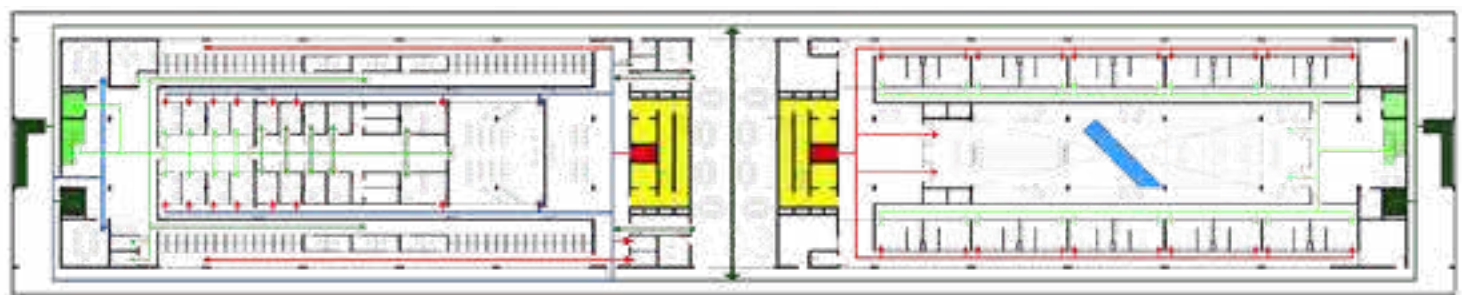
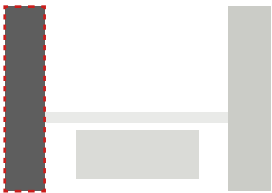


Figura 84: Diagrama de fluxos - 2º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750



Este pavimento pode ser considerado um ambiente análogo a um pátio escolar. Em dias de visita, ele comporta a interação das pessoas presas com suas famílias, e nos demais dias da semana é utilizado como uma área de convívio. Para tal, o espaço conta com conjuntos de mesas e cadeiras que podem ser utilizadas tanto para alimentação quanto para a prática de jogos e socialização, além de espaços que imitam “praças” comuns de bairros periféricos, com bancos posicionados de forma a gerar uma espécie de “roda” para conversa, proporcionando diferentes formas de integração. Esse espaço dá acesso à Recreação Infantil, no pavimento inferior, produzindo um fluxo homogêneo dos espaços de interação com os visitantes.

O Espaço Ecumênico deste bloco tem como foco a execução de cultos religiosos de outras matrizes que não a cristã. Dessa forma, ele não possui um altar elevado e tampouco cadeiras enfileiradas. A sala é constituída por uma mesa que pode ser utilizada como Congá - altar de adoração presente em religiões de matriz africana - ou na utilização de cultos do Espiritismo. Além disso, também há um atabaque e uma “Casa de Exu” nos dois cantos da sala, para serem utilizados quando houver a ocasião correta.

A barbearia tem como funcionários os próprios detentos, bem como ocorre atualmente, segundo relatos de ex-detentos paulistanos. Um deles confessa, ainda, que aprendeu o ofício de cabeleireiro na prisão, e quando ganhou sua liberdade, passou a exercer a profissão, na qual se sustenta até hoje.

- LEGENDA
- Fluxo misto 1
Funcionários externos e internos
- Fluxo interno - Funcionários
- Fluxo externo - funcionários externos
- Fluxo externo - visitantes
- Fluxo intermediário 1
Pessoas presas e visitantes
- Fluxo intermediário 2
Pessoas presas e funcionários externos
- Fluxo intermediário 3
Pessoas presas e carceragem
- Fluxo de pessoas presas
- Fluxo de emergência

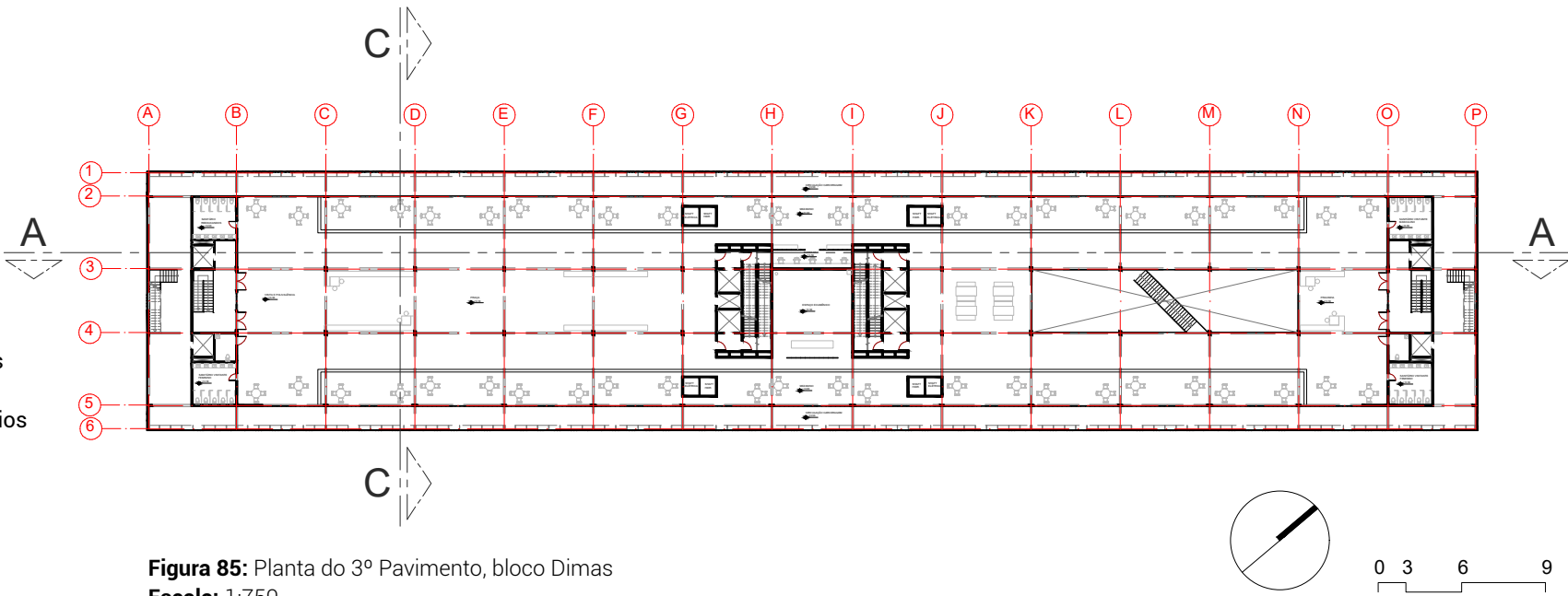


Figura 85: Planta do 3º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

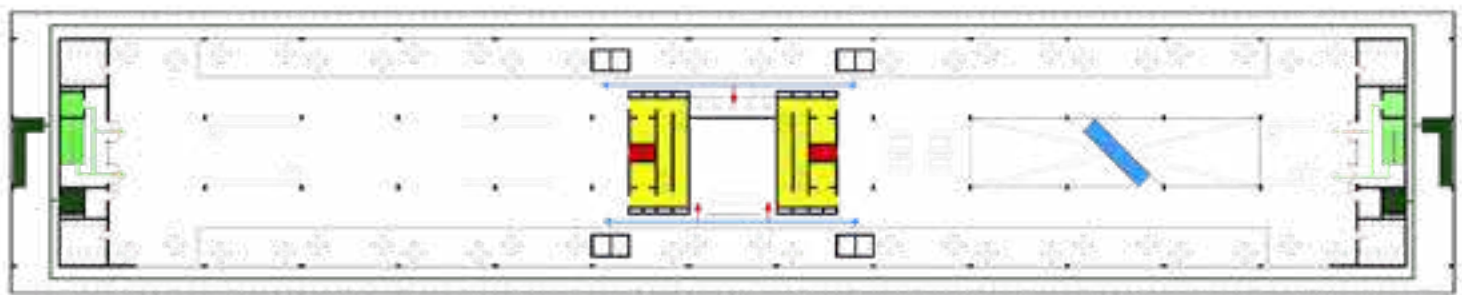
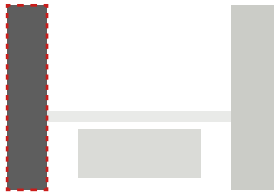


Figura 86: Diagrama de fluxos - 3º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750



Inicia-se no 4º pavimento o módulo de alojamento das pessoas presas. Esse módulo é composto por celas com lavabo individual sem chuveiro, uma vez que há ambientes destinados à ducha coletiva. Cada pavilhão (espaço que abrange a guarita de monitoramento até a escada de emergência) comporta 52 detentos e contém 8 salas de higienização coletiva com 4 duchas cada uma (sendo uma acessível). Em dois turnos de higienização para cada sala seriam o suficientes, totalizando um saldo positivo de 20 duchas não utilizadas.

As celas recuadas da fachada e voltadas para o pátio interno proporcionam aos usuários apenas segurança e autonomia para transitar livremente por entre os espaços destinados a eles. O jardim interno conta com vegetação arbórea frutífera e seu perímetro gramado pode ser utilizado para interação coletiva.

Neste pavimento temos também a Lavanderia, comandada pelos próprios detentos. Segundo um detento do Centro de Progressão Penitenciária de Caraguatatuba, os próprios presos fazem a higienização de roupas e enxovais tanto próprios quanto de outros presos, em troca de alimentos, cigarros, etc. Essa prática é uma das diversas formas de “trabalho” dentro do sistema carcerário, embora não contabilize para a remissão da pen, mas os ajuda a “sobreviver” ali. Este módulo possui pé direito de 4 metros e possui ventilação direta da fachada vazada, para que, com o auxílio de ventos e calor oriundo do sol, seja possível secar as peças molhadas.

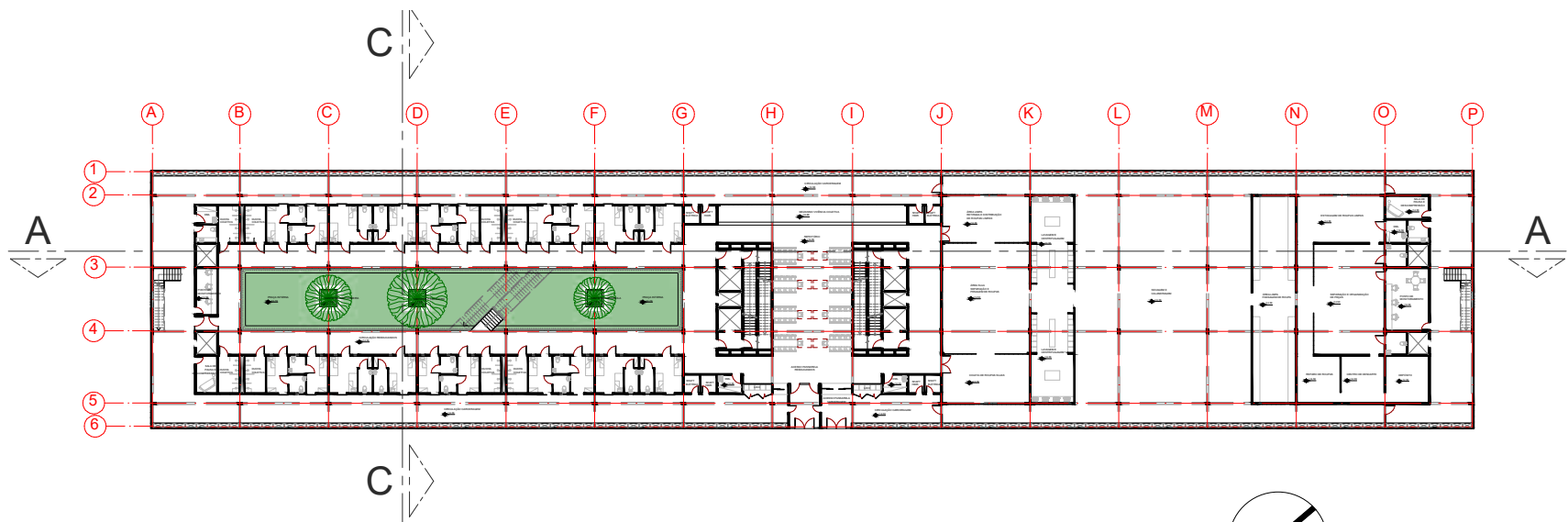


Figura 87: Planta do 4º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

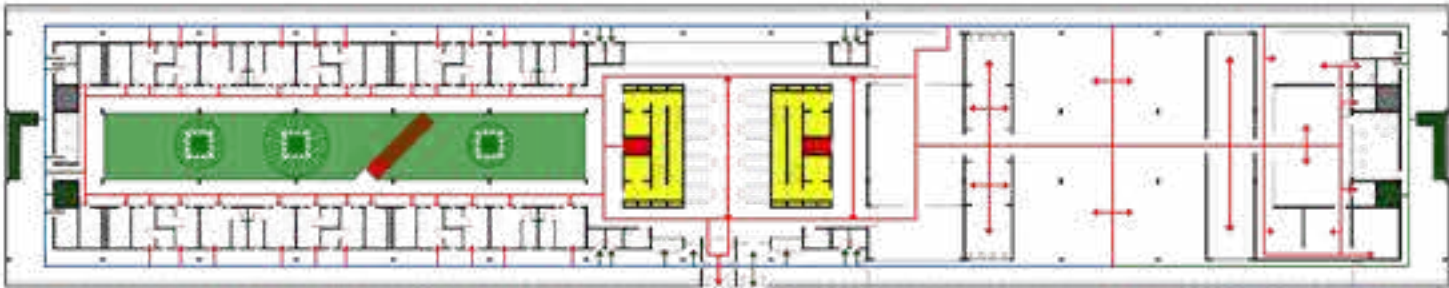
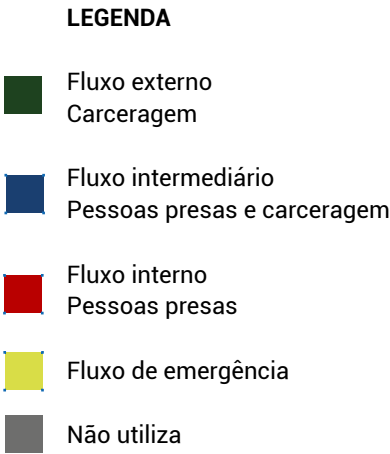
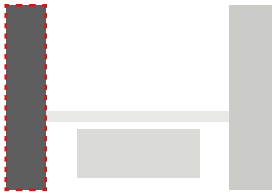


Figura 88: Diagrama de fluxos - 4º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750



A circulação que beira as quatro fachadas do edifício são de uso exclusivo da carceragem, salvo a entrada e retirada de indivíduos presos para realização de entrevistas, audiências, transferências, etc. Além disso, em cada ponta do pavimento há uma sala de descanso e desconpressão, para auxiliar no apoio psicológico dos funcionários que estão diretamente em contato com pessoas cumprindo pena por crimes de diversas naturezas, como assassinato e estupro de menores e pessoas vulneráveis.

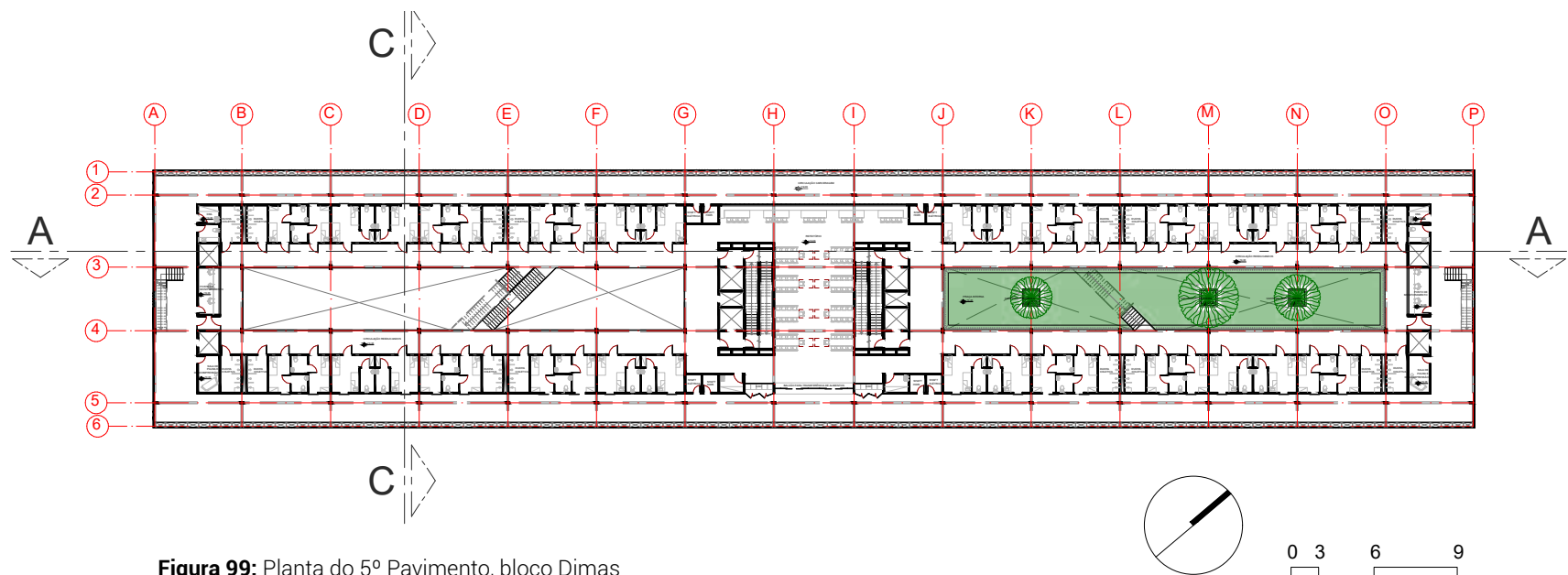


Figura 99: Planta do 5º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

- LEGENDA**
- Fluxo externo
Carceragem
 - Fluxo intermediário
Pessoas presas e carceragem
 - Fluxo interno
Pessoas presas
 - Fluxo de emergência
 - Não utiliza

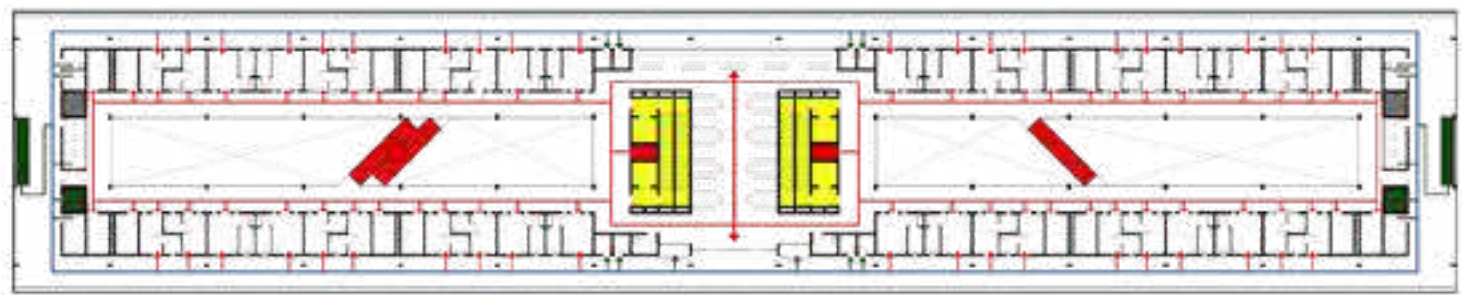


Figura 100: Diagrama de fluxos - Módulo de Alojamento Penal, bloco Dimas
Escala: 1:750

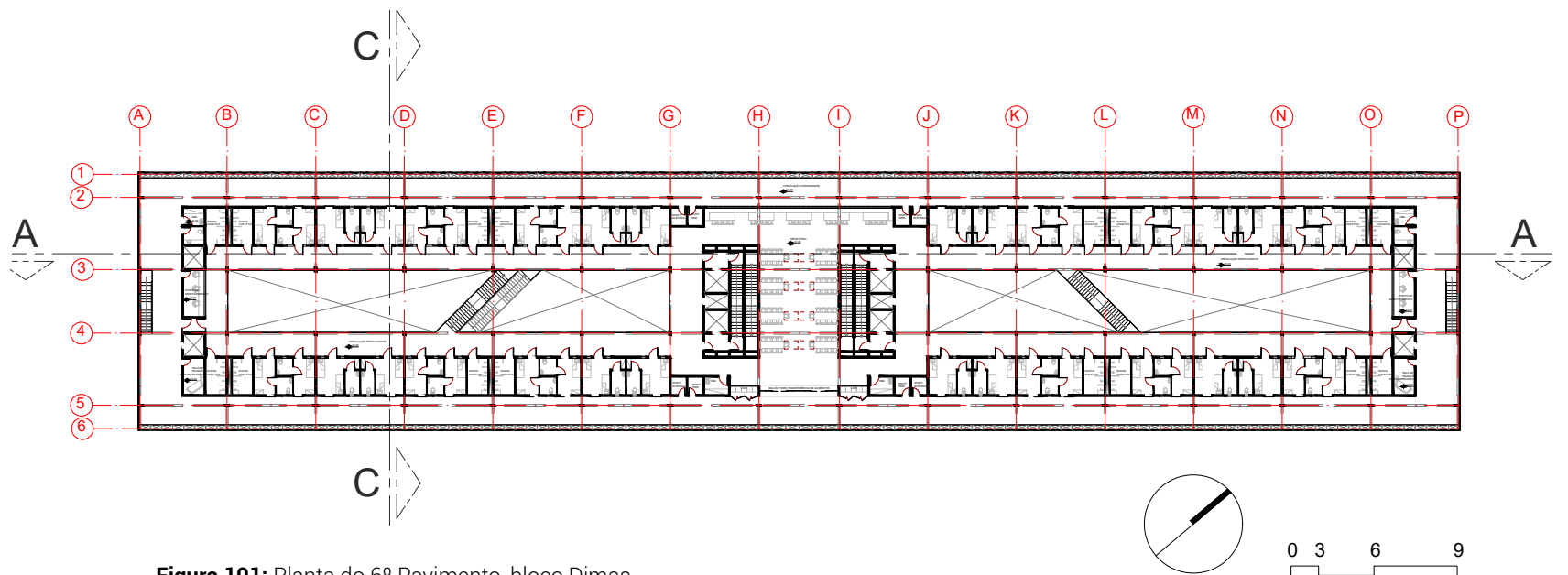
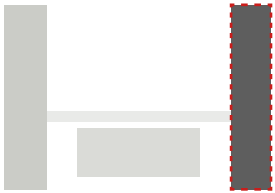


Figura 101: Planta do 6º Pavimento, bloco Dimas
Escala: 1:750

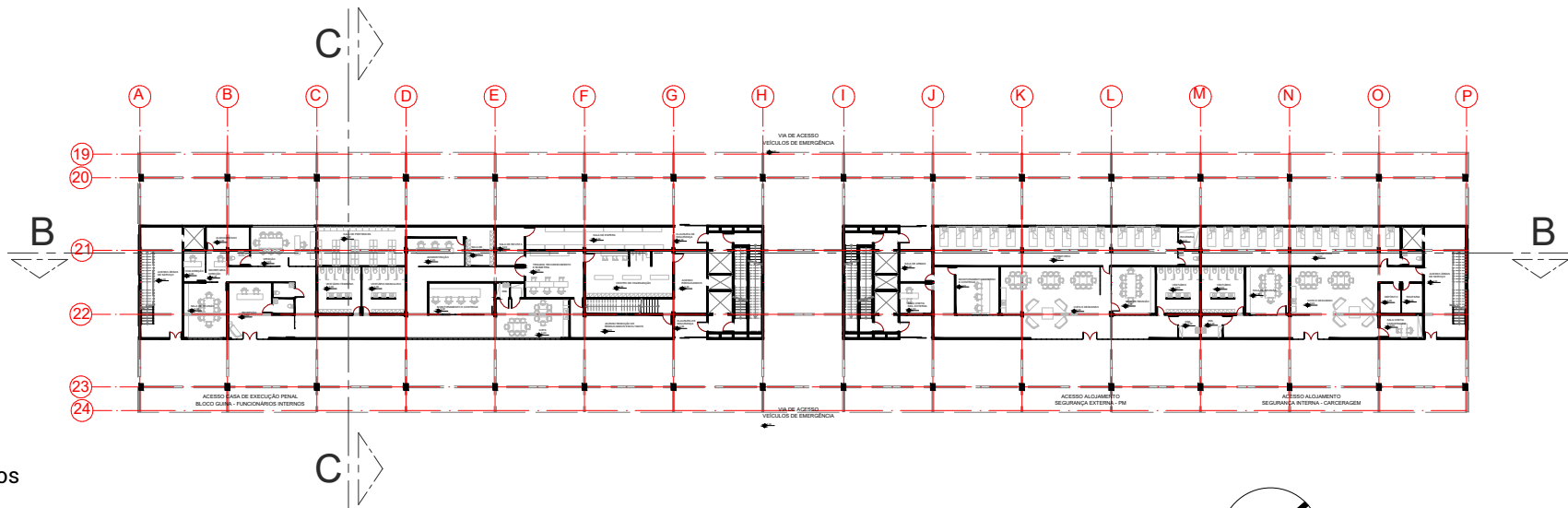


5.7 BLOCO GUINA

O grupo de Rap paulista Racionais Mc's define na música "Tô ouvindo alguém me chamar" o homem intitulado como Guina um bandido "sangue frio" e sem piedade que, com o dinheiro oriundo do crime, ostentava roupas, dinheiro e mulheres, inspirando muitos a seguirem o mesmo caminho que ele. Na poesia cantada, Mano Brown destaca que o Guina revela uma vez que "não sabe bem oque é amor", e que sua infância foi humilhante e sofrida, devido a pobreza e família desestruturada. Brown complementa ainda que Guina "tinha um certo dom pra comandar, tipo linha de frente em qualquer lugar. Tipo condição de ocupar um cargo bom e tal, quem sabe em uma multinacional. [...] Pensando bem, que desperdício... Aqui na área, acontece muito disso: inteligência e personalidade mofando atrás das grades" (trecho adaptado da música Tô Ouvindo Alguém me Chamar, Racionais Mc's). Assim, este volume carrega o título de Guina, como representação dos muitos potenciais desperdiçados dentro do sistema carcerário.

O térreo deste bloco dá enfoque no serviço administrativo do complexo, além do recebimento da pessoa presa de transferências de penitenciárias ou de Centros de Detenção Provisória (também conhecido popularmente como 'presídios', os espaços que alojam o réu ainda não foi condenado).

Além disso, há também dois alojamentos: um destinado à guarda externa (que pode ser ocupado também pela Polícia Militar) e outro destinado aos funcionários da Carceragem.



LEGENDA

- Fluxo externo 1 - Funcionários internos e externos [funcionários e visitantes]
- Fluxo externo 2 - Funcionários externos fixos
- Fluxo externo 3 - Carceragem
- Fluxo intermediário Pessoas presas e carceragem
- Fluxo interno Pessoas presas
- Fluxo de emergência
- Não utiliza

Figura 102: Planta do Pavimento Térreo, bloco Guina
Escala: 1:750

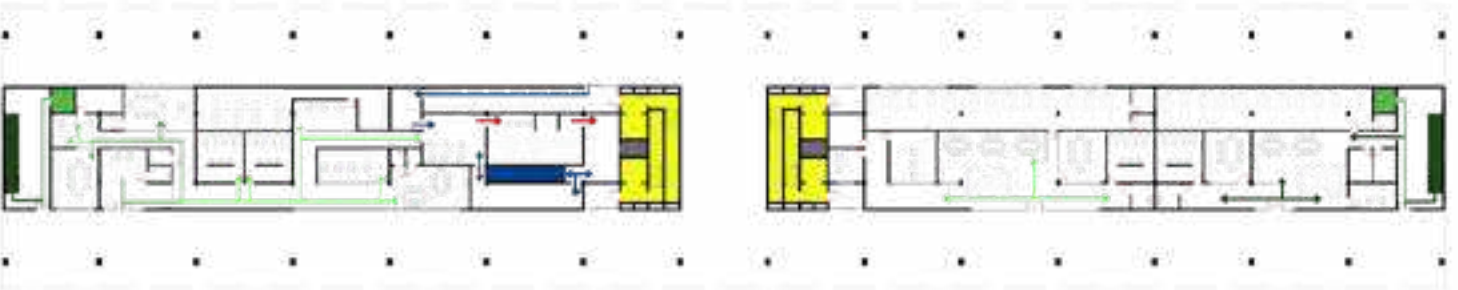
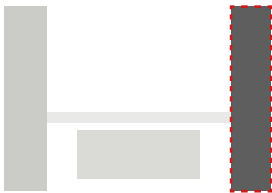


Figura 103: Diagrama de fluxos - Pavimento Térreo, bloco Guina
Escala: 1:750



Assim como o bloco Dimas, o primeiro pavimento do bloco Guina é destinado às áreas técnicas do edifício, também com reservatórios, sistemas elétricos e hidráulicos separados afim de garantir uma manutenção mais precisa.

O cálculo de reservatório de água que definiu a metragem cúbica de todos os reservatórios do complexo penal se deu por meio dos dados da população do bloco Guina (somando detentos e uma quantidade estimada de funcionários), considerando a reserva de emergência e dois dias de reserva. Dessa forma, somente um reservatório de 132m³ seriam o suficiente para abastecer cada um dos volumes edificadas, entretanto, foi representado em projeto essa metragem cubica para cada pavilhão em ambos os edifícios afim de resguardar o espaço, caso o cálculo preciso pudesse atingir quantidade semelhante para cada pavilhão, já que seria necessário um cálculo rigoroso para estipular a quantidade ideal e necessária de água para reserva e evitar situações de racionamento de água, como é comum a ocorrência em diversas penitenciárias paulistas.

O Centro de Drenagem de Águas Pluviais busca captar, armazenar e reutilizar a água oriunda da chuva, buscando a eficiência do consumo de água para os edifícios do complexo.

As Salas de Manutenção e Reparos é um item obrigatório que o Ministério Público solicita no documento de Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal, e é utilizada para o gerenciamento da área técnica e para suporte dos pavimentos superiores.

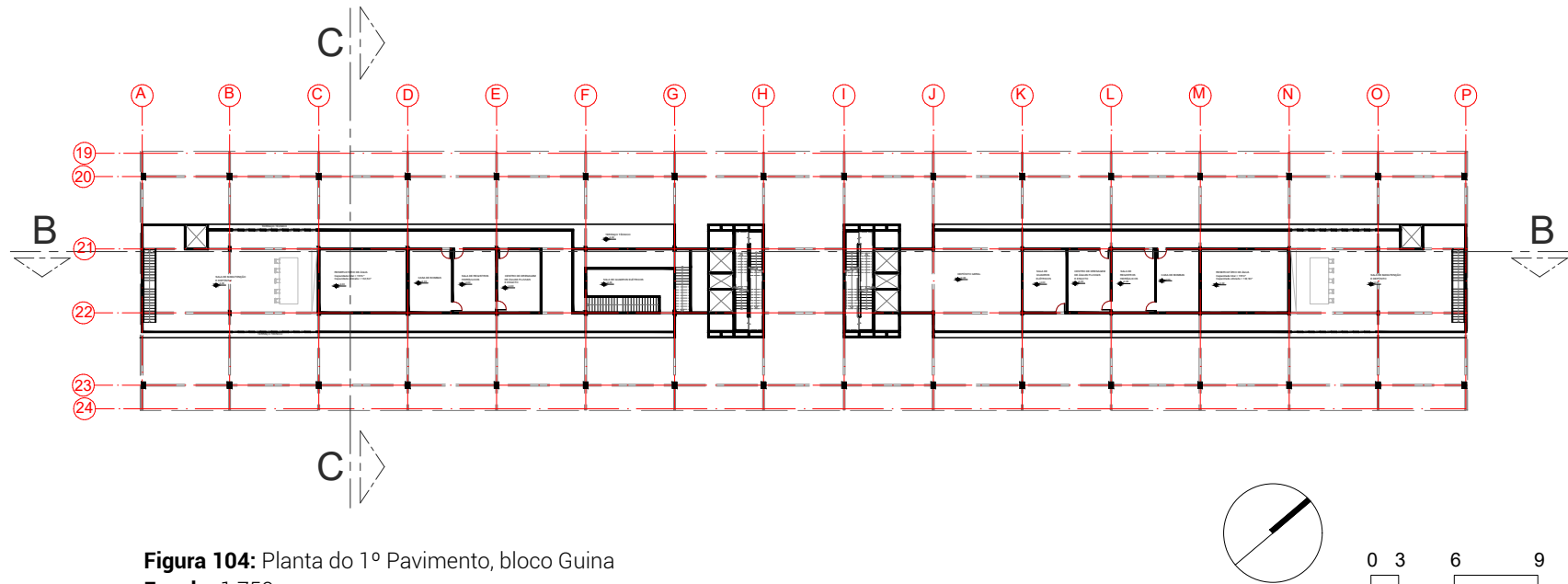


Figura 104: Planta do 1º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

LEGENDA

-  Fluxo externo
Funcionários internos
-  Fluxo intermediário
Pessoas presas e carceragem
-  Fluxo interno
Pessoas presas
-  Fluxo de emergência
-  Não utiliza

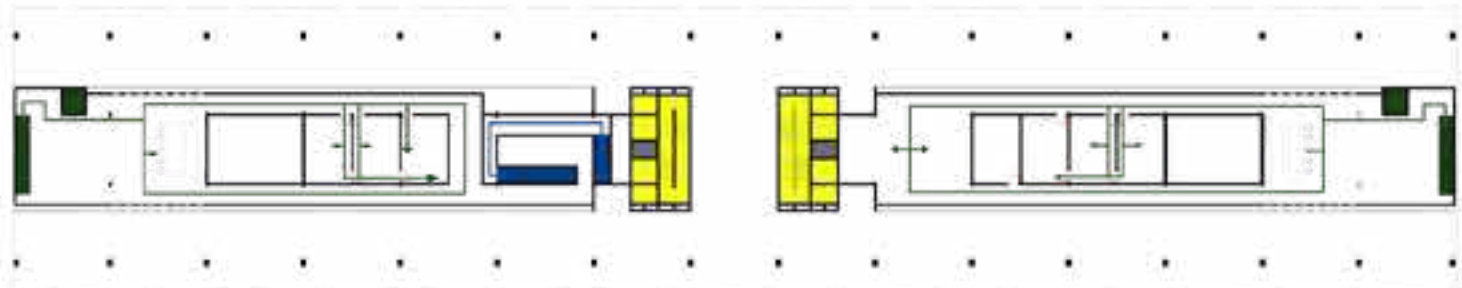


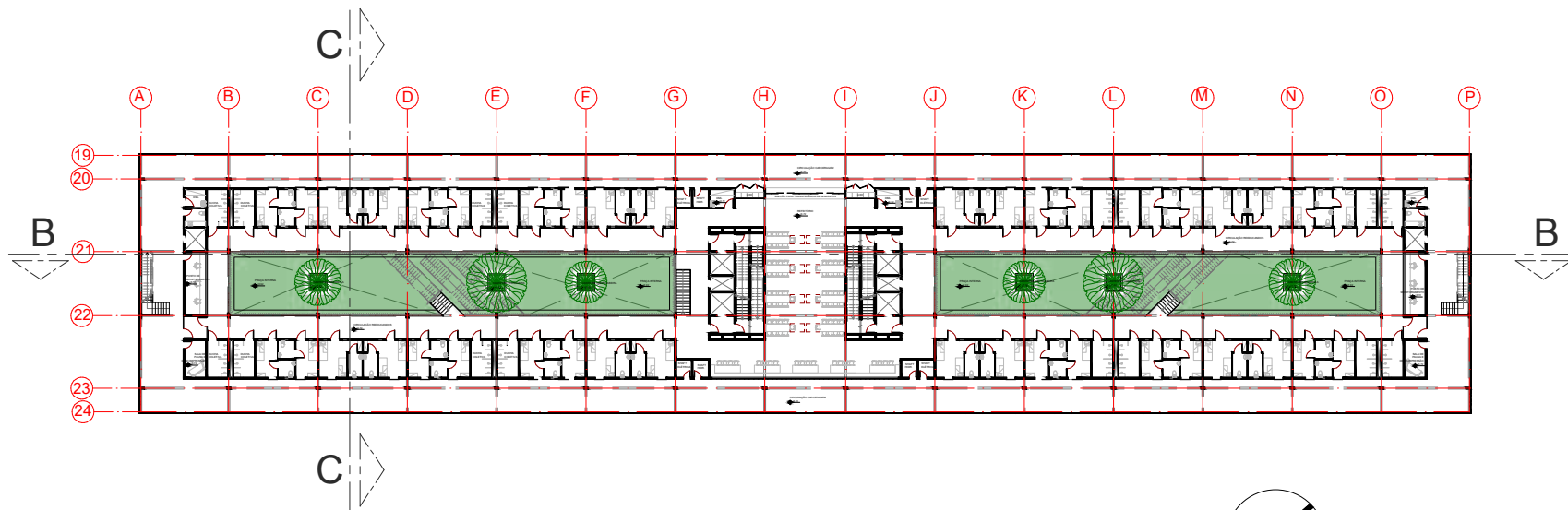
Figura 105: Diagrama de fluxos - 1º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750



O 2º pavimento é formado pelas celas de triagem. Elas são responsáveis por receber todas as pessoas presas recém-chegadas ao complexo. Estes recém-chegados podem permanecer nesse módulo por semanas, em alguns casos, a variar da situação de superlotação da penitenciária, onde aguardam o remanejamento para uma cela definitiva nos pavimentos superiores ou no bloco Dimas. Com o intuito de se resguardar dessa possibilidade, o pavimento conta com toda a infraestrutura necessária para a vivência coletiva.

Idêntico aos pavimentos de alojamento penal dos pavimentos superiores e do bloco Dimas (com exceção da quantidade de escadas, elevadores e localização das praças internas), o desenho do pavimento conta com refeitórios que comportam 100% da população do pavimento em 2 turnos de rodízio. Além disso, o refeitório possui um balcão de transferência de alimentos, promovendo a segurança dos funcionários e detentos. Os Depósitos de Materiais de Limpeza estão disponibilizados na planta de forma que haja um DML de utilização interna das pessoas presas, um para cada pavilhão (já que também são os próprios encarcerados que realizam a limpeza do complexo) e outro DML para os funcionários internos e carcereiros. Há pelo menos um DML interno e externo em cada pavimento, afim de promover a democratização de acesso à limpeza.

A escada que conecta o Centro de Recebimento e Triagem da Pessoa Presa no térreo ao 2º pavimento é a única que proporciona acesso direto por dentro do setor interno. Por isso, Essa escada possui clausura de proteção no 2º pavimento e sistemas de travamento de portas nos pavimentos inferiores.



LEGENDA

- Fluxo externo
Carceragem
- Fluxo intermediário
Pessoas presas e carceragem
- Fluxo interno
Pessoas presas
- Fluxo de emergência

Figura 106: Planta do 2º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

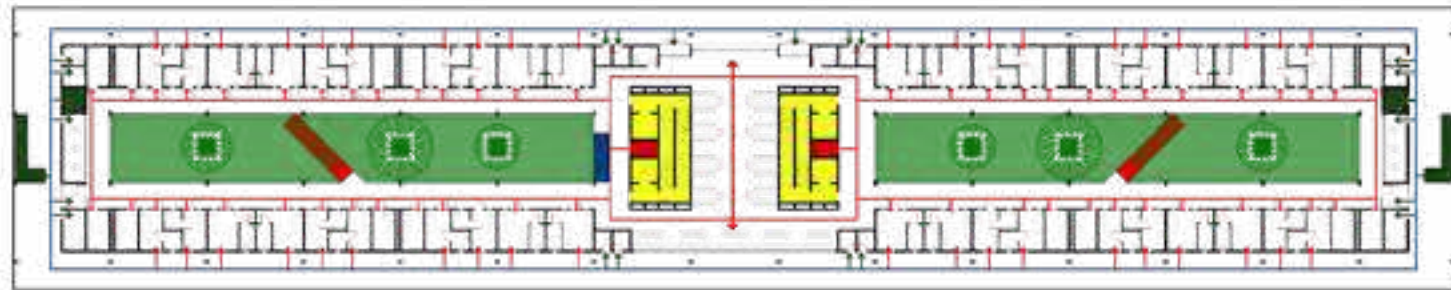
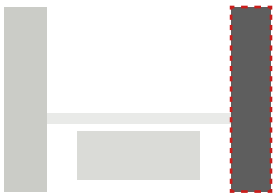


Figura 107: Diagrama de fluxos - 2º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750



O terceiro pavimento abriga a Cozinha que onde ocorre o trabalho em conjunto de agentes militares e pessoas presas para a elaboração das refeições diárias dos detentos.

O Módulo de Tratamento Penal é composto por duas células de saúde: uma enfermaria estruturada para atender aos primeiros-socorros como suturas e curativos, além das celas de observação e de internação provisória, onde o paciente aguarda a transferência para um hospital autorizado a receber pessoas presas - o Conjunto Hospitalar do mandaqui, por exemplo, é uma das principais unidades de saúde de São Paulo a receber e tratar de pessoas presas, principalmente as detentas da Penitenciária Feminina da Capital, no Carandiru. Além disso, também há 3 celas para internamento compulsório para o tratamento de dependentes químicos. Atrelado a isso, o módulo também possui um pequeno laboratório de diagnóstico e consultórios médicos para fazer o acompanhamento da saúde dos detentos da mesma forma que as pessoas utilizam UBS e AMAs, pelo SUS. Essa infraestrutura tem como objetivo identificar, mapear e breca o surgimento e proliferação de doenças que não raro acometem a população carcerária brasileira, como Tuberculose, sarna e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). (VARELLA, 1999).

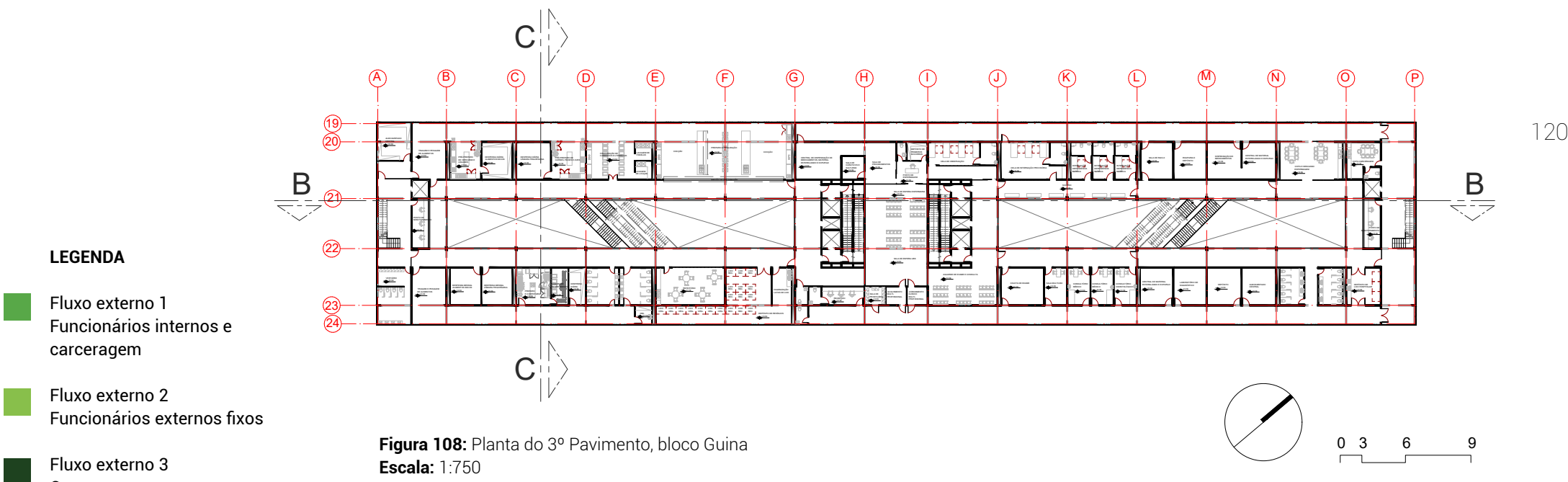
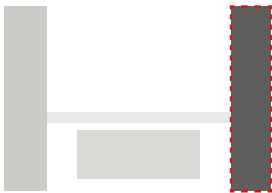


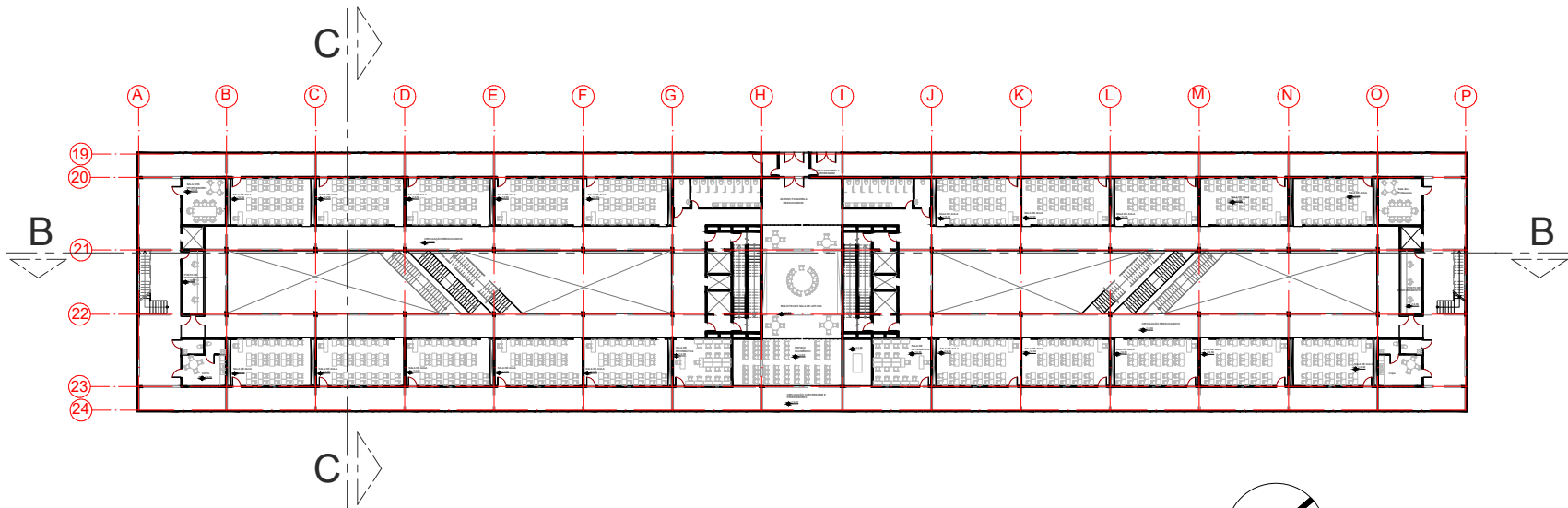
Figura 109: Diagrama de fluxos - 3º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750



Situa-se no 4º pavimento todas as atividades educativas do complexo. Composto por 20 salas de aula que comportam de 25 a 28 alunos cada uma, o módulo educacional tem propriedade para atender toda a demanda educativa em apenas um turno diário, tornando optativa as aulas em horários alternativos. Esse atendimento a 100% da população carcerária no sistema de ensino promove a distribuição igualitária do acesso ao ensino básico. Além disso, atender todos as pessoas presas em apenas um período faz com que elas possam conciliar estudo com trabalho, seja nas oficinas lavanderia, cozinha, barbearia, etc.

O layout comum de uma sala de aula no sistema carcerário é composta por uma grade que separa professores dos alunos. Entretanto, além dessa solução produzir uma interferência no campo de visão do aluno para a lousa, esse elemento segrega os espaços e define a posição hierárquica de cada um ali presente na sociedade. Para este projeto, as grades divisórias não foram utilizadas, com a premissa de que o benefício de acesso ao estudo parte, à princípio, do interesse do detento. Sem a menifestação deste desejo, o benefício não lhe é concedido. Uma vez que o interesse na educação é demonstrado, há um visível avanço na visão pessoal que o detento tem de si mesmo na sociedade e seu desejo mudança. A figura do professor vem para auxiliá-lo neste processo e, portanto, é necessário dar-lhes o benefício da dúvida para a experiência.

Sem deixar a segurança de lado, os corredores são acessados diretamente pela carceragem que, por sua vez, realizará o processo de monitoramento constante.



LEGENDA

- Fluxo externo 1
Funcionários internos e carceragem
- Fluxo externo 2
Funcionários externos fixos
- Fluxo externo 3
Carceragem
- Fluxo intermediário
Pessoas presas e carceragem
- Fluxo interno
Pessoas presas
- Fluxo de emergência

Figura 110: Planta do 4º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

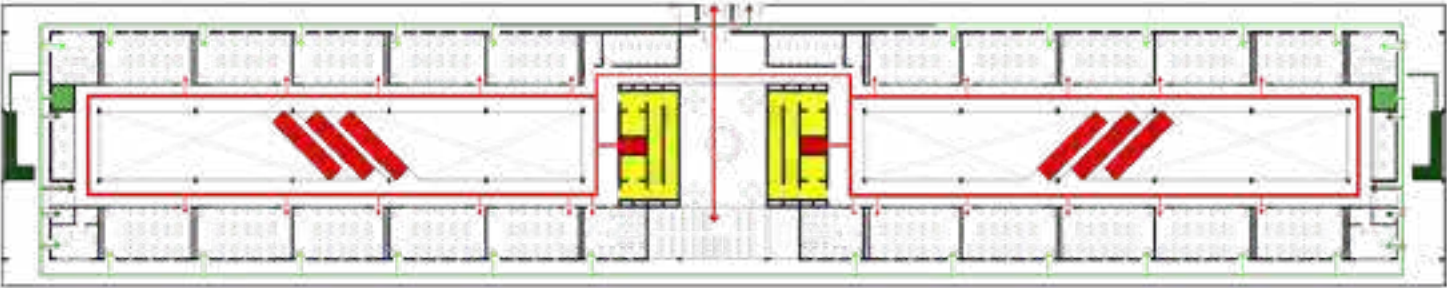
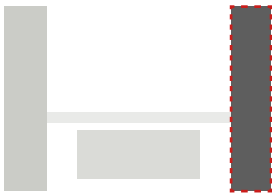


Figura 111: Diagrama de fluxos - 4º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750



Assim como o módulo educacional, o módulo produtivo que compõe o 5º pavimento é composto por 20 oficinas que também atendem 100% da população carcerária estimada (cerca de 504 pessoas presas). Essas oficinas possuem uma composição padrão, com estantes de ferramentas, uma mesa e bancos para a execução das mais diversas tarefas que utilizam a mão de obra carcerária como forma de alcançar a remissão de pena (ocorre quando as horas trabalhadas são descontadas da totalidade da pena, diminuindo assim a quantidade de tempo necessário para cumprir a pena pela qual o réu foi sentenciado).

A Sala de Carga e Descarga é utilizada de maneira que o carcereiro deposita a mercadoria no espaço e os detentos a retiram dali e executam o trabalho, Com o produto finalziado, ele é inserido novamente dentro do ambiente pelos trabalhadores e a carceragem os retira e despacha a mercadoria conforme protocolos específicos. Esse ambiente também é utilizado para o reabastecimento de ferramentas e insumos necessários para a produção.

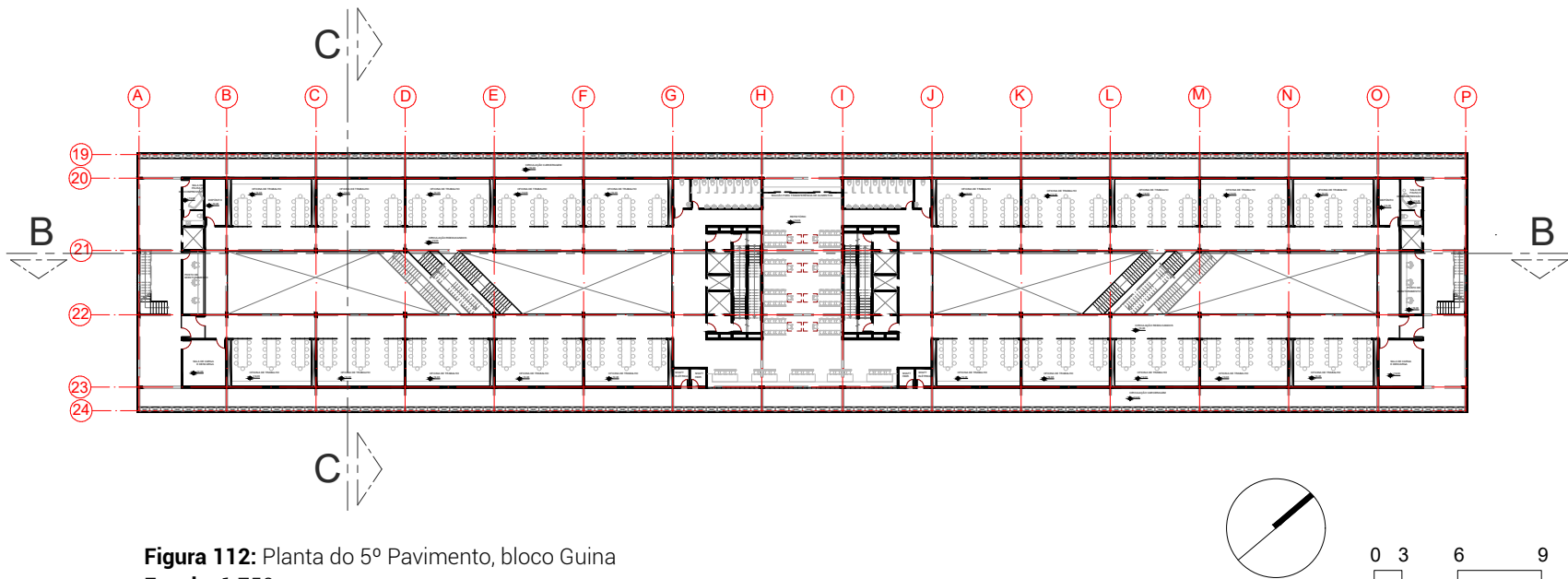


Figura 112: Planta do 5º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

LEGENDA

- Fluxo externo
Carceragem
- Fluxo intermediário
Pessoas presas e carceragem
- Fluxo interno
Pessoas presas
- Fluxo de emergência

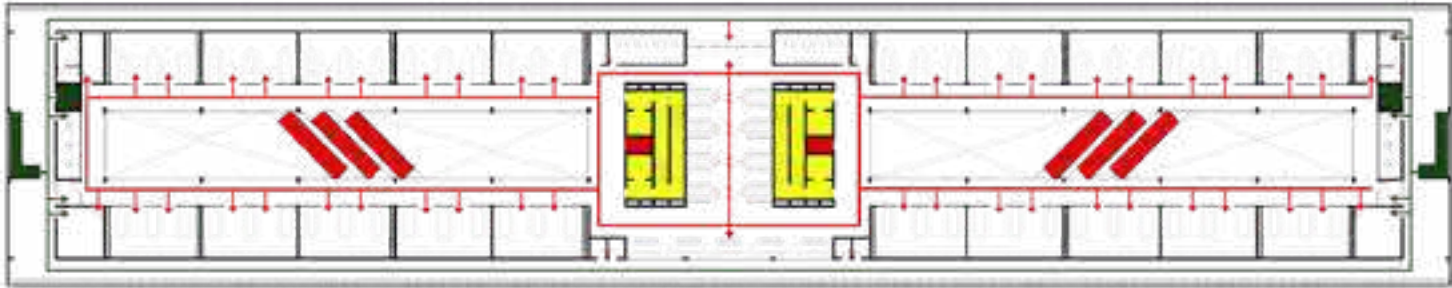
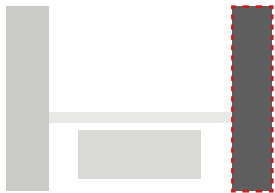


Figura 113: Diagrama de fluxos - 5º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750



Uma vez que o módulo de vivência coletiva possui as mesmas premissa de projeto, o 6º pavimento assemelha-se muito às plantas anteriores que possuem o mesmo programa de necessidades para o setor interno.

O posto de monitoramento da carceragem proporciona a privacidade e segurança tanto para os funcionários quanto para as pessoas presas. Dessa forma, a interação entre as duas partes se dá apenas em casos de urgência - onde é utilizado o acesso ao lado do posto de monitoramento para garantir um acesso rápido - e em situações de cumprimento de protocolo - neste caso, é utilizado as portas das celas voltadas para o corredor da carceragem.

Os elevadores do setor interno só poderão ser utilizados com escolta ou autorização de um agente carcerário, desde que o usuário preso apresente condições físicas que necessitam da utilização do equipamento.

Conforme cronograma diário de abertura e tranca de portas nas penitenciárias paulistas, as portas das celas que estão voltadas para a praça interna possuem trancas automáticas, de forma a serem destrancadas pela manhã, proporcionando o livre fluxo dos detentos. Em contrapartida, a porta que se volta para o corredor da carceragem possui trancas manuais, e só serão destrancadas em situações específicas.

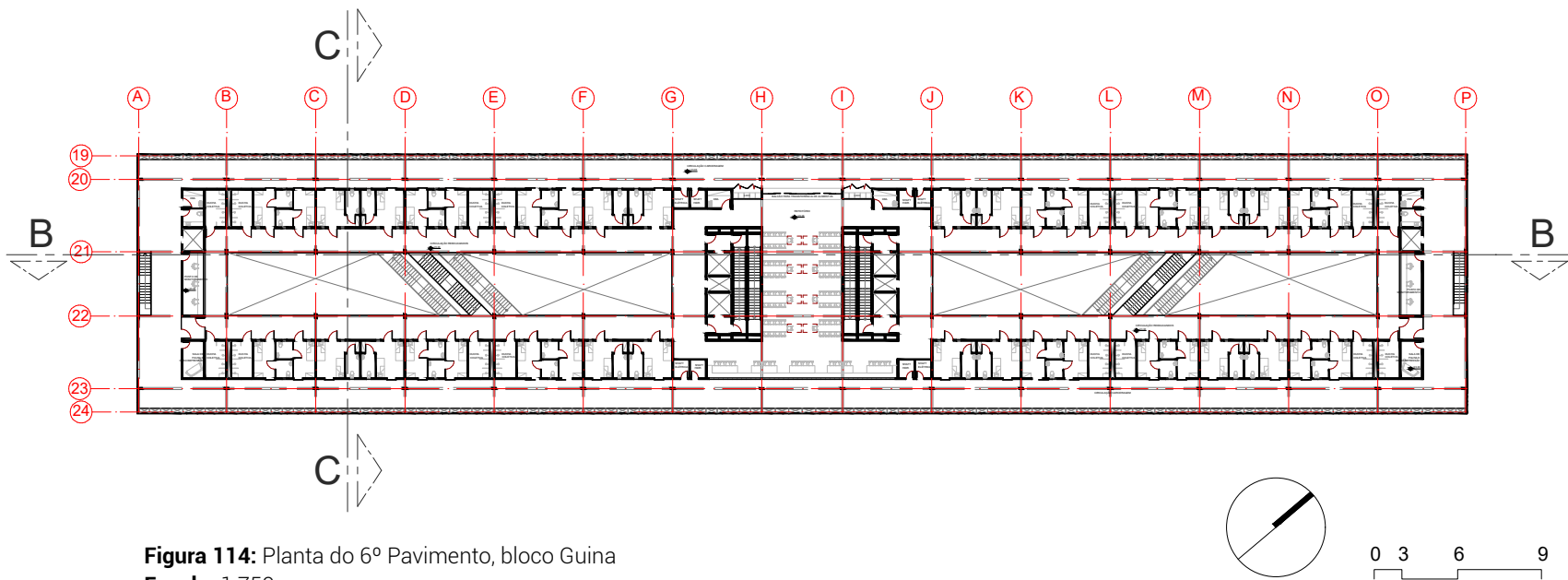


Figura 114: Planta do 6º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

- LEGENDA**
- Fluxo externo Carceragem
 - Fluxo intermediário Pessoas presas e carceragem
 - Fluxo interno Pessoas presas
 - Fluxo de emergência

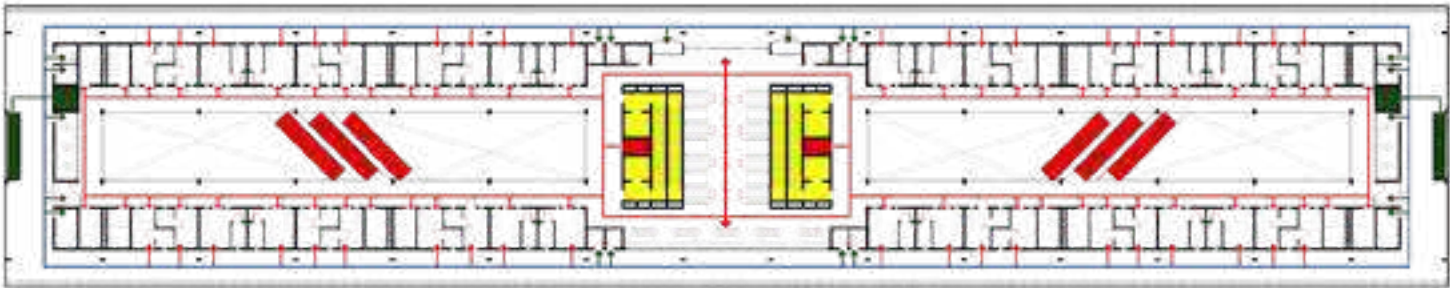


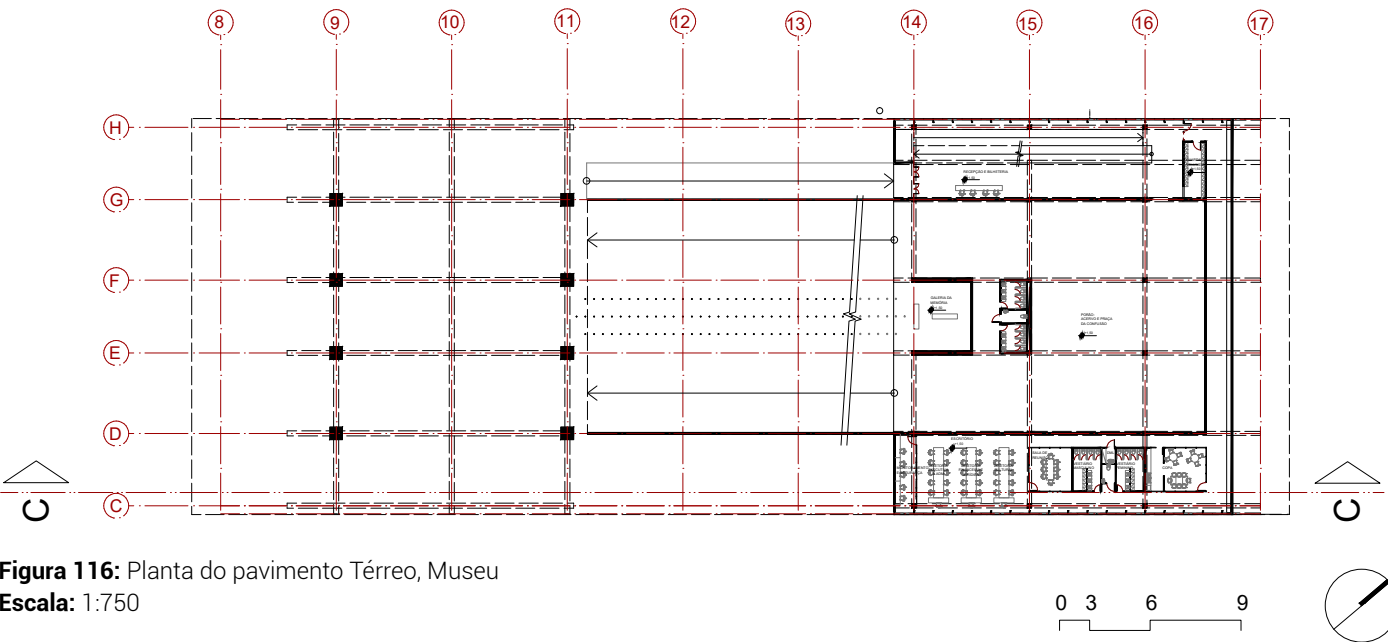
Figura 115: Diagrama de fluxos - 6º Pavimento, bloco Guina
Escala: 1:750

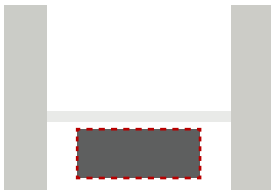
5.8. O MUSEU BRASILEIRO DA ESCRAVIDÃO

A volumetria do Museu encontra-se elevada a 1,50m do nível do solo (localizado na cota 722,47) com o intuito de provocar a sensação de flutuação na vista frontal da fachada - conceito adotado à partir da referência de partido adotado no projeto arquitetônico do Instituto Inhotim, Brumadinho-MG.

Dessa forma, o acesso ao térreo elevado se dá por meio de uma rampa com 38 metros de comprimento que liga a praça da Memória à bilheteria do Museu. Neste pavimento encontra-se a área administrativa do museu voltada para a fachada sudoeste e a área expositiva denominada como Porão, onde é possível contemplar o conjunto de acervo do museu atrelado à uma exposição audiovisual fixa denominada como Praça da Confusão. Esse conjunto consiste em observar itens históricos preservados desde a escravidão enquanto alto-falantes produzem, durante todo o tempo, sons de pessoas de diversas etnias africanas e indígenas proclamando preces, contando histórias, depoimentos e recitando poesias, cada qual em sua língua. Ao redor do acervo, há alguns totens com fones de ouvido semelhante à exposição fixa presente no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Esses totens produzem nos fones o áudio isolado de alguns dos sons proclamados no alto-falante, ainda na língua do nativo que proclama. O totem conta com recurso visual de legendas em português, inglês e espanhol. O intuito dessa exposição é causar no usuário sensações de confusão e desespero semelhante ao que os escravizados sentiram durante os trajetos dos navios negreiros da África até as Américas, onde povos de diferentes etnias conviveram nos porões destas embarcações e não conseguiam se comunicar devido às diferentes linguas.

Contudo, o início do trajeto da visita inicia-se, obrigatoriamente, no segundo pavimento do Museu e finaliza no térreo, onde há uma saída em frente à rampa de acesso ao pavimento superior.





O primeiro pavimento, acessado por uma rampa de 38 metros para vencer o desnível de 2,50m em relação ao térreo conta com um espaço destinado às exposições temporárias, recebendo o nome de "Lingua D'Água", e possui acesso às docas, localizada no bloco Dimas.

O segundo e último pavimento do programa cultural recebe o nome de Convés e abriga outras exposições fixas e possui uma visão privilegiada do pavimento inferior, exercendo a função de mirante.

Nos eixos horizontais centrais do museu, encontra-se o complexo da Memória: um conjunto de duas galerias com pé-direito duplo e triplo (uma iniciada no térreo e outra no primeiro pavimento) e o Memorial da Memória. Este último é composto por 111 correntes com algemas semelhantes às utilizadas no período da escravidão penduradas na cobertura que fecha o volume arquitetônico e que se estendem para o interior do museu, pairando à 1,50m do chão. A quantidade desses objetos faz referência ao número de mortes causada aos detentos da Casa de Detenção do Estado de São Paulo, o Carandiru. As galerias possuem paredes pintadas de branco com palavras talhadas em baixo relevo pouco legíveis mas que, quando iluminadas pela luz que entra pela abertura zenital da cobertura, o sombreamento evidencia parcialmente as palavras que representam povos indígenas e africanos, palavras do vocabulário brasileiro originárias dessas etnias, grandes nomes da luta anti-racista, etc, evidenciando a forma como "a luz ilumina a consciência".

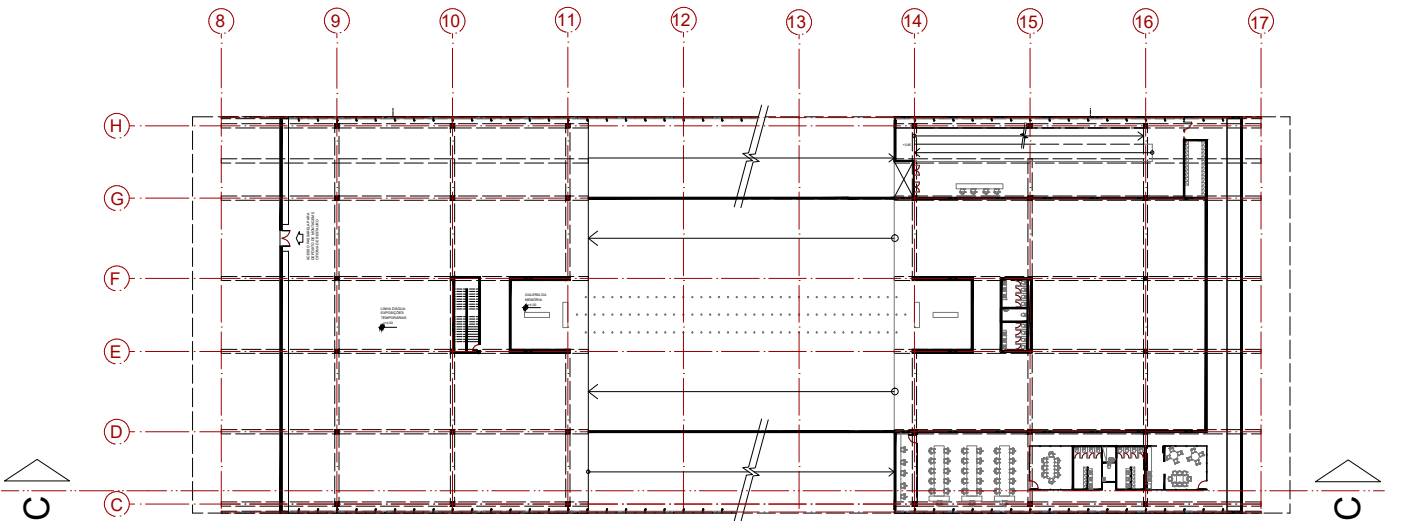


Figura 117: Planta do 1º Pavimento, Museu
Escala: 1:750

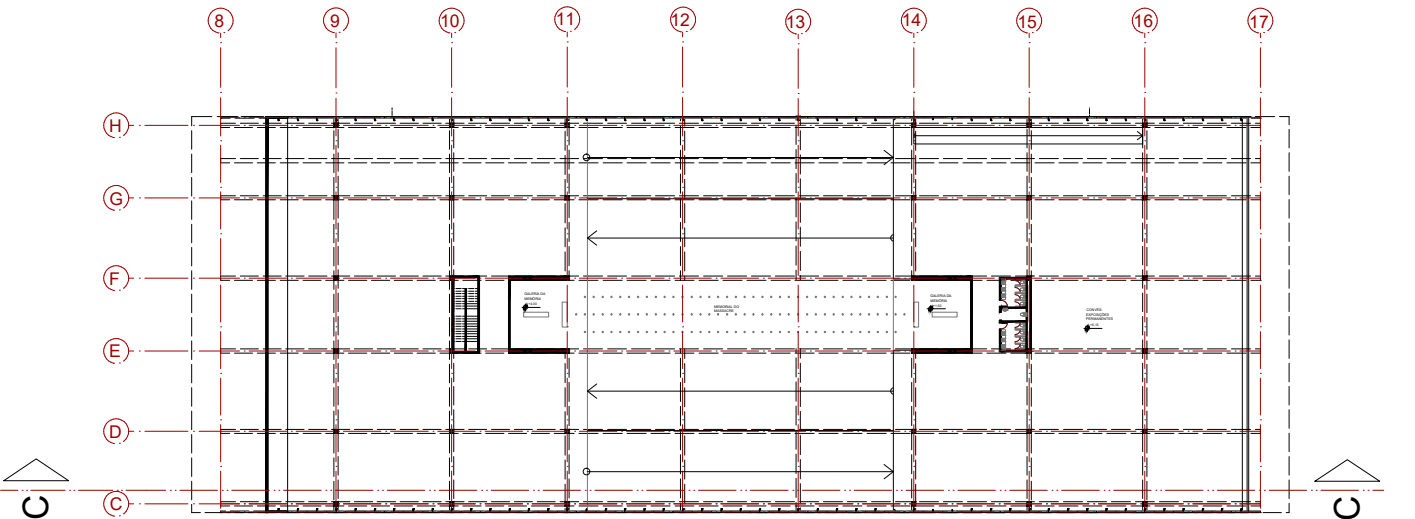
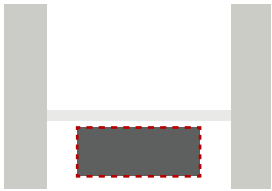


Figura 118: Planta do pavimento Térreo, Museu
Escala: 1:750



O terceiro pavimento do edifício engloba o ginásio da Casa de Execução Penal. Ele contém duas quadras poliesportivas, arquibancadas cobertas e uma área descoberta para o banho de sol. Uma vez que as paredes do Conjunto da Memória do museu se elevam até laje de cobertura, formando um paredão no pavimento do ginásio, este possui um banco que circunda as quatro paredes do retângulo com uma mureta de 50cm de largura que abriga uma horta cultivada pelos próprios presos e fiscalizada pela carceragem.

Devido os desníveis entre os pisos dos volumes penais e do museu, o acesso ao ginásio se dá pelo 4º pavimento da Casa de Execução Penal - sendo o único piso a estar alinhado em todos os volumes - por meio da passarela. Os usuários adentram a um mesanino de estrutura metálica elevado em 4 metros do pavimento inferior e deslocam-sem por meio das rampas e e escadas. Essa solução permite que o mezanino seja utilizado como "camarote" em dias de competições esportivas realizadas pelas pessoas presas. O conjunto de pavimentos também conta com espaço para exercício e musculação.

A laje do 3º pavimento possui o tratamento acústico necessário pra evitar que o ruído causado pela prática de esportes transpasse para o Museu, no pavimento inferior.

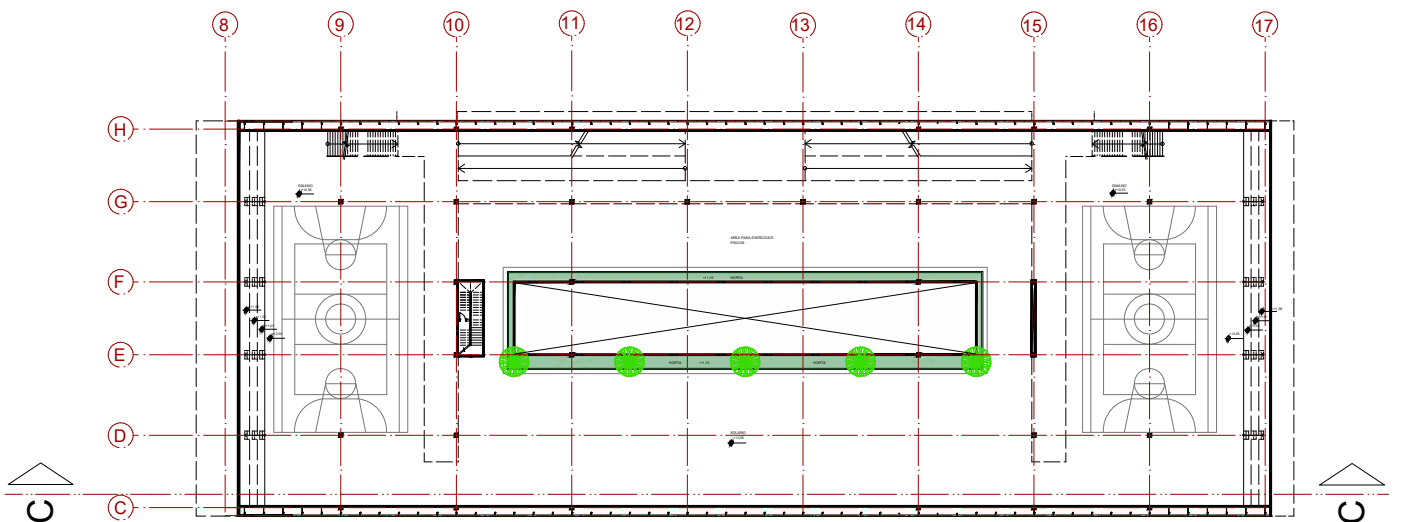


Figura 119: Planta do Ginásio, 3º Pavimento Museu
Escala: 1:750

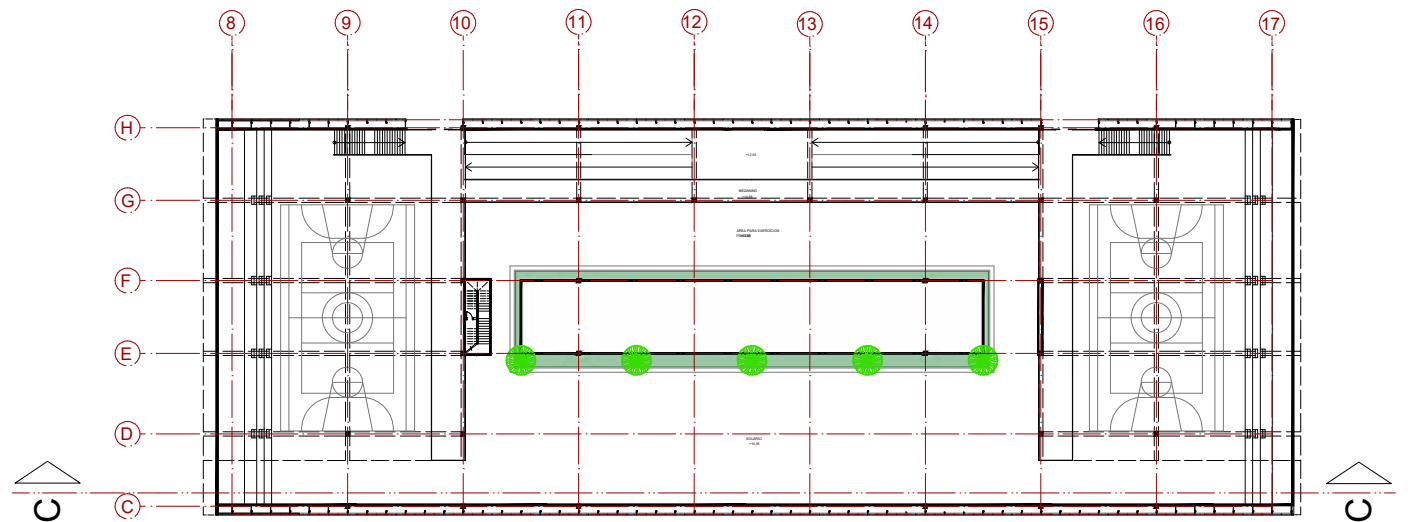


Figura 120: Planta do pavimento Térreo, Museu
Escala: 1:750

5.9 AS CELAS

O documento de “Diretrizes básicas para arquitetura penal” solicita que sejam elaboradas celas coletivas e individuais para o alojamento de pessoas privadas de liberdade, para abrigar presos em condições especiais de detenção. Entretanto, a decisão final de projeto se baseia em projetar duas tipologias de celas coletivas e nenhum individual, incentivando a integração e otimizando espaços.

Foram elaboradas duas tipologias de celas com lavabo:

- Cella para 4 detentos = 18,22m²
- Cella para 2 detentos = 13,53m²

O layout das celas apresenta uma disposição de mobiliário que impede a inserção de novas camas, realizando o controle de superlotação nos alojamentos. O espaço conta com um sanitário acessível sem chuveiro e beliches em estrutura de concreto, conforme diretrizes estipuladas pelo Ministério Público. (BRASIL, 2011).

Com o intuito de promover ventilação cruzada natural para os dormitórios e sanitários, foram especificadas janelas basculantes em policarbonato alinhadas na parede interna da cela e cobogós cerâmicos na parede externa, trazendo privacidade para os usuários do espaço.

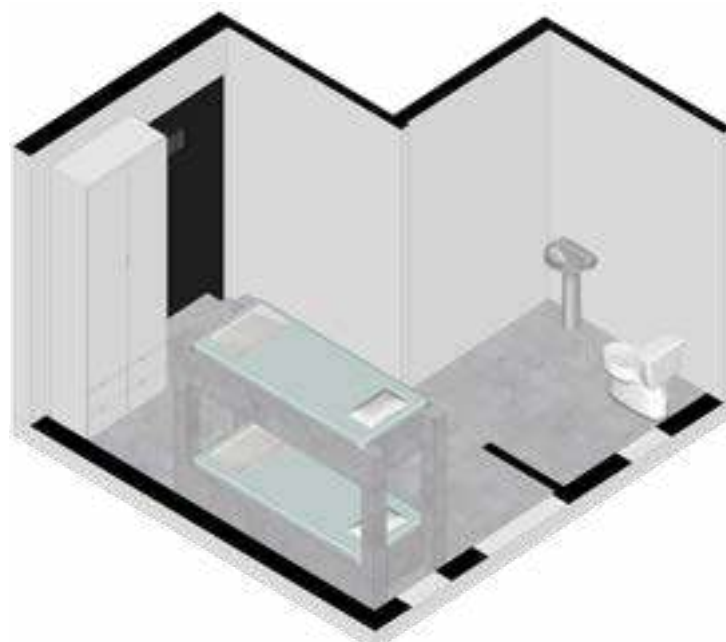


Figura 122: Volumetria da cela para 2 presos
Escala: sem escala, autoral



Figura 121: Volumetria da cela para 4 detentos
Escala: sem escala, autoral

5.10 MATERIALIDADE

Os materiais escolhidos para a composição das fachadas buscam produzir um diálogo entre volumes, reforçando a linearidade entre os contextos do projeto.

A fachada da Casa de Execução Penal é composta por uma paginação de tijolinhos de barro em 4 tonalidades de marrom e laranja que, através do jogo de cheios e vazios, formam um desenho de grafismo indígena Tupi Guarani Mbya nas quatro faces dos dois blocos penais gerando iluminação natural e ventilação permanente para dentro dos edifícios. O tijolinho também é utilizado nas paredes internas do Museu Brasileiro da Escravidão, representando a ideia de que “um está inserido no subconsciente do outro”.

A fachada do museu, por sua vez, traz a transparência do vidro duplo laminado em toda a extensão de 132 metros de fachada e é complementada por adesivos que formam o seguinte verso da canção “Sangue Latino”, do grupo Secos e Molhados: “Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos Meu sangue latino, minha alma cativa.”

A estrutura e paredes das fachadas em ângulo do museu são feitas de concreto armado, bem como o sistema estrutural principal dos blocos Dimas e Guina e todos os pisos dos pavimentos são executados diretamente no contrapiso, recebendo todo o tratamento adequado de polimento e impermeabilização, deixando-o com aspecto de cimento queimado, reduzindo os custos de revestimento.

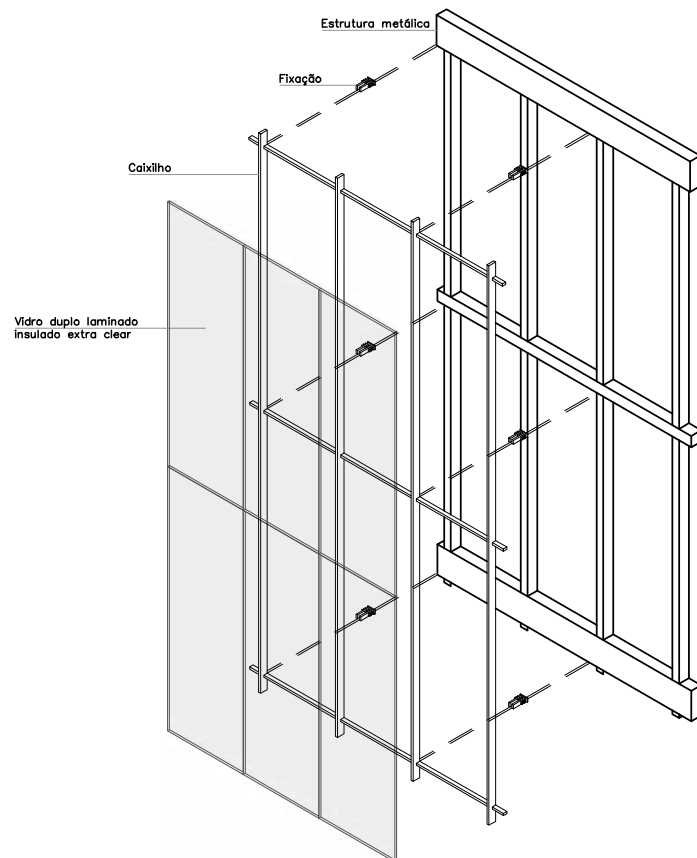


Figura 123: Diagrama esquemático da fachada do museu

Escala: sem escala

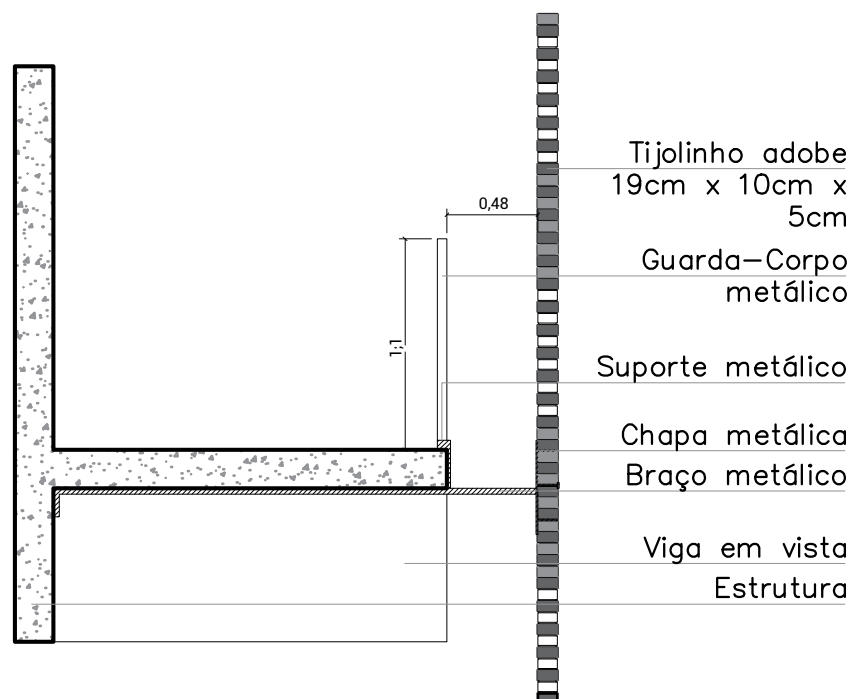


Figura 124: Detalhamento de fachada - Casa de Execução Penal

Escala: sem escala

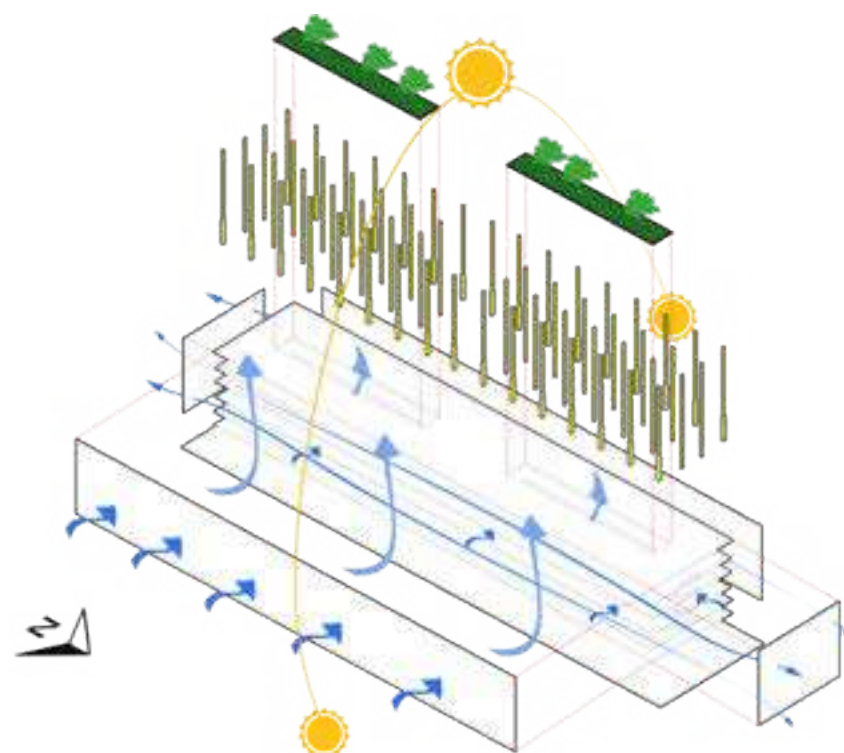


Figura 125: Diagrama de materialidade e insolação- Casa de Execução Penal

Escala: sem escala

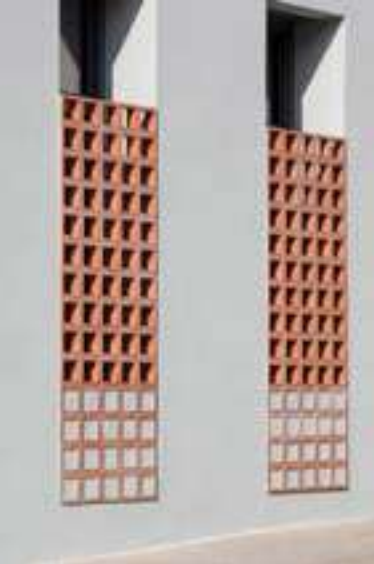


Figura 126: Cobogó
Fonte: Reforma habitacional em Montcada, Archdaily



Figura 127: Escada em chapa microperfurada
Fonte: Casa Chester, Archdaily



Figura 128: Portão em chapa microperfurada
Fonte: Kanopi Bandung



Figura 129: Escada vazada
Fonte: Dona de Casa Criativa



Figura 130: Fachada Curtin University Midland Campus
Fonte: Archdaily



Figura 130: Fachada IMS
Fonte: Andrade Morettin Arquitetos

Como composição visual, a materialidade busca atenuar a sensação de enclausuramento causada pela privação da liberdade em detrimento do cumprimento da pena dos indivíduos. Nesse sentido, o ambiente construído impacta diretamente no psicológico humano, liberando estímulos mentais que podem ser positivos ou negativos para o bem-estar humano.

Dessa forma, a primeira decisão na especificação de materiais consiste em substituir as grades das celas, portões e similares por chapas expandidas microperfuradas, que exerce a mesma função de separação de ambientes e segurança que as grades, minimizando o aspecto de prisão e gerando maior conforto e identificação com os usuários. Esse material também é aplicado nas escadas internas utilizadas pelos detentos.

Os materiais de barro e cerâmica buscam trazer cor de forma natural para os ambientes, que contrasta com a cor fria do concreto polido no piso. Além disso, a cor terracota dos tijolinhos e cerâmicas faz alusão das terras americanas, do sangue latino e do principal símbolo do Brasil: o tronco da árvore Pau-Brasil.

Figura 132: Perspectiva ilustrada da fachada noroeste do bloco Dimas
Escala: sem escala



6. A CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo projetar uma penitenciária-modelo seguindo as “Diretrizes básicas para arquitetura penal”, documento oficial do Ministério Público e dimensionando os espaços com premissas arquitetônicas capazes de oferecer recursos suficientes para reestabelecer o indivíduo encarcerado e facilitar sua reinserção na sociedade após o cumprimento de sua pena. Não obstante, o projeto busca demonstrar que as edificações penais existentes em São Paulo não seguem as exigências estabelecidas pelo governo e que, por isso, podem ser uma das principais causas da dificuldade em alcançar sucesso no processo de reinserção social dos detentos na sociedade e garantir o reestabelecimento de sua dignidade, moral, social, econômica e psicológica. O silenciamento que circunda essa pauta produz na sociedade um desconhecimento dos direitos e deveres de pessoas presas enquanto indivíduos cidadãos. A violência silenciosa que ocorre dentro do sistema penal faz da pessoa encarcerada o bode expiatório do racismo estrutural existente na sociedade brasileira.

A abordagem do tema no campo da Arquitetura e Urbanismo busca demonstrar o que é possível fazer para atenuar as consequências, entendendo que ainda que seja um problema de Segurança Pública, a Neuroarquitetura pode auxiliar na reestruturação psicológica e social dos detentos, oferecendo espaços coerentemente projetados buscando a saúde mental do homem encarcerado, enquanto ser humano. A falta de referências de projeto sobre o tema gerou limitações referente aos tipos de uso de determinados espaços e entendimento completo de fluxos e rotina. Para contornar isso, foi utilizado como base os relatos de ex-presidiários recém-libertos. Suas experiências profissionais enriqueceram as possibilidades de projeto para os espaços, uma vez que o público-alvo foi utilizado para expressar o que é importante ser melhorado e se isso era importante para sua evolução pessoal.

Ainda que tenha sido possível elaborar uma espécie de Masterplan que representa o modo ideal de reproduzir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério Público, ainda é necessário o aprofundamento do tema e o levantamento de discussões acerca do tópico “Arquitetura Penal”, já que o sistema carcerário não é um assunto apartado do cotidiano, mas ainda é pouco enxergado propositalmente para que o sistema possa continuar sendo falho. A abordagem do tema vem para evidenciar essa desigualdade e violência e promover uma comoção no campo da Arquitetura Social e Urbanismo, de forma a elaborar estudos que possam auxiliar a busca por soluções coerentes e humanas para um dos eixos principais que sustentam a cultura estruturalmente racista do país.

“
E quando acabar essa canetada
A bala vai comer, alguém aqui vai sorrir,
Alguém aqui vai chorar
E gritar: Favela Vive
Ou: Eu não consigo respirar
”

- Favela Vive 4, ADL part. MC Cabelinho, Edi Rock,
Kmila CDD, Orochi e Cesar MC.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

81% dos presídios do estado de São Paulo estão superlotados, aponta Defensoria. G1, 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/01/81percent-dos-presidios-do-estado-de-sp-estao-superlotados-aponta-defensoria.ghtml>> Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

Avenues: The World School. Aflalo / Gasperini Arquitetos. Disponível em: < <https://aflalogasperini.com.br/avenues-the-world-school/> >. Acesso em: 28 de março de 2023.

BASULTO, D. **Zollverein escola de gestão e design / SANAA.** Archdaily, 2010. Disponível em: <https://www.archdaily.com/54212/zollverein-school-of-management-and-design-sanaa?ad_medium=gallery>. Acesso em: 3 de abril de 2023.

BORGES, J. **Encarceramento em Massa.** São Paulo: Jandaira, 2020.

BORGES, J. **Prisões: espelhos de nós.** São Paulo: Todavia, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Estatística de Execução Penal.** Brasília, maio, 2023. Disponível em: < <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=f-8f79a16-35a2-43fe-a751-34ba131ffc1f&sheet=74a59799-5069-461d-a546-91259016a931&lang=pt-BR&opt=currsel>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Painel de dados sobre as inspeções penais em estabelecimentos penais.** Brasília, maio, 2023. Disponível em: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e28debcd=15-7e4-17f-b93a9-a3ae4e3d5cd&sheet-da3c5032-89ad-48d2-8d15-54eb35561278&lang=pt-BR&opt=currsel>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Jusbrasil, 1985. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Depen divulga relatório prévio de estudo inédito sobre reincidência criminal no Brasil.** Governo do Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-divulga-relatorio-previo-de-estudo-inedito-sobre-reincidencia-criminal-no-brasil#:~:text=Conforme%20o%20gr%C3%A1fico%20a%20m%C3%A9dia,significativo%20ao%20longo%20do%20tempo>>. Acesso em: 01 maio de 2023

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal**. Governo do Brasil, 2011. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppcp/resolucoes/2011/diretrizes-basicas-para-arquitetura-penal.pdf/view>> . Acesso em: 13 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: < <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Modelos de projetos penitenciários**. Brasília, março, 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Reincidência Criminal no Brasil**. Secretaria Nacional de Políticas Criminais, 2022. Acesso em: 2 de maio de 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Psiquiatra alerta sobre necessidade de triagem dos psicopatas em presídios**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/237957584/psiquiatra-alerta-sobre-necessidade-de-triagem-dos-psicopatas-em-presidios>>. Acesso em: 28 de março de 2023.

CAMPUS UNIVERSIDADE SÃO JUDAS. SHIEH Arquitetos e Associados. Disponível em: <<https://www.shieh.com.br/CAMPUS-UNIVERSIDADE-SAO-JUDAS>>. Acesso em: 9 de abril de 2023.

CANAL FUTURA. **Diz Aí - Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra - Ep01 – Contextualização**. Youtube, 2013. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=GjuKho-G1UYU&ab_channel=CanalFutura>. Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

CANAL FUTURA. **Diz Aí - Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra - Ep03 – Polícia**. Youtube, 2013. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=bAStHndMc9Q&ab_channel=CanalFutura>. Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

CHADE, J. **Órgãos da ONU cobram Brasil por 20 anos de assassinato pela polícia**. UOL, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/21/orgaos-da-onu-cobram-brasil-por-20-anos-de-assassinatos-pela-policia.htm>> . Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

CHAPOLA, R. **Juíza escreve em sentença que homem não parecia bandido por ser branco**. VejaSP, 2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/juiza-escreve-em-sentenca-que-homem-nao-parecia-bandido-por-ser-branco>>. Acesso em 8 de janeiro de 2023.

CHAVOSO DA USP. **A 'DEMOCRACIA' NUNCA CHEGOU NA PERIFERIA | Homenagem aos mortos em Paraisópolis**. Youtube, 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PLH>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

CHAVOSO DA USP. **O APARTHEID BRASILEIRO**. Youtube, 2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=xIMrPmM1RC4&ab_channel=ChavosodaUSP>. Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

CRUZ, D. **Pelo fim da violência policial contra os negros.** UOL, 2013. Disponível em< <https://www.pstu.org.br/pelo-fim-da-violencia-policial-contr-os-negros/>> Acesso em: 01 de maio de 2023.

Dallas Holocaust Museum. OMNIPLAN. Disponível em: <<https://www.omniplan.com/work/case-studies/dallas-holocaust-museum.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

DOMENICI, T; BARCELOS, I. **Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo.** Revista EXAME, 2019. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

FARIA, A; BARROS, V. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas.** Psicologia & Sociedade; 23 (3): 536-544, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jF9zDHHrLm6pgbXhcXtZYXf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

FELTRAN, G. **Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo.** CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djgdCxjcy5w7ZfhNxkySC4G/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

FERNANDES, G. **Museu da Memória / Estudio America.** Archdaily, 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-715/museu-da-memoria-estudio-america>>. Acesso em: 29 de março de 2023.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, J; Fujita, G. **Arquitetura do Carandiru inviabilizou diálogo com presos, diz desembargador.** UOL, 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/16/arquitetura-do-carandiru-inviabializou-dialogo-com-presos-diz-desembargador.htm?app=uol-generic&plataforma=ipad>> Acesso em: 29 de abril de 2023.

GOMES, L. **Escravidão - Vol. 1.** Brasil: Globo Livros, 2020.

HUGHES, P. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: Referências para a formulação de políticas públicas.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(4): 93-102, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/spp/a/nFtYhwnhjzcTVXMzv7NWs5F/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

HUGHES, P. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(4): 93-102, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/spp/a/nFtYhwnhjzcTVXMzv7NWs5F/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

JACINO, R. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição.** Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/en.php>>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

JOZINO, J. **Em carta à justiça, preso relata que tortura na prisão o tornou criminoso**. UOL, 2023. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2023/01/08/em-carta-ao-tj-sp-preso-relata-que-tortura-no-carcere-o-tornou-criminoso.htm>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2023.

JUNIOR, Marcos Drumond. **Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica**. Saúde e Sociedade 8(1): 63-81, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/v8n1/06.pdf>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

LEMOS, A; CASTRO, D; PORTINARI, N. **Morar em favela do Rio é agravante em condenação por tráfico de drogas**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/morar-em-favela-do-rio-e-agravante-em-condenacao-por-trafico-de-drogas.shtml>> . Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(4) 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4M-P8B/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

Massacre do Carandiru completa 25 anos sem qualquer punição; fotos. Notícias ao Minuto, 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com.br/brasil/454453/massacre-do-carandiru-completa-25-anos-sem-qualquer-punicao-fotos>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

MENESES, C. **Guadajajara: 570 crianças yanomamis morreram de fome nos últimos 4 anos**. METRÓPOLES, 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/guadajajara-570-criancas-yanomamis-morreram-de-fome-nos-ultimos-4-anos>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

MOVdoc. **Guerra | PCC - Primeiro Cartel da Capital - 1ª temporada - Parte 4**. YouTube, 2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=RSDWTHNokV4&ab_channel=UOL> . Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

MOVdoc. **Gegê do Mangue | PCC - Primeiro Cartel da Capital - 2ª temporada - Episódio 1**. YouTube, 2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=CchAKj5_K7Q&ab_channel=MOVdoc> . Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

MOVdoc. **PCC: PRIMEIRO CARTEL DA CAPITAL - PARTE 1: ORIGEM**. YouTube, 2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ULyl7Zgeut8&ab_channel=UOL> . Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

MOVdoc. **PCC: PRIMEIRO CARTEL DA CAPITAL - PARTE 2: MARCOLA**. YouTube, 2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=qx9mXM0SzN4&ab_channel=UOL> . Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

MOVdoc. **PCC: PRIMEIRO CARTEL DA CAPITAL - PARTE 3: CARTEL**. YouTube, 2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=RSDWTHNokV4&ab_channel=UOL> . Acesso em: 7 de janeiro de 2023.

Neuroarquitetura: o que é, exemplos práticos e como se especializar. IPOG Blog, 2020.

Disponível em: <<https://blog.ipog.edu.br/engenharia-e-arquitetura/neuroarquitetura/#:~:text=O%20que%20C3%A9%20neuroarquitetura%3F,as%20atividades%20projetuais%20de%20Arquitetura>>.

Acesso em: 29 de abril de 2023.

NUNES, S. **BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO: A opção ideológico-institucional da política de**

segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. Tese (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11546>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

O que é neuroplasticidade e qual a sua relação com a psicoterapia? Cognitivo Blog, 2020. Disponível

em <<https://blog.cognitivo.com/neuroplasticidade/>>. Acesso: em 29 de abril de 2023.

PACHECO, I. **Carandiru não é coisa do passado: o que é exceção na verdade virou regra.** MST, 2018.

Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/10/02/carandiru-nao-e-coisa-do-passado-o-que-e-excecao-na-verdade-virou-regra/>> Acesso em: 01 de maio de 2023.

PESSOA, D. **O PROCESSO DE RETIFICAÇÃO DO RIO TIETÊ E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE SÃO**

PAULO, BRASIL. Paisag. Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158617, 2019. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/158617> >. Acesso em: 16 de abril de 2023.

Pichações no Vila Almeida intimidam moradores. R7, 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/diario-digital/pichacoes-no-vila-almeida-intimidam-moradores-08102020>>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

PM em Campinas deixa vazar ordem para priorizar abordagens em negros. G1, 2013. Disponível em:

< <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros.html#:~:text=Comando%20da%20PM%20na%20capital,foi%20'deslize%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o'.&text=O%20comando%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar,da%20cor%20parda%20e%20negra%22.>> Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

Projeto Sankofa discute as questões e relações étnico-raciais. FIOCRUZ, 2018. Disponível em: <[https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-sankofa-discute-questoes-e-relacoes-etnico-raciais#:~:text=O%20conceito%20de%20Sankofa%20\(Sanko,e%20buscar%20o%20que%20esqueceu%E2%80%9D](https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-sankofa-discute-questoes-e-relacoes-etnico-raciais#:~:text=O%20conceito%20de%20Sankofa%20(Sanko,e%20buscar%20o%20que%20esqueceu%E2%80%9D)>]

Acesso: em 03 de Junho de 2023.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós abolição como problema histórico: balanços e**

perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

SANNEH, K. **Contagem de corpos**. THE NEW YORKER, 2015. Disponível em: < <https://www.newyorker.com/magazine/2015/09/14/body-count-a-critic-at-large-kelefa-sanneh?epik=dj0yJnU9Y0RTM0Vh-VIIe3QzV1NDTXVrNmXQcmNVNIRjLVBP4mcD0wJm49Nld6UnhWaGIVZTRHTXhQNNhGWGptQS-Z0PUFBQUFBR1JMN3lj>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

SINHORETTO, J.; SCHLITTLER, M. C.; SILVESTRE, G. **Juventude e violência policial no Município de São Paulo**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/590>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

STABILE, A; CRUZ, M. T. **PMs combatem inimigo com a inscrição 'favela' durante treino em SP**. Ponte Jornalismo, 2019. Disponível em: < <https://ponte.org/pms-combatem-inimigo-com-inscricao-favela-durante-treino-em-sp/>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

SÃO PAULO. **PIU ARCO TIETÊ**. Gestão Urbana. Disponível em: < https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/ACT_PIU_SECOVI_2016-10-03.pdf> Acesso em: 25 de março de 2023

SÃO PAULO. **Unidades prisionais**. Secretaria de Administração Penitenciária, 2023. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

TINEU, R; BORGES, C. **Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo no início do século XXI: uma abordagem preliminar**. XXXI Congreso Alas. Uruguay, 2017. Disponível em: < https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/1665_rogerio_tineu.pdf>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

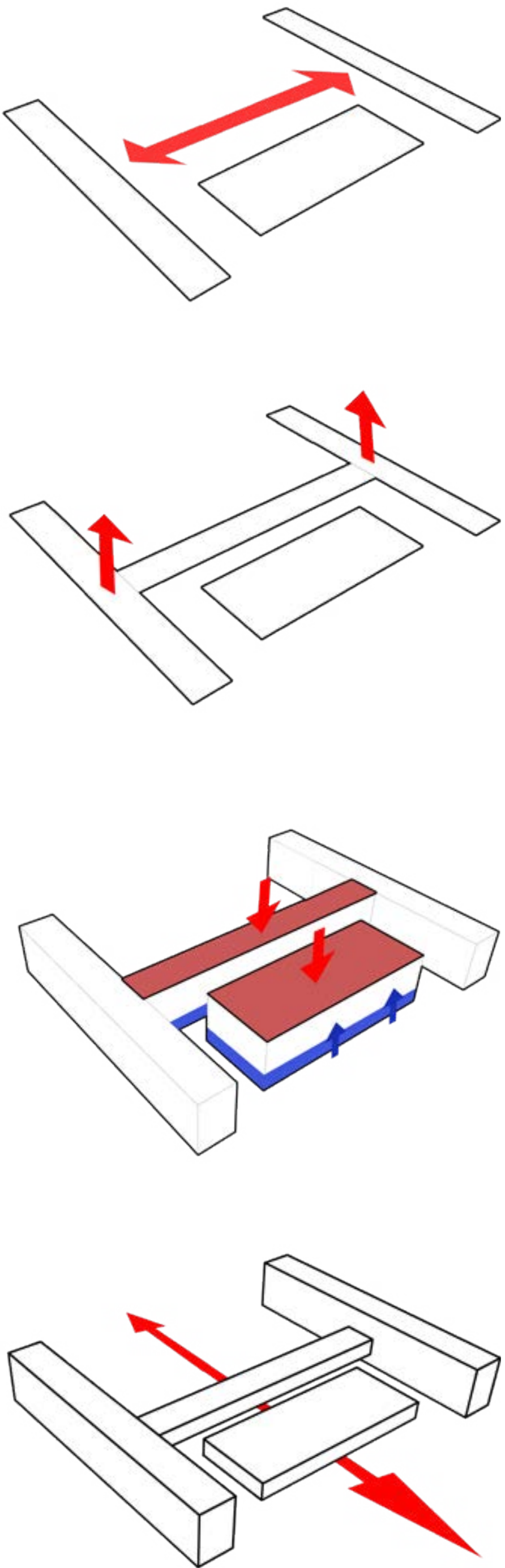
TINEU, R. **Desigualdade e segregação socioespacial da população negra da cidade de São Paulo: análises preliminares da primeira década do século XXI**. Revista Belas Artes, v. 1, p. 1-23, 2015. TWITTER BLACKBIRDS. Aborda, 2031. Disponível em: <<https://aborda.com.br/twitter-backbirds/>> Acesso em: 02 de maio de 2023.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das. Letras, 1999.

VILLAÇA, F. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados 25 (71), 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ea/a/7G8LTmdQbCjCHqXg87Gs3SD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

"corrigir". Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/corrigir>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023

"penitência". Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/penit%C3%Aancia>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023



O complexo penitenciário da Marginal tem como objetivo trazer para o campo da Arquitetura e Urbanismo discussões sobre o impacto do ambiente interno na saúde mental dos indivíduos presos no Brasil e como isso influencia diretamente no processo de reintegração na sociedade após o cumprimento de sua sentença.

A importância da abordagem do assunto se dá através da análise dos dados fornecidos pelo Fórum de Segurança Pública, em que evidencia a crescente taxa da população carcerária no país e em São Paulo em dados analisados nos períodos de 2008 a 2021:

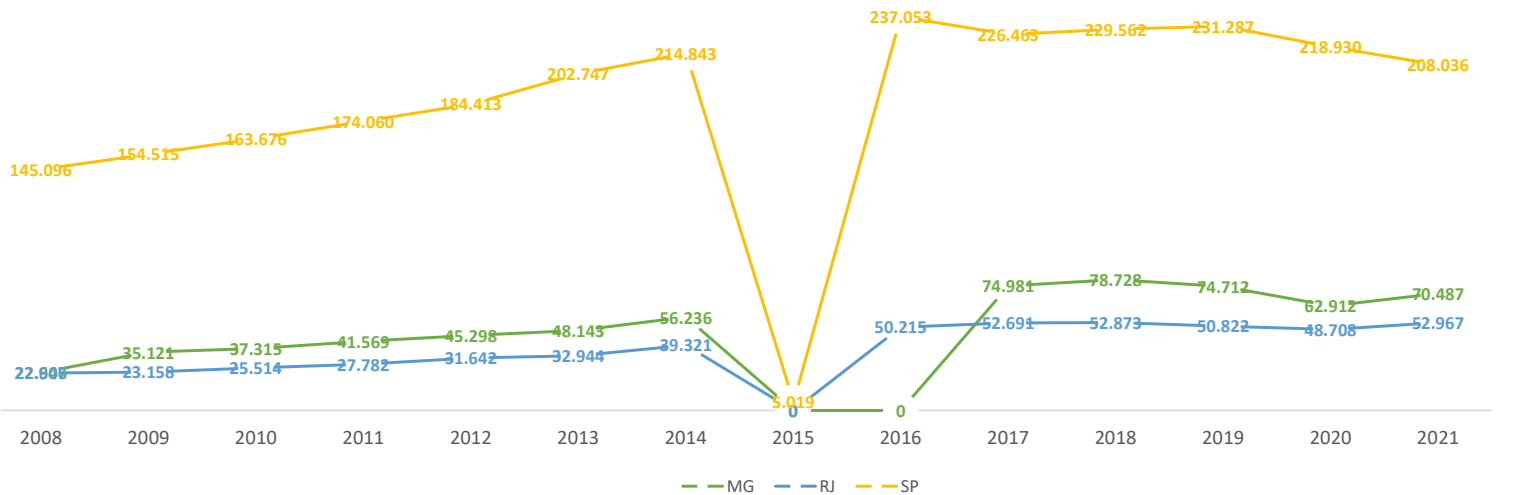


Gráfico 1: População carcerária em cumprimento de pena por ano 2008-21

Fonte: Gráfico autoral com informações retiradas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2008-21

Mesmo com estes dados, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) nega a existência de superlotação nas penitenciárias paulistas, alegando que a população carcerária diminuiu gradativamente no período de 10 anos. Entretanto, ao analisar gráfico, é possível notar que a população brasileira somente em São Paulo, aumentou gradativamente, totalizando, até 2021, um aumento de mais de 143% da população carcerária somente nas unidades prisionais de regime fechado, conhecidas como penitenciárias.

O Conselho Nacional de Justiça apresentou, em 2023, informações que possibilitam traçar um paralelo entre a criminalidade brasileira e as consequências da escravidão no Brasil. Conforme os gráficos ao lado, é notável a maior presença de homens negros no sistema penal e, em sua

maioria, presos por tráfico de drogas, roubo e furto - itens do código penal frequentemente associados à população de baixa renda:

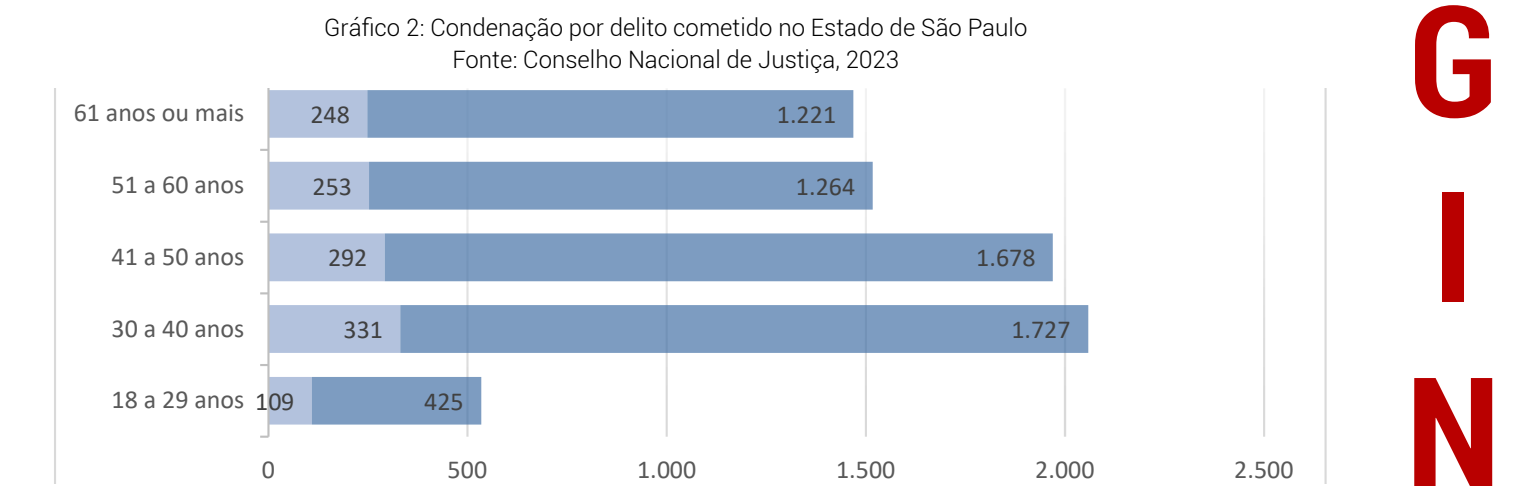
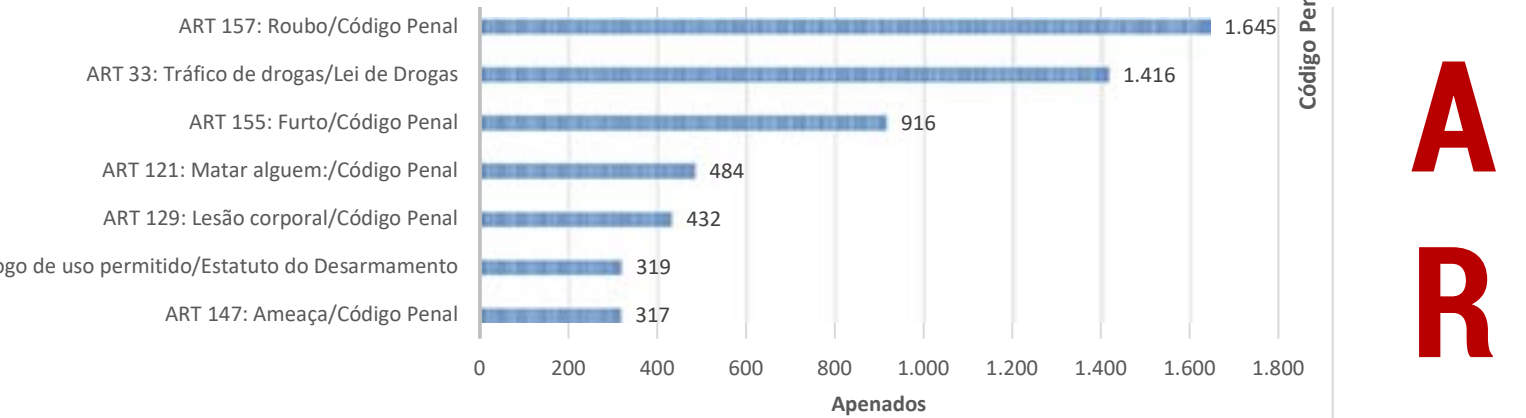
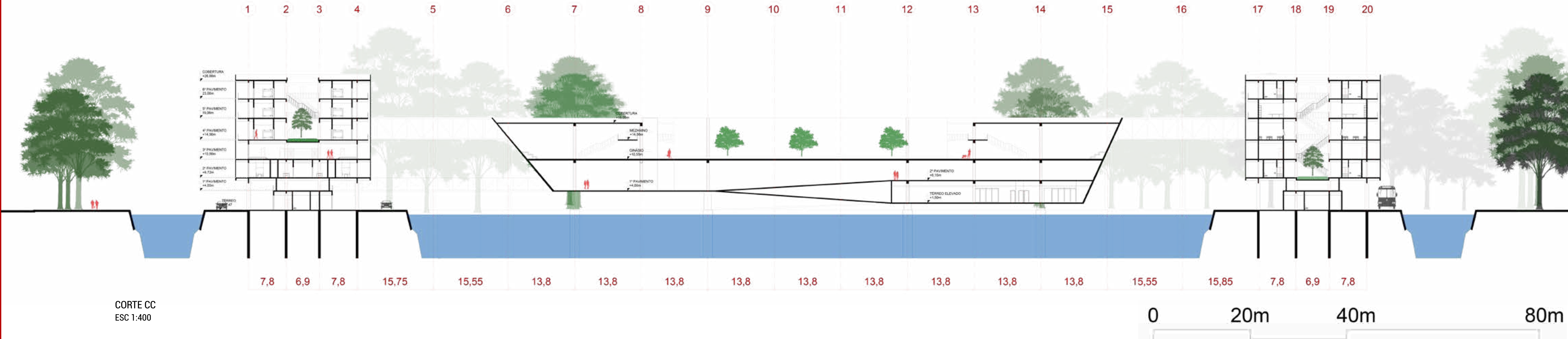


Gráfico 3: Distribuição dos sentenciados por gênero e faixa etária no Estado de São Paulo

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023

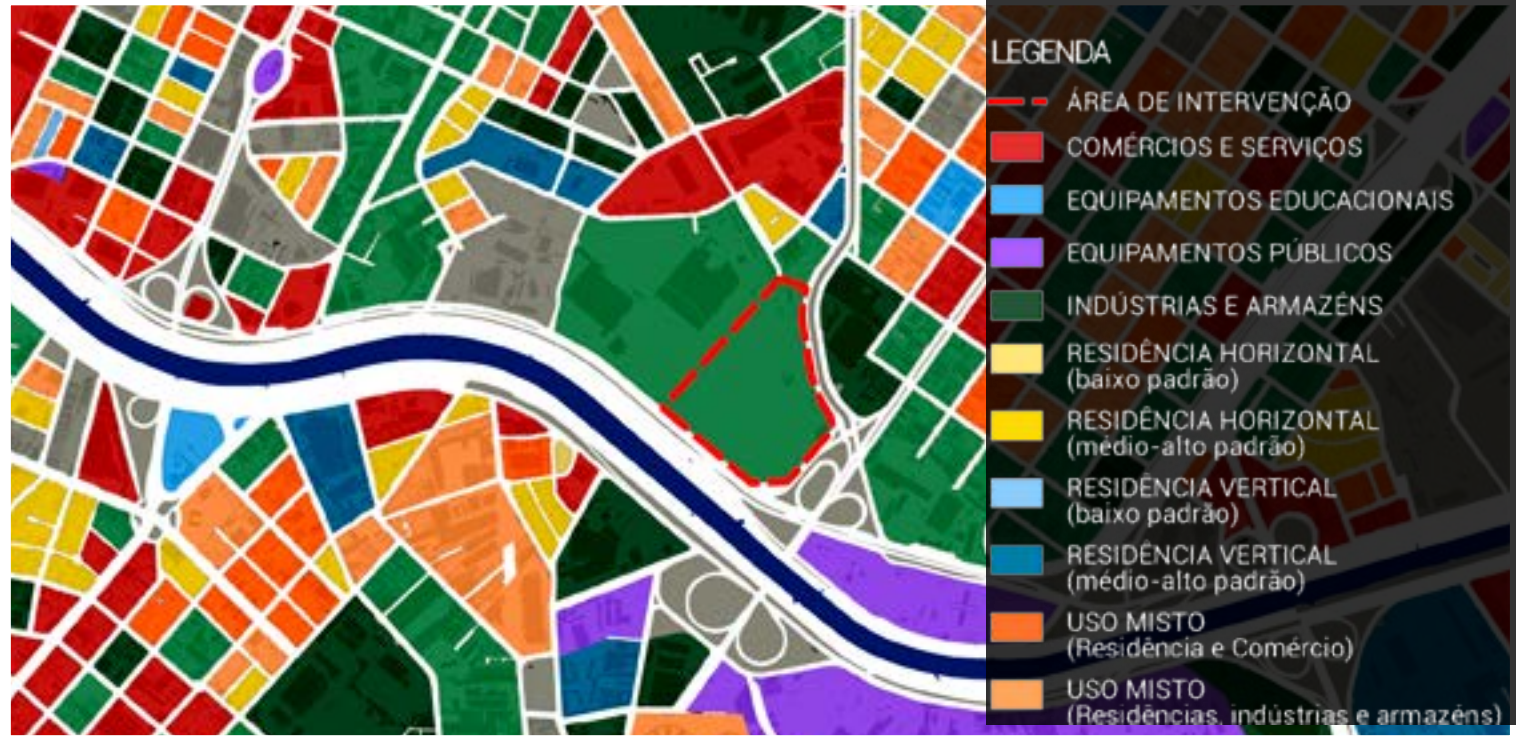
Com isso, torna-se necessário o desenvolvimento de um Complexo Penitenciário Modelo associado ao primeiro Museu Brasileiro da Escravidão, evidenciando a relação de causa-consequência que a negação dos direitos humano à uma considerável parcela da sociedade pode gerar nas políticas de segurança pública e cidadania. No campo da Arquitetura, o projeto busca demonstrar possibilidades de atenuação dos impactos psicológicos que a irresponsável dimensão dos espaços penais gera no indivíduo encarcerado e como isso influencia sua capacidade de reestabelecimento social.

M
A
R
G
I
N
A
L





Praça da Memória



Fachada Sudeste, Museu Brasileiro da Escravidão

Localizado na divisa dos bairros Vila Guilherme e Vila Maria, a gleba da qual o terreno de estudo foi desmembrado possuía cerca de 295.939,71 m² e era composta pelo Hipermercado Carrefour, a fábrica de concreto Supermix, quatro quadras de futebol da Arena Flash Brasil, estacionamento, uma edificação sem uso e que, posteriormente, será utilizada como abrigo para pessoas em situação de rua e o terreno da antiga fábrica de copos Nadir Dias de Figueiredo, na qual foi recentemente desativada.

O PIU Arco Tietê prevê em sua estratégia de projeto a abertura de uma via carroçável que conecte a pista local da Marginal Tietê, conhecida como Avenida Morvan Dias de Figueiredo com a Avenida Nadir Dias de Figueiredo. Atualmente, essas vias são conectadas pela Avenida Guilherme Cotching. Com a abertura da via, a gleba foi naturalmente repartida, deixando o Hipermercado Carrefour à esquerda e as demais edificações à direita.

Com a análise do entorno, foi possível constatar um pequena gleba ao norte do Carrefour vazia e sem qualquer tipo de uso. Baseando-se nessa premissa, foi proposto que o futuro abrigo, a pequena fábrica de cimentos e a Arena Flash Brasil fossem remanejadas para esse espaço ocioso. O intuito é integrar o espaço vago na lateral noroeste do terreno da antiga fábrica Nadir Dias de Figueiredo e, dessa forma, utilizá-lo como área de intervenção.

Como partido arquitetônico, o Córrego da Divisa que vem de norte a sul para desembocar no Rio Tietê e que separa o bairro Vila Maria do bairro Vila Guilherme foi prolongado para dentro do terreno para ser integrado ao projeto arquitetônico como elemento fundamental do conceito arquitetônico.

QUADRO GERAL DE ÁREAS (m²)			
PAVIMENTOS	TORRES		
	GUINA	DIMAS	MUSEU
Térreo	827,21	827,21	2.903,10
1º Pavimento	827,21	827,21	1.739,91
2º Pavimento	4.001,44	4.001,44	2.945,65
3º Pavimento	4.001,44	3.809,82	5.500,32
4º Pavimento	4.001,44	3.830,60	6.089,25
5º Pavimento	3.830,60	3.830,60	-
6º Pavimento	3.830,60	3.830,60	-
TOTAL PARCIAL	21.319,95	20.957,49	19.178,24
TOTAL	61.455,68		

PARÂMETROS URBANÍSTICOS		
MACROÁREA	Macroárea de Estruturação Metropolitana	
MACROZONA	Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana	
ZONA DE USO	ZPI-1	
SUBSETOR	Eixo Arco Tietê	
TO MÁXIMO	0,70	84.357,63 m²
TO UTILIZADO	0,14	16.828,57 m²
CA MÍNIMO	0,50	60.255,45 m²
CA UTILIZADO	0,51	61.455,68 m²
AP MÍNIMA	0,25	30.127,72 m²
AP UTILIZADA	0,42	50.262,68 m²
GABARITO MÁXIMO (m)	28,00	
GABARITO UTILIZADO (m)	26,66	

A localização privilegiada no terreno, estando nos cruzamentos das avenidas Guilherme Cotching, Nadir Dias de Figueiredo e Marginal Tietê, a implantação do edifício foi pensada para que a fachada principal esteja alinhada à Marginal, proporcionando aos pedestres e veículos uma contemplação do grande volume edificado em contraste com o entorno baixo.

Para a Marginal, foi proposto somente equipamentos públicos obrigatórios, de forma a não interferir no campo de visão da fachada. A Alameda São Dimas é composta por árvores de grande porte em uma calçada com cerca de 10 metros de largura e pequenos canteiros, gerando sombra e sensação confortável ao passeio, além de estações de alimentação ao ar livre. O córrego que descia pela Guilherme Cotching em direção ao Rio Tietê foi remanejado para dentro do terreno, e o trecho foi transformado em um canteiro arborizado – característica marcante desta via. Essas premissas propõem a redução dos impactos sonoros e olfativos provocados pelos veículos, além de trazer maior segurança para os pedestres utilizam essas vias. A área voltada para a Avenida Nadir Dias de Figueiredo, é composta por uma praça com equipamentos voltados à comunidade que reside nas redondezas, com um Skatepark e duas quadras poliesportivas.

O Museu Brasileiro da Escravidão possui seu térreo elevado a 1,50m do chão, e seu acesso se dá por meio de uma rampa localizada no seu vão. O volume conta com a Praça da Memória: um espaço aberto destinado a eventos de cunho cultural e religioso, podendo ser uma extensão dos eventos que já ocorrem na Casa de Cultura da Vila Guilherme – o Casarão. A praça possui um desenho de piso que faz alusão aos grafismos indígenas Tupi-Guarani Mbya que, por sua vez, representa as tramas dos cestos artesanais elaborados por esses povos, nativos da região Sudeste do Brasil.

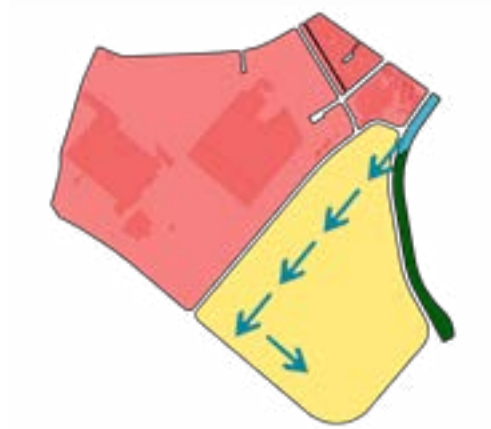


Diagrama de divisão do terreno

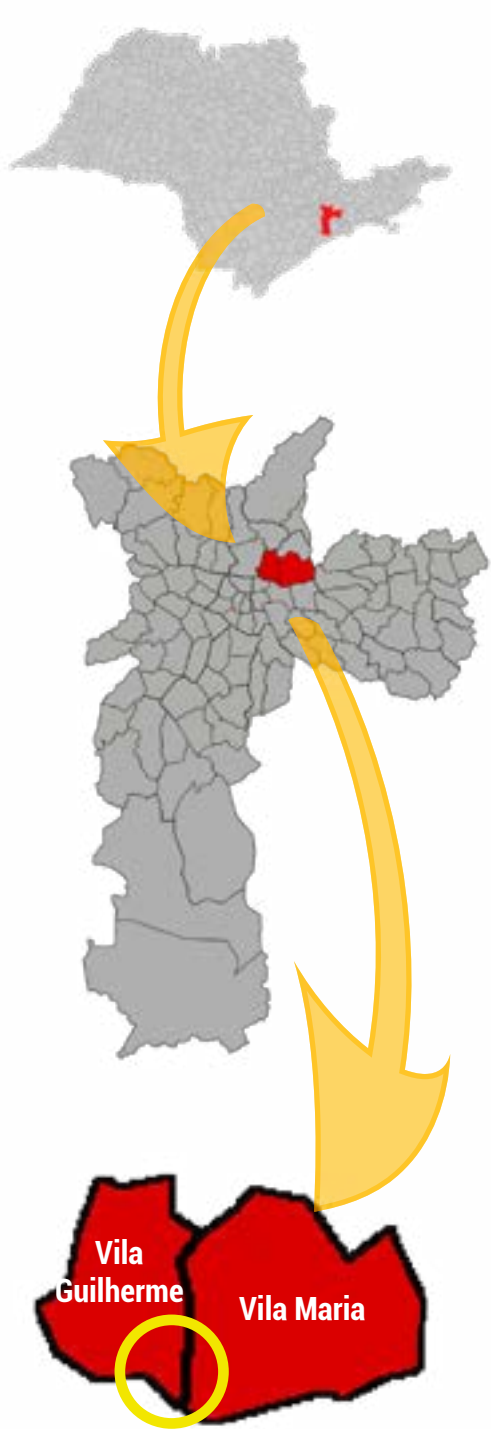


Diagrama de Localização

Para a elaboração do projeto arquitetônico da penitenciária, foi utilizada como base o documento intitulado "Diretrizes básicas para arquitetura penal", elaborado pelo Ministério Público e que apresenta uma série de requisitos e normas para o dimensionamento dos espaços penais.

As versões anteriores desse documento sofreram uma revisão em 2011 para aperfeiçoar "a forma de dimensionamento usando o critério de proporcionalidade do uso, inseriu novos conceitos como acessibilidade, permeabilidade do solo, conforto bioclimático e impacto ambiental, considerou recomendações de outros órgãos governamentais e Ministérios, em especial da Saúde e da Educação, bem como da sociedade que se manifestou por meio de uma consulta pública." (BRASIL, 2011). Dessa forma, o programa de necessidades padrão para o projeto da penitenciária-modelo foi extraído deste documento e adaptado, de maneira a incluir novos espaços sem modificar os que já foram pré-estabelecidos pelo governo brasileiro em 2011.

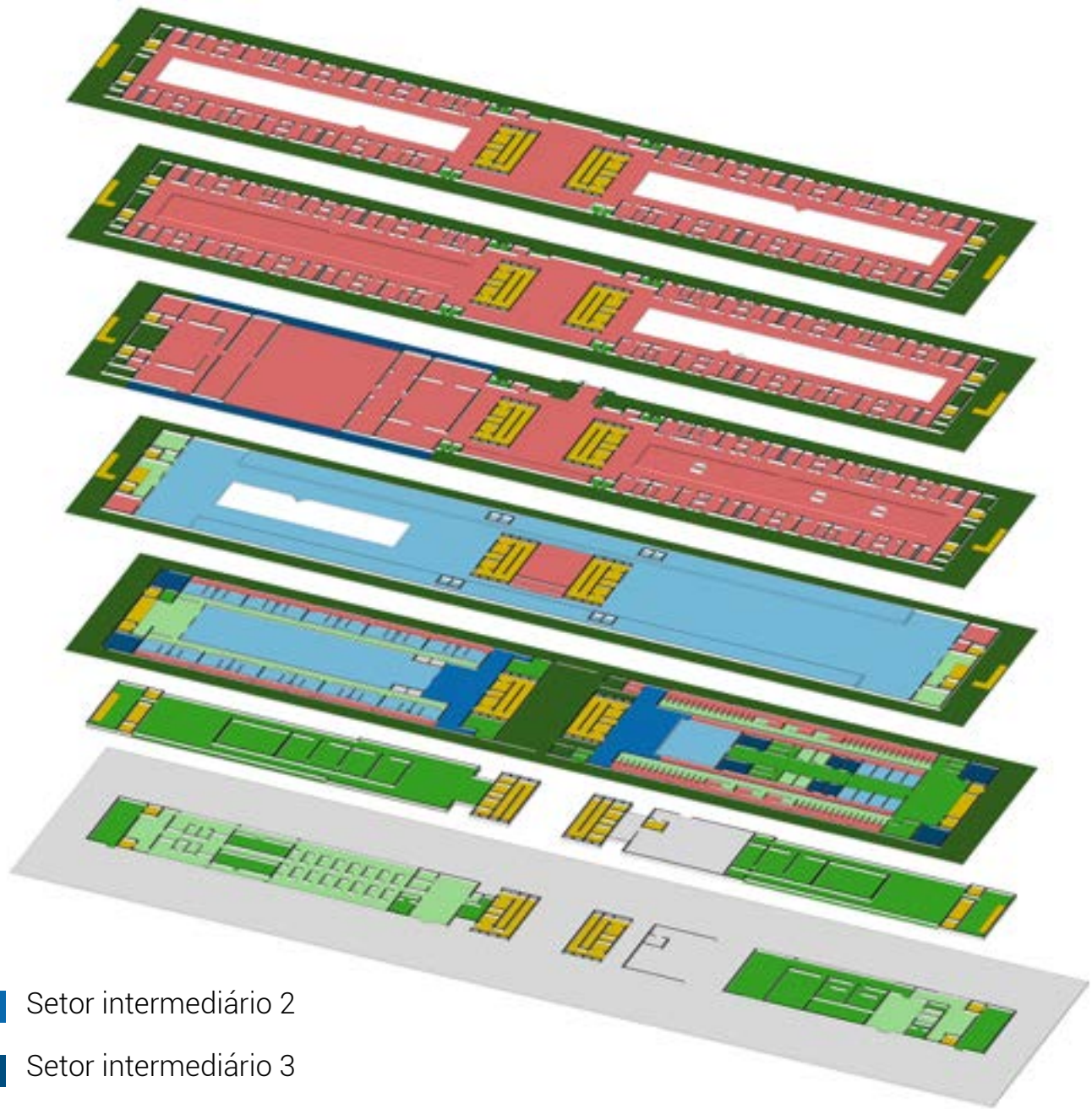
A setorização do sistema penal é dividido em três setores:

● **Externo:** de acesso limitado à funcionários e visitantes. Este setor é composto pelas áreas administrativas, técnicas e de vigilância.

● **Interno:** de uso restrito aos detentos, com acesso de agentes carcerários para as devidas vigilâncias. As celas e sanitários estão localizadas nesse setor.

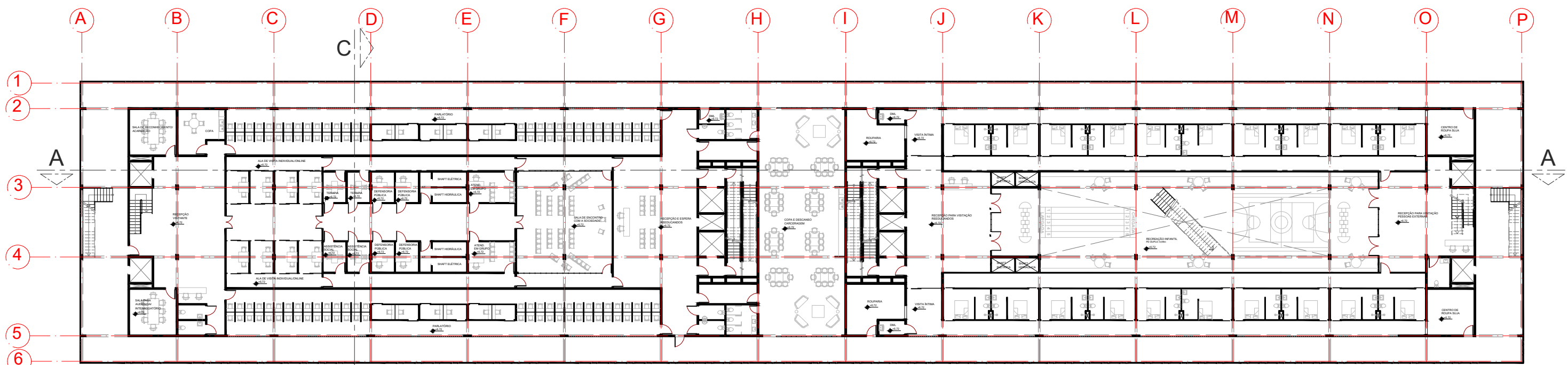
● **Intermediário:** faz o contraponto entre os setores acima, onde promove a integração entre visitantes e detentos. Situa-se neste setor as áreas produtivas, educacionais, de apoio (barbearia, lavanderia etc.), de visita e polivalência.

- Setor externo 1
- Setor externo 2
- Setor externo 3
- Setor intermediário 1



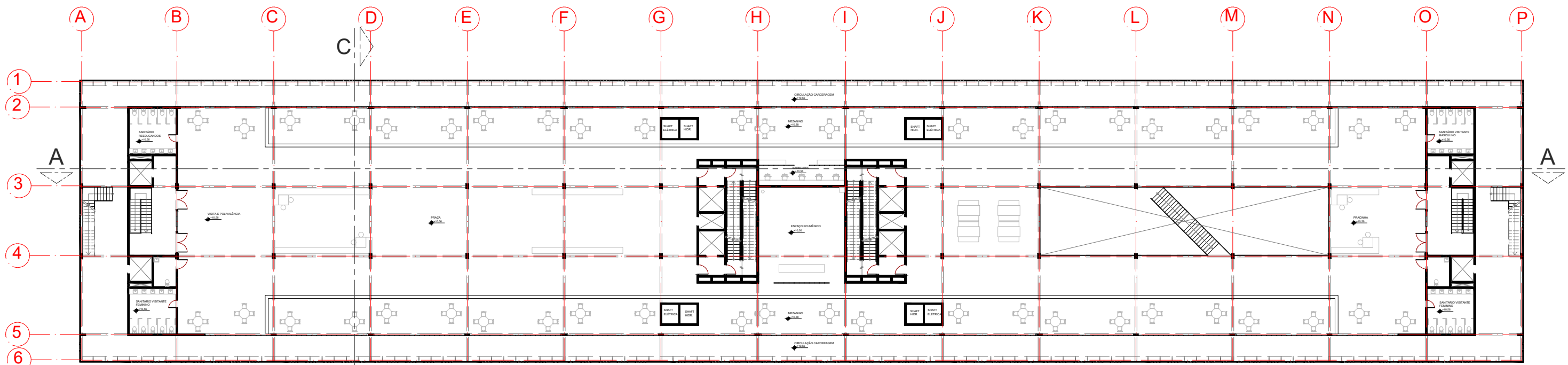
- Setor intermediário 2
- Setor intermediário 3
- Setor interno
- Circulação vertical

Polivalência e visitação

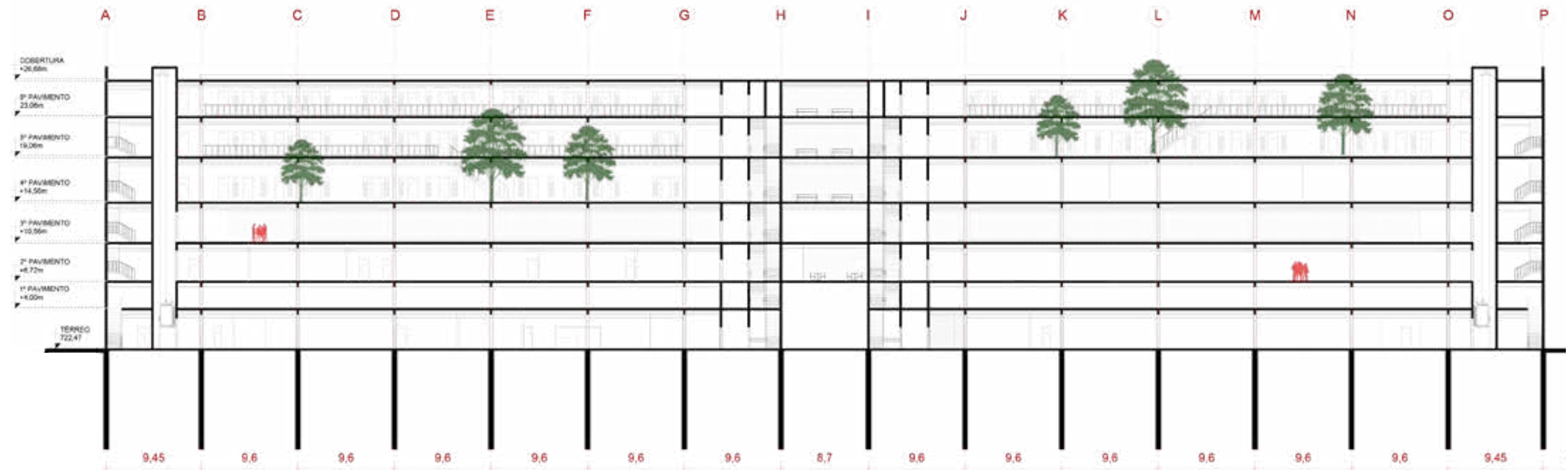
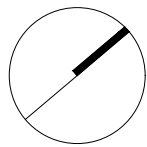


PLANTA 2º PAVIMENTO - BLOCO DIMAS
ESC 1:400

0 3 6 9



PLANTA 3º PAVIMENTO - BLOCO DIMAS
ESC 1:400



CORTE AA
ESC 1:400

0 3 6 9

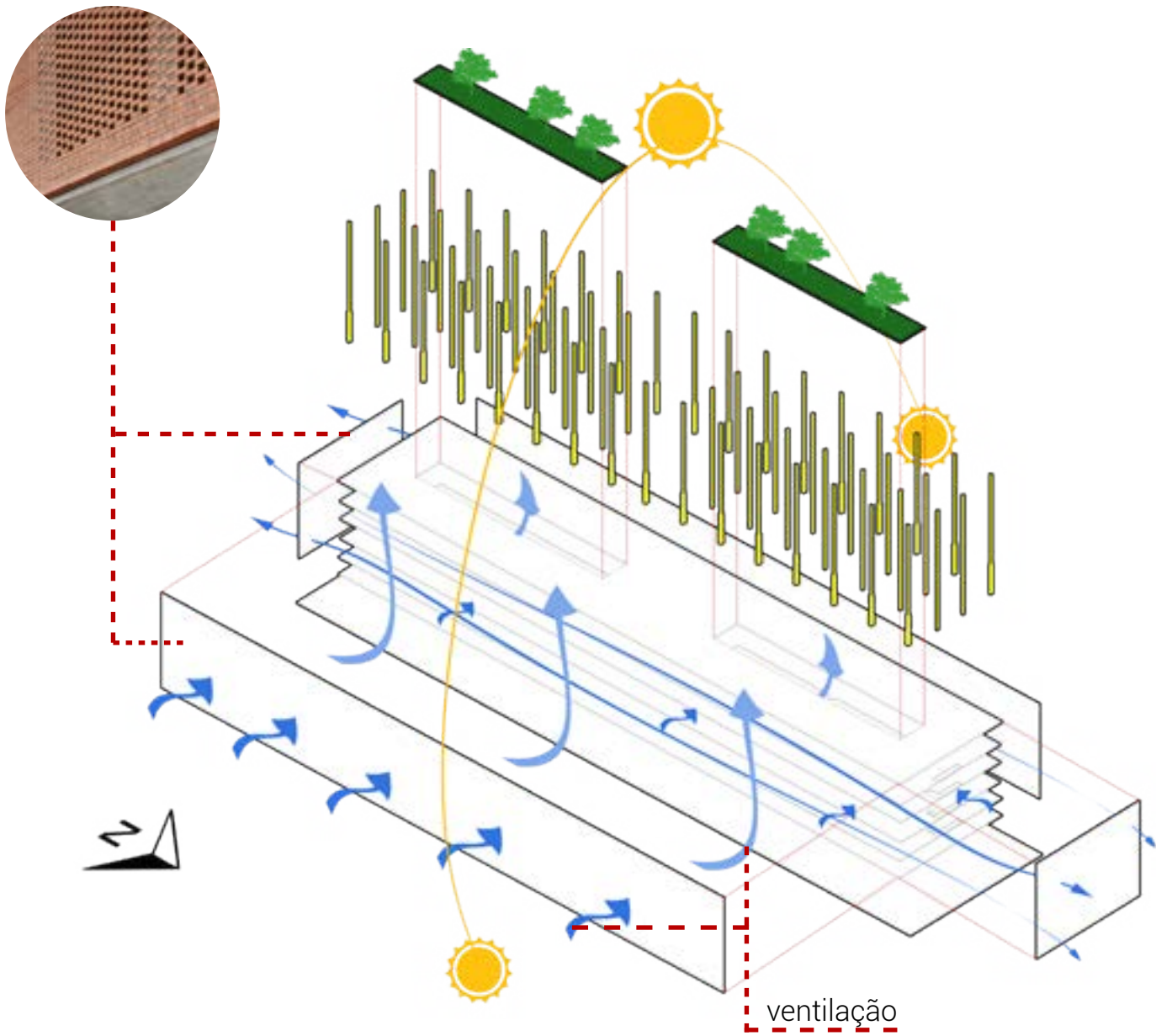
As "Diretrizes básicas para Arquitetura Penal" propõem que seja utilizado muros e/ou alambrados para a segurança do estabelecimento. Em contrapartida, muros altos produzem uma segregação agressiva, além de provocar insegurança para quem caminha na calçada. Pensando nisso, a penitenciária foi elevada para o segundo pavimento do edifício para evitar fugas pulando muros ou por meio de túneis – principal forma de fuga dos reeducandos, segundo relatos de ex-presidiários.

O bloco Dimas tem seu título em referência ao bandido Dimas, que morreu crucificado à direita de Jesus Cristo e, no fim de sua vida, se reconheceu como pecador, arrependeu-se e foi perdoado por Deus, podendo entrar no Paraíso, segundo o Evangelho de Lucas. Dessa forma, a Igreja Católica Apostólica Romana fez de Dimas o santo padroeiro dos presos e das penitenciárias, além de protetor dos pecadores. Considerando isso, este volume arquitetônico abriga parte do programa que referente ao tratamento mental e social do indivíduo preso, para que ele receba todo o amparo psicológico necessário ao seu reestabelecimento moral e reinserção na sociedade.

A ala de visita íntima conta com 4 celas acessíveis, e a utilização do espaço se dá pelo seguinte cálculo: considerando 20 celas para 504 presos utilizarem em 2 dias de visita (sábado e domingo), em um horário hipotético das 8 horas da manhã até as 16 horas da tarde, tendo cada preso o benefício de 1 hora de visita íntima, o rodízio contabiliza 160 benefícios utilizados por dia. Em 2 dias, esse número dobra para 320 usos. Na semana seguinte, 184 benefícios utilizados completariam o número total de presos, totalizando um saldo positivo de 136 horários livres para uso. Esses dados dão margem para uma flexibilidade maior na organização dos horários e benefícios para cada detento, não considerando que, segundo relatos, nem todos os detentos possuem visita íntima, flexibilizando mais o rodízio.

Há também um espaço destinado às refeições da equipe da Carceragem de ambos os edifícios, com espaço para descanso e vivência nos horários de pausa, afim de proporcionar o conforto no ambiente de trabalho e evitar a sobrecarga psicológica que esse tipo de trabalho pode gerar.

A Sala de Encontros com a Sociedade é uma exigência do Ministério Público e possui a mesma função de um auditório, onde podem ser promovidas palestras e exibição de conteúdo educativo para a população carcerária.



Módulo de Recreação infantil, bloco Dimas



Fachada Noroeste, bloco Dimas



O item 2 do Anexo IV solicita para o partido arquitetônico que “a criatividade deve ser estimulada na elaboração de um projeto para estabelecimento penal, desde que alguns aspectos sejam considerados para o atingimento do objetivo a que se propõe a edificação.” (BRASIL, 2011), sendo:

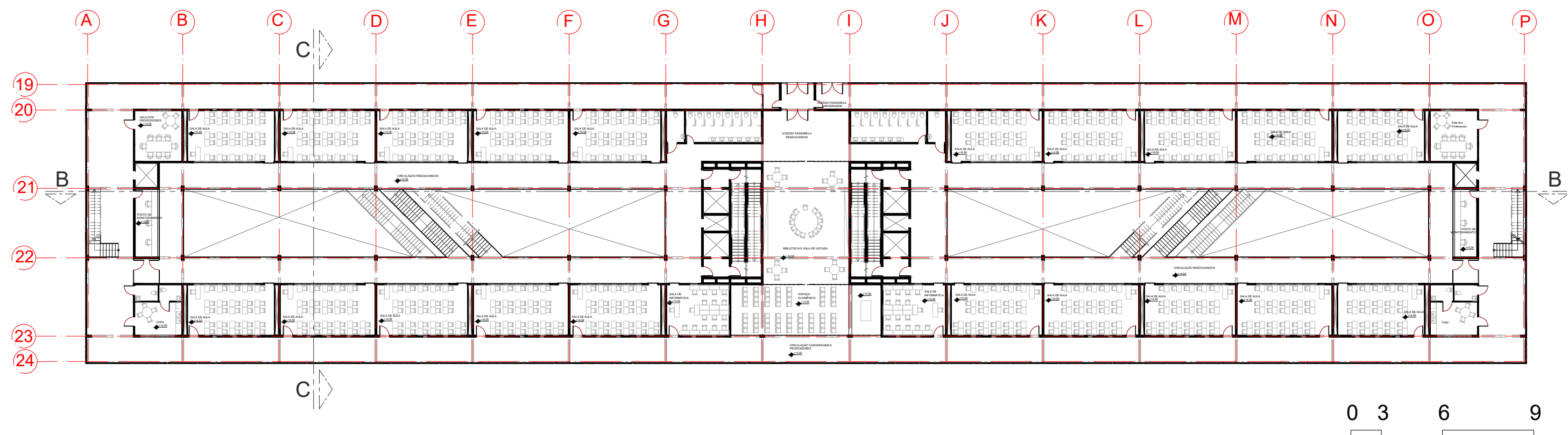
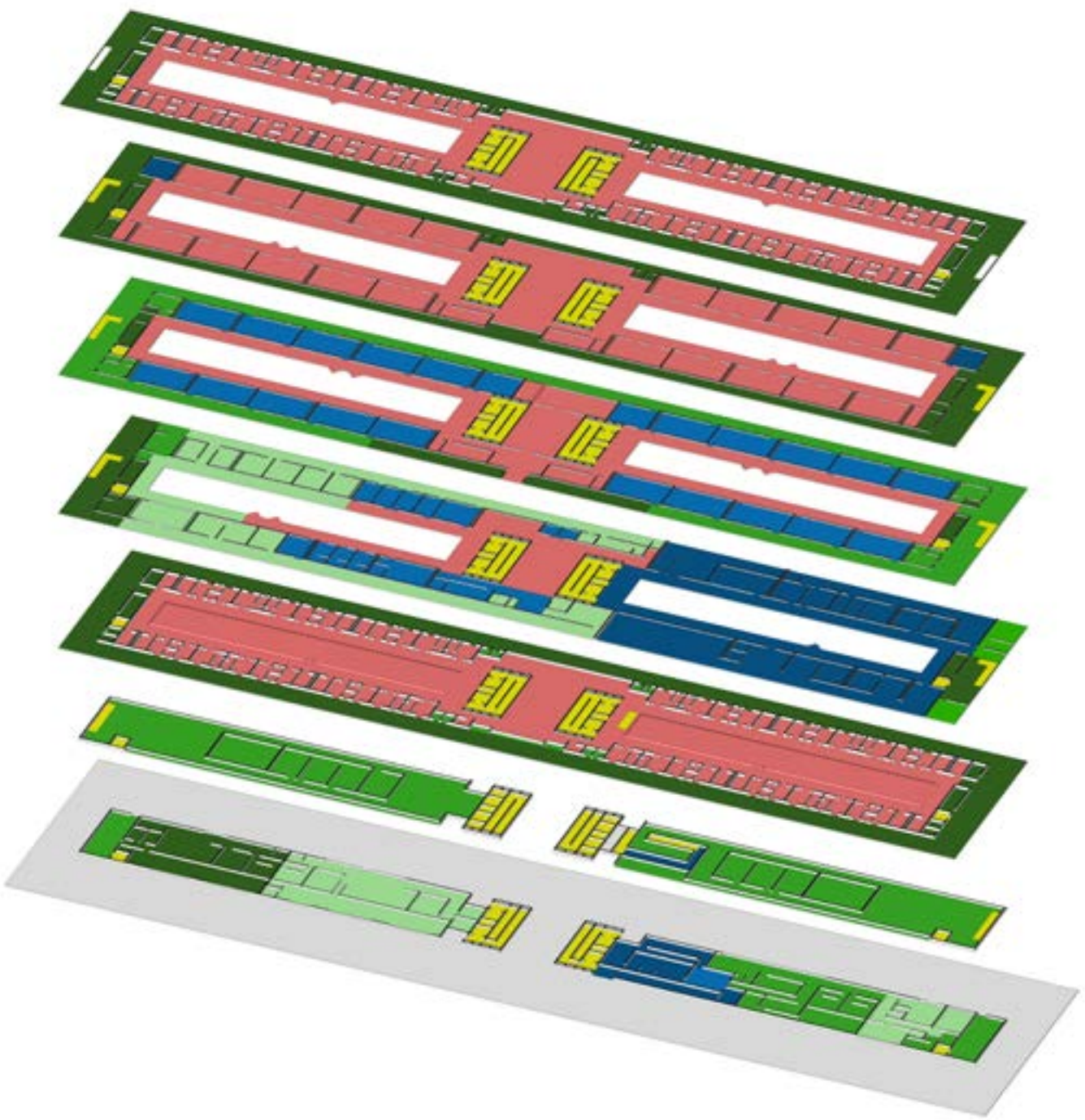
- Facilitar a administração e manutenção do edifício;
- A influência da arquitetura no comportamento dos usuários;
- Oferta de boas soluções de conforto ambiental e ergonômico sem a perda do grau de segurança necessária.

A Resolução CNPCP n. 2, de 12 de abril de 2018 revoga as metragens mínimas pré-estabelecidas no documento, sendo os projetistas os responsáveis a defini-las.

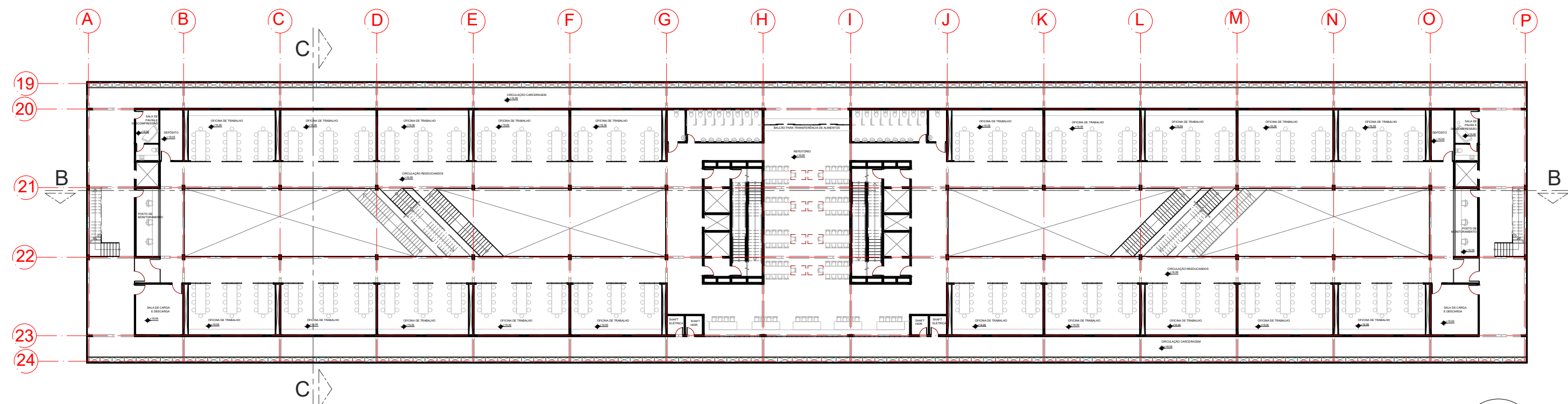
É importante destacar que o dimensionamento da maioria dos espaços coletivos considera a acessibilidade das pessoas com deficiência. Sobretudo nos ambientes que englobam visitantes e reclusos, a acessibilidade deve ser garantida, partindo da premissa de que, a qualquer momento, o ser humano pode vir a se tornar portador de deficiência física, por motivos de doença ou acidente. Dessa forma, todas as celas e espaços de vivência e trabalho possuem essa premissa de dimensionamento, salvaguardados os espaços do setor externo que apresentam somente funcionários da segurança.

As salas de aula possuem as últimas carteiras de estudo com distância da aprede suficiente para acomodar pessoas presas que utilizam de cadeira de rodas para se locomover.

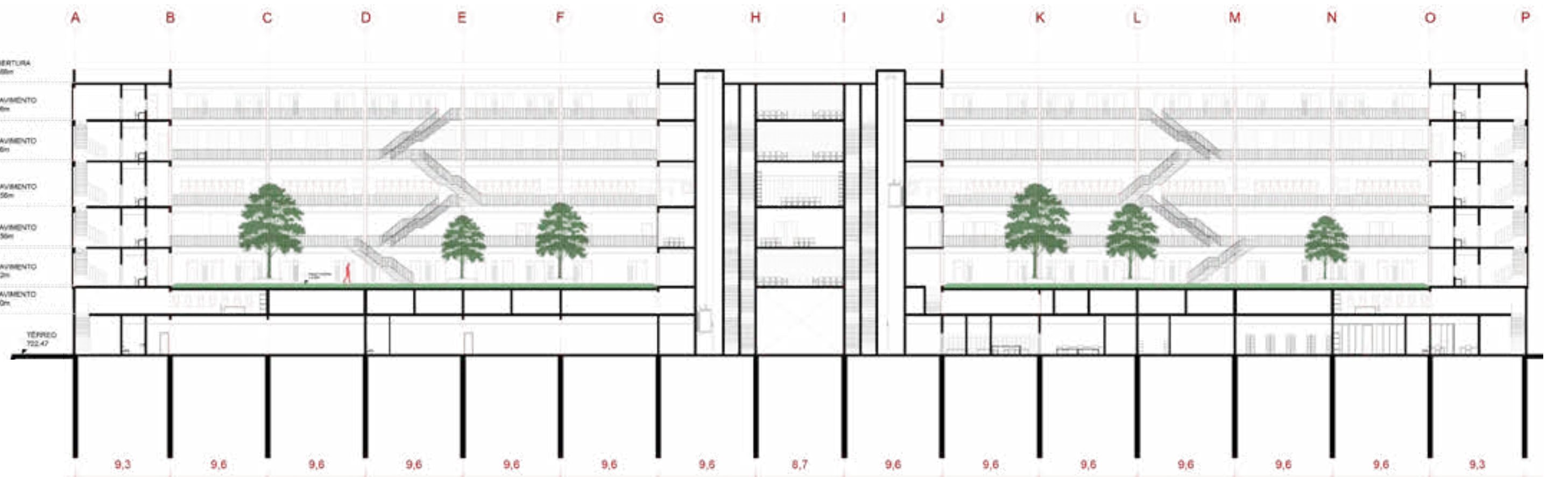
- Setor externo 1
- Setor externo 2
- Setor externo 3
- Setor intermediário 1
- Setor intermediário 2
- Setor intermediário 3
- Setor interno
- Circulação vertical



PLANTA 4º PAVIMENTO - BLOCO GUINA
ESC 1:400



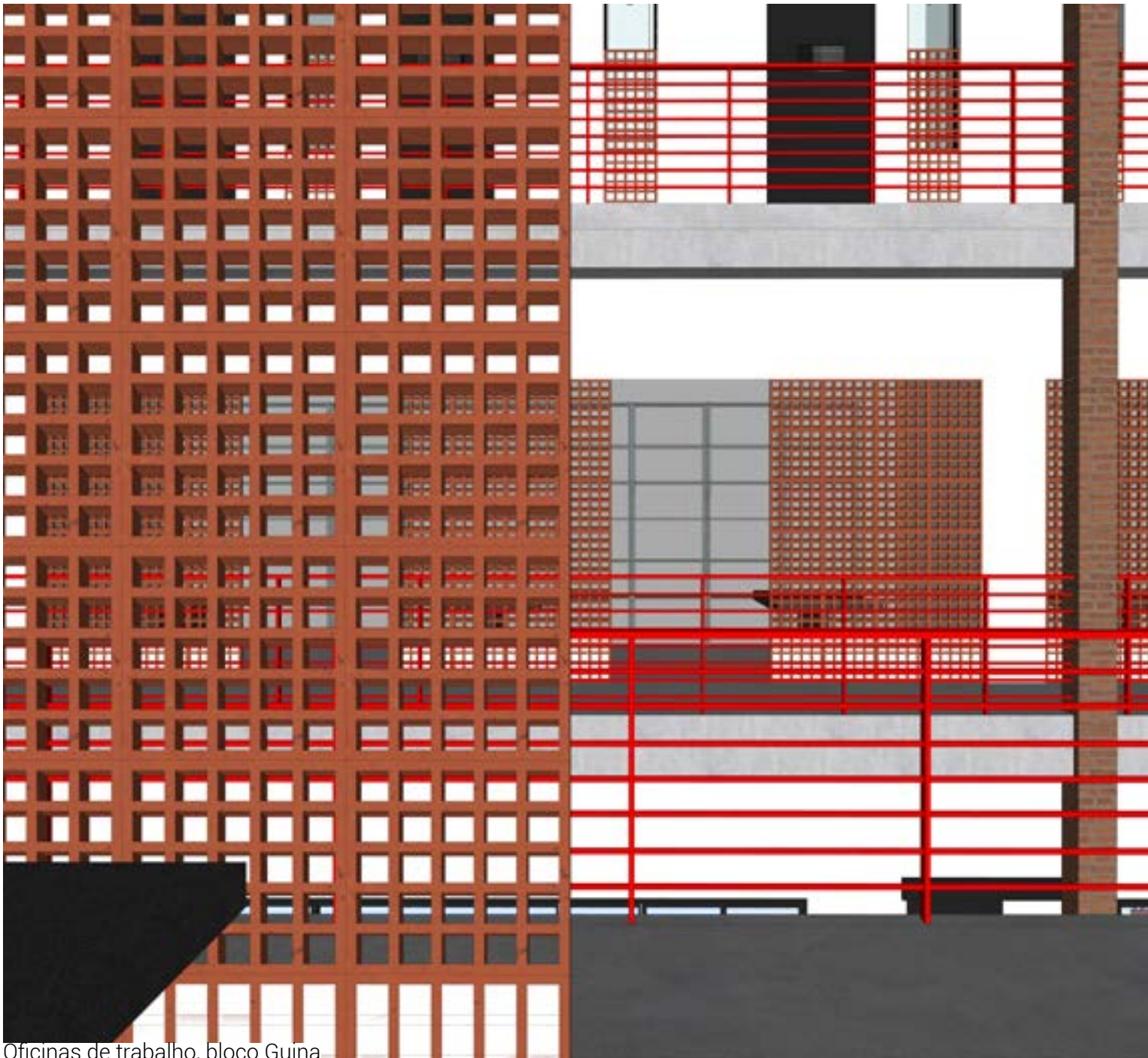
PLANTA 5º PAVIMENTO - BLOCO GUINA
ESC 1:400



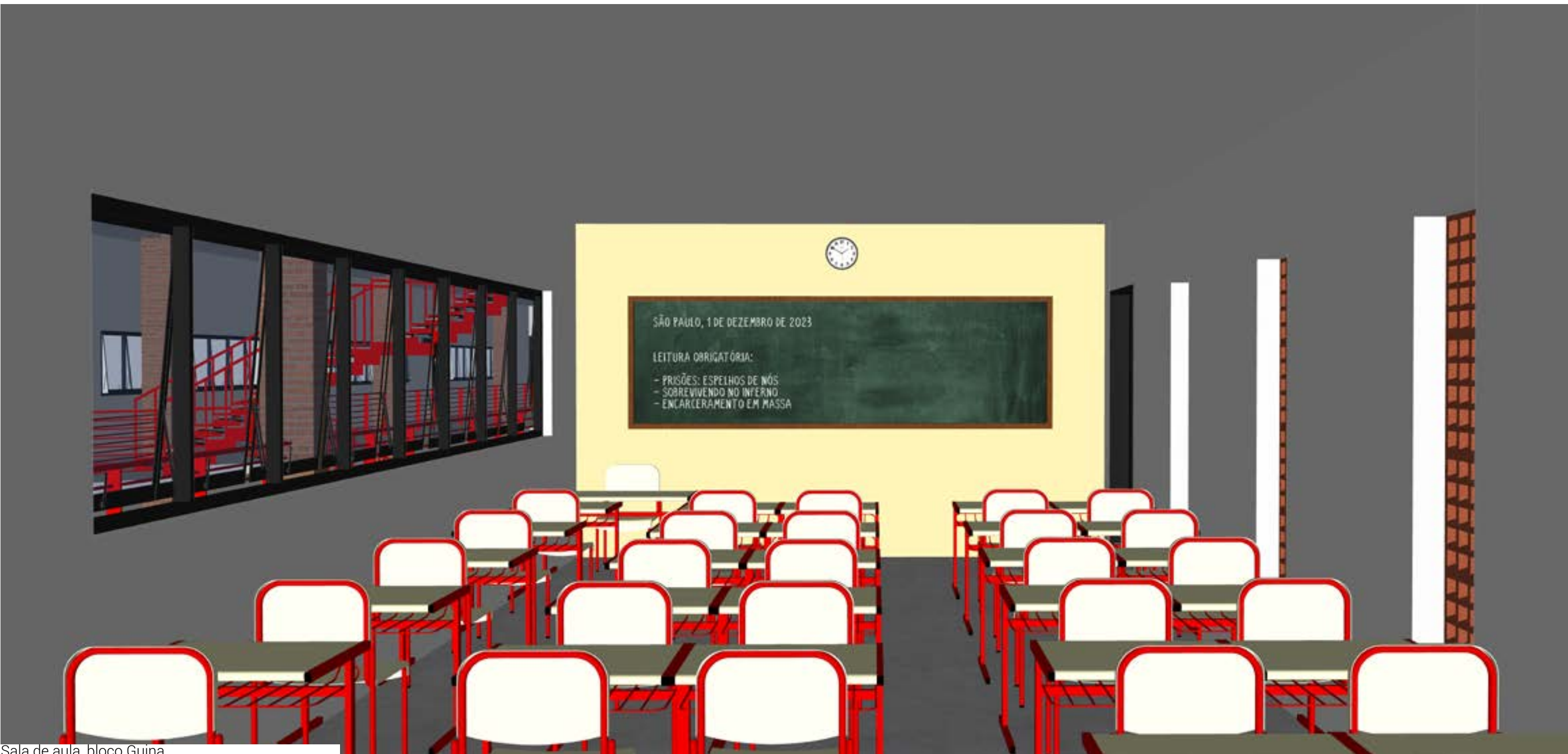
CORTE BB
ESC 1:400



Circulação Carceragem



Oficinas de trabalho, bloco Guina



Sala de aula, bloco Guina

O grupo de rap Racionais Mc's define na música “Tô ouvindo alguém me chamar” Guina como um bandido “sangue frio” e sem piedade que, com o dinheiro oriundo do crime, ostenta roupas, dinheiro e mulheres, inspirando muitos a seguirem o mesmo caminho que ele. Na poesia cantada, Mano Brown destaca que Guina revela uma vez que “não sabe bem oque é amor”, e que sua infância foi humilhante e sofrida, devido a pobreza e família desestruturada. Brown complementa ainda que Guina “tinha um certo dom pra comandar, tipo linha de frente em qualquer lugar. Tipo condição de ocupar um cargo bom e tal, quem sabe em uma multinacional. [...] Pensando bem, que desperdício... Aqui na área, acontece muito disso: inteligência e personalidade mofando atrás das grades” (trecho adaptado da música Tô Ouvindo Alguém me Chamar). Assim, o volume carrega este nome, como representação dos muitos potenciais desperdiçados dentro do sistema carcerário.

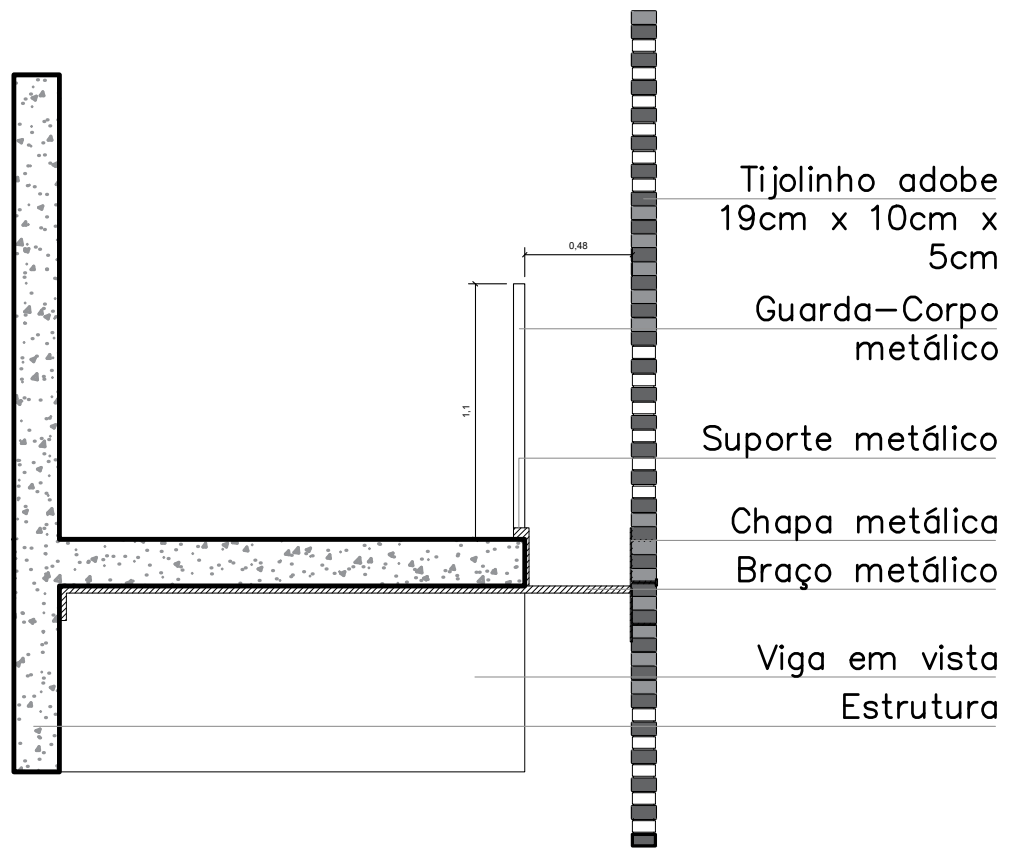
O Módulo de Tratamento Penal é composto por uma enfermaria estruturada para atender aos primeiros-socorros. Além disso, também há celas para internamento compulsório para o tratamento de dependentes químicos. Atrélado a isso, o módulo também possui um pequeno laboratório de diagnóstico e consultórios médicos para fazer o acompanhamento da saúde dos detentos da mesma forma que as pessoas utilizam UBS e AMAs, pelo SUS. Essa infraestrutura tem como objetivo identificar, mapear e brecar o surgimento e proliferação de doenças que não raro acometem a população carcerária brasileira, como Tuberculose, sarna e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). (VARELLA, 1999).

O 4º pavimento possui todas as atividades educativas do

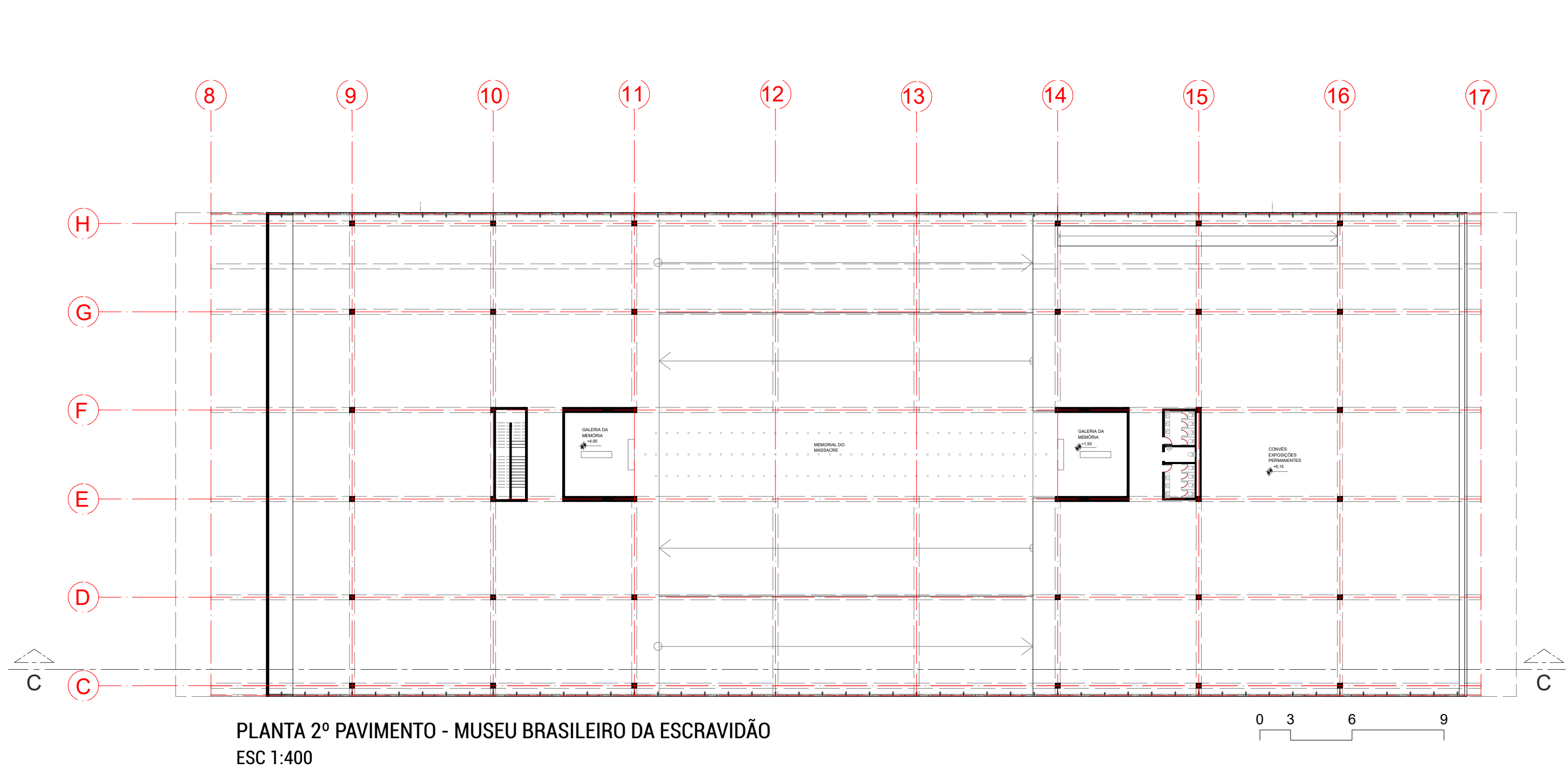
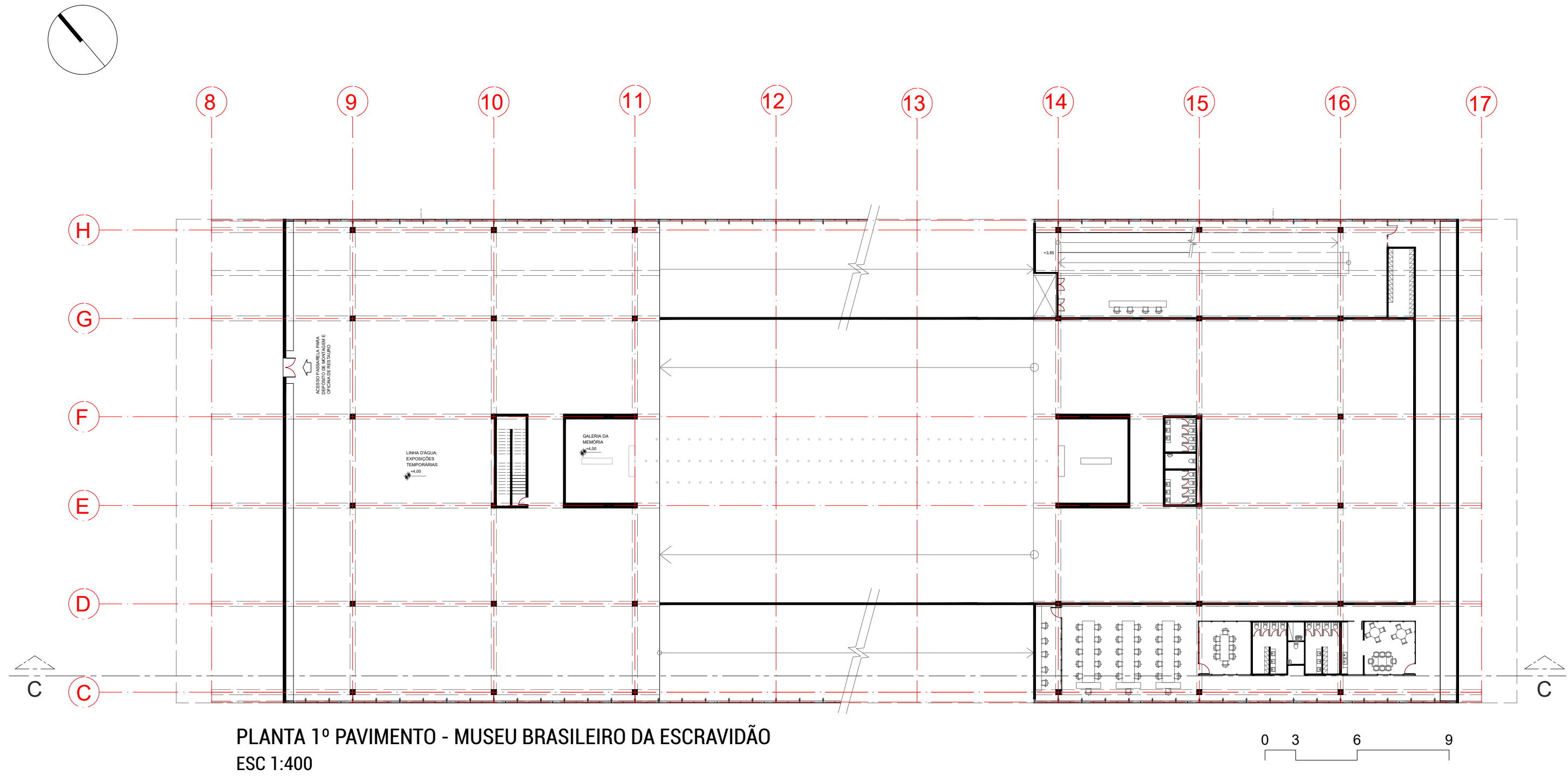
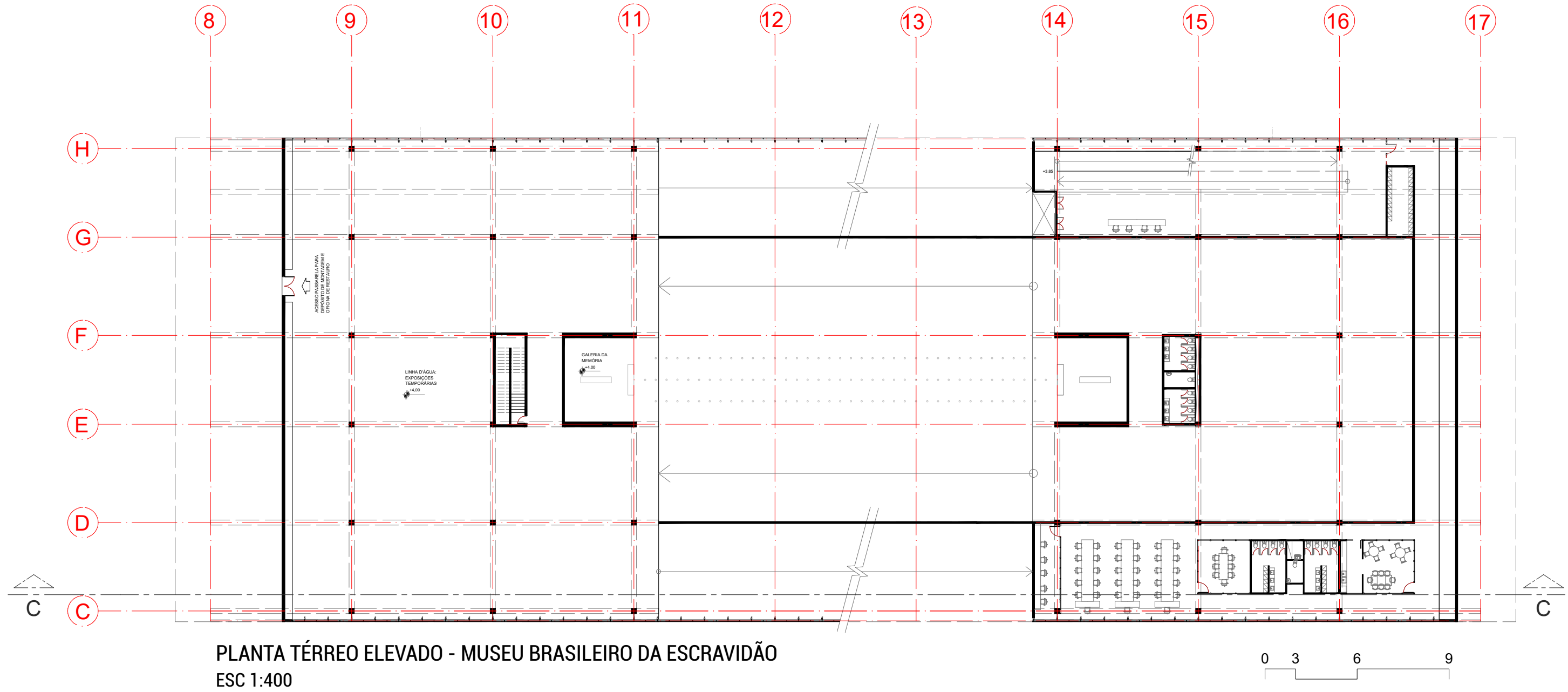
complexo. Composto por 20 salas de aula que comportam de 25 a 28 alunos cada uma, o módulo educacional tem propriedade para atender toda a demanda educativa em apenas um turno diário, tornando optativa as aulas em horários alternativos. Esse atendimento a 100% da população carcerária no sistema de ensino promove a distribuição igualitária do acesso ao ensino básico. Além disso, atender todos as pessoas presas em apenas um período faz com que elas possam conciliar estudo com trabalho, seja nas oficinas lavanderia, cozinha, barbearia, etc.

O layout comum de uma sala de aula no sistema carcerário é composta por uma grade que separa professores dos alunos. Entretanto, além dessa solução produzir uma interferência no campo de visão do aluno para a lousa, esse elemento segrega os espaços e define a posição hierárquica de cada um ali presente na sociedade. Para este projeto, as grades divisórias não foram utilizadas, com a premissa de que o benefício de acesso ao estudo parte, à princípio, do interesse do detento. Sem a manifestação deste desejo, o benefício não lhe é concedido. Uma vez que o interesse na educação é demonstrado, há um visível avanço na visão pessoal que o detento tem de si mesmo na sociedade e seu desejo mudança. A figura do professor vem para auxiliá-lo neste processo e, portanto, é necessário dar-lhes o benefício da dúvida para a experiência.

Sem deixar a segurança de lado, os corredores são acessados diretamente pela carceragem que, por sua vez, realizará o processo de monitoramento constante.



Detalhamento da fachada, sem escala



Memorial do Massacre

MUSEU BRASILEIRO DA ESCRAVIDÃO

tema da escravidão e direitos humanos na perspectiva latina, incluindo o contexto indígena na narrativa histórica. Dessa forma, o conteúdo expositivo busca validar também o genocídio indígena e o roubo de suas terras durante e depois da escravidão.

Assim, o edifício é repartido em três espaços expositivos: no térreo encontra-se o "Porão", onde é possível contemplar o conjunto do acervo do museu atrelado à uma exposição audiovisual fixa denominada como "Praça da Confusão". Esse conjunto consiste em observar itens históricos preservados desde a escravidão enquanto alto-falantes produzem, durante todo o tempo, sons de pessoas de diversas etnias africanas e indígenas proclamando preces, contando histórias, depoimentos e recitando poesias, cada qual em sua língua. Ao redor do acervo, há alguns totens com fones de ouvido semelhante à exposição fixa presente no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Esses totens produzem nos fones o áudio isolado de alguns dos sons proclamados no alto-falante, ainda na língua do nativo que proclama. O totem conta com recurso visual de legendas em português, inglês e espanhol. O intuito dessa exposição é causar no usuário sensações semelhantes ao que os escravizados sentiram durante os trajetos dos navios negreiros da África até as Américas, onde povos de diferentes etnias conviveram nos porões destas embarcações e não conseguiam se comunicar devido às diferentes línguas.

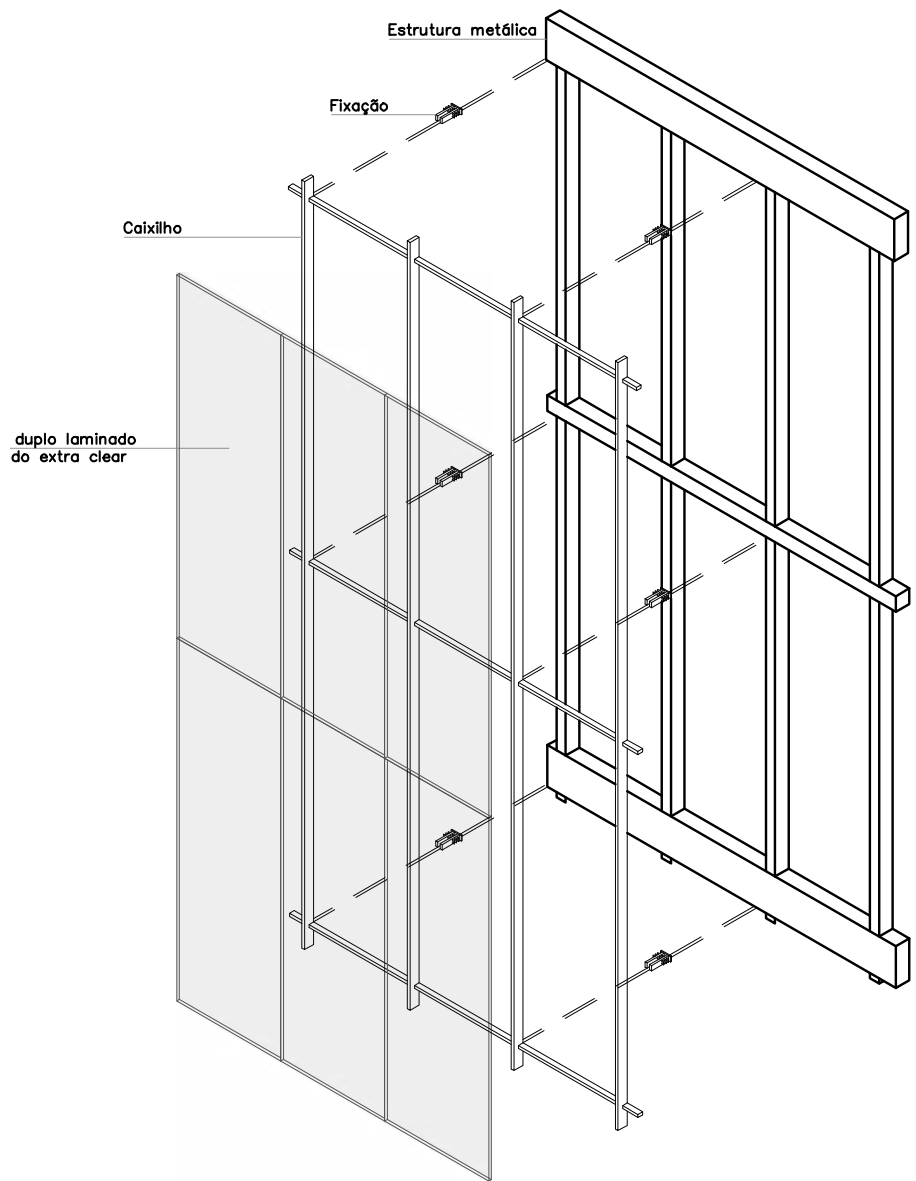
Praça da Memória



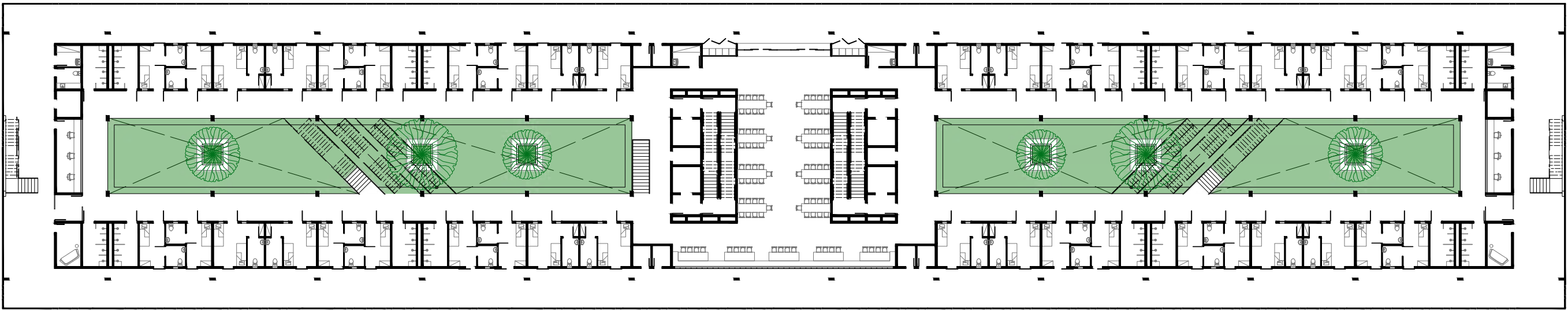
Contudo, o início do trajeto da visita inicia-se, obrigatoriamente, no segundo pavimento do Museu e finaliza no térreo, onde há uma saída em frente à rampa de acesso ao pavimento superior. O primeiro pavimento, acessado por uma rampa conta com um espaço destinado às exposições temporárias, recebendo o nome de "Linha D'Água". O segundo e último pavimento do programa cultural recebe o nome de Convés e abriga outras exposições fixas e possui uma visão privilegiada do pavimento inferior, exercendo a função de mirante.

Nos eixos horizontais centrais do museu, encontra-se o complexo da Memória: um conjunto de duas galerias com pé-direito duplo e triplo (uma iniciada no térreo e outra no primeiro pavimento) e o Memorial da Memória. Este último é composto por 111 correntes com algemas semelhantes às utilizadas no período escravidão penduradas na cobertura localizada na cobertura do volume arquitetônico e que se estendem para o interior do museu, pairando a 1,50m do chão. A quantidade desses objetos faz referência ao número de mortes causada aos detentos da Casa de Detenção do Estado de São Paulo, o Carandiru. As galerias possuem paredes pintadas de branco com palavras talhadas em baixo relevo pouco legíveis, mas que, quando iluminadas pela luz que entra pela abertura zenital da cobertura, o sombreamento evidencia parcialmente as palavras que representam povos indígenas e africanos, palavras do vocabulário brasileiro originárias dessas etnias, grandes nomes da luta antirracista, etc., evidenciando a forma como "a luz ilumina a consciência".

A fachada do museu, por sua vez, traz a transparência do vidro duplo laminado em toda a extensão de 132 metros de fachada e é complementada por adesivos que formam o seguinte verso da canção "Sangue Latino", do grupo Secos e Molhados: "Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos Meu sangue latino, minha alma cativa."



Detalhamento da fachada, sem escala



PLANTA 1º PAVIMENTO - BLOCO GUINA
ESC 1:400

0 3 6 9

documento de "Diretrizes básicas para arquitetura penal" solicita que sejam elaboradas celas coletivas e individuais para o alojamento de pessoas privadas de liberdade, para abrigar presos em condições especiais de detenção. Entretanto, a decisão final de projeto se baseia em projetar duas tipologias de celas coletivas e nenhum individual, incentivando a integração e otimizando espaços.

- Foram elaboradas duas tipologias de celas com lavabo:
- Cela para 4 detentos = 18,22m²
- Cela para 2 detentos = 13,53m²

O layout das celas apresenta uma disposição de mobiliário que impede a inserção de novas camas, realizando o controle de superlotação nos alojamentos. O espaço conta com um sanitário acessível sem chuveiro e beliches em estrutura de concreto, conforme diretrizes estipuladas pelo Ministério Público.

Com o intuito de promover ventilação cruzada natural para os dormitórios e sanitários, foram especificadas janelas basculantes em policarbonato alinhadas na parede interna da cela e cobogós cerâmicos na parede externa, trazendo privacidade para os usuários do espaço.

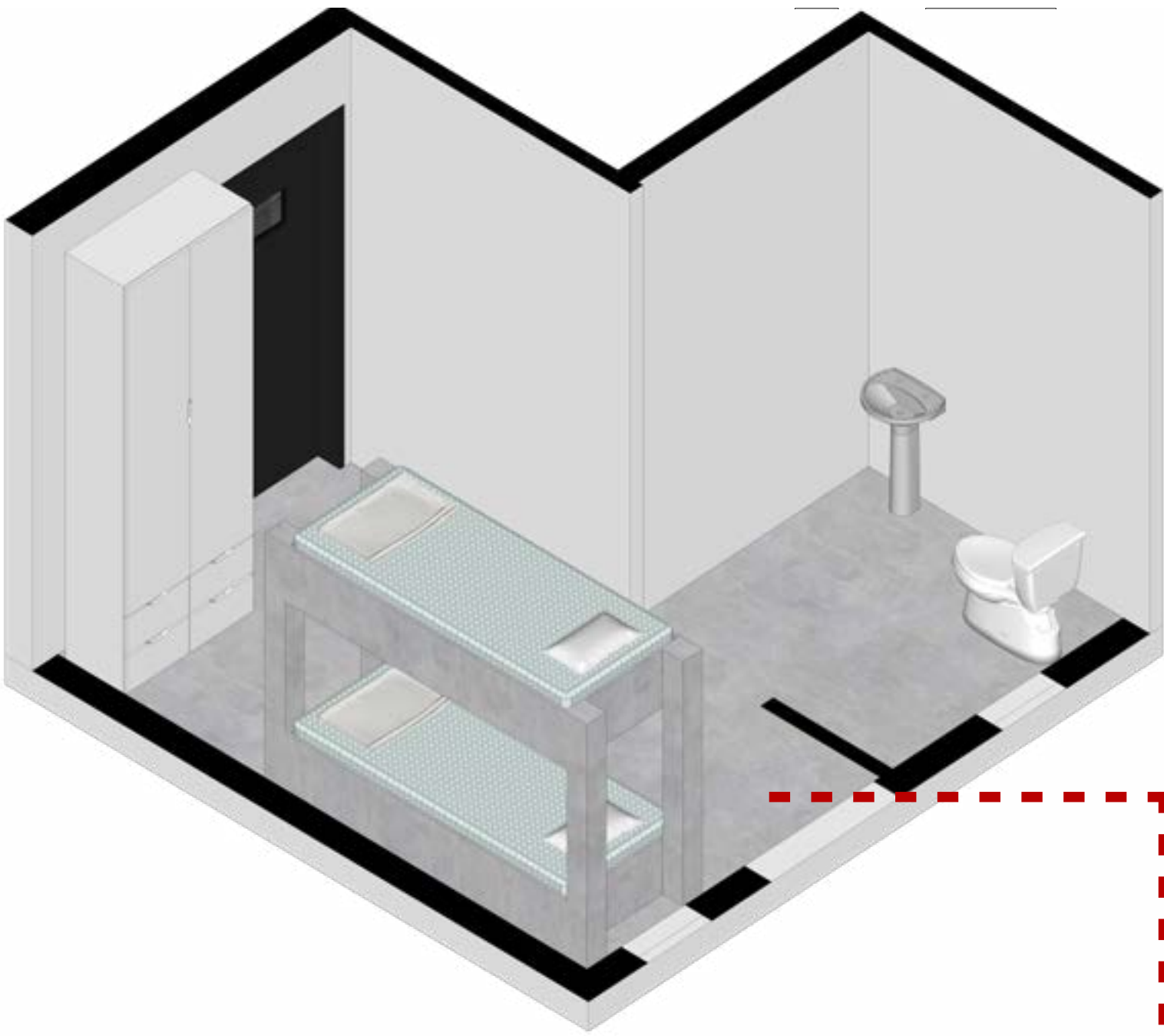
Como composição visual, a materialidade busca atenuar a sensação de enclausuramento causada pela privação da liberdade em detrimento do cumprimento da pena dos indivíduos. Nesse sentido, o ambiente construído impacta diretamente no psicológico humano, liberando estímulos mentais que podem ser positivos ou negativos para o bem-estar humano.

Dessa forma, a primeira decisão na especificação de materiais consiste em substituir as grades das celas, portões e similares por chapas expandidas microperfuradas, que exerce a mesma função de separação de ambientes e segurança que as grades, minimizando o aspecto de prisão e gerando maior conforto e identificação com os usuários. Esse material também é aplicado nas escadas internas utilizadas pelos detentos.

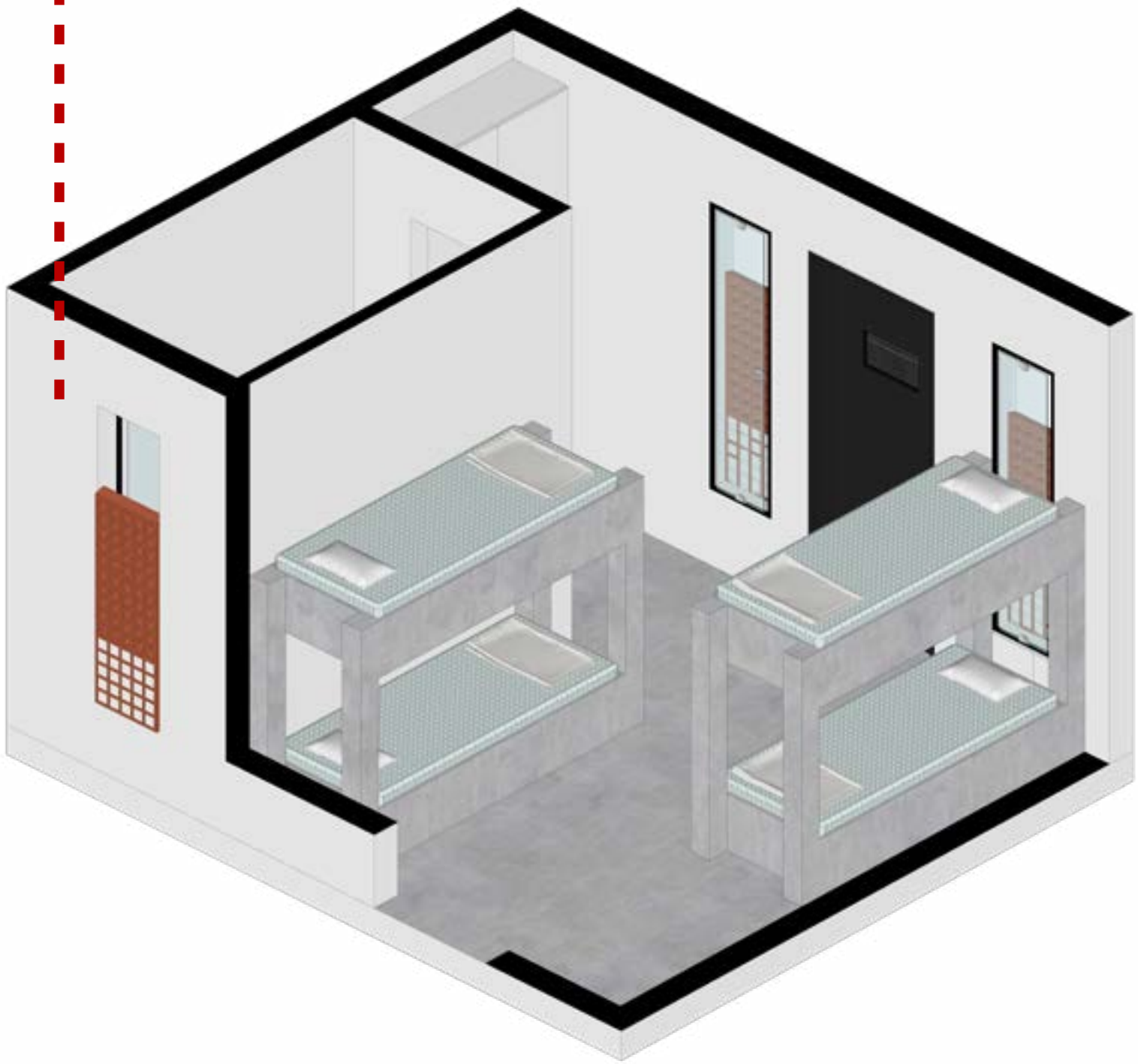
Os materiais de barro e cerâmica buscam trazer cor de forma natural para os ambientes, que contrasta com a cor fria do concreto polido no piso. Além disso, a cor terracota dos tijolinhos e cerâmicas faz alusão das terras americanas, do sangue latino e do principal símbolo do Brasil: o tronco da árvore Pau-Brasil.

A modulação do edifício foi projetada com a referência de medidas múltiplas de 0,30m. Isso porque a medida mínima de uma cama de cela prisional, segundo as "Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal" é de 90 centímetros. Em contrapartida, o diâmetro de giro de uma cadeira de rodas é de 1,50 metros. Ao analisar os números, é possível identificar que ambos são múltiplos de 3. Dessa forma foram criadas as medidas internas das celas e replicado seus múltiplos na modulação.

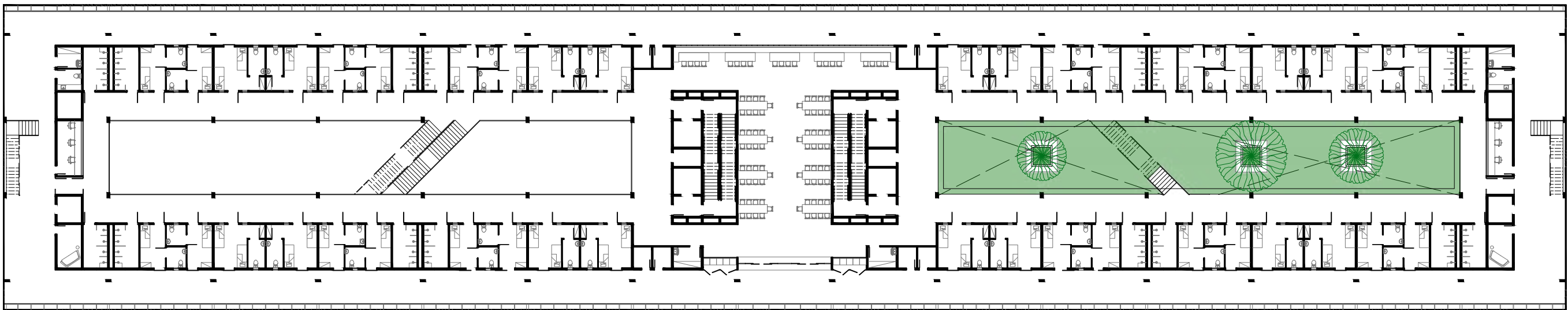
As aberturas zenitais no centro das plantas da penitenciária promovem a entrada de luz natural nos jardins internos dos edifícios e melhoram a qualidade do ar, já que estes jardins possuem vegetação de pequeno porte pensadas para o bem estar físico e mental dos usuários. As celas recuadas da fachada e voltadas para o pátio interno proporcionam aos usuários apenas segurança e autonomia para transitar livremente por entre os espaços destinados a eles. O jardim interno conta com vegetação arbórea frutífera e seu perímetro gramado pode ser utilizado para interação coletiva.



CELA PARA 4 DETENTOS



CELA PARA 2 DETENTOS



PLANTA 5º PAVIMENTO - BLOCO DIMAS
ESC 1:400

0 3 6 9



ANEXO C - TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

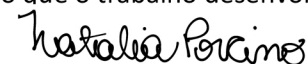
O presente termo é documento integrante de todo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser submetido à avaliação da Instituição de Ensino como requisito necessário e obrigatório à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Eu, Natalia Nunes Porcino,
CPF 370.380.598-66, Registro de Identidade 37.867.251-4,
na qualidade de estudante de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Instituição de Ensino Universidade São Judas Tadeu, declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em anexo, requisito necessário à obtenção do grau de
Arquiteta e Urbanista, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios
técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade.

Nesse sentido, declaro, para os devidos fins, que:

- a) o referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa;
- b) as citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em meu TCC, estão sempre claramente identificadas entre aspas e com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela normatização;
- c) todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como às longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituiriam plágio;
- d) todos os resumos e/ou sumários de ideias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude.

O (a) Professor (a) responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e declaro que o trabalho desenvolvido é fruto de meu exclusivo trabalho.



Assinatura do Estudante



Ciente, _____

Assinatura do Orientador

Local e data:

São Paulo, 1 de Dezembro de 2023